



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA:
OS AGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS OBSTÁCULOS PARA
SUBSISTIR A PARTIR DA RENDA FAMILIAR

Recife
2020

ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

**PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA:
OS AGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS OBSTÁCULOS PARA
SUBSISTIR A PARTIR DA RENDA FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

Y83p Youssef Filho, Adnan Assad
Projeto de assentamento nova Amazônia: os agentes da agricultura familiar e os obstáculos para subsistir a partir da renda familiar / Adnan Assad Youssef Filho. – 2020.
347. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2020.
Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Antropologia. 2. Acesso a terra – Trabalho agrícola. 3. Apropriação territorial. 4. Entrevista. 5. Poder público - Crédito rural. 6. Reforma agrária. I. Scott, Russell Parry (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-015)

ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

**PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA:
OS AGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS OBSTÁCULOS PARA
SUBSISTIR A PARTIR DA RENDA FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

Aprovado em: 30/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Russell Parry Scott (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (Examinador Titular Interno)

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Prof. Dr. Renato Monteiro Athias (Examinador Titular Interno)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Dra. Roseli Bernardo Silva dos Santos (Examinadora Titular Externa)

Instituto Federal de Roraima - IFRR

Profa. Dra. Andrea Lorena Butto Zarzar (Examinadora Titular Externa)

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Profa. Dra. Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (Examinadora Suplente Interna)

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Prof. Dr. Ludovic Alexandre Jacques Aubin (Examinador Suplente Externo)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras familiares do PA Nova Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Criador de todas as coisas. À companheira, aos filhos, noras, irmãs e irmãos que compartilharam da angustia diante das incertezas no trilhar deste caminho. Aos amigos e amigas pela ausência.

À professora Cátia Aparecida Mosqueira que me apresentou o primeiro morador do Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

Ao professor Parry Scott na qualidade de orientador que soube me conduzir de maneira simples, porém objetiva em cada etapa desta pesquisa. Pela sua sagacidade em entender meus propósitos. Pela liberdade de divagação. Pela confiança, atenção, conselhos, incentivo e motivação a cada texto retornado, elementos que se tornaram primordiais para a conclusão deste trabalho.

Ao professor Cirino e Renato Athias pela busca incansável por parceiros com o fim de viabilizar este doutorado interinstitucional. Pelas suas solitudes e compreensão diante de nossas dificuldades. Pelos incentivos e esclarecimentos.

Aos professores Madiana, Marcos Pelegrini, Vânia Fialho, Parry Scott, Josefa Salete que compartilhando seus conhecimentos fomentaram nossas reflexões contribuindo para nosso crescimento intelectual.

À colaboradora da UFPE Ademilda Guedes pela acolhida, préstimos e atenção dispensada.

Aos componentes da banca, professores Scott, Cirino, Renato, Roseli, Andrea, Madiana e Ludovic pela presteza em aceitar o convite e também pelos pareceres que ajudarão a melhorar esta pesquisa.

Aos moradores e moradoras do Projeto de Assentamento Nova Amazônia pela resistência e persistência, apesar de todas as dificuldades, em contribuir com a produção de gêneros hortifrutigranjeiros para prover a alimentação dos habitantes da cidade de Boa Vista.

RESUMO

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 ratificaram a importância dos agentes da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo apontaram a diminuição do quantitativo de estabelecimentos rurais pertencentes a esta categoria. Tal incoerência sugere continuidade da concentração fundiária e dificuldades para sobreviver a partir da renda da terra. Nesse cenário, encontra-se o Projeto de Assentamento Nova Amazônia com elevado índice de evasão fundiária e pressões econômicas para o direcionamento de sua produção para o mercado. O objetivo desta pesquisa é compreender os obstáculos que os residentes nesse assentamento enfrentam para sobreviver a partir da renda da terra. A partir dessa proposta, entende-se que os meios de acesso a terra, os modos de organização do trabalho e da produção, assim como a forma de acesso a mercados são dimensões fundamentais à compreensão desse processo. O estudo teve caráter qualitativo, privilegiando as narrativas de moradores e moradoras do assentamento. Os resultados sugeriram uma disputa latente por territórios, onde a classe dominante, devido às demandas alimentares e dependência destes sujeitos para tal fornecimento, optou por manter a agricultura familiar sob sua subordinação e confinada a determinados espaços de produção. Para tal fim, impõem limitações por meio das políticas públicas de acessos a terra, ao capital e ao mercado.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Concentração fundiária. Narrativas. Políticas públicas. Reforma Agrária.

ABSTRACT

Data from the 2017 Census of Agriculture confirmed the importance of family farming agents. But, at the same time, they pointed to a decrease in the number of rural establishments belonging to this category. This inconsistency suggests continuity of land concentration and difficulties to survive from the land rent. In this scenario, there is the Nova Amazônia Settlement Project with a high rate of abandoned lots and economic pressure to direct its production to the market. The objective of this research is to understand the obstacles that residents in this settlement face to survive from the income of the land. From this proposal, it is understood that the means of access to land, the ways of organizing work and production, as well as the form of access to markets are fundamental dimensions for understanding this process. The study had a qualitative character, privileging the narratives of its residents. The results suggested a latent dispute over territories, where the dominant class, due to the food demands and dependence of these subjects for such supply, chose to keep family farming under their subordination and confined to certain production spaces. To this end, they impose limitations through public policies on access to land, capital and the market.

Keywords: Family farming. Land concentration. Narratives. Public policy. Land reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Grupo de área por percentual de ocupação - Censo 1950	32
Mapa 1 – Divisão das áreas institucionais do estado de Roraima	33
Quadro 2 – Percentual das áreas institucionais	34
Fotografia 1 - Fragmentos de área florestal	35
Fotografia 2 - Vista panorâmica do lavrado	35
Mapa 2 - Rota de entrada no Brasil da imigração venezuelana	39
Fotografia 3 - Marco fronteiro Brasil - Venezuela	40
Fotografia 4 - Imagem de um abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima	42
Mapa 3 - PA Nova Amazônia, Murupu	45
Mapa 4 - PA Nova Amazônia, Truaru	45
Mapa 5 - Localização das famílias entrevistadas	55
Quadro 3 - Assentamentos implantados pelo Incra em Roraima	73
Mapa 6 - Localização da área da pesquisa	76
Quadro 4 – Relação da extensão das áreas e a quantidade de gado das fazendas	95
Fotografia 5 - Casa dos funcionários da fazenda	97
Fotografia 6 - Alojamentos dos alunos da alternância	97
Fotografia 7 - Comemoração escolar do dia da Páscoa	99
Fotografia 8 - Construção de um canal de irrigação na fazenda Truaru	101
Fotografia 9 - Início da montagem de um dos currais	102
Fotografia 10- Condições do curral do Polo III em 2019	103
Fotografia 11 - Casa dos vaqueiros do curral III	103
Fotografia 12 - Cerimônia de Primeira Comunhão	107
Fotografia 13 - Comemoração da Festa de Nossa Senhora Aparecida	107
Fotografia 14 - Vista panorâmica do sítio de Alcides e família	109
Diagrama 1 - Fases para a instituição de assentamentos da reforma agrária	119
Mapa 7 – Classes de tamanho de módulos fiscais no Brasil	135
Quadro 5 – Polos de produção e a extensão territorial dos lotes	137
Mapa 8 - Divisão dos polos de produção do PA Nova Amazônia, Murupu	138
Fotografia 15 - Concentração de infraestrutura básica do Polo II	139
Fotografia 16 - Família de Davi no acampamento	141
Mapa 9 – Representação cartográfica das vicinais	151
Fotografia 17 - Vicinal 1 do Polo IV	152

Fotografia 18 - Vicinal 6 do PA Nova Amazônia I, Truaru	152
Fotografia 19 - Parte da vicinal 9, Polo II	153
Fotografia 20 - Ponte sobre o igarapé Murupu	154
Fotografia 21 - Sistema de Abastecimento de água do Polo III	155
Fotografia 22 - Escola Estadual Albino Tavares	156
Fotografia 23 - Escola Municipal Aureliano Soares da Silva	158
Quadro 6 – Instituições de Ensino do PA Nova Amazônia	160
Fotografia 24 – Vista panorâmica da Eagro	162
Fotografia 25 - Primeira casa da família do Valdir	174
Fotografia 26 – Lavrado do Murupu - Polo V	181
Fotografia 27 - O sonho do Mariton	195
Fotografia 28 - Sistema em forma de “mandala” - projeto PAIS	198
Fotografia 29 - Esterco de gado em maturação	201
Fotografia 30 - Palha de arroz	201
Fotografia 31 - Davi preparando fertilizantes naturais	202
Fotografia 32 - Identificação da parcela rural atendida pelo EDU3S	205
Fotografia 33 - Vista da entrada da AgroFest 2018	212
Fotografia 34 - Agricultura agroecológica	212
Fotografia 35 - Milho transgênico	212
Fotografia 36 - Trator em exposição	213
Fotografia 37 - Software de alta precisão	213
Fotografia 38 - Campo experimental de milho	213
Fotografia 39 - Campo experimental de soja	214
Fotografia 40 - Vista panorâmica da AgroFest 2019	215
Fotografia 41 - A soja e a Basf	215
Fotografia 42 - O milho e a Stine	215
Fotografia 43 - Sede da Associação AAFP-IV	217
Fotografia 44 - Detalhes da fachada	217
Fotografia 45 - Sede da associação ASTRF	218
Fotografia 46 - Sede da associação AAFPPANA	218
Quadro 7 - Beneficiárias da Reforma Agrária por Sexo e Região, 1996 (porcentagem)	230
Quadro 8 - Reprodução da Relação de Beneficiários do PNRA - PA Nova Amazônia	233
Quadro 9 - Titularidade dos lotes do PA Nova Amazônia por disposição familiar	234
Quadro 10 - Titularidade dos lotes do PA Nova Amazônia - famílias visitadas	235

Fotografia 47 - Lembranças do Acampamento	238
Fotografia 48 - Paricarana, o símbolo da luta de Conça	239
Fotografia 49 - Primeira casa construída da Celivane	241
Quadro 11 - Reordenamento da titularidade por disposição familiar	243
Diagrama 2 - Grupos de produtos oriundos da atividade agropecuária do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru	259
Fotografia 50 - Restaurante da Lucinha	262
Quadro 12 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2017	267
Diagrama 3 - Percurso do alimento do beneficiário fornecedor ao consumidor	269
Quadro 13 - Evolução dos recursos em reais do MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA 2003 a 2008 por região geográfica	270
Quadro 14 - Distribuição do PAA para o PA Nova Amazônia no período 2018-2019	271
Quadro 15 - Distribuição do PAA para o PA Nova Amazônia - período 2019-2020	271
Mapa 10 - Pontos de venda da agricultura familiar do PA Nova Amazônia	275
Fotografia 51 - A avenida sem a feira	279
Fotografia 52 - O início da transformação	280
Fotografia 53 - Feira à espera de seus públicos-alvo	280
Fotografia 54 - Vista panorâmica	281
Fotografia 55 - Movimentação interna	281
Fotografia 56 - Vista panorâmica	282
Fotografia 57 - O interior da feira	282
Fotografia 58 - Vista panorâmica da Feira Agroecológica do Caraná	283
Fotografia 59 - A extensão da feira agroecológica	284

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFPIV	Associação dos Agricultores Familiares do PA Nova Amazônia Polo IV
AAFPPANA	Associação dos Agricultores Familiares do Polo I – Elifas Levi Veloso Filho
ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
ASTRF	Associação dos Trabalhadores Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia I
BACEN	Banco Central do Brasil
BC	Banco Central
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAR	Central dos Assentados de Roraima
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEPA	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CF	Constituição Federal
CGPTERR	Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNTTR	Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPANA	Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia
COOPERCINCO	Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos
COOPERONI	Cooperativa de Produção do Norte Interior
COOPNOVA	Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Diretor de Assuntos Fundiários
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf

DAPP	Diretoria de Análise de Política Pública da Fundação Getúlio Vargas
DOU	Diário Oficial da União
EAGRO	Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima
EBTT	Educação Básica, Técnica e Tecnológica
EJA	Ensino de Jovens de Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima
FEMAH	Fundação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GRPU	Gerência Regional de Patrimônio da União
Ha	Hectare
HSBC	Hong Kong & Shanghai Banking Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRIB	Instituto de Registro Imobiliário do Brasil
ITCPES	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
ITR	Imposto Territorial Rural
MAFIR	Matadouro e Frigorífico Industrial de Roraima
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PGG	Procuradoria Geral Federal
PMDA	Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (RORAIMA)
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
SESI	Serviço Social da Indústria
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SINDRP	Sindicato dos Empregados Rurais de Ribeirão Preto

SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SMAI	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SR	Superintendência Regional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Terra Indígena
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Unidades Familiares de Produção Rural
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CONTEXTO DA PESQUISA	27
2.1.	PRESSUPOSTOS	27
2.2.	CIRCUNSTÂNCIAS E PRINCÍPIOS DO PROBLEMA	31
2.3.	TERRITÓRIOS EM DISPUTA	36
2.4.	AMBIENTE DA PESQUISA	44
2.5.	ETNOGRAFIA DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO	46
2.5.1.	Antecedentes	47
2.5.2.	Trabalho de campo e a mudança de percepção	48
2.5.3.	Coleta de dados	50
2.5.3.1.	Narradores e narradoras do PA Nova Amazônia	52
3	PA NOVA AMAZÔNIA: o acesso a terra	61
3.1.	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: um processo histórico	61
3.2.	COLONIZAÇÃO OFICIAL DE RORAIMA: fazendas nacionais e assentamentos	70
3.3.	DE LATIFÚNDIO À ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA	74
3.3.1.	Panorama	75
3.3.2.	Antecedentes da criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia	80
3.3.2.1.	Grupo J. G de Araújo	81
3.3.2.1.1.	<i>Empresa J. G. de Araújo e a apropriação legalizada de terras</i>	<i>86</i>
3.3.2.2.	Fazendas Saab Ltda	89
3.3.2.3.	Fazendas Bamerindus	93
3.3.2.3.1.	<i>Ambiente das fazendas</i>	<i>95</i>
3.3.2.3.2.	<i>Intervenção do Banco Central do Brasil</i>	<i>111</i>
3.3.2.3.3.	<i>Pensando a destinação das fazendas</i>	<i>115</i>
3.4.	PROCESSO DA CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA	118
3.4.1.	Longa espera pela regularização	120
3.4.2.	Criação oficial do assentamento	124
3.5.	IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO	131
3.5.1.	Assentamento das famílias	139
3.6.	ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO	150

3.6.1.	A Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima	160
3.6.2.	Quem “não estuda” vai prá roça	165
3.6.3.	Quem “estuda” vai prá roça	170
3.6.4.	Xis da questão: sucessão e conhecimento	171
4	REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS	173
4.1.	O INÍCIO DO PROCESSO PRODUTIVO	173
4.1.1.	Adaptação ao ecossistema lavrado	180
4.2.	ACESSO AO CAPITAL	186
4.2.1.	Políticas públicas de acesso ao crédito rural	186
4.2.1.1.	O Pronaf.....	190
4.2.1.2.	Pronaf “Mais Alimentos”	192
4.3.	AS INSTITUIÇÕES E O APOIO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS	196
4.3.1.	Projeto PAIS	196
4.3.2.	Projeto EDU3S: educação sustentável, sinérgica e social	204
4.3.3.	Projeto “Soja Familiar”	206
4.3.4.	PMDA - Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio	210
4.4.	AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	216
4.4.1.	Associações	217
4.4.2.	Cooperativas	221
4.4.3.	Percepções das dificuldades	224
4.5.	QUESTÕES DE GÊNERO E A TITULARIDADE DOS LOTES NO PA NOVA AMAZÔNIA	228
4.5.1.	A titularidade de lotes no PA Nova Amazônia em relação a gêneros	232
4.6.	IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO PA NOVA AMAZÔNIA: exploração ou acolhimento	244
5	ACESSO AO MERCADO	255
5.1.	FORMAS DE ACESSO AO MERCADO	259
5.1.1.	Canal de comercialização via setor privado	260
5.1.2.	Canal de comercialização via setor público	266
5.1.2.1.	Programa de Aquisição de Alimentos	266
5.1.2.2.	Programa Nacional de Alimentação Escolar	273
5.1.3.	Canal de comercialização via setor público-privado	274
5.1.3.1.	Feira do Produtor Rural	276
5.1.3.2.	Feira do Garimpeiro	278

5.1.3.3.	Feira do Pintolândia	282
5.1.3.4.	Feira Agroecológica do Caranã	283
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
	REFERÊNCIAS	294
	APÊNDICE A - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DE RORAIMA	322
	APÊNDICE B - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	325
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGRICULTURA FAMILIAR.....	328
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ASSOCIAÇÕES	333
	APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - VENEZUELANAS(OS)	335
	APÊNDICE F - GRUPOS E LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF.....	337
	ANEXO A - PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DO PA NOVA AMAZÔNIA.....	339
	ANEXO B - PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DO PA NOVA AMAZÔNIA I.....	340
	ANEXO C - PORTARIA DE RETIFICAÇÃO: READEQUAÇÃO DE ÁREA	341
	ANEXO D - PARTE DO EDITAL PROCESSO SELETIVO DA EAGRO	342

1 INTRODUÇÃO

Histórias de vida que se confundem com a luta para sobreviver a partir da renda da terra. Alguns são originários do solo roraimense, outros migrantes de várias regiões do país. Esses agentes da agricultura familiar, por meio de suas narrativas é que vão fundamentar esta pesquisa.

Em outubro de 2019 foram divulgados pelo IBGE¹ os resultados conclusivos do Censo Agropecuário do Brasil referentes ao ano de 2017 (IBGE, 2019). Dentre esses dados, três tópicos estão relacionados diretamente a esta pesquisa. Primeiro, o aumento percentual de cinco por cento das áreas destinadas à agricultura e pecuária². Segundo, a diminuição do número de propriedades rurais. E por último, a constatação que a expansão da área plantada segue em direção aos estados da região Norte, últimas fronteiras agrícolas do país.

Uma leitura rápida dessas informações, permite algumas reflexões. Em relação à ampliação de áreas destinadas à agropecuária, reitera-se a continuidade de um processo iniciado ainda no século XVI. Isto é, o avanço da agropecuária que se interioriza em direção ao Centro-Norte do país ocupando biomas como os cerrados e as florestas. Processo conhecido como expansão de fronteiras (VELHO, 1972). Outra questão diretamente conexa às informações do Censo (IBGE, 2019) é o decréscimo do número de propriedades rurais. Tal redução ratifica o domínio do latifúndio em detrimento da agropecuária praticada por agricultores e agricultoras familiares, sejam, assentados e assentadas do PNRA³, quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas, dentre outras categorias ameaçadas pela ampliação da extensão da área pertencente aos grandes empreendimentos rurais.

Especificamente em relação à agricultura familiar, os dados do Censo (IBGE, 2019) apontaram uma redução de nove e meio por cento na quantidade de estabelecimentos agropecuários classificados como pertencentes a essa categoria. Essa redução considerou o censo agropecuário de 2006.

Mas, se por um lado, a agricultura familiar brasileira vem perdendo espaço no ambiente rural, por outro, não deixa de mostrar sua força e importância para o meio urbano. Mesmo ocupando somente vinte por cento da área agricultável do país, ela ainda é responsável por oitenta por cento do valor da produção da mandioca, sessenta e nove por cento do abacaxi, quarenta e oito por cento do café e banana, dentre outras culturas (IBGE, 2019).

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Acréscimo em relação ao último Censo, 2006.

³ Programa Nacional de Reforma Agrária.

Assim, partindo dessa incoerência fundamentada em um processo histórico que sempre privilegiou os médios e grandes proprietários de terra em detrimento dos sujeitos pertencentes à agricultura familiar já é possível sinalizar os questionamentos desta pesquisa.

Não obstante, ao transferir essa problemática para o estado de Roraima, localizado no extremo Norte do país, esse cenário não se constitui em uma exceção. Percentualmente, a expansão da área ocupada pela atividade agropecuária no estado cresceu quase cinquenta e três por cento (IBGE, 2019). Correlacionado a esse aumento, somente a área ocupada pelo monocultivo da soja cresce cerca de vinte e cinco por cento ao ano (apêndice A). Plantações de milho, arroz e algodão também tiveram suas áreas produtivas ampliadas (apêndice A). Relacionado à concentração fundiária, a distorção é superior à média nacional. Se por um lado, os sujeitos pertencentes à agricultura familiar que percentualmente (setenta e cinco por cento) representam a maioria dos proprietários e proprietárias de terras do estado, pelo outro, ocupam quantitativamente uma área bem menor, apenas quinze por cento da totalidade territorial (apêndice B). Nesse contexto, contribuindo com essas estatísticas, está o Projeto de Assentamento Nova Amazônia⁴, o *locus* desta pesquisa.

O PA Nova Amazônia é um dos sessenta e nove assentamentos implantados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no estado de Roraima. Ele foi constituído a partir da transferência de propriedade de áreas rurais das fazendas Bamerindus para o SPU⁵ e posteriormente para a titularidade do Incra⁶. Tal cessão foi ocasionada por dívidas desse conglomerado financeiro com União. Grande parte dos moradores e moradoras do assentamento são oriundas da região Nordeste e chegaram aqui em condições de “sem terras”. No entanto, para retornar à condição de produtores e produtoras rurais, essas famílias passaram por diversas dificuldades. Dentre elas se destacaram o acesso à terra e ausência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Antes da vinda para o estado, a maioria desses migrantes já trabalhavam com a agricultura em seus lugares de origem, porém, na condição de agregados.

Torna-se importante salientar, que desde a sua criação no ano de 2003, o PA Nova Amazônia teve sua produção agropecuária direcionada ao suprimento de gêneros alimentícios para o abastecimento da cidade de Boa Vista. Porém, esse objetivo, nos anos iniciais de sua implantação não foi alcançado. Assim sendo, a partir do ano de 2010, agentes institucionais com a finalidade de reverter esse processo começaram a implementar projetos de

⁴ PA Nova Amazônia.

⁵ Superintendência do Patrimônio da União.

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

desenvolvimentos propostos em dois estilos agropecuários distintos. Dentre estes, os que mais se destacaram foram o projeto PAIS⁷, do Sebrae⁸; e o projeto EDU3S, da UFRR⁹, ambos direcionando esforços para a ampliação da produção agroecológica de hortifrutigranjeiros. Em contrapartida, o projeto “Soja Familiar” protagonizado pelo governo do estado e o PMDA¹⁰, promovido pela Prefeitura Municipal de Boa Vista incentivaram a ampliação do cultivo de soja e milho no assentamento. Apesar desses dois formatos agropecuários serem antagônicos em diversos aspectos, o propósito deles é o mesmo: garantir e melhorar a qualidade de vida das suas famílias. Pelo menos isso é o que está escrito nos objetivos finais de cada um desses projetos instituídos.

No entanto, sabe-se da força que as *commodities* agrícolas representam e também como ela avança sobre as outras áreas concorrentes, sendo que isso já se evidencia no PA Nova Amazônia. De acordo com as pesquisas de campo, até o ano de 2017, somente dois agricultores familiares plantavam regularmente soja e milho em grande quantidade. Nesse período, cada um desses produtores destinou, em média, cem hectares para esses cultivos¹¹. A partir daquela data, a quantidade de famílias agricultoras produzindo *commodities* aumentou para vinte, sendo que na safra 2018-2019, a expansão da área produzida atingiu mais de mil hectares entre a produção de milho e soja. Nesse contexto, minha preocupação inicial estava centrada na disputa entre esses dois modelos de produção rural.

Porém, com o decorrer do trabalho de campo muitas informações vão surgindo, principalmente por intermédio de participações em eventos destinados a agricultores e agricultoras familiares, assim também como nos diálogos conduzidos com esses sujeitos sociais que conquistaram, depois de muita luta, o direito a um pedaço de chão para prover sua subsistência. E diante de novos dados, o foco da pesquisa também foi se deslocando para outros caminhos.

Pois veja. Inicialmente, fundamentado pelas estatísticas do IBGE (1950; 2006, 2017, 2019) e pesquisadores como Leonilde Sérvalo Medeiros (2012), José Graziano da Silva (1980, 1998) e Moacir Palmeira (1985; 1989), dentre outros que reiteraram que a concentração fundiária do Brasil é resultado de um processo histórico, minha problemática estava totalmente concentrada nas dificuldades de acesso a terra. E especificamente no PA Nova Amazônia a

⁷ Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁹ Universidade Federal de Roraima.

¹⁰ Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio.

¹¹ Como a área máxima das parcelas rurais é de cem hectares, e como não é possível o aproveitamento total do lote devido às áreas de preservação ambiental, esses dois produtores de soja arrendam as terras de outros assentados para tal fim.

preocupação central durante determinado período da pesquisa foi a expansão do cultivo de soja no assentamento. Em vista disso, essa inquietação não era infundada, pois já havia pesquisado os efeitos da cultura da soja na região de Santarém, localizada no estado do Pará que expulsou milhares de agricultores e agricultoras familiares de suas terras¹². Com isso, já é possível perceber a relação entre os resultados do último censo, conforme consta no início desta introdução e a expansão do agronegócio no PA Nova Amazônia.

Assim, de uma forma reducionista, poderia apontar antecipadamente que os resultados do Censo Agropecuário 2017 que indicaram uma proporcionalidade direta entre o aumento de extensão de área destinada a agropecuária e a diminuição da quantidade numérica de empreendimentos pertencentes aos agentes da agricultura familiar estariam relacionados absolutamente à expansão do cultivo de soja.

Mas, cada detalhe novo captado em campo deve ser visto, revisto e analisado por diversos ângulos. No momento, citarei apenas dois deles, responsáveis por suscitar novas reflexões da problemática em estudo. Um ocorrido logo no início do trabalho em 2017 e outro em 2018.

O primeiro episódio ocorreu durante a primeira visita à família de um agricultor no PA Nova Amazônia. Essa visita foi só de reconhecimento de campo, tentando me familiarizar com meus interlocutores. Mas, mesmo assim, muito solícito, esse assentado me conduziu a uma ida rápida às redondezas de seu lote. Como esse local fica situado no Polo II que foi estruturado em forma de agrovila¹³ pude perceber muito detalhes, sendo um deles, a quantidade de casas fechadas ou até mesmo abandonadas. Questionei de imediato meu interlocutor sobre o paradeiro desses moradores. Apontando para cada uma das casas respondeu: aquele abandonou o lote porque adoeceu dos rins e tem que fazer hemodiálise três vezes na semana na cidade; aquele outro ali, desde que tomou posse do lote, nunca mais apareceu; aquele outro vendeu; o outro arrendou; aquele outro também vendeu; o outro só vem final de semana para descansar e assim, sucessivamente, em menos de cinco minutos me apontou dez dessas propriedades, sendo a maioria vendida a terceiros.

À vista dessas informações, recordei que em 2010 e 2015 o Ministério Público Federal, devido a denúncias dos próprios assentados havia solicitado explicações ao Incra sobre essas formas irregulares de ocupação. Resumindo as investigações e denúncias não resultaram em nada. E a comercialização de terras ali é realizada a vista de todos e garantizada pelo “contrato de gaveta”. No início até pensei que poderia ser uma forma de resistência, conforme visto em

¹² Youssef Filho, 2013.

¹³ Mais detalhes sobre este formato de estruturação de assentamentos no decorrer do trabalho.

Scott (2011), “expressão da luta prosaica e constante entre os integrantes das classes dominadas e aqueles que deles buscam extrair trabalho” (p. 219). Porém, a questão não é essa, e sim a fila de espera de sem-terras para a aquisição de parcelas rurais do PNRA¹⁴. Daí surgiu a primeira reflexão: se eu em minha primeira visita de campo, constatei uma série de ocupações irregulares, como os órgãos responsáveis desconhecem essas circunstâncias? Isso me remete, apesar de contextos diferentes, ao que Scott (2009)¹⁵ chamou de “descaso planejado”¹⁶. Em realidade é um empréstimo da frase utilizada em outra conjuntura.

Esse evento despertou outros questionamentos, como os índices de evasão do assentamento. De acordo com os líderes comunitários, quarenta por cento da totalidade dos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia abandonaram ou venderam seus lotes. Isso sugeriu mais ambiguidades: depois de intensas batalhas, quando logram ter acesso a terra, porque não conseguem permanecer nela?

O segundo evento que provocou alterações nos rumos da pesquisa ocorreu em 2018 durante uma reunião do Consea¹⁷, no momento em que os diretores, diretoras e presidentes de associações e cooperativas foram chamados para avaliar o PAA¹⁸. O PAA é uma espécie de incentivo à comercialização de gêneros alimentícios produzidos pelos agentes da agricultura familiar. Nesse processo, o governo federal adquire os produtos hortifrutigranjeiros produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (CONAB, 2019). Assim, em suas considerações, todos os representantes dessa categoria, da mesma forma que foram unânimes em elogiar o programa, também criticaram a limitação dos recursos financeiros disponibilizados a esse programa. E ainda solicitaram maior apoio governamental à comercialização de seus produtos, já que para eles, as maiores dificuldades estão na comercialização e não na produção de gêneros alimentícios. Ou repetindo suas palavras: “não adianta plantar, se não tiver para quem vender”. Essas declarações também me causaram surpresa. Pensava que as maiores dificuldades enfrentadas pelas agricultoras e agricultores familiares fosse o acesso a terra e ao capital, não ao mercado. Por fim, compreendi que é acessando o mercado que esses sujeitos trocam os gêneros alimentícios produzidos por

¹⁴ Programa Nacional da Reforma Agrária.

¹⁵ O primeiro Scott (2011) citado se refere a James C Scott. O segundo, Scott (2009) é referente a Russell Parry Scott.

¹⁶ Descaso planejado na visão de Scott (2009), refere-se a projetos planejados que, deliberadamente ou não, [geralmente sim], priorizam objetivos que se distanciam dos que moram no território de alcance de efeitos dos referidos projetos, que declaram certas finalidades e se organizam de acordo com eles.

¹⁷ Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹⁸ Programa de Aquisição de Alimentos.

um determinado numerário de valor financeiro que em parte permitirá sua reprodução socioeconômica. Porém, para isso, precisam também ter acessos à terra e ao capital.

Assim posta a questão, por meio de uma pesquisa de campo que valoriza as trajetórias de vida dos residentes do projeto Nova Amazônia, contextualizando historicamente o espaço e realçando os projetos de implantação de empreendimentos sociais e econômicos associadas a políticas de desenvolvimento, pretendo mostrar neste caso que a política de assentamento disciplina uma atenção a mercados de forma que contribui para a concentração de terra e renda em um número reduzido de sujeitos. Além disso, proponho salientar que, dando continuidade a processos históricos observáveis na fronteira norte, as maneiras pelas quais um projeto de assentamento supostamente implantado para produção de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar se converte em um projeto de expansão de concentração de terras e rendas agropecuárias com plena intervenção de políticas públicas governamentais.

Portanto, para realizar tal tarefa, esta pesquisa foi estruturada em seis capítulos, inclusive a introdução e a conclusão. Dentro desse quantitativo de divisões foram privilegiados três assuntos principais que embasaram esta pesquisa: os acessos a terra, ao capital e ao mercado. Essa segmentação é apenas didática, sendo que nenhum desses elementos foram analisados isoladamente. Eles interagem entre si e são influenciados por diversas situações.

O capítulo 2, “Contexto da pesquisa” tem por objetivo apresentar as circunstâncias que a pesquisa foi pensada e a metodologia desenvolvida. Para isso, inicialmente menciona-se as características do estado de Roraima, como a divisão de sua estrutura institucional diferenciada, onde as terras indígenas e as unidades de conservação ocupam quase setenta por cento de seu território. Em vista disso, observa-se uma disputa entre diversos atores e atoras para a ocupação das áreas restantes e como isso influenciou na pesquisa. Logo em seguida são exibidos os pressupostos metodológicos como forma de facilitar a compreensão do texto. Dentre estes se destacam dois temas relacionados à principal fonte de informação para este estudo: as narrativas das pessoas residentes no Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Assim, inicialmente, discute-se sua designação: agricultor ou agricultora familiar, de pequeno porte, camponês ou camponesa?

Esse é um debate que sempre suscitou dúvidas, sendo que foram convidados a participar dele, pesquisadores como Silva e Del Grossi (1998), Wanderley (2009), Schneider e Nierdele (2008) e Chayanov (2014). Dessa forma considerando os argumentos de cada um, prevaleceu para uso no texto a terminologia “agricultores e agricultoras familiares”.

O segundo tópico tratado dentre desse assunto, e de similar importância foi o tratamento dispensado a estes interlocutores e interlocutoras durante as entrevistas. Pois, para Bourdieu

(1997), toda entrevista representa uma forma de intrusão e esta confesso, foi minha principal preocupação durante os trabalhos de campo. E para tentar evitar, o que o mesmo autor denominou de “uma comunicação não violeta” tentei usar diversas estratégias, como a familiarização antecipada com os moradores e moradoras e um roteiro de entrevista bastante flexível. Não obstante, observei que a principal atitude para a condução de um diálogo simétrico, constituiu-se na exposição sincera e clara sobre meus objetivos no assentamento e enfatizando a importância deles como fonte de informação viva e única para minha pesquisa.

O capítulo 3, “PA Nova Amazônia: o acesso a terra” é a primeira parte da tríade terra-capital-mercado que constituem o núcleo desta pesquisa. Dessa forma, esse capítulo discute as dificuldades que os trabalhadores e trabalhadoras, nem sempre rurais, enfrentam para sobreviver a partir da renda da terra, sendo que para isso, preliminarmente, necessitam de uma área para implementarem uma infraestrutura produtiva e com isso, atingir seu objetivo. Assim, a partir que são transferidos para as parcelas rurais destinadas, mudam da condição de “sem-terras” para “beneficiários e beneficiárias” do Programa Nacional de Reforma Agrária. Esse fato sinaliza a primeira vitória da batalha para sobreviver a partir da renda da terra.

O início do capítulo se inicia com o resgate histórico da concentração fundiária brasileira. Trago para esse debate as reflexões de Caio Prado, José Graziano Silva, Leonilde Sérvolo e Moacir Palmeira. Posteriormente, por intermédio de documentos e processos disponibilizados pelo Incra, assim, como, a solicitação da cadeia dominial da área em estudo e as narrativas do antigo proprietário das terras, funcionários do Incra, Embrapa, ex-funcionários das fazendas Bamerindus foi possível reconstruir a história da transformação de um latifúndio em assentamento da reforma agrária.

O capítulo 4, “Reprodução socioeconômica das famílias”, traz o instante que representou, de acordo com as narrativas dos agentes da agricultura familiar, o grande susto. Passada a euforia inicial, veio a dúvida: e agora, diante dessa imensidão de lavrado, sem nada, como sobreviver? Desta forma, o capítulo demonstra o momento que esses sujeitos, iniciam seus processos produtivos em um ambiente, para muitos deles, diferente do que estavam habituados a trabalhar. Porém, além da adaptação ao meio, necessitam de capital para formar uma infraestrutura produtiva. E o acesso ao capital para esses agentes da agricultura familiar está sujeito à disponibilização de políticas públicas de crédito, como o Pronaf¹⁹ e Pronaf Mais Alimentos. É neste capítulo também que aparecem as instituições em âmbito, municipal, estadual e federal de apresentando projetos de apoio aos processos produtivos para as formas

¹⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

familiares de produção. Além dessas instituições, as associações e cooperativas são organizações importantes na intermediação para o acesso ao crédito. A partir dessa constatação, foram entrevistados praticamente todos os diretores, diretoras e presidentes dessas formas associativas.

Um tema crucial para esta pesquisa e discutido neste capítulo surgiu da indignação de um pai devido à paralização dos transportes escolares na zona rural, o que impediu seu filho de frequentar as aulas na escola do assentamento. Das narrativas desse pai, emergiu uma parte importante do capítulo que discute uma frase utilizada constantemente tanto na zona rural como urbana: “quem não estuda vai prá roça”. Porém, o que se observou é uma inversão do dito popular: “quem estuda vai para a roça e quem não estuda vai para a cidade ocupar subempregos”. No final, essas análises sinalizaram as relações entre escolaridade, sucessão da propriedade da zona rural e deslocamentos em direção às cidades dos filhos e filhas dos assentados e assentadas.

O capítulo 5, “Acesso ao mercado” completa as etapas analisadas do fluxo terra-capital-mercado. De acordo com a percepção dos produtores e produtoras familiares do assentamento, a comercialização do produto representa um dos maiores obstáculos para se viver da renda da terra. Assim, as formas de acesso ao mercado foram organizadas e fundamentadas nas narrativas dos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia. O objetivo desta ordenação foi demonstrar o grau de autonomia que os produtores e produtoras estão sujeitos para o acesso a cada uma delas. Dessa forma, para ofertar esses produtos ao mercado, as famílias agricultoras têm à disposição, conforme a classificação, três vias de acesso ao mercado: setor privado, público ou parceria público-privada. No entanto, a ênfase da pesquisa recai sobre a via de acesso por intermédio do poder público que envolve as políticas públicas de comercialização de alimentos, como as vendas institucionais do PAA²⁰ e PNAE²¹.

Diante dessas exposições, a hipótese que orienta os resultados do objetivo desta pesquisa se aproxima das considerações de Otávio Guilherme Velho em sua obra *Capitalismo autoritário e campesinato*: “O campesinato não é destruído, mas é como que ‘confinado’ dentro dos limites de um espaço social dado” (VELHO, 1979, p. 48). Não obstante, só não é destruído devido a sua importância como provedor de grande parte dos gêneros alimentícios que alimenta as cidades.

Portanto, as considerações finais desta pesquisa, fundamentada pelo trabalho de campo revelam que o desenvolvimento socioeconômico dos agentes da agricultura familiar é

²⁰ Programa de Aquisição de Alimentos.

²¹ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

controlado pelo Estado, sendo que essa limitação é imposta por intermédio de políticas públicas de acesso ao crédito destinado à produção e comercialização dos gêneros alimentícios produzidos.

Assim, da mesma forma que a agricultura familiar é enclausura como sugeriu Velho (1979), sua reprodução no interior das sociedades capitalistas como sinalizou Wanderley (2009), fundamenta-se em um vínculo indireto, “cujos termos são dados pela polarização autonomia-subordinação, isto é a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital” (p. 14).

2 CONTEXTO DA PESQUISA

Penso ser consenso que qualquer problema de pesquisa nasce de um dado episódio observado em determinados cenários que, no momento e ou posteriormente, suscita ou provocará reflexões acerca do fato percebido. Portanto, conhecer o contexto, e mais especificamente, a partir de que situação o tema da pesquisa suscitou reflexões, torna-se um elemento crucial para apreender a mensagem que o autor quer expressar e também a forma da sua relação com o assunto proposto.

Praticamente todas as palavras da língua portuguesa possuem mais de um significado, ou dito de outra forma, são polissêmicos, sendo que o vocábulo “contexto” não fugiu a essa regra. À vista disso, nesta pesquisa, o termo foi concebido como as interrelações de circunstâncias, que podem ser de combinação ou concorrência, que acompanham uma situação em um determinado ambiente (HOUAISS; VILLAR, 2001). Fundamentado pela mesma referência, “contexto” e “conjuntura” têm o mesmo significado, prevalecendo desta forma no texto, o uso dessas expressões como sinônimos.

Nessa dimensão, em um âmbito geral, mudanças de contexto requerem diferentes posicionamentos. Para clarificar essa questão, trago um exemplo prático de mudanças de contextos que implicaram em adaptações e revisões dessa pesquisa. Assim, quando iniciei meu trabalho de campo no ano de 2017 no PA Nova Amazônia, não se notava a presença de pessoas de origem venezuelana na localidade. Mas, a partir de meados de 2018 a quantidade desses imigrantes²² foi aumentando exponencialmente. Para tanto, em determinadas regiões do assentamento, praticamente toda família agricultora conta com a mão de obra de venezuelanos ou venezuelanas. Com isso, o cenário do PA Nova Amazônia está passando por grandes transformações, conforme será visto no decorrer desta pesquisa. E em função dessa conjuntura ou contexto, também tive que alterar algumas diretrizes da pesquisa para perceber as mudanças que estão ocorrendo no assentamento em vista dessa imigração.

2.1 PRESSUPOSTOS

Para facilitar a leitura desta pesquisa é importante justificar o uso de alguns termos ou procedimentos metodológicos que de alguma forma poderá interferir em sua interpretação. Assim, inicialmente, esclareço o uso majoritariamente da primeira pessoa do singular no texto

²² [...] pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (BRASIL, 2017, Lei).

que não deve ser entendido sob uma perspectiva autoritarista ou até mesmo particularista. Esse formato de escrita deve ser percebido, conforme o sentido de Cardoso de Oliveira (2006).

[...] o fato de se escrever na primeira pessoa do singular - [...] não significa, necessariamente, que o texto deva ser intimista. Deve significar, simplesmente – e quanto a isso creio que todos os pesquisadores podem estar de acordo -, que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*. É claro que sempre haverá situações em que esse *nós* pode ou deve ser evocado pelo autor (p. 30, grifo do autor).

Outro esclarecimento é o procedimento adotado em relação à apresentação dos interlocutores e interlocutoras, assim como sua nomeação no texto. Nessas circunstâncias, quando citá-los, designá-los-ei pelo nome próprio, sem o uso de pseudônimos²³. Para isso, antes de iniciar as entrevistas, sempre solicitei a autorização verbal para a utilização do gravador de voz e permissão para o uso de seus nomes verídicos na pesquisa. E sempre que esses personagens forem citados pela primeira vez, logo em seguida serão formalmente apresentados. Não obstante, em determinados momentos a exposição desses atores principais poderá transparecer uma ruptura no texto. Na verdade, trata-se de relacionar suas trajetórias de vida aos principais temas da pesquisa: dificuldades de acessos a terra, ao capital e ao mercado. Além, de simples estratégia, esse procedimento tem duas finalidades principais: a valorização dos personagens e distribuir a participação dessas histórias de vida, que são extensas, ao longo da escrita.

De similar importância é a designação da categoria no estudo: agricultor ou agricultora familiar, de pequeno porte ou camponês ou camponesa? No início do trabalho de campo não tive a menor dúvida que estava pesquisando o campesinato e seus agentes, o camponês ou camponesa. Não obstante, no decorrer das entrevistas, percebi que parte dos agricultores e agricultoras do assentamento jamais exerceram a atividade agropecuária ao longo de suas vidas. Para alguns deles, as únicas ligações com a zona rural são suas relações de parentesco. São bisnetos, netos, filhos ou sobrinhos de agricultores. Portanto, abandonaram seus meios de sobrevivência na cidade e foram subsistir no campo. Silva e Del Grossi (1998), presumem que a principal motivação para esses deslocamentos são os empecilhos cada vez maiores para

[...] ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda (p. 166).

²³ A única ressalva quanto a essa forma de identificação consta no item “4.6 - Imigração venezuelana no PA Nova Amazônia: exploração ou acolhimento”. Nessa parte da pesquisa, como o assunto é complexo podendo dar margem a preconceitos e ilegalidades os personagens são reais, porém seus nomes são fictícios.

No entanto, nesse contexto, em qual categoria incluir esses sujeitos? Porém, percebi que esta dúvida se estende a vários pesquisadores. Dentre eles, Schneider e Nierdele (2008), que para a compreensão dessa questão, iniciaram suas reflexões, fundamentados no surgimento da categoria.

As formas sociais familiares que se organizaram e desenvolveram no meio rural brasileiro a partir do século XIX surgiram por meio dos processos de ocupação do território interiorano através da entrada dos imigrantes de origem européia, especialmente no Sul do País. Mas é preciso lembrar que ao lado destes e, sobretudo antes destes, havia, no meio rural, grupos sociais formados por descendentes de indígenas que se miscigenaram com os primeiros colonizadores espanhóis e portugueses e de escravos negros de origem africana, muitos deles organizados em quilombos (p. 39).

Dessa forma, partindo desse pressuposto, esses autores complementaram que o entendimento das formas familiares de produção deve ser analisado considerando suas estratégias de reprodução no decorrer da história, sendo que,

[...] a primeira questão que se apresenta refere-se à comparação entre a configuração atual da agricultura familiar [ou dos grupos sociais assim identificados] em relação àquelas formas sociais que se implantaram no passado através dos processos de ocupação e colonização. Objetivamente, a indagação é sobre a possibilidade de se afirmar que os colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos, e tantas outras categorias do senso comum, estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual. (p. 39).

No entanto, Wanderley (2009), ressaltou que

[...] existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar, que se difundiu no Brasil, sobretudo, a partir da implantação do PRONAF. As posições a este respeito variam bastante. Para uns, o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF, que propõe uma tipologia de beneficiários, em função de sua capacidade de atendimento.

Para outros, a agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais 'pequenos produtores', incapazes de assimilar estas modificações. São os chamados agricultores 'consolidados' o que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação deste segmento (WANDERLEY, 2009, p. 186).

Com essas ponderações, observei que houve uma segmentação dos debates da relação agricultura familiar-campesinato por parte dos teóricos em duas vertentes principais. A primeira, direcionada à institucionalização da categoria, em função do atendimento às políticas públicas. Dessa forma, a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, estabeleceu as condicionantes para o pertencimento dos sujeitos à agricultura familiar.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

[...]

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Lei).

O outro grupo de pesquisadores, pelo contrário, orientaram-se pelas reflexões a partir da transformação dos camponeses e camponesas em agricultores e agricultoras familiares.

É preciso insistir, que pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada ‘sociedade englobante’, laços de integração, dentre os quais, são fundamentais, os vínculos mercantis. Desta forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão de mercado, para outra, de integração econômica e social no conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2009, p. 187).

Não obstante, complementou a autora, antes de conceber uma conversão irreversível e incondicional da condição de “camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais (p. 189). Em vista disso, justificando sua posição, reiterou que o agricultor familiar é “um ator social do mundo moderno” (p. 189), suprimindo qualquer forma de concepção direcionada a sua dissociação do campesinato.

Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade - e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história - é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Consequentemente, à vista disso, existe a necessidade de ponderar a disposição de “resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais” (p. 189), relembrou essa autora. Dessa forma, para ela, a simples reprodução do campesinato clássico, tornou-se incapaz para justificar a presença de agentes da agricultura familiar na sociedade contemporânea.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando - em proporções e sob formas distintas, naturalmente - as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Este agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês [...] na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Não obstante, diante de todas essas reflexões, torna-se interessante resgatar os escritos de Chayanov (2014), no qual ele considerou a força do trabalho familiar como base de sua subsistência. Ou conforme suas próprias palavras: “numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar

o solo [...]” (p. 105). Da forma como foi exposta, essa concepção pode parecer reducionista, porém, fundamentou toda uma discussão teórica de vários autores (CÂNDIDO, 2010; PLOEG, 2016; WANDERLEY, 2009) envolvendo a dinamicidade do campesinato, tanto no modo de produção capitalista quanto socialista.

Independentemente das variações locais ou regionais impostas à categoria, sejam elas, “colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho” (SCHNEIDER E NIERDELE, 2008, p. 56), o importante a destacar nesta pesquisa é que essas denominações formaram “a base do que se denomina atualmente de agricultura familiar, que aparece como uma categoria política com pretensões a sintetizar a diversidade social presente no meio rural brasileiro” (p. 56).

Enfim, considerando a totalidade dos debates, por mais que possa parecer que a categoria “agricultura familiar” foi alvo de uma identidade atribuída pelo Estado, a fundamentação dos autores citados auxiliou em uma relativização do conceito, já que desta designação dependerá o acesso às políticas públicas de acessos à terra, ao crédito e ao mercado. Portanto, prevaleceu nesta tese essa denominação. Porém, conforme, a narrativa dos agentes pertencentes a esta categoria do PA Nova Amazônia, eles se mostraram ativos e protagonistas de sua própria história.

2.2 CIRCUNSTÂNCIAS E PRINCÍPIOS DO PROBLEMA

Conforme citado na introdução desta pesquisa, o resultado do censo agropecuário de 2017 revelou o avanço na concentração da distribuição de terras no Brasil. Ou seja, maior percentual de área dedicada à agricultura nas mãos de menor número de proprietários de terras. A consequência imediata foi a redução das áreas ocupadas pela agricultura familiar e menor número de postos de trabalho nas pequenas propriedades.

Não obstante, as evidências das distorções em relação à oportunidade igualitária de acesso à terra já eram discutidas em épocas passadas, por diversos pensadores, entre eles, Caio Prado Júnior. Com isso, destaco a percepção deste autor conforme reflexão publicada originalmente na Revista Brasiliense, nº 28, março-abril de 1960 e posteriormente incluída no livro de sua autoria “Questões Agrárias” lançado em 1979.

Acima de 30 milhões de brasileiros²⁴, ou seja mais de metade da população do País, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias

²⁴ À época a população brasileira era de cinquenta milhões de habitantes, sendo que sessenta por cento dessa parcela ainda vivia na zona rural.

econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os íntimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais (PRADO JUNIOR, 1979, p. 15).

São nesses termos que Prado Junior (1979) propôs pensar a questão agrária brasileira, em uma dimensão humanista, contrário do que estava vigente à época: o favorecimento de certos grupos sociais em detrimento do sacrifício de outros.

Isso porque são sem dúvida as circunstâncias acima assinaladas que não somente condenam milhões de seres humanos a uma existência miserável e sem perspectivas, como ainda constituem o obstáculo principal e mais profundamente implantado no organismo social brasileiro, ao desenvolvimento econômico e cultural do País. Sob qualquer aspecto que se considere esse desenvolvimento, as suas perspectivas se acham estreitamente limitadas pelo fator negativo que constitui a presença no País de elevada percentagem de populações reduzidas a um dos mais baixos níveis de existência humana de que se tem notícias no mundo de nossos dias (PRADO JUNIOR, 1979, p. 16).

Para fundamentar suas análises esse autor recorreu aos dados do recenseamento realizado pelo IBGE em 1950, que, na visão desse autor, apontou uma considerável concentração da propriedade rural no país, conforme demonstra o quadro 1. Esta tabela apresenta a relação em percentual da quantidade de estabelecimentos rurais e a área ocupada, segundo as categorias pequeno, médio e grande propriedade rural.

Quadro 1 - Grupo de área por percentual de ocupação - Censo 1950

Estabelecimentos agropecuários	Percentual por grupo de extensão de área	Percentual de área ocupada
Até 100 hectares (pequenos)	85 %	17%
Acima de 100 hectares	15 %	83%

Fonte: Prado Junior, 1979.

Em referência a esse quadro,

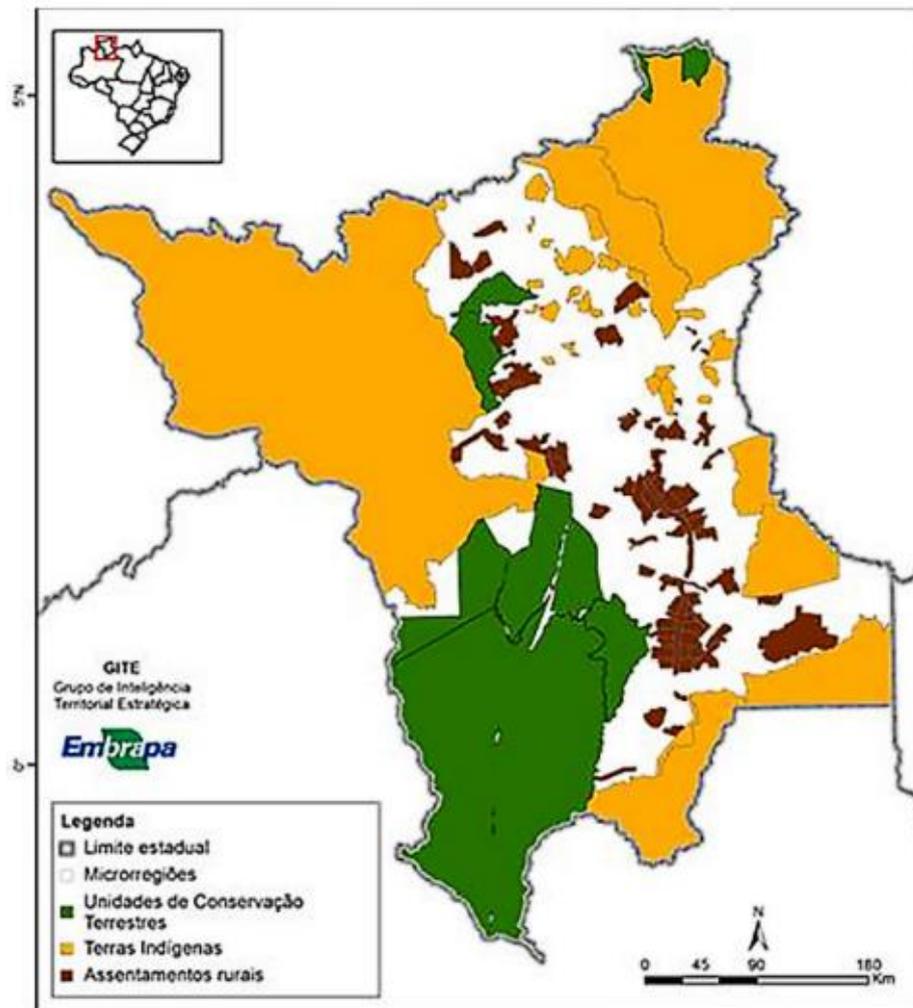
[...] enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios [6% do número total] ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente. É preciso acrescentar que o recenseamento foi realizado na base de ‘estabelecimentos’, e não de ‘proprietários’, não aparecendo nele, portanto, o caso tão frequente de grandes proprietários com mais de um estabelecimento. [...]. Há que lembrar ainda, para completar o quadro, a situação de cerca de cinco milhões [precisamente 4.984.801] trabalhadores rurais, entre assalariados e parceiros, empregados a serviço alheio (PRADO JUNIOR, 1979, p. 17).

Resumidamente, considerando os dados dos censos de 1950 e 2017 e análise histórica da constituição da estrutura agrária brasileira, tais informações indicam que a concentração fundiária é ao mesmo tempo sequência e consequência de um processo iniciado ainda nos tempos do Brasil colônia, que privilegiou determinadas classes sociais em detrimentos de outras na aquisição de bens e serviços.

Assim, o contexto que despertou interesses no assunto e que posteriormente se transformou em problema da pesquisa, está relacionado a esse processo, porém visualizado em uma atual conjuntura socioeconômica específica, em que a expansão da atividade agropecuária de médio e grande porte atingiu, o que é considerada²⁵, uma das últimas fronteiras do país, o estado de Roraima.

Não obstante, até o início do século XXI, essa realidade era pouco provável, pois a disponibilidade de terras propícias à atividade agropecuária é bastante reduzida em relação às demais unidades da federação; visto que os territórios indígenas, unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária legalmente instituídos e demarcados ocupam mais de setenta por cento da área territorial do estado, conforme se observa no mapa 1 e quadro 2. Acrescenta-se a isso, áreas do exército, montanhosas, alagadiças, rodovias, de preservação permanente e demais domínios que não comportam algum tipo de atividade econômica.

Mapa 1 – Divisão das áreas institucionais do estado de Roraima



Fonte: Extraído de Embrapa (2014) fundamentada pelas informações do MMA, ICMBio, Funai e Incra.

²⁵ Roraima foi a última unidade da federação a ser alcançada pela cultura soja.

Quadro 2 – Percentual das áreas institucionais

CLASSIFICAÇÃO	QTD	ÁREA (km ²)	PERCENTUAL OCUPADO
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	13	46.987	21%
TERRAS INDÍGENAS	33	103.833	46%
ASSENTAMENTOS RURAIS	69	13.933	6%
TOTAL	105	163.167	73%

Fonte: Extraído da Embrapa, 2014, fundamentada pelas informações do MMA, ICMBio, Funai e Incra.

Dessa forma, resta ao estado cerca de vinte e sete por cento²⁶ de toda a sua extensão territorial para as demais atividades consideradas “produtivas” no linguajar dos agentes protagonistas do agronegócio. Porém, essas áreas restantes são ocupadas por biomas considerados frágeis, como as florestas e o lavrado.

Lavrado é o termo local para a região das savanas de Roraima. Em Roraima, estas grandes extensões de savanas são denominadas de ‘*campos do rio Branco*’ ou ‘*lavrado*’. A palavra ‘*cerrado*’ também pode ser utilizada para expressar estes ambientes do norte amazônico, pois define fisionomias estabelecidas no Bioma do Cerrado brasileiro com grandes semelhanças na estrutura e organização da paisagem. Assim sendo, os termos *lavrado*, *cerrado* e *savana* podem ser usados para identificar a paisagem de vegetação aberta situada nos limites internacionais do Brasil, Guiana e Venezuela. (BARBOSA, et. Al. 2007, p. 03, grifos do autor).

Além disso, grande parte desses ambientes ainda estão em fase de regularização fundiária, processo que se arrasta desde 1988, ano em que Roraima deixou de ser território federal para se transformar em estado.

Não obstante, mesmo diante do que poderia ser considerados empecilhos, a atividade agropecuária de médio e grande porte, uma das ramificações do agronegócio, vêm ocupando cada vez mais os espaços rurais em Roraima. Exemplo dessa expansão, é o cultivo da soja, que de uma área plantada de pouco mais de um mil hectares em 2001, expandiu-se para quase quarenta mil hectares em 2018 (apêndice A). Mas, não é só isso. Outros agentes, cada qual com suas demandas, competem para a apropriação de extensas áreas rurais, transformando o estado de Roraima em uma espécie de território em disputa.

²⁶ Área na cor branca representada no mapa 01.

A imagem representada pela fotografia 1 é parte de uma área de floresta localizada no município de Rorainópolis²⁷.

Fotografia 1 - Fragmentos de área florestal



Fonte: arquivos do autor, 2018.

A imagem 2 foi fotografada durante um sobrevoo no município de Amajari²⁸. Com isso, torna-se importante destacar que nos municípios da porção sul do estado há o predomínio de áreas florestais e ao norte, regiões de lavrado.

Fotografia 2 - Vista panorâmica do lavrado



Fonte: arquivos do autor, 2015.

²⁷ Município localizado na porção Sul do estado de Roraima. Esse município faz divisa com o estado do Amazonas.

²⁸ Município localizado na região Norte do estado de Roraima.

2.3 TERRITÓRIOS EM DISPUTA

A partir dos primeiros anos do século XXI, observou-se um acirramento nas disputas pela ocupação dos vinte e sete por cento de terras restantes. Os atores envolvidos nessa contenda são os indígenas²⁹, ribeirinhos, garimpeiros, madeireiros, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, agropecuaristas de pequeno, médio e grande porte, e especuladores³⁰ com diversas pretensões. No entanto, dentre esses, os que mais se destacam são os agentes do agronegócio, cujas lavouras têm crescido vertiginosamente ano a ano, tanto em volume colhido quanto em expansão de área plantada, com destaques para as culturas do algodão, milho e soja. O apêndice A mostra o desenvolvimento da Produção Agrícola Temporária do Estado de Roraima no período de 2000 a 2018.

Não obstante, muito diferente da atividade agropecuária, outras categorias sociais entraram na competição com os pequenos, médios e grandes agricultores e propõem outras formas de exploração do ambiente para a geração de renda e crescimento econômico do estado. São os mineradores que agrupados em cooperativas que reúnem garimpeiros ou empresas representando conglomerados nacionais e internacionais requerem o direito de uso e exploração do solo e subsolo. Conseqüentemente, grande parte das áreas minerais prospectadas de Roraima já foram requeridas. E na lista dos minerais mais procurados consta o ouro, diamante e o nióbio. Quanto ao nióbio, só não foi explorado ainda porque as prováveis minas estão localizadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (AMILCAR JÚNIOR, 2014).

Quase 100% das áreas minerais de Roraima já foram requeridas. Isto quer dizer que mineradoras e pessoas comuns têm a concessão para explorar as terras por tempo indeterminado. A área mais requerida é a de Tepequém, no município de Amajari, a 158 quilômetros da Capital, Norte do Estado, rica em ouro e diamante.

O engenheiro de minas, Eugênio Pacelli, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral [DNPM] em Roraima, explicou o processo para qualquer um, seja pessoa física ou jurídica, extrair minérios do subsolo brasileiro. Ele lembrou que a mineração com autorização é permitida no Brasil, só não em terra indígena (AMILCAR JÚNIOR, 2014).

Assim, como os grandes e médios produtores rurais que avistaram o estado de Roraima como oportunidade para a ocupação de grandes áreas para a produção de seus produtos agropecuários, indivíduos ligados à mineração também estão com essa mesma visão. Pois até data recente, não se cogitava a possibilidade de mineração legalizada dentro do estado, visto que as maiores jazidas minerais estão localizadas no interior das terras indígenas e unidades de

²⁹ Buscam a ampliação de suas terras demarcadas e o reconhecimento de outras terras ainda não demarcadas ou reconhecidas.

³⁰ Incluem agentes locais e vindos das demais unidades da federação e também do exterior.

conservação, restringindo essa atividade. E não havendo regulamentação legal para esse tipo de atividade nesses territórios, a exploração se dá de forma ilegal.

Porém, garimpeiros, alunos e professores, principalmente, dos cursos de geologia e geografia da UFRR³¹ e demais agentes ligados à atividade da exploração mineral vislumbraram a oportunidade de desenvolver essa prática de forma regulamentada. Já que fora das áreas indígenas e ou reservadas às unidades de conservação esse tipo de empreendimento é permitido. Para ser mais claro. As áreas pretendidas por esses atores estão inseridas naqueles vinte e sete por cento da porção da totalidade do território estadual não atribuída e disputada pelos demais exploradores da natureza, seja eles, pequenos, médios ou grandes agropecuaristas.

Longe de terminar a concorrência para a utilização dos recursos ambientais, seja para a exploração de commodities minerais e agropecuárias ou produção de hortifrutigranjeiros, está por vir um empreendimento que terá um grande impacto sobre a natureza e seus habitantes, atingindo todos os atores das contendas. É a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica no rio Branco que aproveitará os desníveis das corredeiras do Bem Querer para gerar eletricidade. O local previsto para essa construção está localizado no município de Caracaraí. A área territorial que deverá ser inundada, conforme definido no projeto, será em torno de quinhentos e dezenove quilômetros quadrados (EPE, 2010).

Não obstante, surgem resistências organizadas a essa pretensão. Dentre elas, a criação em 30 de novembro de 2012 do Movimento Puraké. As pessoas que compõem esse grupo têm por objetivo principal sensibilizar os poderes público e privado, assim como a sociedade em geral sobre a relação custo-benefício dos impactos socioambientais e econômicos auferidos com a concretização desse projeto.

Conforme informações do defensor público e colaborador do Movimento Puraké, Jaime Brasil Filho, a um jornal local,

[...] a área a ser inundada é maior do que a de Belo Monte, enquanto a energia a ser gerada é apenas 6% da energia que deve ser gerada pela usina no Pará. 'Ou seja, só tem custo. Não tem benefício nenhum. Porque esses 700 megawatts que estão previstos não serão suficientes para alimentar um possível crescimento do Estado nos próximos anos', explicou (GOMES, 2017).

Entretanto, diferentemente de outras formas de utilização de bens naturais para a satisfação do ser humano, seja para o provimento da alimentação e ou produção de bens e serviços como as atividades agropecuária e mineração, a Hidrelétrica Bem Querer, caso seja construída, restringirá o uso do território para todas essas atividades. E os impactos culturais e socioambientais serão inestimáveis. A certeza desse prognóstico está fundamentada em uma

³¹ Universidade Federal de Roraima.

outra hidrelétrica, localizada bem próximo³², com características socioambientais parecidas com a de Bem Querer, a Usina Hidrelétrica de Balbina.

A Usina Hidrelétrica de Balbina está localizada no município de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas. E desde o seu planejamento, na década de 1970, já era um empreendimento com uma tragédia anunciada por diversos profissionais e pesquisadores da área (CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA, 2009; FEARNSIDE, 2015).

Quando a usina entrou em funcionamento parcial, em 1988, até mesmo o governo reconheceu que ela é uma verdadeira tragédia. Balbina é uma **tragédia econômica**, pois o custo da energia que ela produz é altíssimo. Acontece que o rio Uatumã é pequeno e tem pouca água, e por isso, a quantidade de energia consumiu muito dinheiro. Muito mais que continuar a usar as termoelétricas!

Balbina também é uma **tragédia ecológica**, pois destruiu uma área enorme de floresta, destruindo milhões de árvores. Acontece que o rio Uatumã está localizado em região de relevo quase plano, e, por isso, a represa criada pela barragem inundou um espaço exagerado. Não foi só a floresta que se perdeu, mas também muitas espécies animais que habitavam aquele meio ecológico.

Finalmente, Balbina é uma **tragédia social** que prejudicou os habitantes da região. Uma parte da sua enorme represa inundou terras de caça e moradia dos índios. Além disso, os peixes desapareceram do rio, no trecho abaixo da barragem, pois a decomposição dos vegetais afogados pela represa tornou a água ácida e poluída. Os habitantes das margens do rio, que usavam os peixes como fonte de alimentação, estão se mudando para outros lugares (CEPA, 2009, p. 01, grifo nosso).

Em um primeiro momento, essa sequência de eventos que de diferentes formas permitem aos agentes disputar e explorar o ambiente para usufruto próprio³³, pode induzir a se olvidar da interrelação dos meios urbanos e rurais, já que todos os acontecimentos relatados estão inseridos no âmbito rural. Portanto, considera-se neste trabalho a interrelação entre os ambientes rural e urbano, pois eventos ocorridos no campo atingem diretamente as populações urbanas e vice-versa³⁴.

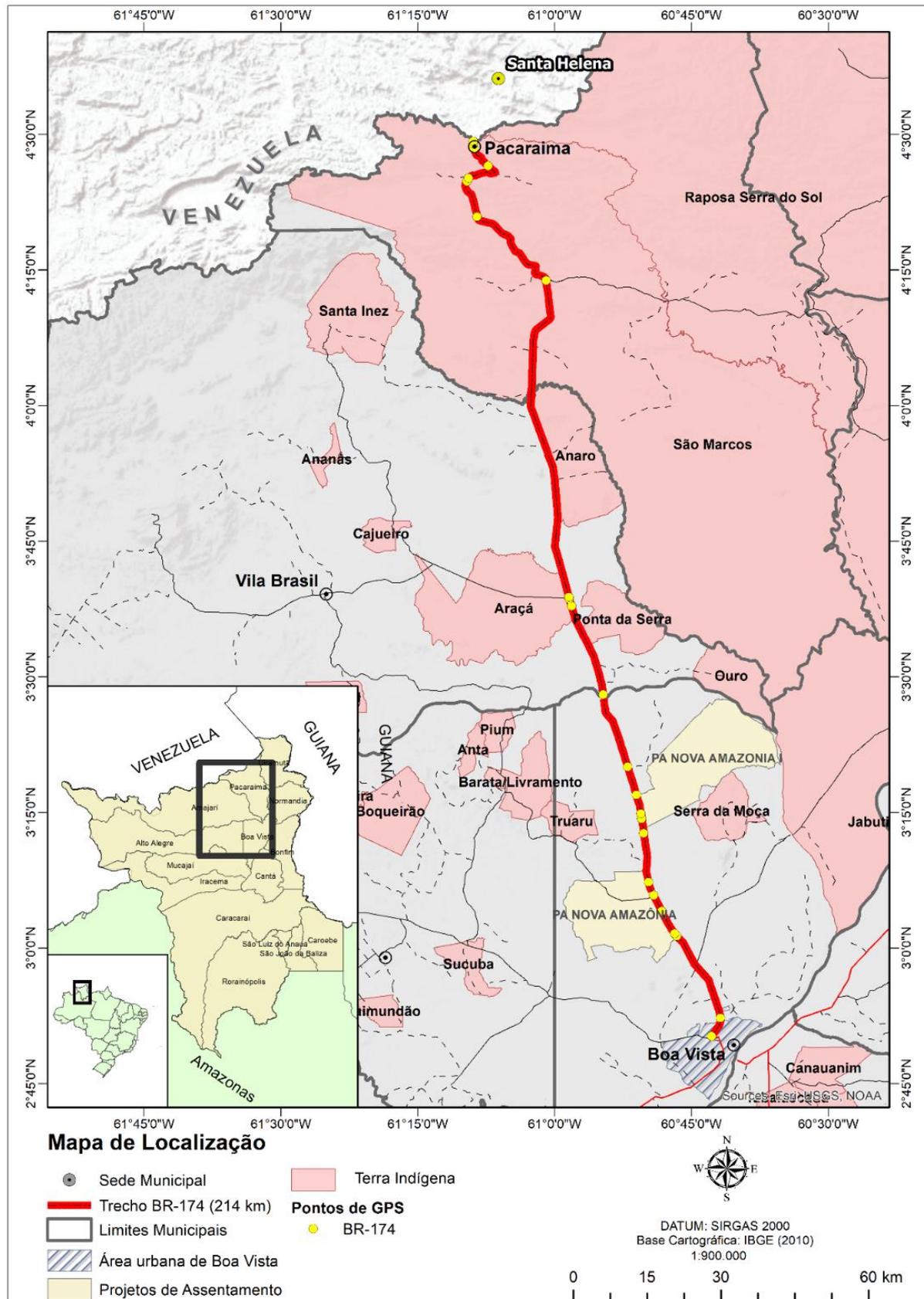
Nesse contexto, até o momento, evidenciou-se uma série de situações predominantemente ocorridas no meio rural. Porém, agora, inverte-se o cenário. Insere-se as disputas sucedidas nos territórios urbanos. Um episódio relevante pode ser visualizado por meio dos deslocamentos de pessoas de nacionalidade venezuelana em direção a outros países. Assim, a ênfase mira especialmente essa imigração para o Brasil e mais especificamente para Roraima.

³² As corredeiras do Bem Querer (município de Caracará-RR), localidade onde se pretende construir a usina hidrelétrica está a uma distância aproximada de quinhentos quilômetros da Usina Hidrelétrica de Balbina (Presidente Figueiredo-AM).

³³ Mesmo que de forma não igualitária. A questão da apropriação equitativa dos territórios é tratada em capítulo posterior.

³⁴ Esse assunto será tratado com mais detalhes em capítulos específicos. Mas só para servir como exemplo dessa influência mútua, eventos climáticos como as secas ou superprodução de determinado produto influencia os preços nas cidades. E caso as cidades diminuam ou aumentem seu poder compra, tal fato influenciará diretamente o comércio entre campo e cidade. Outro exemplo, é a extensão de área do lago formado devido à construção de usinas hidrelétricas que pode ocupar tanto territórios urbanos quanto rurais com consequências danosas para ambos os ambientes.

Mapa 2 - Rota de entrada no Brasil da imigração venezuelana



Fonte: o autor, 2019.

Devido à proximidade e facilidades logística, o estado de Roraima se tornou uma rota natural para os deslocamentos de venezuelanos e venezuelanas. A ligação rodoviária entre Brasil e Venezuela é realizada por meio da rodovia BR-174, a chamada “fronteira seca” (fotografia 3). A distância entre os extremos desta estrada, Pacaraima no estado de Roraima até a cidade de Manaus, no estado do Amazonas, são em média mil quilômetros (mapa 2).

A cidade da Venezuela mais próxima da divisa territorial com o Brasil é Santa Elena de Uairén que fica a uma distância média de quinze quilômetros de Pacaraima, a cidade brasileira localizada praticamente na fronteira entre os dois países.

Fotografia 3 - Marco fronteiro Brasil - Venezuela



Fonte: arquivo do autor, 2019.

O impulso da imigração venezuelana para alguns países da América Latina³⁵ se deu a partir de 2015, logo após o presidente Nicolás Maduro perder as eleições parlamentares da Venezuela (FGV, 2018). Mas esse episódio foi apenas um detalhe, dentre outras inúmeras ocorrências que conduziram a Venezuela a um dos piores colapsos socioeconômicos de sua história. Contribuíram para isso, principalmente, “os impactos da crise financeira global e a baixa dos preços internacionais do petróleo, produto que representa mais de 90% das exportações venezuelanas” (SANTORO, 2018, p. 01). Posteriormente, emanaram as pressões internacionais e os descontentamentos internos da oposição provocados pelo modelo político que prevaleceu no país desde o final da década de 1990 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS,

³⁵ Inicialmente para a Colômbia e o Brasil e posteriormente para Peru, Chile e Argentina (ONU, 2018).

2018). Tudo isso resultou em deslocamentos em massa do povo venezuelano em direção a outros países à procura de meios básicos de sobrevivência. Em números quantitativos, a população que deixa a Venezuela devido à estagnação econômica e social já se compara à crise migratória do Mediterrâneo (ONU, 2018).

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (2018), agência da ONU³⁶ para a imigração, quase dois milhões de pessoas já deixaram a Venezuela desde o ano de 2015. E o estado de Roraima por ter ligação terrestre com aquele país se tornou uma rota natural de passagem³⁷ ou local de permanência para os imigrantes venezuelanos. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Boa Vista, atualmente, vivem quase trinta e oito mil venezuelanos na cidade (SILVEIRA, 2018). Esse número equivale em média a oito por cento da população local, considerando uma população municipal de cerca de trezentos e setenta e cinco mil habitantes (IBGE, 2018).

Diante desses números e da situação de vulnerabilidade que se encontram esses imigrantes, agentes públicos além de providenciar o acolhimento inicial, o Conselho Nacional de Imigração³⁸ editou em 02 março de 2017 a Resolução Normativa nº 126, que favoreceu a regularização da imigração venezuelana no país.

Considerando o fluxo migratório a unidades da Federação, sobretudo na região Norte, de estrangeiros nacionais de países fronteiriços que ainda não são parte do referido Acordo de Residência, que se encontram em situação migratória irregular no Brasil e aos quais não se aplica o instituto do refúgio para permanecer no país, resolve:

Art. 1º Poderá ser concedida residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associado (BRASIL, 2017, Resolução).

Essa resolução, dentre outras utilidades práticas, permitiu às pessoas imigrantes o direito de tirar carteira de trabalho e conseqüentemente acesso a empregos de forma legalizada. Porém, com o fluxo crescente desses deslocamentos foi necessário organizar e iniciar um modelo institucional de assistência a essas pessoas. Dessa forma, o governo brasileiro, em março de 2018, lançou a Operação Acolhida.

Coordenada pelo Governo Federal, a Operação Acolhida é capitaneada pelo Exército Brasileiro e conta com decisivo apoio material, logístico e pessoal de organismos internacionais e da sociedade civil, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas

³⁶ Organização das Nações Unidas.

³⁷ A partir de Boa Vista se deslocam de avião e ônibus principalmente, para a Bolívia, Peru e Argentina.

³⁸ O Conselho Nacional de imigração é um órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e tem por objetivo elaborar as políticas de imigração, entre outras atribuições (BRASIL, 1993).

(UNFPA), ONU Mulheres, Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), entre outras (ACNUR, 2020, p. 01).

Os principais objetivos da operação são organizar o fluxo de entrada e municiar os imigrantes com todas as informações necessárias para sua estada em território brasileiro.

No marco da operação, os venezuelanos que chegam ao Brasil são registrados, documentados e imunizados. Aqueles que pretendem permanecer no Brasil são orientados a solicitar refúgio ou requisitar visto de residência temporária. Os casos mais vulneráveis são encaminhados para abrigos temporários emergenciais (FERREIRA; AZEVEDO, 2019, p. 02).

Porém, o acolhimento dos viajantes nos abrigos da Operação Acolhida (fotografia 4) depende da disponibilidade de vagas. Segundo informações adquiridas no local, quase sempre não há vagas e as preferências são para pessoas com crianças entre zero de dez anos de idade. Assim, não encontrando vagas nos abrigos, os imigrantes geralmente, se deslocam em direção à cidade de Boa Vista.

Fotografia 4 - Imagem de um abrigo da Operação Acolhida em Pacaraima



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Não obstante, os moradores locais diante do grande contingente de pessoas chegando a todo momento, e apesar da boa receptividade por parte da maioria da população local, determinadas pessoas residentes se viram ameaçados em seus ambientes. Assim, tem ocorrido disputas pelos espaços³⁹, o que também tem gerado variados impactos. Nesse sentido, ocorreram vários protestos de moradores, tanto de cidades do interior, como da capital do estado contra essa imigração.

De acordo com a reportagem de um jornal local, a cidade não consegue atender a demanda da imigração, e por conta disso, os moradores sofrem com a falta de água, de medicamentos e vagas no hospital e postos de saúde do município, além de ter que lidar com o aumento da violência (POPULARES, 2018).

Na realidade, observei que grande parte desses manifestantes não são contra a imigração venezuelana. Na verdade, penso que os protestos são devido à falta de articulação entre os entes municipal, estadual e federal para acolhida e apoio aos imigrantes desamparados. Porém, entre os descontentes com a situação, constatou-se a existência de um pequeno número de xenófobos⁴⁰ nessas manifestações. Esses protestos ocorreram nos municípios de Mucajaí, Boa Vista e Pacaraima entre os meses de janeiro a agosto de 2018.

Porém, não se pode omitir que o cenário da cidade de Boa Vista mudou completamente após a imigração venezuelana. A todo momento se depara com imigrantes de todas as idades e sexo alojados em praças públicas, nos semáforos lavando para-brisas, em esquinas com placas penduradas no pescoço à procura de trabalho para comprar comida. Portanto, não é difícil conversar com eles. E quando questionados sobre o motivo da saída de seu país, as repostas são unânimes: “estamos fugindo da fome”.

A presença dos venezuelanos e venezuelanas não se restringiu somente à zona urbana de Boa Vista. Alguns grupos se dirigiram às zonas rurais do estado em busca de trabalho na atividade agropecuária, como para o PA Nova Amazônia, um dos exemplos. Percebi que a presença dessas pessoas transformou o cotidiano do assentamento em vários aspectos. Dentre estes, o aumento da produção de hortifrutigranjeiros e o choque de opiniões entre os assentados e assentadas em relação à permanência desses estrangeiros e estrangeiras na localidade.

³⁹ Principalmente em relação ao acesso a serviços públicos como saúde, educação e segurança. As disputas no mercado de trabalho também se acirraram.

⁴⁰ “[...] que ou quem manifesta aversão aos estrangeiros, ou à cultura estrangeira” HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2894). Deriva da palavra xenofobia que caracteriza a [...] “desconfiança, temor, ou antipatia por pessoas estranhas ao meio daquele que as ajuíza, ou pelo que é incomum ou vem de fora do país” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2894)

Portanto, com o objetivo tentar entender essas questões e outras demais, tive que inclui-los na relação dos personagens a serem entrevistados.

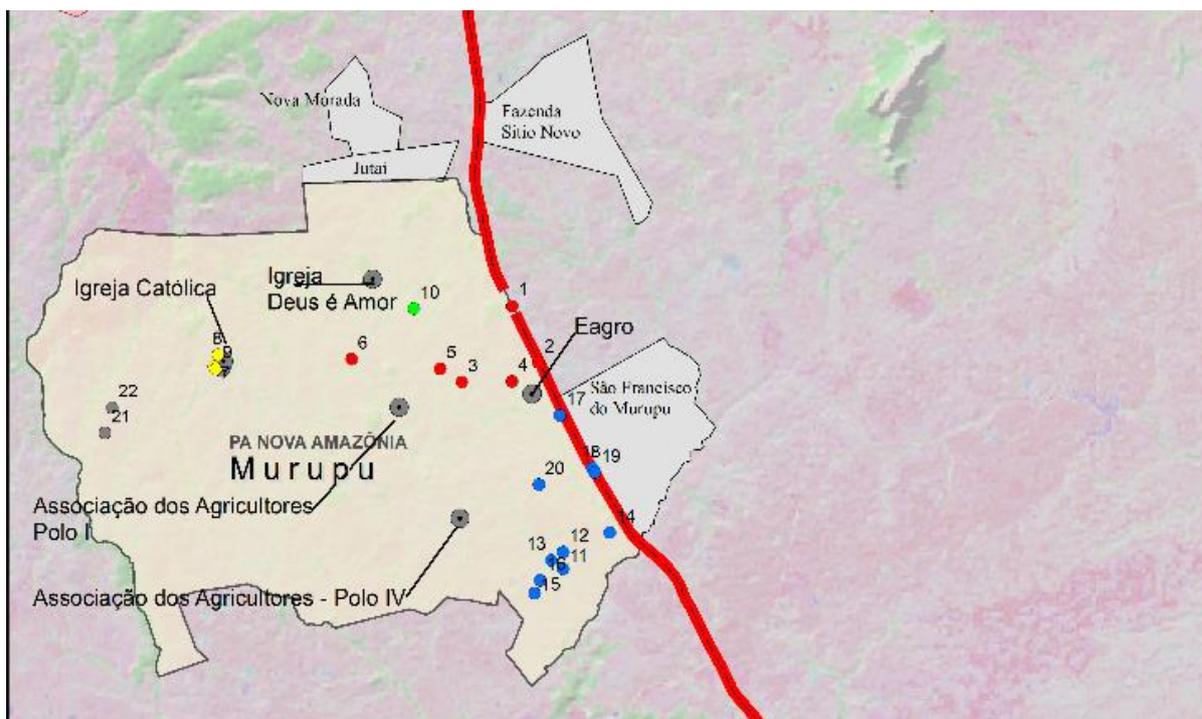
Logo, em um misto de estranhamento, comoção, revolta e acolhimento, os impactos econômicos, ambientais e socioculturais são sentidos cotidianamente por todos os moradores do estado de Roraima.

Por fim, cada episódio descrito suscitou reflexões que influenciaram, direta ou indiretamente, os rumos da pesquisa. Assim sendo, o conjunto dessas ocorrências revelam a atual conjuntura socioeconômica do estado de Roraima, onde percebo uma disputa para apropriação de espaços, porém, com grandes desvantagens para as famílias agricultoras de pequeno porte.

2.4 AMBIENTE DA PESQUISA

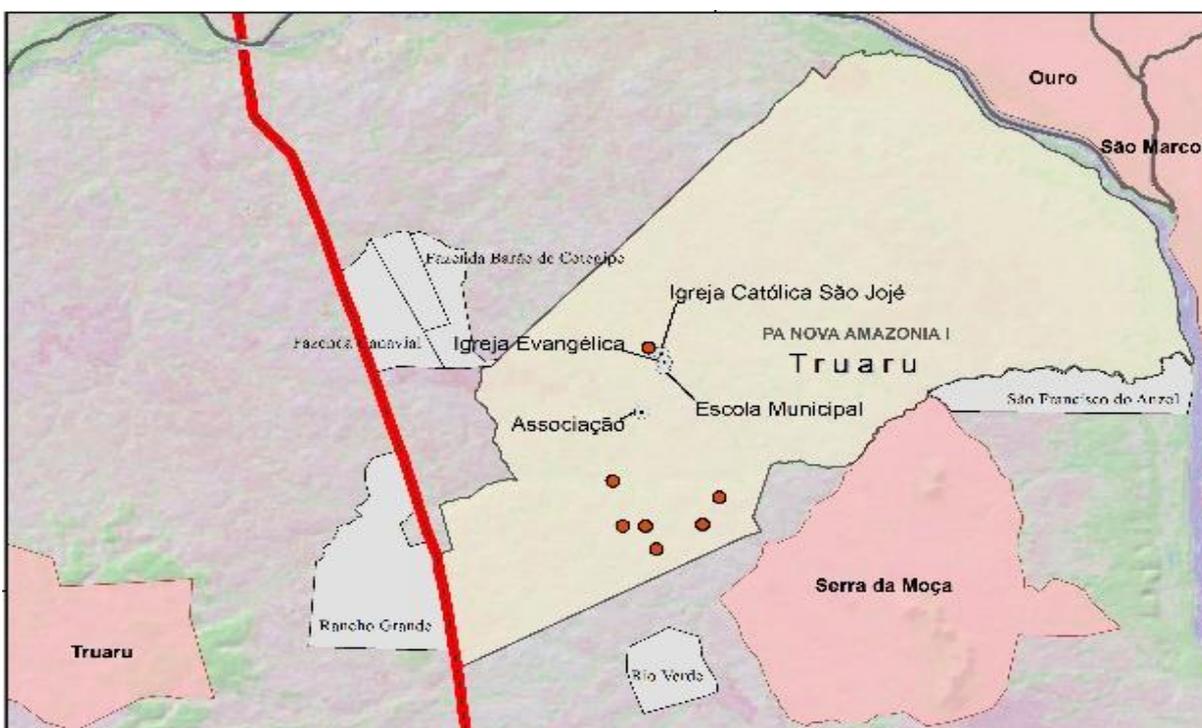
O ambiente escolhido para a pesquisa foi um assentamento do Programa Nacional da Reforma Agrária, o PA Nova Amazônia. Porém, essa escolha não foi aleatória. Além de se localizar na zona rural do município de Boa Vista, o plantio da soja é incentivado também nesse assentamento. Com isso, torna-se importante destacar que esse município ocupa desde o ano de 2018 a posição de maior produtor de soja do estado de Roraima. Outra circunstância significativa, conforme mostra as áreas na cor cinza dos mapas 3 e 4, é a concentração de grandes empreendimentos agrícolas destinados ao monocultivo da soja situados no entorno do assentamento. Dessa forma, nas áreas adjacentes do PA Nova Amazônia, Murupu, situam-se as fazendas Morada Nova, Jutai e São Francisco do Murupu e na área do assentamento denominada Truaru, as fazendas Rio Verde, Rancho Grande, São Francisco do Anzol, Fazenda Canavial e Barão de Cotegipe.

Mapa 3 - PA Nova Amazônia, Murupu



Fonte: o autor, 2019.

Mapa 4 - PA Nova Amazônia, Truaru



Fonte: o autor, 2019.

Por outro lado, é no PA Nova Amazônia que também se desenvolvem os principais projetos de transição para a agropecuária de base ecológica. Não obstante, torna-se relevante recordar que a cidade de Boa Vista também se constituiu em um espaço de estudo, pois

representantes de órgãos e instituições municipais, estaduais e federal pesquisadas estão situados nessa localidade.

2.5 ETNOGRAFIA DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

Para etnografar o ambiente socioeconômico do Projeto de Assentamento Nova Amazônia procurei descrever minuciosamente cada detalhe que julguei importante para a reflexão da pesquisa. Para tal fim, subsidiei-me, principalmente, pelas narrativas de moradores e moradoras do espaço em estudo e complementarmente por entrevistas com agentes privados, dentre eles, alguns produtores de soja e de instituições públicas, como Incra, Sebrae, Embrapa, Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas de Boa Vista, Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima e Organização das Cooperativas do Brasil⁴¹.

Paralelamente foram consultados documentos diversos como processos, arcabouço jurídico e escrituras públicas. Dado que, a normatização,

[...] seja em forma da aplicação de políticas públicas, seja em forma da busca de direitos de cidadania, carimba uma aura de autoridade às efetivações negociadas e implementadas por agentes em diversos níveis que contribuem para maior ou menor equidade entre as pessoas. Criam-se benefícios, estímulos e desestímulos provenientes de domínios de poder operados por agentes que respondem aos mais diversos interesses os quais precisam ser explicitados e interpretados para uma compreensão mais plena dos processos em questão (SCOTT, 2010, p. 16).

Referente ao método, privilegiei a abordagem qualitativa. Não obstante, em determinados momentos, secundariamente foi necessário recorrer à exploração de dados quantitativos, sobretudo dos dados dos censos realizados pelo IBGE e relatórios emitidos pelo Sipra.

O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária [SIPRA] destina-se ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária [desde a criação até a sua emancipação], bem como, dos beneficiários [da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento socioeconômico à titulação], propiciando desta forma o conhecimento da realidade nas áreas dos assentamentos. Atualmente o SIPRA tem informações de aspecto econômico-sociais, com registro dos programas ali desenvolvidos, e ainda, o cadastro atualizado de todos os assentados. Funciona através de um sistema de gerenciamento de banco de dados relacional (desenvolvido em ambiente Microsoft Access para Windows - versão 2.0), [...] (INCRA, 2018, p. 11).

O presente trabalho tem diversas referências oriundas da internet. Em que pese a crítica a esta fonte de conhecimento, destaco que a sociedade moderna produz academicamente de forma abundante neste meio. Por meio dela, tem-se acesso a diversas obras científicas que estão esgotadas nas editoras ou mesmo aquelas que possuem um extenso arcabouço teórico, contudo, jamais foram reeditadas. Além do mais, o acesso ao conhecimento foi desconcentrado. Se antes

⁴¹ Organização das Cooperativas do Brasil.

somente os especialistas forneciam conteúdo, hoje todos somos fornecedores de conteúdo. Se antes somente aqueles profissionais especializados consumiam o conteúdo, hoje todos os curiosos tem acesso a ele. Por certo, na era da pós-verdade e da pós-modernidade, nem tudo produzido tem qualidade ou mesmo veracidade, porém, é impossível conduzir um trabalho acadêmico sem acessar a web. Destarte, a pesquisa se utilizou da internet, contudo, com espírito crítico e acadêmico, sempre a referenciando e conferindo suas fontes.

Relacionado ao formato das referências, para facilitar sua conferência, estas foram divididas em três tópicos: entrevistas concedidas, legislação e obras diversas. Nesse segmento, as entrevistas compreendem todos os personagens entrevistados durante a pesquisa de campo, sendo eles, os moradores e moradoras do PA Nova Amazônia, assim como, os representantes de instituições públicas ou privadas. A legislação inclui a Constituição Federal, leis, decretos, portarias e quaisquer outros atos legislativos. As obras diversas apresentam os livros, artigos científicos, processos e demais documentos oficiais, como a cadeia dominial expedida pelo cartório da cidade de Boa Vista.

Todas as informações pertinentes à pesquisa foram coletadas durante o trabalho de campo realizado entre 2017 a 2019.

2.5.1 Antecedentes

Antes de iniciar o trabalho de campo, a preocupação central da pesquisa estava focada na expansão do agronegócio, representado pela cultura da soja em um ecossistema peculiar como o estado de Roraima. Especificidade esta, fundamentada sobretudo pela divisão de sua estrutura fundiária, mapa 01, considerada desfavorável à produção de *commodities* agrícolas ou minerais que não estavam previstas nesse ordenamento territorial. Não obstante, esse inconveniente, conforme mencionado anteriormente, não evitou as disputas de territórios, principalmente entre agentes representantes da agropecuária de médio a grande porte e da agricultura familiar, com ênfase nos produtores e produtoras agroecológicos. Porém, sabe-se da força da lógica capitalista que exclui quaisquer tipos de obstáculos ao seu avanço. Nesse contexto, lembro de fato semelhante, porém, ocorrido na região de Santarém, no estado do Pará, considerada a porta de entrada da soja na Amazônia, onde os grandes produtores de soja se apropriaram de grande parte do território antes pertencentes aos sujeitos da agricultura familiar⁴².

⁴² Ver Youssef Filho, 2013. Comunidades Persistentes: a resistência dos moradores da região de Açaizal do Prata.

2.5.2 Trabalho de campo e a mudança de percepção

A partir de minha inserção nas pesquisas de campo, à medida que o trabalho foi se desenvolvendo, observei determinadas mudanças na percepção do problema. Com isso, a sojicultura passou de agente causador da expansão a uma espécie de símbolo da opressão para essa “apropriação de territórios” na atual conjuntura. É bom lembrar que em tempos passados, esse atributo foi representado na agricultura pelo trigo, pela cana-de-açúcar, pelo café e na pecuária pelo gado bovino. Assim, nada impede que em outros momentos da história, o signo seja substituído por outros produtos oriundos da atividade agropecuária. Não obstante, tal hipótese só será compreendida com o prosseguimento da leitura do trabalho, sendo que o objetivo dessas divagações foi adiantado somente para destacar a importância da pesquisa de campo. No entanto, os oprimidos continuaram a ser os mesmos sujeitos, os agricultores e agricultoras familiares.

Segundo DaMatta (1987), a base do trabalho de campo como técnica de pesquisa é uma forma de procurar novas informações através da comunicação direta entre o pesquisador capacitado teoricamente e o seu objeto de trabalho. Complementou ainda que desse contato poderá surgir diversos questionamentos e demandas através dos quais a Antropologia se sustenta, pois, é partindo das contradições que a disciplina tem colaborado com outras áreas do conhecimento, principalmente as que envolvem as ciências sociais. Alinhada ao mesmo raciocínio, Peirano (1992) acrescentou que

[...] o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre 1) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo e 2) a observação entre os nativos que estuda (p. 08).

Todavia essa autora discorre que toda etnografia deve disponibilizar a maior quantidade de informações possíveis, de modo a continuamente suportar outros exames dos dados coletados, pois desta forma, surgirá sempre a ocorrência de novos vestígios, cujos elementos são capazes de exprimir muito mais que seu próprio autor possa expressar, suscitando assim variados pontos de vista. Isso é o mesmo que Geertz (1989) citando Ryle chamou de uma descrição densa.

No Brasil, em relação a essa técnica de pesquisa, Peirano (1992), mencionou os diários de campo de Darcy Ribeiro que resistiu “a todas as teorias que ele propôs, no seu entender, exatamente para serem refutadas” (p. 14). Com isso, em sua concepção tanto Darcy como outros

etnógrafos de renome reproduziram Fraser, quando o mesmo ressaltou a perenidade das informações etnográficas em oposição à marca transitória das conquistas teóricas.

Não obstante, é necessário esclarecer que para vários estudiosos do assunto, não existem fórmulas exatas e objetivas que deve ser seguida rigorosamente pelo pesquisador em seu trabalho de campo. Com referência a esse assunto, Bourdieu (1997) vai além e tece uma ferrenha crítica aos numerosos livros de metodologia que versam a respeito das técnicas de pesquisa de campo. Para ele, por mais importante

[...] que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer ‘sem o saber’, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos que são frequentemente decorrentes, como o ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos as sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência (BOURDIEU, 1997, p. 693).

Em certa medida, Peirano (1992), compartilha com essa ideia. Para ela, não existe regras gerais onde se incluem normas especiais na pesquisa de campo, ainda que existam certos hábitos corriqueiros. No entanto, conforme a mesma autora, na Antropologia, a investigação é subordinada a vários elementos, dentre os quais, além da prática do pesquisador, destacam-se [...] as opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados (p. 09).

Não obstante, para Cardoso (1986), a reflexão metodológica no âmbito das ciências sociais vem adotando uma direção bastante peculiar.

A discussão sobre o papel do investigador, seu envolvimento e as consequências disto para a pesquisa são enfatizadas, ao mesmo tempo que se diminui o espaço do debate propriamente metodológico. Quase tacitamente estamos aceitando o ecletismo como um bom caminho para o conhecimento e qualquer pergunta sobre as limitações impostas por este ou aquele método é impertinente. Um indisfarçado pragmatismo [muitas vezes confundido com politização] dominou as ciências sociais contemporâneas e desqualificou como ocioso o debate sobre os compromissos teóricos que cada método supõe. Concentra-se o interesse na relevância do tema estudado e na forma pela qual o investigador se engaja no estudo. Um pesquisador capaz de uma ‘boa’ interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, da sua ‘verdade’. O critério para avaliar as pesquisas é principalmente sua capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *statu quo* (CARDOSO, 1986, p. 95, grifo da autora).

Extremamente pertinente e revelador as preocupações da pesquisadora. Por conseguinte, isso demonstra os cuidados que deveremos adotar em relação aos procedimentos: liberdade total de reflexão, porém, mantendo um distanciamento seguro do método.

Diante disso, resguardando os devidos cuidados, é possível afirmar que não existe metodologia única a ser utilizada durante a pesquisa de campo. Basta lembrar que na maioria das vezes, o trabalho de campo se fundamenta no relacionamento entre pessoas, cujas situações nem sempre podem ser controladas. Dito de outra forma, nenhum manual é capaz de prever com certeza as ocorrências em campo, principalmente a reação das pessoas diante de eventos inesperados. Haverá momentos em que o pesquisador deverá se desvencilhar dos aportes teóricos-metodológicos. Uma informação poderá levar a outras que dependendo do contexto poderá fazer com que as investigações tomem novos rumos alterando os resultados esperados. Exemplo prático disso foi a alteração do direcionamento deste estudo no decorrer da pesquisa de campo.

2.5.3 Coleta de dados

“E só há dados quando há um processo de empatia correndo de lado a lado” (DAMATTA, 1978, p. 12). Apesar de Roberto Damatta ter proferido essa frase a mais de quarenta anos atrás, quando apresentou o “Ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological blues” na Universidade Federal de Brasília, no Simpósio sobre Trabalho-de-Campo, realizado no ano de 1972, ela permanece contemporânea e sem dúvida, constitui-se na principal, senão única, forma de comunicação reveladora entre o pesquisador e seu interlocutor ou interlocutora.

[...] na verdade, eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga (BOURDIEU, 1997, p. 694).

Além disso, configura-se como uma espécie de defesa na relação entre o pesquisador e seu entrevistado ou entrevistada, contra o que Bourdieu (1997, p. 695) denominou de uma “uma comunicação não violenta”. E esta foi minha principal preocupação durante todo o trabalho de campo, sendo que isso deve ser realizado dentro de um planejamento rigoroso que incluiu em primeiro plano a forma de abordagem com os interlocutores e interlocutoras.

Não obstante, não se deve esquecer que toda entrevista representa uma espécie de intromissão, uma “*intrusão* sempre um pouco arbitraria que está no princípio da troca [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 695, grifo do autor). De acordo com essa referência, a entrevista é sempre uma relação assimétrica, onde é o pesquisador quem principia o jogo e institui o regulamento do mesmo, sendo “ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado” (p. 695). Cardoso de Oliveira (2006) corroborando com tal ideia acrescentou que

a simples ação de escutar um informante pode representar uma forma de domínio, na qual “o etnólogo exerce um *poder* extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical” (p. 23, grifo do autor). Para ele, uma maneira de romper esse tipo de relacionamento é transformar o informante em interlocutor, que inversamente às metodologias convencionais de entrevistas, cedem lugar a uma relação dialógica. Todavia para que isso ocorra, conforme a mesma referência, torna-se necessário proporcionar

[...] um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’ – como os hermeneutas chamariam esse espaço -, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre ‘iguais’, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Assim, considera-se necessário estar ciente que nosso interlocutor ou interlocutora é um indivíduo dotado de inteligência e sentimentos. Da mesma forma que o estamos analisando, também estamos sendo observados. Deve-se ter consciência que essa é uma relação de total inteiração, conforme exposições anteriores. E que se nos dispomos a deslocamentos dispendiosos para os encontros é porque aquelas pessoas têm algo de extraordinário e que muito nos incita. Portanto, sempre deixei em evidência para esses interlocutores e interlocutoras a importância do seu conhecimento e depoimento para minha pesquisa.

No entanto, surgiu o problema preliminar. Como encontrar o primeiro interlocutor ou interlocutora? Penso que abordar diretamente pessoas, em um primeiro momento, desconhecidas, com o objetivo de ouvir suas histórias de vida, vai ao encontro das configurações de violência e intromissão descritas por Bourdieu (1997). Mas, uma forma de romper esse pressuposto é ser apresentado por alguém próximo à pessoa que queira entrevistar. Logo, foi nesse contexto que recorri a uma antiga conhecida, Cátia, engenheira agrônoma que em 2017 estava exercendo a função de professora substituta na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, a Eagro, cujo campus está localizado no PA Nova Amazônia. Assim, em vista dessa solicitação, a professora Cátia me apresentou ao Mariton que além de ser seu aluno no curso técnico em agropecuária é também filho de um dos moradores do assentamento, o Milton, que será apresentado no devido momento. O primeiro encontro com Mariton ocorreu na Eagro, ocasião em que expliquei a motivação da visita. Dessa reunião surgiu o convite para minha primeira visita ao sítio da família, sendo que esta ocorreu em 25 de março de 2017. A partir desse encontro fui sendo apresentado aos demais moradores e moradoras do PA Nova Amazônia.

Em princípio nas primeiras visitas, sempre que possível, solicitava o acompanhamento de algum morador ou moradora do assentamento com quem havia constituído algum tipo de relacionamento para as apresentações. Porém com o passar dos dias e com certo conhecimento da região e seus habitantes, comecei a realizá-las sem a necessidade de apresentações formais. Além disso, o “boato” de um pesquisador andando pela região correu muito rápido e alguns deles me disseram que já estavam me aguardando. Geralmente cada uma dessas visitas gerava outra que não constava no planejamento.

Na prática funcionou da seguinte forma: ao visitar um determinado agricultor ou agricultora, o mesmo indicava outra pessoa conhecida, contemporâneo seu e que também tinha ciência de outros fatos relevantes. Afinal todos esses moradores se conhecem a muito tempo, passaram pelas mesmas dificuldades, portanto têm histórias de vidas parecidas e vividas em comum. Porém, entre eles sempre existem aqueles que gostam de falar do passado e se destacam em guardar na memória de maneira mais elaborada acontecimentos ocorridos na região. Essa consideração, lembra DaMatta (1987), para o qual, a escolha

[...] dos informantes era sempre feita pelo interesse demonstrado em falar, conhecimento do assunto [...]. Informantes simpáticos e que se davam bem comigo rendiam muito mais do que especialistas que se mantinham distantes e desconfiados porque não gostavam de meu trabalho [...] (p. 191).

Portanto, esse foi o procedimento adotado no trabalho de campo em busca de narradores e narradoras com o objetivo de elucidar os pressupostos da pesquisa.

2.5.3.1 Narradores e narradoras do PA Nova Amazônia

De um universo de aproximadamente seiscentas parcelas rurais⁴³ do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru ocupadas pelos moradores e moradoras formalmente legalizados⁴⁴ junto ao Inbra foram visitadas trinta e uma famílias. Seis delas localizadas no Polo I; três no Polo II; uma no Polo III; doze no Polo IV; duas no Polo V e sete no Truaru, conforme representação no mapa 04. Destas visitas resultaram trinta e seis narrativas, pois filhos, filhas, esposas, esposos e agregados e agregadas sempre tiveram assuntos a complementar.

⁴³ Essa quantidade foi calculada conforme entrevistas com os presidentes, diretoras e diretores de associações e cooperativas do assentamento. Porém, no relatório emitido pelo Sipra (2019) este quantitativo é de novecentos e quarenta e seis parcelas rurais. Esta divergência é devido a ocupações e vendas ilegais de lotes do PNRA.

⁴⁴ No PA Nova Amazônia, grande parte dos lotes estão ocupados de forma irregular, pois foram comprados, o que é proibido do ponto de vista jurídico, por pessoas da cidade de Boa Vista com o objetivo de criação de áreas de lazer utilizados principalmente em períodos de finais de semana, férias e feriados. No entanto, esse assunto será tratado em capítulo específico.

A escolha e quantidade de pessoas entrevistadas foi fundamentado em determinados critérios de acordo com os objetivos da pesquisa. Para isso, inicialmente privilegiei as pessoas que moram em lotes com menor extensão de área e que a principal fonte de renda das famílias provenha da atividade hortifrutigranjeira. Esse grupo se concentra no Polo I. Posteriormente dei preferência aos assentados e assentadas que foram ex-funcionários das fazendas Bamerindus e que escolheram seus lotes no Polo IV. Do total de doze pessoas entrevistadas naquele polo, seis são ex-trabalhadores e trabalhadoras da antiga fazenda, por isso apresentou uma quantidade maior de encontros. Os produtores e produtoras agroecológicos entrevistados estão distribuídos pelos polos I, III e IV. Assim, considerando esse ordenamento, nos polos II e V direcionado à produção de grãos, entrevistei três e duas famílias, respectivamente, em cada um desses polos⁴⁵.

Nesta pesquisa, considereei como família, a mesma designação que o IBGE (2011) adotou para suas pesquisas censitárias às unidades domésticas no domicílio particular classificadas em duas espécies. Unipessoal, quando formada unicamente por um indivíduo; e

[...] nuclear - quando constituída somente por: um casal; um casal com filho[s] [por consanguinidade, adoção ou de criação] ou enteado[s]; uma pessoa [homem ou mulher] com filho[s] [por consanguinidade, adoção ou de criação] ou enteados], independentemente da pessoa que foi indicada como responsável pelo domicílio (IBGE, 2011, p. 33-34).

Desta forma, para as entrevistas, privilegiei determinados grupos de moradores e moradoras conforme os objetivos da pesquisa. Assim, segmentei os conjuntos da seguinte forma e respectivos temas centrais da entrevista:

1. Famílias originárias. Constituídas pelas famílias que estão no assentamento desde a sua criação. Foco nas dificuldades de acessos à terra, ao capital e ao mercado.
2. Ex-funcionários das fazendas Bamerindus. Duas questões bem particulares: o resgate histórico da vida na fazenda Bamerindus e a questão da autonomia, conquistada na condição de assentado da reforma agrária.
3. Presidentes, diretoras e diretores de associações e cooperativas. Dificuldades para se trabalhar o associativismo no assentamento. Percepção das políticas públicas, pois todas elas são intermediadas por essas formas associativas constituídas. Quantidade de famílias que vivem exclusivamente da renda da terra no assentamento.
4. Produtores e produtoras de hortifrutigranjeiros. Benefícios e inconvenientes para a escolha desse tipo de atividade agropecuária

⁴⁵ O quadro 05, polos de produção, quantidade por lote e extensão territorial constante na página 125 deste trabalho, auxilia na compreensão do pressuposto.

5. Plantadores de grãos. Motivação da escolha por esse setor.
6. Agricultoras e agricultores agroecológicos. Dificuldades e motivações para uma transição de estilos: da agropecuária convencional para a agroecológica.
7. Imigrantes venezuelanos e venezuelanas moradores do assentamento. Receptividade por parte dos assentados e assentadas e a escolha para trabalhar no meio rural.

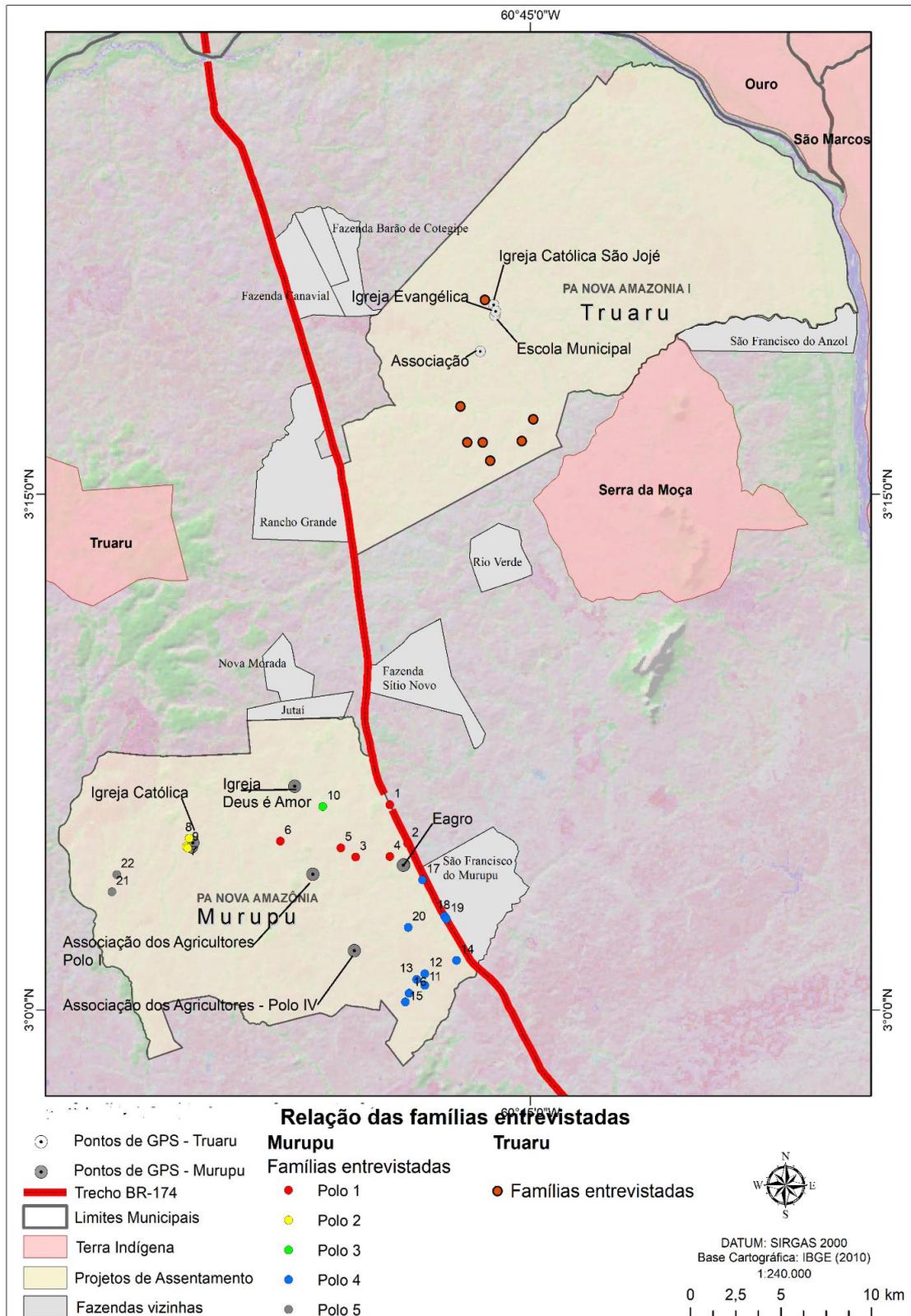
Para as entrevistas, formulei três modelos de roteiros prévios: um direcionado ao universo das famílias entrevistadas no assentamento, apêndice C, composto por perguntas comum a todas elas. Porém, em determinada parte do roteiro, aparecem perguntas com ênfase, conforme as divisões propostas acima. O segundo roteiro, apêndice D, foi produzido com questionamentos específicos aos dirigentes das formas associativas do assentamento. Por fim, um roteiro dedicado exclusivamente aos imigrantes venezuelanos moradores do PA Nova Amazônia, apêndice E. Nesse cenário, torna-se necessário destacar que a criação de roteiros para as entrevistas se constituiu em uma ferramenta indispensável para o controle das conversas, pois, na maioria das vezes em um diálogo descontraído, os assuntos se tornam variados e geralmente são desviados do tema e o roteiro nos permite trazer novamente o assunto para o objetivo proposto.

Não obstante, às vezes, destes afastamentos poderão surgir assuntos até então desconhecidos, porém, importantes para a pesquisa, revelando alguns pormenores que auxiliaram a reconstruir a história da formação do assentamento. E dependendo da descoberta, é preciso incluir ou excluir outras perguntas para discuti-las com os próximos agentes a serem visitados ou até mesmo retornar a interlocutoras e interlocutores já entrevistados. Por isso, deleguei muita importância às minúcias de alguns testemunhos, pois conforme dito por Scott (2009) em outro contexto, “detalhe trás detalhe” (p. 09).

Em realidade, na maioria das vezes as entrevistas dirigidas se iniciavam em forma de perguntas e respostas. No entanto, percebi que muitos dos interlocutores e interlocutoras sempre tinham muito mais a falar e melhor, estavam dispostos a conversar. Aproveitando-se disso, inevitavelmente essas declarações sempre se transformavam em diálogos, momento que esses agentes ficavam livres para expor o que desejassem acrescentar. Porém, três tópicos esteve presentes em todas as conversas. A trajetória de vida até se tornar um beneficiário do PRNA. A criação da infraestrutura produtiva. E por fim, formas de acesso ao mercado para a comercialização da produção agropecuária. Assim, o objeto desta pesquisa foi se constituído de forma gradual, fundamentada pelas narrativas dos interlocutores e interlocutoras.

O mapa 5, além de demonstrar a distribuição das pessoas entrevistadas por polo de produção, evidencia também a localização das igrejas, associações de moradores e moradoras, fazendas e terras indígenas na área de entorno do assentamento.

Mapa 5 - Localização das famílias entrevistadas



De acordo com Ferreira e Amado (1998) a investigação com fontes orais se fundamenta em pontos de vista individuais expressados nas entrevistas nas quais são agregados subsídios e expectativas pouco frequentes em outras metodologias. Para essas autoras, na história oral, os documentos são materializados por meio das entrevistas, as quais são dotadas de uma característica particular:

[...] são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação [...] (FERREIRA; AMADO, 1998, p. XIV).

Dando segmento ao raciocínio da mesma referência, a utilização sistemática do depoimento verbal tem permitido à história oral a elucidação de trajetórias de vida, acontecimentos ou processos que muitas vezes não poderiam ser compreendidos de outra maneira, pois

[...] são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos [...] (FERREIRA; AMADO, 1998, p. XIV).

Essa menção merece destaque, já que esse tipo de metodologia pode ajudar a nos desvencilhar das armadilhas que muitas vezes nos levam a privilegiar as versões oficiais contidas em livros que na maioria das vezes são as interpretações dos mais fortes, conforme sempre nos preveniu nossos professores e professoras no decorrer de nossa formação antropológica. E assim dar eco à voz dos marginalizados que de outra forma não poderiam ser ouvidos.

Benchimol (2009), nos capítulos dedicados à importância dos migrantes na formação social da Amazônia se utilizou da tradição oral como procedimento de pesquisa. Para ele, esse método,

[...] é uma fonte de documentação real da história e possui uma força reveladora e mediadora impressionante. Os depoimentos e relatos da experiência, do saber e da inteligência popular são capazes de revelar a identidade pessoal, coletiva e social de agentes sujeitos às diferentes formas de convivência e conflito e às inúmeras maneiras de ser, sentir, pensar e imaginar (BENCHIMOL, 2009, p. 206.)

Não obstante, conforme preveniu Venson e Pedro (2012), há de se tomar cuidado com a sugestão de que memória teria o poder de revelar o real, pois essa proposta já foi deixada para trás a algum tempo. Atualmente um exame “da memória implica considerar que as memórias são interpretações da experiência vivida, são datadas e podem ser historicizadas” (VENSON; PEDRO, 2012, p. 132). Contudo, pode-se sustentar que as narrativas dos moradores e moradoras entrevistados representaram o principal instrumento na coleta de dados para este estudo, conforme mencionado. Entretanto, da mesma forma que o ato de conduzir as

entrevistas, as análises das respostas também foram cercadas de cuidados especiais, considerando que nem sempre os entrevistados estavam dispostos a expressar seus sentimentos, assim como as respostas que se pressupunha o ideal, representavam o real da situação. Dois exemplos tirados de monografias clássicas ilustram tais situações. O primeiro caso reflete as precauções de Malinowski (2003) em compreender os sentimentos dos moradores da sociedade Melanésia em relação à lei vigente, ponderando uma série de implicações que estaria contida nas respostas. De acordo com ele, o entrevistado

[...] diz o que deveria fazer, apresenta o modelo da melhor conduta possível. Quando atua como informante de um antropólogo em campo, nada lhe custa descrever minuciosamente o Ideal da lei. Ele reserva para o comportamento na vida real os seus sentimentos, suas propensões, seus preconceitos, seu comodismo e também sua tolerância com as falhas dos outros. Ainda que realmente agisse assim, nem para si mesmo ele de bom grado admitiria que algum dia houvesse agido abaixo do padrão da lei. O outro lado, o código de conduta natural, impulsivo, as esquivas, as concessões e os usos não legais são revelados somente ao antropólogo em campo, que observa diretamente a vida do nativo, registra os fatos, vive tão próximo de seu material que pode compreender não apenas a língua e seu conteúdo, mas também os motivos ocultos do comportamento e a linha de conduta espontânea raramente formulada, se é que algum dia já o foi (MALINOWSKI, 2003, p. 92).

O outro episódio clássico, reproduzido logo a seguir mostra a tentativa de Evans-Pritchard (2008) em obter informações por intermédio de uma conversação com um indivíduo pertencente ao povo que foi alvo de suas pesquisas.

Evans-Pritchard: Quem é você? **Cuol:** Um homem. **EP:** Como é seu nome? **Cuol:** Você quer saber meu nome? **EP:** Sim. **Cuol:** Você quer saber meu nome? **EP:** Sim, você veio me visitar em minha barraca e eu gostaria de saber quem é você. **Cuol:** Está certo. Eu sou Cuol. Como é seu nome? **EP:** Meu nome é Pritchard. **Cuol:** Qual é o nome de seu pai? **EP:** O nome de meu pai também é Pritchard. **Cuol:** Não, não pode ser verdade. Você não pode ter o mesmo nome de seu pai. **EP:** É o nome de minha linhagem. Como é o nome de sua linhagem? **Cuol:** Você quer saber o nome de minha linhagem? **EP:** Sim. **Cuol:** O que você vai fazer com ele se eu disser? Você vai levá-lo para seu país? **EP:** Eu não quero fazer nada com ele. Eu só quero saber, já que estou vivendo no seu acampamento. **Cuol:** Ah bom, nós somos lou. **EP:** Eu não perguntei o nome da sua tribo. Isso eu já sei. Eu estou perguntando o nome de sua linhagem. **Cuol:** Por que você quer saber o nome de minha linhagem? **EP:** Eu não quero saber. **Cuol:** Então por que está me perguntando? Dê-me um pouco de tabaco. (EVANS-PRITCHARD, 2008, p. 25).

Na mesma direção, DaMatta (1987) relata as dificuldades enfrentadas em um de seus primeiros trabalhos de campo:

[...] não podia deixar de constatar que minhas perguntas eram diretas demais, quadradas demais, grandes demais, estúpidas demais e que, quando provocavam resposta, elas eram dadas mais para divertir o grupo tribal do que para esclarecer o etnólogo. [...] Se de um lado eu não lhes dava tempo para respirar, invadindo a todo o momento sua vida social, eles respondiam seriamente mas com dados falsos, que minhas perguntas acabavam colocando ou provocando. Foi a partir desta experiência que pude entender como a pergunta do pesquisador é tão básica quanto a resposta do informante. (p. 184-185).

Em ambos os casos, percebe-se que existiram decorrências comuns nos fatos relatados. Por conhecimento próprio, destaco entre eles a inexperiência e a ansiedade que tomou conta do

pesquisador ávido por entrevistar os informantes logo ao chegar ao local de seu estudo e obter de uma só vez todos os dados que se achem necessários para finalizar sua pesquisa. Porém, antes disso é necessário justificar as fundamentações a respeito das experiências de campo, principalmente de Malinowski (2003) e DaMatta (1987) vivenciadas nos anos de 1910 a 1920 e 1970 respectivamente, em que aparecem as expressões *nativo* e *grupo tribal*, sendo que as sociedades alvo deste estudo são os agentes da agricultura familiar e contemporâneos ao pesquisador. A explicação fica por conta de Cardoso de Oliveira (2006), para o qual, embora essa

[...] observação participante ter alcançado sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, isso não significa que ela não ocorra no exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo (p. 34).

Acrescenta-se a isso, conforme discutido na introdução deste capítulo, a perpetuidade e simultânea contemporaneidade das monografias clássicas.

Em referência às narrativas, o gravador de voz foi um instrumento de suma importância. No entanto, em meu primeiro trabalho de campo⁴⁶, pensei que essa tecnologia poderia interferir na espontaneidade das respostas dos entrevistados. Porém, contrariando esse prognóstico, tanto daquele momento quanto deste, observei, que no desenrolar da conversação, ambos (pesquisador e entrevistado), logo acabavam por se esquecer desse equipamento. Dessa forma, o uso do gravador possibilitou armazenar todos os detalhes das entrevistas, o que não seria possível somente com anotações e guarda memorial das narrativas. Além disso, ao ouvir variadas vezes esses registros sem a pressão psicológica do *estar* em campo, tais captações de sons acabaram por suscitar novas reflexões ou questionamentos. DaMatta (1987) também pactua com essa mesma concepção, conforme suas palavras.

A vantagem de possuir um gravador portátil é fantástica e eu usei muito esse aparelho para estudar os mitos. Um velho contador de mitos, meu nominador e amigo, o Velho Estêvão, contava os mitos em Apinayé pela manhã e à tarde. Tais relatos eram gravados. Posteriormente, com um bom informante bilíngüe – geralmente um homem chamado Kangrô – traduzia toda a peça para mim com auxílio o gravador, palavra por palavra. Cada frase ambígua ou de tradução complicada, buscava novas explicações. Assim pude colher versões muito precisas dos mitos do Sol e Lua, ciclo mitológico que trata da origem dos costumes Apinayé. (DAMATTA, 1987, p. 193).

De similar importância foi a utilização da máquina fotográfica captando imagens que vistas várias vezes suscitaram novas reflexões trazendo novas ponderações. Todas as gravações e fotografias foram precedidas de autorização verbal prévia.

No entanto, para DaMatta (1987), o estudo de um grupamento humano não finda simplesmente com as informações captadas em campo.

⁴⁶ Ocorrido no ano de 2013.

Ela realmente lembra a tarefa de tirar água de um poço sem fundo, pois novas camadas são sempre descobertas e novos dados aparecem para complicar e tornar mais flexíveis os esquemas anteriormente propostos. O estudo de uma sociedade tribal ou comunidade continua pelo resto da vida, pois no trabalho de campo utilizamos uma metodologia viva e envolvente, que implicou não só numa coleta de dados, como também em relações humanas qualitativamente avaliadas, que podem e devem perdurar para o resto de nossas vidas. (p. 198-199).

E tal síntese é capaz de expressar todo o sentimento que fica quando se retorna do trabalho de campo. Porém, algumas recordações e acasos que nos levaram a desvendar determinadas questões ficaram guardadas para sempre em nossa memória, como a história vivenciada em um desses episódios. Walter e Cristiane são um casal de assentados que criamos empatia no momento da apresentação. Ele também foi aluno da Eagro e apresentado pela professora Cátia, porém, em momentos distintos do Mariton. Vamos aos fatos.

Em uma das visitas realizadas no sítio do citado casal em meados do ano de 2019, Walter me solicitou auxílio para resolver problemas com cavalos selvagens que estavam comendo os roçados de milho dos agricultores do Truaru, já que a maioria dessas parcelas rurais não estão cercadas por arame. Em relação a esses cavalos, Roraima é um dos últimos lugares do Brasil que se tem registro deste tipo de equino. E Walter dotado de uma sabedoria ecológica extremamente apurada, estava muito preocupado devido à predisposição dos assentados em sacrificar tais animais. Com isso Walter me perguntou se eu conhecia alguém especialista que pudesse propor alternativas à solução aventada pelos moradores. Nisso, lembrei-me de um médico-veterinário da Embrapa estudioso desses cavalos, Ramayana Braga. Por coincidência, esse personagem havia lançado um livro versando sobre a história da agropecuária de Roraima (BRGA, 2016) e no início do ano de 2019 fui fazer uma entrevista com ele sobre sua obra. Bem devido à demanda do Walter, procurei Ramayna e expus o caso. Com isso, Ramayana muito solícito se propôs a me acompanhar até o sítio do Walter para verificar *in loco* o problema e talvez assim, aventar uma solução. Mas, o interessante é que durante o trajeto de Boa Vista ao sítio que demora em média uma hora de viagem, o assunto girou em torno da história da fazenda Bamerindus que ele também havia pesquisado, pois ela faz parte da história da agropecuária do estado. Inclusive, ele havia conseguindo entrevistar no ano de 2014, o Newton Tavares um dos fazendeiros da região que organizou a compra daquele espaço dos familiares de J. G de Araújo no início da década de 1970. J. G. de Araújo foi a primeira empresa a se apropriar dessa localidade e escriturar legalmente essas terras em seu nome entre os finais do século XIX e início do século XX. Porém, quando ele tomou ciência dessa história, seu livro já estava no prelo e ele gentilmente me cedeu a entrevista que fez com Newton Tavares. E esse era um dos elos que faltava na minha pesquisa para entender e completar a história precedente do

assentamento. De acordo com Ramayana, Newton Tavares faleceu em 2015 devido a sua idade bastante avançada. Referente aos cavalos selvagens, não houve solução para o problema e o conselho de Ramayana foi que Walter se reunisse com o pessoal do Truaru e em vez de matar os animais, espantá-los para longe dos roçados. No retorno a cidade, Ramayana me disse que a anos pleiteia verbas de pesquisa para a preservação e estudos mais aprofundados desses animais que apresentam características únicas de rusticidade de adaptação ao lavrado. Porém, nunca foi contemplado com valores financeiros para tal objetivo. Mas o intuito dessa história é confirmar, conforme DaMatta (1987), os vínculos que permanecem entre as pessoas envolvidas na pesquisa e o mais importante, a magia do campo que, às vezes, emergem informações inesperadas.

3 PA NOVA AMAZÔNIA: o acesso a terra

Os meses finais do ano de 2003 têm um significado especial para grande parte dos moradores e moradoras do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Dado que, foi a partir daquele momento, após trajetórias distintas e com diferentes graus de dificuldades, esses sujeitos finalmente alcançaram seu objetivo: o acesso a terra. E esse fato se torna mais relevante ainda ao considerar a política fundiária do país que sempre privilegiou os grandes proprietários de terras em detrimento dos sujeitos pertencentes à agricultura familiar.

Portanto, considerando esse contexto de concentração fundiária, a partir que os agricultores e agricultoras familiares receberam suas parcelas rurais no PA Nova Amazônia, vence-se a primeira etapa da caminhada para que esses agentes pudessem sobreviver a partir da renda da terra. Não obstante, essa finalidade ainda terá um longo percurso pela frente.

3.1 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: um processo histórico

A raiz da questão fundiária brasileira está simultaneamente vinculada ao início da colonização portuguesa. Desde aquele momento, o acesso a terra foi controlado de forma a favorecer as classes dominantes. E indiferente às demandas de trabalhadores e trabalhadoras rurais pela posse da terra, estas áreas continuam concentradas em latifúndios espalhados pelo país. Tal situação é consequência do processo histórico da economia brasileira, que teve sua base erguida no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo.

No entanto, no decorrer dessa apropriação territorial, distinguiram-se três configurações de domínio da terra: “a sesmária ou forma concessionária; a propriedade plena introduzida pela Lei de 1850; e o conceito de função social da terra introduzido na Constituição de 46 e aperfeiçoado, posteriormente, através da viabilização da desapropriação para uso social” (SILVA, 1997, p. 16).

O sistema de sesmarias foi criado com o objetivo de “solucionar o problema de abastecimento do país, pondo fim à grave crise de gêneros alimentícios. O objetivo da legislação era o de não permitir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo” (MOTTA, 1998, p. 121.). Desta forma, quem recebia as sesmarias,

[...] supostamente pessoas com recursos financeiros, tinha o compromisso de cultivá-las, sob pena de perda da concessão. Na história brasileira, a doação de sesmarias e a implantação de grandes unidades voltadas para a produção e a exportação [principalmente de cana-de-açúcar] foram acompanhadas pela tentativa de escravizar a população indígena. Como essas iniciativas se frustraram, buscou-se solucionar o

problema da mão de obra com a vinda de escravos africanos. Assim, ficou como uma de suas marcas o trabalho forçado para o dono da terra (MEDEIROS, 2012, p. 447).

As primeiras sesmarias foram doadas em 1532 por Martin Afonso de Souza, o primeiro capitão donatário da capitania de São Vicente, sendo que vultosas cifras financeiras foram desembolsadas naquelas primeiras empresas colonizadoras do Brasil (PRADO JUNIOR, 2006).

Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus. A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa (PRADO JUNIOR, 2006, p. 18).

Porém, se por um lado, o sistema de sesmarias se tornou um regime propício à instituição da grande propriedade, pelo outro, preocupou-se com o uso produtivo da terra, que condicionou o ato da doação à obrigação de seu cultivo (SILVA, 1997).

Esta cláusula dispunha que o sesmeiro [aquele que recebia a terra] tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original [a coroa portuguesa] caso esta exigência não fosse cumprida. Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador (SILVA, 1997, p. 16).

No entanto, durante aquela época, surgiu outra forma de apropriação de terras, que paulatinamente obteve o reconhecimento das autoridades, a posse (SILVA, 1997).

[...] também vinha para o Brasil, em busca de melhoras de suas condições, uma população mais pobre, principalmente masculina, que chegando aqui se apossava, sem qualquer autorização real, de porções de terras e acabava se miscigenando à população indígena, passando a constituir um vasto contingente de mestiços ou caboclos. Esses posseiros, muitas vezes, eram expropriados pelas grandes unidades produtivas, em busca de terras para sua expansão. A população mais pobre podia também obter autorização para viver dentro das grandes unidades produtivas, como agregados ou moradores de favor (MEDEIROS, 2012, 447).

No decorrer do tempo, as possessões foram se desenvolvendo no limiar dos grandes latifúndios, tornando-se importantes fontes produtora de alimentos para os engenhos (SILVA, 1997). Embora, a instituição do latifúndio tenha suas origens tanto nos sistemas de sesmarias quanto de posse, é injusto atribuir somente a esses sistemas a continuidade desses processos em épocas posteriores (SILVA, 1997).

Por fim, a Resolução de 17 de julho de 1822 extinguiu o regime de sesmarias no Brasil, representando

[...] o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas consequências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária. Referimo-nos a um acontecimento da maior significação para a história do monopólio da terra do Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população rural (GUIMARÃES, 2011, p. 77).

Desta forma, daquele período que coincidiu com a independência do Brasil até o ano de 1850, o país ficou sem qualquer tipo de lei que normatizasse as concessões de terras. Não

obstante, a edição da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a denominada Lei de Terras, alterou aquele panorama. Por intermédio daquele regulamento,

[...] foram legitimadas as áreas anteriormente concedidas sob a forma de sesmarias, bem como as posses. No caso da posse, a regularização dependia da comprovação de uso com atividades agrícolas e de existência de moradia habitual. Ficou ainda estabelecido que as demais terras, transformadas em terras devolutas do Estado, só poderiam ser obtidas por compra (MEDEIROS, 2012, p. 447).

As ocorrências daquele meado de século requerem uma atenção especial para esta pesquisa, pois sinalizou o início da transformação dos modos de produção e das relações de trabalho. Visto que, foi a partir daquele momento que se iniciou o declínio do regime escravocrata sob a pressão da Inglaterra, que não estava mais interessada em vender escravos, mas sim, em formar um mercado consumidor para suas mercadorias manufaturadas (SILVA, 1980). A favor de tal situação, em setembro de 1850, durante o reinado de D. Pedro II foi decretada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.

É sintomático que nesse mesmo ano se crie uma nova legislação definindo o acesso à propriedade - a Lei de Terras, como ficaria conhecida que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras [devolutas ou não] apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. É fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de ‘acesso relativamente livre’ [entre outras porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras]. Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios (SILVA, 1980, p. 11).

Portanto, a Lei de 1850, com o transcorrer do tempo, permitiu a regularização de grandes extensões de terra, transformando os posseiros latifundiários “em proprietários de pleno direito uma vez expedido um título de propriedade, o Estado só poderia recuperar as terras improdutivas e dar-lhes outro destino através da desapropriação” (SILVA, 1997, p. 18). A vigência daquela lei perdurou até a revolução de 1930. Naquele interstício, em vista da ausência de outro marco legislativo, a Lei de Terras serviu de embasamento jurídico para questões referentes às terras devolutas que envolveu a contenda entre o Estado e agentes privados (SILVA, 1997).

Durante o Estado Novo, 1937 a 1946⁴⁷,

[...] ao invés de iniciar um programa de reforma agrária, Vargas favoreceu a implantação de projetos de colonização que visavam a disseminação da pequena propriedade, através da destinação de terras públicas na Amazônia e no oeste para este fim. Foi a chamada ‘marcha para oeste’, que tinha como objetivo manifesto a

⁴⁷ Corresponde ao período ditatorial de Getúlio Vargas.

ocupação dos grandes espaços vazios do norte e do centro-oeste, ocupação a ideologia oficial justificava como sendo necessária para dar continuidade ao processo de desbravamento do interior iniciado pelos bandeirantes e ao processo de integração econômica ainda débil (SILVA, 1997, p. 19).

Observa-se que durante todo esse período historiado, praticamente não houve qualquer tipo de mudanças que permitisse desarticular a estrutura criada com o objetivo de manter grandes propriedades somente em poder da classe dominante. Assim, somente com a redemocratização, ocorrida logo após o final da Segunda Guerra Mundial é que surgiu uma nova oportunidade de a sociedade brasileira redefinir os rumos da apropriação territorial, sendo que essa responsabilidade ficou a cargo dos agentes constituintes (SILVA, 1997).

Na realidade, mais que isso, os termos aprovados constituíram um empecilho durante todo o período subsequente às forças sociais que batalhavam ardorosamente pela alteração da estrutura agrária e pelo combate ao latifúndio improdutivo, pois a Constituição de 1946 definiu no artigo 141, parágrafo 16, que: 'É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.' A indenização prévia e em dinheiro inviabilizava as desapropriações. No entanto, a visão que estava por trás do conceito de função social da propriedade não desapareceu completamente, pois o artigo 145, ao falar da ordem econômica e social dizia: 'A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.' E no artigo 147 dispunha que: 'O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no artigo 141 parágrafo 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.' Na luta que se travou a seguir pela viabilização da desapropriação dos latifúndios improdutivos, estas cláusulas foram freqüentemente referidas como provas da constitucionalidade da reforma agrária (SILVA, 1997, p. 19).

Apesar de manter as amarras antigas que sempre impediram a distribuição equilibrada de terra, a importância daquela Constituição foi introduzir um conceito novo, a função social da terra, abrindo caminho para uma futura reforma agrária. Não obstante, a partir daquele momento, conforme detalhei em outra pesquisa (YOUSSEF FILHO, 2013), os trabalhadores e trabalhadoras rurais começaram a se reunir sob diversas formas, seja via sindicato ou ligas camponesas. E isso desencadeou um novo modelo de luta com resultados, naquele momento, imprevisíveis.

Ainda que no Brasil se tenham conhecimentos de alguns sindicatos de trabalhadores rurais criados ainda nos anos de 1930, somente a partir do início da década de 1960 que o direito à sindicalização da categoria foi regulamentado. A origem dessa regulamentação está diretamente relacionada aos conflitos que sucederam em diversas localidades na zona rural brasileira, que por sua vez fez surgir distintos agentes de mediação, os quais vieram a impulsionar a organização dos trabalhadores para a criação de sindicatos da categoria (MEDEIROS, 2012). Dentre esses agentes, sobressaíram-se o Partido Comunista e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas que no início teciam críticas à organização sindical, assim que

se intensificou a criação dos mesmos, revisaram seu posicionamento, passando a apoiá-los, principalmente em Pernambuco (MEDEIROS, 2012).

De acordo com Palmeira (1985) o sindicalismo rural surgiu sobre o antagonismo esquerda-Igreja, com o Estado no início se distanciando do processo, e já no final do período, tentando-se aproximar do embate, beneficiando uma parte ou a outra, mas em determinados momentos o apoio se dava a ambas as forças em confronto. Para esse autor, essa “relativa ausência do Estado nesse campo de luta fez com que não houvesse espaço nesse sindicalismo para figuras sociológicas como a dos mediadores que se tornaram conhecidos por *pelegos*”⁴⁸ [...] (p. 45, grifo do autor).

Entre as décadas de 1950 e 1960 as diversas organizações que posteriormente se transformaram em sindicatos rurais elegeram algumas bandeiras de luta: reforma agrária, direitos trabalhistas, regulamentação de contratos de parceria e arrendamento e o direito à sindicalização (MEDEIROS, 2012). Entre esses, o direito à sindicalização se mostrou a questão mais polêmica, pois as entidades que representavam as classes patronais existentes à época, principalmente a Confederação Rural Brasileira e a Sociedade Brasileira argumentavam que existia interesses comuns entre todos os que viviam no campo, não importando se fossem patrões ou empregados (MEDEIROS, 2012). Portanto, seria desnecessária a criação de outras entidades representativas. O temor da classe dominante ruralista era que os trabalhadores rurais organizados em sindicatos independentes se fortalecessem, intensificando as lutas de classes, similar ao que vinha acontecendo no meio urbano (MEDEIROS, 2012).

No início de 1960 ao mesmo tempo em que o governo federal regulamentou a sindicalização dos trabalhadores rurais foram também determinadas quatro categorias de enquadramento assim discriminadas: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na produção extrativa rural, trabalhadores na pecuária e produtores autônomos (MEDEIROS, 2012). Os produtores autônomos eram os trabalhadores do campo sem vínculo empregatício e que viviam em regime de economia familiar ou de subsistência (MEDEIROS, 2012). Essas associações deram início à formação dos sindicatos. A próxima etapa se consistiu em criar condições legais para a criação das federações estaduais e posteriormente uma confederação nacional. Nessa perspectiva, diversas forças políticas como o Partido Comunista Brasileiro, a Ação Popular, as Ligas Camponesas e diferentes vertentes da Igreja Católica atuavam nas áreas rurais ajudando a organizar os trabalhadores (MEDEIROS, 2012). Mas, simultaneamente a isso, disputavam também o domínio dos sindicatos. Esse controle seria exercido através da posse da direção das

⁴⁸ Dirigentes sindicais que retiraram suas forças da dupla condição de participantes da máquina estatal e manipuladores de clientelas políticas (PALMEIRA, 1985, p. 45).

federações e da confederação nacional que se constituíram em seguida. O Estado não estava alheio a essa disputa, visto que a prerrogativa ao reconhecimento dos sindicatos, federações e confederação competia exclusivamente ao Ministério do Trabalho (MEDEIROS, 2012). Dessa forma, quanto maior a influência desses grupos na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, maior a probabilidade de reconhecimentos dos sindicatos a que pertenciam. O resultado desse processo expressado em determinado arranjo de forças foi a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no ano de 1963 (MEDEIROS, 2012). Convém lembrar que a Igreja Católica que tivera função de destaque na criação de sindicatos nas regiões Nordeste e Sul, na composição geral da direção da Contag acabou ficando com dois cargos de pouca relevância (MEDEIROS, 2012).

A Contag foi reconhecida em 1964, praticamente às vésperas do golpe militar. Junto a este sobreveio uma violenta repressão sobre os movimentos sociais do campo. Vários sindicatos rurais fundados recentemente deixaram de existir e aqueles que tinham maior enraizamento social sofreram intervenção do Ministério do Trabalho (MEDEIROS, 2012). O mesmo se sucedeu com várias federações. A própria Contag também sofreu intervenção. A finalidade das intervenções não era a eliminação dos sindicatos, mas dotar as organizações já existentes de novos direcionamentos e assim evitar o perigo do comunismo (MEDEIROS, 2012). Os interventores, na maioria dos acontecimentos eram vinculados à Igreja Católica (MEDEIROS, 2012).

Para Palmeira (1989) o apoio da Igreja Católica ao golpe militar de 1964, até certo ponto, assegurou o prosseguimento do sindicalismo rural. Suas argumentações se fundamentaram no fato dos sindicatos e federações vinculados à Igreja raramente terem sido alvos de intervenção do Ministério do Trabalho.

Em 1965 por determinação do Ministério do Trabalho houve uma reunificação das diferentes categorias sindicais. Os sindicatos de trabalhadores rurais contemplaram uma gama de associados: assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros, proprietários de terra que trabalhavam em regime de economia familiar entre outros. A nova Lei de reestruturação sindical obrigou também as associações patronais ao ajustamento da nova regulamentação. Assim, a Confederação Rural Brasileira foi transformada em Confederação Nacional da Agricultura (MEDEIROS, 2012).

Em seguida ao golpe, apesar das dificuldades enfrentadas diante da coibição e da interferência generalizada nos sindicatos de trabalhadores, iniciaram-se negociações com o intuito de introduzir trabalhadores na direção de algumas federações. Para isso, escolhiam-se pessoas ligadas ao sindicalismo cristão e que eram empenhados com as principais

reivindicações do período antecedente. O resultado dessas articulações permitiu a vitória da oposição para a direção da Contag. Essa chapa composta também por interventores foi conduzida por José Francisco da Silva, procedente da área canavieira de Pernambuco e ligado à Igreja Católica e ao Movimento de Educação de Base. (MEDEIROS, 2012).

De acordo com Palmeira (1989), oposto ao que se pensa, a opressão “ao movimento camponês e as tentativas de *domesticação* empreendidas pelo regime militar não conseguiram impedir que o esforço de organização dos trabalhadores prosseguisse” (p. 96, grifo do autor). Segundo o mesmo autor, isso só foi possível devido ao apoio da Igreja ao governo militar, acrescentando que se haviam diferenças políticas e ideológicas anterior ao golpe entre as lideranças ligadas à Igreja Católica e às vinculadas às Ligas ou ao Partido Comunista Brasileiro, a pauta das reivindicações eram praticamente as mesmas. Portanto, para ele é perfeitamente compreensível “que já nos primeiros meses após o golpe, várias dessas lideranças estivessem encaminhando as reivindicações dos trabalhadores e tentando prosseguir no trabalho de organização sindical” (p. 45).

A Contag exerceu o controle de uma vasta rede sindical disseminada por diversas localidades do país. Seguiu diferentes tendências políticas, muitas vezes orientadas pelo poder local e pouco disposta a confrontos. Em 1971 foi aprovada a constituição do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, o Funrural que colaborou para a expansão e fortalecimento daquela intensa rede em algumas unidades da federação. Pois, os sindicatos se tornaram mediadores privilegiados para que os trabalhadores rurais recebessem seus direitos previdenciários que incluíam aposentadoria, auxílio-doença, pensão, assistência médica e odontológica (MEDEIROS, 2012).

Porém, para Palmeira (1985), diante da dificuldade de controle dos sindicatos rurais por parte do governo federal, a estratégia para reassumir o domínio dessas entidades se deu por meio da “transferência de serviços assistenciais” (p. 47). Desta forma, aos sindicatos restava a alternativa de tentar

[...] capitalizar positivamente o fardo previdenciário que o governo estava lhe passando, o movimento sindical aceitou correr os riscos de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos, como um meio de estimular o aumento da sindicalização [...] e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais (PALMEIRA, 1985, p. 47).

Para Ricci (2009), independentemente da ideologia para a constituição do Funrural, “o fato é que, via assistencialismo ou construção da unidade e laços de lealdades entre dirigentes sindicais rurais, o sindicalismo de trabalhadores rurais prosperou nos anos 70” (p. 329). Não obstante, Palmeira (1985) informou que o maior crescimento de afiliações ao sindicato rural ocorreu entre os anos de 1968 a 1971.

Relacionado à atuação da Contag frente ao desenvolvimento do sindicalismo rural, as considerações de Medeiros (2012) me direcionaram a enxergar um saldo positivo. Para ela, mesmo diante das disputas, intervenções e da diversidade de suas bases, no decorrer da década de 1970, essa Confederação Nacional contribuiu para a conscientização do homem do campo. Isso foi feito através da difusão “de seus boletins, cursos de formação, encontros regionais e temáticos, e da atuação de suas assessorias educacionais e jurídicas, noções de direito a terra quanto de direitos trabalhistas” (MEDEIROS, 2012, p. 708). Enfim, para a mesma autora, apesar das poucas desapropriações, das conduções administrativas das divergências e da ineficácia em evitar o banimento dos pequenos produtores rurais de suas terras,

[...] não se deve subestimar a capacidade que essas iniciativas tiveram de traduzir os conflitos no campo na linguagem da Reforma Agrária, construindo a junção entre o desejo de acesso a terra e uma possibilidade de política agrária, formatada por uma legislação aprovada pelo próprio regime militar o [Estatuto da Terra] (p. 708).

Alinhado às mesmas percepções, Palmeira (1989) complementou que a oportunidade concedida pelo Estatuto da Terra

[...] de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o *setor agrícola* ou a *agricultura*, permitiriam a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês — o trabalhador rural — tornou-se *objeto de políticas*, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações (p. 101, grifo do autor).

Prosseguindo seu raciocínio, Palmeira (1989) enfatizou que mesmo após a aprovação do Estatuto da Terra e de outros elementos jurídicos que vieram posteriores, o processo de luta não se paralisou. Assim para esse autor, no decorrer do governo militar, o jogo político continuou direcionando a legislação de modo a favorecer às vezes um lado, em outros momentos, o lado oposto. Um dos resultados desse empate foi a institucionalização do Inca pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 9 de julho de 1970, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura.

À época da criação do Inca, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários.

O Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária⁴⁹ [...], mas quatro anos depois os números alcançados foram modestos perante a meta: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.

Esses números refletiram o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. Do embate, resultaram a extinção do Inca, em 1987, e a do próprio Mirad, em 1989. A responsabilidade pela reforma

⁴⁹ Mirad.

agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu.

A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra.

Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário [...], órgão ao qual o Incra foi vinculado até a extinção do ministério estabelecida pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. O Incra foi vinculado inicialmente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e posteriormente à Casa Civil da Presidência da República, conforme Decreto nº 8.760, de 27 de maio de 2016, revogado pelo Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016.

Por força do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, o Incra está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (INCRA, 2020, história, p. 01).

Esse pequeno resumo demonstra a continuação dos confrontos ideológicos com diversas mudanças estruturais no Incra. Não obstante, alguns pontos merecem destaque. Prancutti (2006), segmentou a atuação do Incra em prol da reforma agrária em dois momentos distintos.

O primeiro vai de sua criação em 1970 até 1985, período em que o órgão cuidou da regularização fundiária e em um segundo momento, com a redemocratização do país, a partir de 1985, seu trabalho foi direcionado para o assentamento de agricultores rurais sem-terra, ou seja, na execução da reforma agrária propriamente dita. O segundo momento do Incra teve início com a reabertura democrática. Na verdade, o país vivenciou em 1984, uma grande luta em prol da democracia, com a campanha 'Diretas já'. Com a reabertura democrática todas aquelas reivindicações sociais, todo aquele acúmulo de demandas passaram a fazer parte do programa do novo governo. Com a eleição de Jose Sarney a presidente da República, após 21 anos de regime militar, o governo atento as reivindicações dos movimentos sociais incluíram em seu programa a Reforma agrária. Como o atendimento da demanda por terras se acentuou durante o regime militar, o movimento dos sem-terra, que há alguns anos já vinha se organizando, não deu folga ao governo recentemente empossado e numa verdadeira orquestração nacional promoveu uma avalanche de invasões, levadas a efeito no dia 25 de maio de 1985. Esse dia passa a ser um divisor de águas e marca o início da reforma agrária no Brasil (PRANCUTTI, 2006, p. 22).

Isto posto, observa-se que as tentativas de mudanças na estrutura agrária é um processo iniciado a mais de quinhentos anos atrás, sendo que para compreender os efeitos da apropriação territorial de uma história tão longa, torna-se necessário reavaliações periódicas considerando a conjuntura do momento. E é neste contexto também que se deve reavaliar a relação entre o latifúndio do passado e o agronegócio do presente.

A progressiva modernização da agricultura brasileira conferiu novo significado ao termo latifúndio. Se ele remete ainda ao significado original, relacionado ao tamanho do imóvel, o fato é que as características da propriedade da terra no Brasil passaram por mudanças importantes. O processo produtivo se modernizou [...], mas não foram modernizadas as relações de produção – pelo contrário, multiplicam-se as denúncias sobre formas de trabalho degradantes – e muito menos desapareceu a violência, outra característica da definição de latifúndio cunhada nos anos 1950-1960. No que se refere à dimensão ambiental, presente na definição de empresa constante do Estatuto da Terra, o estímulo à produção e à ocupação de novas áreas resultou numa profunda degradação dos solos e da vegetação nativa, colocando inclusive em ameaça as nascentes. A agricultura se articulou aos complexos agroindustriais [...] e tornou-se parte de um complexo sistema hoje denominado de agronegócio, o qual, para se reproduzir, necessita de grande disponibilidade de terras, quer pela exigência de escala

produtiva imposta pelo patamar tecnológico, quer para que sirvam de estoque, às vezes por longos períodos, à espera do momento propício para serem colocadas em produção. Caindo em desuso por causa da perda progressiva de sua força política, o termo latifúndio tem sido cada vez mais substituído nos embates políticos por agronegócio, palavra mais abrangente, que remete à propriedade da terra, mas principalmente às complexas articulações agropecuária/indústria que determinam hoje, inclusive, os parâmetros do funcionamento do mercado fundiário. (MEDEIROS, 2012, p. 452).

Foi nesse contexto que o Incra no início da década de 1990 aboliu também o termo minifúndio, unidade agrária criada pelo Estatuto da Terra, com extensão de área inferior às da propriedade familiar. Naquela época os debates referentes à democratização do acesso a terra consideravam a oposição latifúndio-minifúndio, porém, a partir de 1996, com a popularização das novas nomenclaturas desse tipo de propriedade agrícola, os discursos se deslocaram para a polarização agronegócio-agricultura familiar. Mudaram-se os nomes, porém a lógica do domínio permaneceu inalterada.

3.2 COLONIZAÇÃO OFICIAL DE RORAIMA: fazendas nacionais e assentamentos

Observa-se que desde os primeiros relatos de viagens oficiais realizadas durante o século XVIII, as pastagens naturais do vale do rio Branco foram sempre relacionadas à criação de gado. Em uma destas incursões, ocorridas entre os anos de 1774 e 1775, Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio, ouvidor da Capitania de São José do Rio Negro⁵⁰ fez o seguinte relato:

CCCXXX. Os Portuguezes tem navegado o Rio Branco, e todos os seus Rios collateraes, descobrindo, e occupando as terras, que os mesmos banhão, que são extensissimos Campos com pastos tão proprios para a Criação do Gado vaccum, que podem contribuir para os mais bem fundados Estabellimentos, e Avultados interesses, como ainda se espera da merecida Attenção, que este objecto alcançará dos nossos superiores (SAMPAIO, 1825, p. 99).

Doze anos mais tarde, em 1787, o militar português e governador da citada capitania, Manuel da Gama Lôbo D'Almada, em viagem de reconhecimento pelo vale do rio Branco também exaltou a mesma potencialidade.

A introdução do gado vacuum nos férteis campos do rio Branco, deve produzir um artigo do commercio ao interior da capitania, que lhe traria muitas vantagens: primeira. A de ter açougue a capital, e evitar-se o estrago que se faz nas tartarugas; sobre as quaes é tanto maior o damno que se causa, do que o proveito que se tira, que de viração de quatrocentas tartarugas, apenas se aproveitam oitenta, e ás vezes menos: segunda. As carnes seccas com que se poderiam fornecer as differentes povoações da capitania em que ha trabalhos públicos, como são as fabricas do anil, aonde a falta do necessário sustento embrança o seus maior progresso: terceira. A sola que fabricda na capitania sahiria a melhor preço aos seus habitantes, e seriam mais bem, e mais a tempo providos d'ella; ainda sem fallar na exportação que pelo tempo adiante ella pôde ter para fora da capitania: quarta. Cresceriam as rendas reaes com os dízimos do gado, e com o real de subsidio litterario imposto na carne que se talhasse no açougue. Destas vantagens, e outras, que este ramo de commercio pôde produzir ao interior da

⁵⁰ Futuro estado do Amazonas.

capitania, se demonstra quanto é conveniente, e necessaria a introdução do gado vacum; para a produção do qual tem todas as propriedades, e comodidades, os imensos, e férteis campos do rio Branco (ALMADA, 1787, 1973 p. 663).

A partir dessas informações, em 1794, iniciou-se a exploração da atividade pecuária nos campos do alto rio Branco com o estabelecimento de três fazendas estatais: São Marcos, São Bento e São José (CIRINO, 2008). Elas foram denominadas “Fazendas Reais” e tiveram inicialmente duas finalidades primordiais: garantir o domínio português na região e fornecer carne bovina para os mercados dos rios Negro e Amazonas (CIRINO, 2008).

Durante praticamente todo o século XIX a base da economia da região foi pautada na criação de gado. Boa Vista, a capital do estado, teve seu início pelos anos de 1858 na sede da fazenda Boa Vista do rio Branco. Por muitos anos tal fazenda foi o único povoado em toda a região do alto rio Branco, denominado naquela época de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Foi somente no dia 9 de julho de 1890 que o povoado foi elevado à categoria de vila, passando a se chamar Boa Vista do Rio Branco. No ano de 1926 é elevada à condição de município, adotando o nome da antiga fazenda Boa Vista.

No início do século XX com o II Ciclo da Borracha e conseqüente migração de nordestinos para a Amazônia, aquelas características se modificaram. Nos anos de 1930 eclodem notícias da incidência de garimpos em Roraima, o que gera nova onda migratória. No ano de 1943, com o desmembramento do município de Moura do estado do Amazonas foi instituído o Território Federal do Rio Branco. Com esse desmembramento, o município de Boa Vista, acrescido de parte do município de Moura, do estado do Amazonas foi transferido para o novo território (BRASIL, Decreto-lei, 1943). Em cumprimento ao mesmo regulamento, a cidade de Boa Vista foi elevada à categoria de capital do novo território.

A partir dos anos de 1950, com o objetivo de estimular a ocupação efetiva foram criadas as Colônia Fernando Costa⁵¹, Colônia Brás Aguiar⁵² e Colônia Coronel Mota⁵³. Enquanto permaneceu sob a forma institucional de território federal, apenas dois municípios constituíam a sua área: Boa Vista e Catrimani. No ano de 1955, o município de Catrimani passou a se denominar Caracará. Em 1962, atendendo ao clamor popular, alegando enfrentar dificuldades com a confusão causada pela denominação da capital do Acre, denominada Rio Branco, o território passou a ser designado de Território Federal de Roraima.

A criação de uma representação local do Incra, a partir de 1973 possibilitou a abertura de novas colônias e agilidade na regularização de terras (BRGA, 2016).

⁵¹ Que deu origem a cidade de Mucajaí, distante a cinquenta quilômetros de Boa Vista.

⁵² Que originou a cidade de Cantá, distante a trinta quilômetros de Boa Vista.

⁵³ Conhecida como região do Taiano, situada entre os municípios de Boa Vista e Alto Alegre.

O valor da colonização de Roraima pode ser dado não só porque oito de seus quinze municípios tiveram origem em colônias oficiais, mas pelo fato de que foi a partir desse pontos de fixação, junto a estradas denominadas de integração, que a maior parte do seu território foi efetivamente ocupado e paulatinamente explorado (SANTOS, 2013, p. 184).

O processo de colonização e o desenvolvimento da atividade agropecuária foi impulsionado a partir da construção de duas rodovias: parte da BR-210, a Perimetral Norte, inaugurada em 1976 e a BR-174, Manaus-Boa Vista, inaugurada no ano de 1977.

No ano de 1982 foram instituídos os municípios de Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, São João da Baliza e São Luiz. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o território foi transformado em Estado.

Já sob a forma institucional de estado, no ano de 1994 foram criados os municípios de Caroebe e Iracema. E em 1995 foram instituídos os municípios de Amajari, Cantá, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã, totalizando a quantidade de quinze municípios.

A distribuição populacional de Roraima se concentra nos centros urbanos. No ano 2000, em média, setenta e seis por cento da população do estado viviam na zona urbana das cidades. Em 2010, esse percentual diminuiu para setenta por cento (IBGE, 2010). Em um período de dez anos, esses dados indicam que houve uma pequena mobilidade em direção à zona rural.

Referente às áreas rurais, o primeiro assentamento coordenado pelo Incra foi criado em 1975 na região sul do estado, o Projeto de Assentamento Dirigido do Anauá, PAD Anauá (BRAGA, 2016).

A partir daquele momento até o ano de 2019 foram criados pelo Incra no estado de Roraima sessenta e nove assentamentos que totalizam uma extensão de área de quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis hectares e trinta e três ares, com um total de dezesseis mil, quinhentos e sessenta e seis famílias assentadas (INCRA, 2019). O quadro 3 demonstra os assentamentos da reforma agrária implantados pelo Incra e suas respectivas extensões de área.

Quadro 3 - Assentamentos implantados pelo Incra em Roraima

PROJETOS DE ASSENTAMENTO			PROJETOS DE ASSENTAMENTO		
SEQ.	NOME	ÁREA (ha.)	SEQ.	NOME	ÁREA (ha.)
1	PA AJARANI	35.726,57	36	PA MURIRU	11.767,82
2	PA AJURÍ	12.156,88	37	PA NOVA AMAZÔNIA	27.393,11
3	PA ALTO ARRAIA	2.151,39	63	PA NOVA AMAZÔNIA I	35.156,56
4	PA AMAJARI	18.190,57	38	PA NOVA FLORESTA	8.614,91
5	PA ANGELIM	5.084,83	39	PA NOVO PARAÍSO 1	9.169,05
6	PA ARCO ÍRIS	16.196,93	40	PA NOVO PARAÍSO 2	817,02
7	PA BOM JESUS	17.688,74	41	PA PAREDÃO	46.697,26
8	PA BONSUCESSO	16.422,41	42	PA PAU BRASIL	25.931,06
9	PA CAFERANA	13.876,52	43	PA PAU RAINHA	18.628,70
10	PA CAJÚ	7.032,23	44	PA PIRANDIRÁ	6.780,06
11	PA CAJÚ II	2.005,14	45	PA QUITAUAU	17.058,18
12	PA CAMPINA	23.939,90	46	PA RENASCER	2.604,44
13	PA CASTANHEIRA	11.566,60	47	PA RIO DIAS	9.309,73
14	PA CAXIAS	33.811,87	48	PA RR-170	39.937,20
15	PA CHIDAUA	22.103,67	49	PA SAMAÚMA	48.756,48
16	PA CUJUBIM	14.201,03	50	PA SÃO JOSÉ	4.669,22
17	PA CUPIÚBA	13.814,33	51	PA SÃO LUIZ	10.575,33
18	PA CURUPIRA	7.328,24	52	PA SERINGUEIRA	13.140,71
19	PA EQUADOR	11.676,97	53	PA SERRA DOURADA	28.638,51
20	PA ESPERANÇA	3.825,16	54	PA SERRA TALHADA	2.993,26
21	PA GARAPAJÁ	13.041,50	55	PA SUCURIJÚ	18.107,19
22	PA INTEGRAÇÃO	10.989,83	56	PA TABOCA	20.861,52
23	PA ITÁ	10.076,02	57	PA TALISMÃ	2.725,11
24	PA JACAMIM	3.182,24	58	PA TATAJUBA	26.382,12
25	PA JAPÃO	20.784,21	59	PA TEPEQUÉM	36.823,83
26	PA JATAPÚ	164.577,98	60	PA TEPUREMA	12.017,69
27	PA JATOBÁ	13.941,93	61	PA TERRA NOVA	3.399,20
28	PA JENIPAPO	8.728,14	62	PA TRAIRI	4.228,90
29	PA JUARI	14.308,91	64	PA TUCUMÃ	20.304,75
30	PA JUNDIÁ	13.609,21	65	PA UNIÃO	18.861,88
31	PA LADEIRÃO	21.379,53	66	PA VILA NOVA	15.175,50
32	PA MAGUARÍ	6.355,31	67	PA VILHENA	8.852,04
33	PA MARANHÃO	19.129,39	68	PAD ANAUÁ	21.795,66
34	PA MASSARANDUBA	25.975,72	69	PDS SABIÁ	6.482,34
35	PA MONTE SINAI	12.926,79			
	TOTAL	647.806,69		TOTAL	584.656,33

Fonte: cedido pelo Incra, 2019.

Destaca-se que o Projeto de Assentamento Nova Amazônia faz parte dessa relação.

3.3 DE LATIFÚNDIO À ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia está situado na zona rural do município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Esse assentamento é bastante conhecido na região, pois anteriormente, foi ocupado por uma empresa agropecuária de grande porte, as fazendas Bamerindus. Convivem neste ambiente, além das pessoas originárias do próprio estado⁵⁴, gente procedente de todas as regiões do Brasil⁵⁵, com destaque em quantidade numérica para as famílias provenientes da região Nordeste. Tal diversidade, tornou o PA Nova Amazônia um relevante centro de convivência multicultural.

Neste assentamento da reforma agrária são desenvolvidas praticamente todas as atividades produtivas associadas ao meio rural. Todavia, cada grupo familiar apresenta diferentes formas de lidar com a terra para produção de alimentos e com isso, prover sua subsistência; seja trabalhando com a pecuária, produção de grãos, hortifrutigranjeiros e pequenas agroindústrias. Utilizam em suas atividades rurais desde sistemas de produção convencionais simples a tecnologias de ponta. No entanto, é importante destacar que a partir de 2010, alguns desses produtores e produtoras migraram para a agropecuária de base ecológica. Mas, apesar das diferenças de estilos de manejo utilizados na produção agropecuária, todos os moradores e moradoras do assentamento possuíam um desejo em comum: a vontade de ter seu próprio pedaço de chão e dele prover seu sustento. Embora tivessem que percorrer um longo caminho para isso, repleto de dificuldades por vir, a materialização desse sonho se iniciou com a transferência de cada família aos lotes a elas destinados.

Não obstante, enfatiza-se que as opções dos arranjos produtivos ocorreram em função de um mercado consumidor para seus produtos e tiveram influência de diversas instituições, como a Universidade Federal de Roraima, o Sebrae, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e Governo do Estado de Roraima.

A área rural onde se localiza o assentamento, até os anos finais do século XX, pertenceu ao Bamerindus, conglomerado de empresas controlado pela família do banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira⁵⁶. Entretanto, devido a dívidas financeiras desse grupo com a União, em 1998 o imóvel foi transferido para o SPU⁵⁷. Três anos mais tarde, em 2001, sua titularidade foi

⁵⁴ Indígenas e não indígenas.

⁵⁵ A partir do ano de 2016 começaram a chegar imigrantes venezuelanos em busca de sobrevivência também no meio rural do estado de Roraima. Segundo as entrevistas com os assentados, atualmente existem em torno de 100 pessoas provenientes da Venezuela trabalhando efetivamente no PA Nova Amazônia.

⁵⁶ Além de banqueiro, foi pecuarista, senador da república representando o estado do Paraná e também ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso (PEREIRA, 2006).

⁵⁷ Secretaria de Patrimônio da União.

transferida ao Incra com o intuito de ampliar a distribuição de terras no estado de Roraima por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária. Com isso, naquele mesmo ano, este assentamento agrário foi oficialmente instituído por meio da Portaria/SR-25/nº. 010/2001 em 15 de outubro de 2001, (anexo A) sob a denominação de Projeto de Assentamento Nova Amazônia (BRASIL, 2001, Portaria). O PA Nova Amazônia, de acordo com a portaria citada, ocupou à época, uma área de setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito hectares e trinta e oito ares e foi projetado para ser ocupado por cerca de oitocentas famílias (INCRA, 2001). Com efeito, posteriormente, devido a diversos fatores⁵⁸, ocorreram modificações em seu contorno, estrutura e extensão de área.

3.3.1 Panorama

O PA Nova Amazônia exhibe algumas peculiaridades em relação aos demais projetos implantados pelo Incra no estado de Roraima, pois, além de ser o primeiro assentamento instituído em uma área de lavrado, seu espaço físico, no momento de sua instituição, compreendeu duas porções de terras delimitadas de forma descontínua.

Em relação ao formato da demarcação espacial, seus limites seguiram os contornos da antiga fazenda. Assim, da mesma forma que essa área foi recebida pelo Incra, a autarquia destinou toda sua extensão para a criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Destarte, toda essa extensão de terras pertenceu a uma área conhecida como Complexo das Fazendas Bamerindus, que compreendia as fazendas Cauamé, Murupu e Truaru; sendo que essas duas primeiras fazendas são interligadas espacialmente entre si, formando uma única área. Porém, a fazenda Truaru está separada e distante das outras duas por cerca de quinze quilômetros. Ou seja, entre a fronteira dos dois primeiros espaços e o terceiro, existem porções de terras que não pertenciam ao Bamerindus, e conseqüentemente ao PA Nova Amazônia.

Deste modo, o acesso principal à primeira área do assentamento, as fazendas Cauamé e Murupu estão localizadas nos quilômetros vinte e oito e trinta e cinco à margem esquerda da rodovia BR 174, sentido Boa Vista – Pacaraima⁵⁹. A outra extensão de terra do PA Nova Amazônia, a fazenda Truaru, está localizada no quilômetro cinquenta, também no sentido Boa Vista - Pacaraima, porém, do lado esquerdo da mesma estrada.

A representação cartográfica, conforme o mapa 6, foi idealizado com o intuito de facilitar a raciocínio dessas informações. Com isso, detalha-se, dentre outros elementos, a

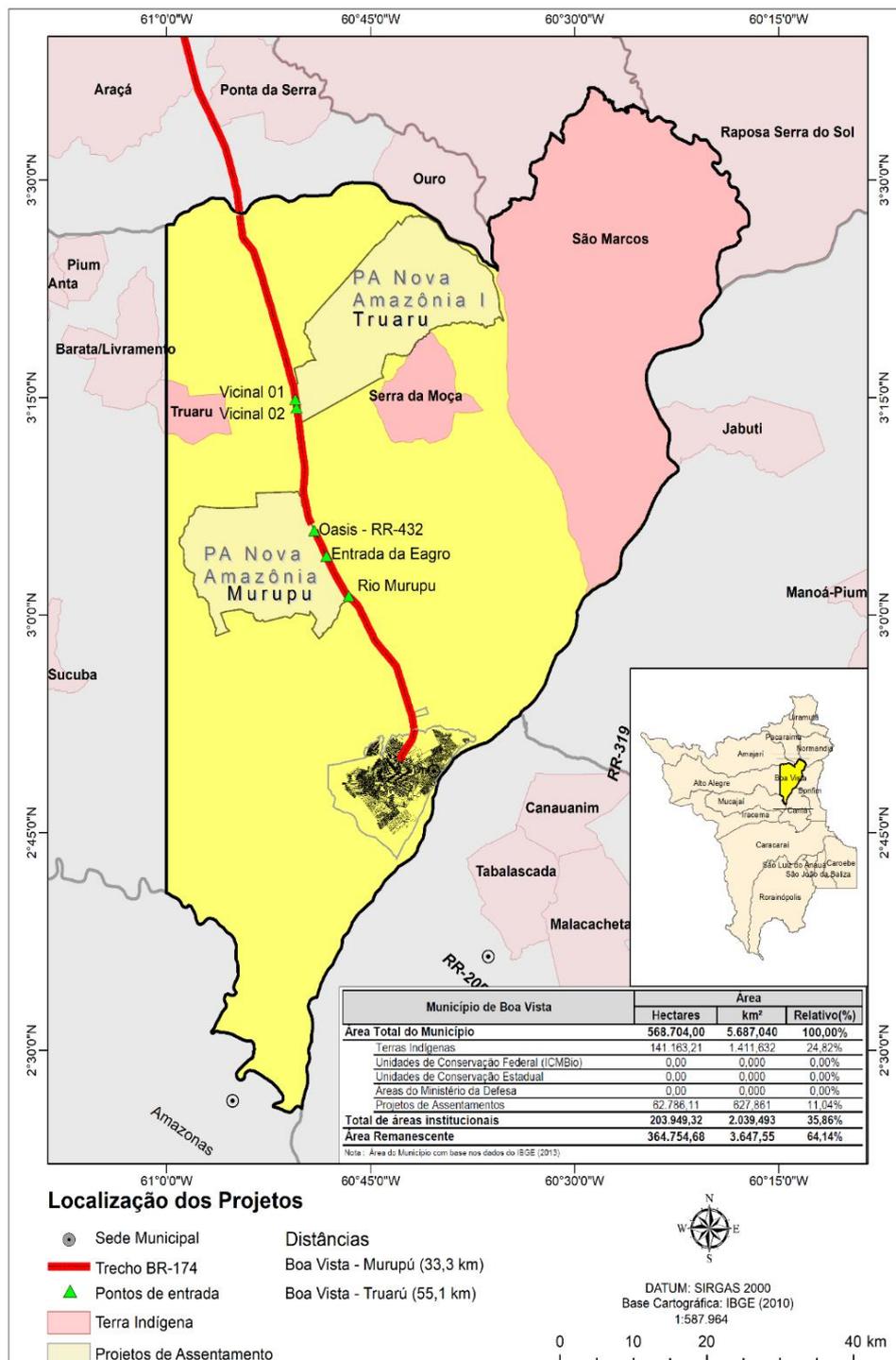
⁵⁸ Estas informações serão esclarecidas no decorrer do trabalho.

⁵⁹ Município localizado ao Norte do estado. Faz divisa territorial com a Venezuela.

localização espacial do PA Nova Amazônia, Murupu; do PA Nova Amazônia I, Truaru e demais áreas institucionais, como as terras indígenas Truaru, Serra da Moça e parte da São Marcos.

Observa-se também no mapa 6, a rodovia BR-174 que é o eixo de ligação entre a cidade de Boa Vista e o assentamento. Ao longo da rodovia é possível notar os três pontos de acesso principal ao PA Nova Amazônia, Murupu. No PA Nova Amazônia I, Truaru, são duas as entradas principais, as vicinais 1 e 2.

Mapa 6 - Localização da área da pesquisa



Fonte: o autor, 2019.

Destaco que, devido ao conturbado e desordenado processo de ocupação, e com o intuito principal de tentar organizar administrativamente e fisicamente tal situação, a superintendente regional do Incra à época, 2006, Dilma Lindalva⁶⁰, propôs a divisão do PA Nova Amazônia em dois assentamentos, o PA Nova Amazônia e PA Nova Amazônia I (INCRA, 2001). Assim, devido ao acolhimento das justificativas para a segmentação, conforme a Portaria/INCRA/SR-25 nº 09 de 04 de setembro de 2006 (anexo B), foi instituído o Projeto de Assentamento Nova Amazônia I na área antes pertencente ao PA Nova Amazônia, fazenda Truaru.

Por conseguinte, institucionalmente, após essa reconfiguração espacial, o PA Nova Amazônia, antigas fazendas Cauamé e Murupu, passou a abranger a área de quarenta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco hectares e noventa e sete ares e sessenta e cinco centiares, e o PA Nova Amazônia I, fazenda Truaru, passou a ocupar a extensão de trinta e cinco mil e sessenta e dois hectares e quarenta ares e trinta e cinco centiares (INCRA, 2006). Conforme a última atualização do Incra (2017), vivem nesses dois assentamentos quinhentos e quarenta e duas e trezentos e noventa e quatro famílias respectivamente.

Para melhor compreensão, destaco que quando mencionar fatos históricos referentes a esses dois assentamentos, assim como de seus ocupantes ocorridos até o ano de 2006, relembro que, apesar, dessas duas áreas rurais terem sido constituídas em frações de terras separadas; administrativamente para o Incra, até aquela data, existia somente um assentamento: o PA Nova Amazônia. Portanto, nesse trabalho, quando necessário identificar o *locus* da ocorrência, ou acontecimentos advindos após aquela data, farei conforme suas denominações oficiais acrescidas com o nome das antigas áreas, porém, suprimindo a palavra “fazenda”. Dessa forma, o PA Nova Amazônia quando citado será designado de PA Nova Amazônia, Murupu⁶¹. No mesmo molde, o PA Nova Amazônia I, gleba Truaru. Em realidade essas são as designações que seus moradores diferenciam e denominam esses dois ambientes.

Posteriormente à divisão ocorrida em 2006 do PA Nova Amazônia em dois assentamentos independentes, em 2009, o PA Nova Amazônia, Murupu teve sua extensão territorial reduzida (BRASIL, 2009, Portaria). A diminuição da área ocorreu devido à necessidade de reassentar famílias de agricultores e agricultoras não-indígenas desintrusados⁶² da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

⁶⁰ Estas informações foram retiradas do processo de implantação do assentamento. Posteriormente foi realizada uma entrevista com essa servidora do Incra.

⁶¹ Excluí também o nome Cauamé para adequar as formas como os assentados e assentadas conhecem e distinguem os dois assentamentos: Murupu e Truaru.

⁶² Intrusão: Ato de ocupar ou se apossar de imóvel ou terras alheias sem autorização de seu legítimo proprietário (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1640). Desintrusão: Retirada de populações que estiveram ocupando áreas reconhecidas e regularizadas como sendo terras indígenas, reservas ambientais, territórios quilombolas ou de

A minha migração para a cidade de Boa Vista no ano de 1998 coincidiu com a evidência da polêmica da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol⁶³. A questão, a partir daquele momento, ainda se arrastou por mais de dez anos, finalizando com a expulsão dos fazendeiros e demais não-índios da região.

Havia duas propostas com relação ao formato da demarcação daquela terra indígena: em ilhas ou área contínua. O formato “ilhas” como o próprio nome deduz, significaria preservar as diversas fazendas no interior da TIRSS. A segunda opção previa a expulsão de todos os não-índios da região a ser delimitada, formando um único território. Não obstante, naquela época, o estado era autossuficiente somente na produção de arroz, criação, engorda e abate de gado de corte, sendo que grande parte desses produtos agropecuários era produzido na região por latifundiários que haviam se apropriado daquele território indígena há anos e se recusavam a sair, alegando seus direitos adquiridos também sobre a área. A partir dessa justificativa, os ânimos entre os grupos em disputa se acirraram.

Assim, a sociedade roraimense composta por indígenas de diversas etnias, regionais e migrantes de diversas localidades do Brasil e também do exterior estava dividida em relação às duas propostas para pôr fim jurídico ao embate. Em relação a ambas as propostas, as próprias etnias indígenas que vivem na localidade também se colocaram em lados opostos da contenda. Desta maneira, com o intuito de finalizar o conflito, o Ministério da Justiça em dezembro de 1998, por meio da Portaria 820/98⁶⁴ determinou a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol em área contínua. No entanto, uma das partes, que queria a demarcação em ilhas se recusou a cumprir a determinação da lei. A partir daí, iniciaram-se uma série de protestos, incluindo batalhas jurídicas, arregimentação de apoio à uma das causas e até encontros físicos entre os dois grupos. A cada manifestação de um dos grupos, seja ela jurídica ou ideológica, correspondia em reação do lado oposto, arrastando a decisão final por mais de uma década. Finalmente, no ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal se manifestou a favor da constitucionalidade da demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Com a finalização do embate jurídico, iniciou-se a desintrusão com a transferência dos não-índios para outras localidades. Dentre elas, uma parte do PA Nova Amazônia.

Naquele contexto, o reassentamento de famílias retiradas de terras indígenas localizadas em todo o território federal, conforme legislação do ano de 2004, passou a ser responsabilidade

outros povos e populações tradicionais (ANAIS, 2013, p. 318). Nesse trabalho, desintrusados se refere aos agricultores e agricultoras não indígenas que ocupavam terras ilegalmente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.
⁶³ TIRSS.

⁶⁴ Posteriormente revogada pela Portaria nº 534 de 13 de abril de 2005, tornando-se Decreto em 15 de abril de 2005.

conjunta do Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Fundação Nacional do Índio (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004). Para isso, foi firmado convênio de cooperação técnica entre essas instituições com o objetivo de estabelecer ações conjuntas para levantamento e cadastramento de ocupantes, estimativas de benfeitorias e reassentamento de não-índios (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004).

Desta forma, com o objetivo de obter mais informações sobre o assunto, busquei demais subsídios no Incra, superintendência do estado de Roraima, sendo que naquela ocasião fui encaminhado à servidora Dilma Lindalva⁶⁵ que exerceu, à época dos acontecimentos, a função de superintendente-substituta da instituição. De acordo com seus relatos, quando os gestores das entidades federais citadas assumiram a incumbência de reassentar os desintrusados da TIRSS, cogitou-se assentá-los em uma determinada parte do PA Nova Amazônia, Murupu. Porém, os projetos de assentamentos da reforma agrária seguem normas e dentre estas, uma impediu esse pressuposto e ainda foi determinante para a redução da extensão da área do PA Nova Amazônia, Murupu. Posto que, o Art. 18-A⁶⁶ da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, determinou as extensões territoriais mínimas e máximas das parcelas de assentamentos rurais coordenados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Assim, conforme o *caput* do citado artigo dessa Lei: “os lotes a serem distribuídos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária não poderão ter área superior a 2 [dois] módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento” (BRASIL, 1993, Lei).

Especificamente em relação ao município de Boa Vista, onde se localiza o PA Nova Amazônia, cada módulo fiscal⁶⁷ equivale a oitenta hectares. Portanto, dois módulos fiscais correspondem a cento e sessenta hectares. Logo, aquela determinação se tornou um empecilho ao reassentamento dos desintrusados no assentamento, visto que, as extensões das possessões que os agricultores e agricultoras não-índios ocupavam na Terra Indígena Raposa Serra do Sol era em torno de quinhentos hectares; sendo que a acomodação daquelas famílias teria que ser em área de mesma dimensão. Isso, para satisfazer o Art. 12 da mesma Lei em discussão.

Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis, observados os seguintes aspectos:
I - localização do imóvel;
II - aptidão agrícola;

⁶⁵ DILMA Lindalva Pereira da Costa é servidora efetiva do Incra - Superintendência do estado de Roraima e entre os anos de 2001 a 2019 exerceu a função comissionada de superintendente regional substituta dessa autarquia.

⁶⁶ Incluído pela Lei nº 13.001 de 20 de junho de 2014.

⁶⁷ Demais informações sobre módulo fiscal se encontram nas próximas páginas.

III - **dimensão do imóvel;**

IV - área ocupada e ancianidade das posses;

V- funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias. [...] (BRASIL, 1993, Lei, grifo nosso).

Além disso, a mesma legislação cedeu direito de preferência a indivíduos ou famílias desintrusadas.

Art. 19⁶⁸. O processo de seleção de indivíduos e famílias candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária será realizado por projeto de assentamento, observada a seguinte ordem de preferência na distribuição de lotes:

[...]

III⁶⁹ - aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em virtude de demarcação de terra indígena, criação de unidades de conservação, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público;

[...] (BRASIL, 1993, Lei).

Por conseguinte, com o objetivo de reassentar as pessoas desintrusadas da Terra Indígena Raposa Terra do Sol e concomitante atender à legislação foi necessário a retirada de dezesseis mil, cento e cinquenta e cinco hectares, noventa e sete ares e trinta centiares do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Murupu. Essa determinação consta na Portaria nº 23, de 08 de outubro de 2009 (anexo C). Consequentemente, a extensão territorial do assentamento ficou estabelecida em vinte e sete mil, trezentos e noventa e um hectares e vinte e sete ares. Porém, a capacidade numérica das unidades agrícolas não sofreu alteração, permaneceu a mesma, quinhentos e setenta lotes.

3.3.2 Antecedentes da criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia

Antes de ser destinado ao Programa Nacional de Reforma Agrária, a localidade onde se situa o assentamento pesquisado, já havia sido ocupado por grandes fazendeiros e empreendimentos agropecuários, tanto da região quanto de outros estados. No entanto, dois destes proprietários, os grupos J. G. de Araújo e Bamerindus merecem destaques especiais. Pois, apesar de terem desenvolvido suas atividades agropecuárias em contextos históricos diferentes, finais dos séculos XIX e XX, respectivamente, o estudo da dinâmica da apropriação de extensas áreas de terra por esses conglomerados, apoiados por medidas governamentais, admitem perceber determinadas recorrências que se tornaram as principais contribuições para refletir as distorções referentes aos acessos a terra, ao capital e ao mercado por diferentes categorias. Não obstante, para isso será necessário analisar períodos anteriores dessa história.

⁶⁸ Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017.

⁶⁹ Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017.

3.3.2.1 Grupo J. G de Araújo

A história dos portugueses e seus descendentes na Amazônia não se restringiu ao período colonial. A rigor, ressalta-se, que bem antes do surgimento do ciclo econômico da borracha, já era considerável o número de imigrantes lusitanos vivendo nos estados do Pará e Amazonas (MELLO, 2010). “De tal sorte, que era comum a vinda de jovens portugueses de poucos recursos, mas com forte espírito empreendedor, que iniciavam, por intermédio de parentes, suas atividades no ramo comercial” (MELLO, 2010, p. 06). E uma dessas pessoas que teve destaque no período compreendido entre as décadas finais do século XIX e início do século XX, porém com desdobramentos recentes para o desenvolvimento da agropecuária no estado de Roraima, foi Joaquim Gonçalves de Araújo, precursor do grupo J. G. de Araújo.

O comerciante Joaquim Gonçalves de Araújo foi um dos atores sociais mais importantes da história comercial da Amazônia Ocidental na primeira metade do século XX. Na constituição de suas empresas encontramos boa parte da história do desenvolvimento comercial desta região, em especial o Estado do Amazonas, devido ao seu sucesso particular nos negócios. Em poucos anos, tornou-se dono de um império econômico que envolvia casas comerciais, industriais, exploração extrativista, **grandes fazendas de gado** e seringais por toda a Amazônia Ocidental. Além da intensa atividade na região, seus contatos comerciais se estendem para a Europa e Estados Unidos [...] (SOUZA, 2011, p.44, grifo nosso).

Joaquim Gonçalves de Araújo, que mais tarde viria a se tornar comendador, nasceu a 14 de fevereiro de 1860, em Conselho de Povoá do Varzim, Portugal, (BITTECOURT, 1973). Filho de lavradores, imigrou para a Amazônia com onze anos de idade com o pretexto de auxiliar seu irmão José Gonçalves de Araújo Rosas em suas atividades comerciais (SOUZA, 2011). Porém, quando chegou, optou por trabalhar para outro comerciante (SOUZA, 2011). Passados quatro anos, desde sua chegada, estando com quinze anos conseguiu montar seu próprio negócio (SOUZA, 2011).

Havia em Manaus, ao começar o ano de 1863, um grande negociante e piloto de alto-mar, Nuno Pau Brasil, que viajava no seu barco, entre Manaus e Lisboa, e pertencia à antiga e influente família do Pau Brasil, de Manaus. Foi esse nauta amazonense, no barco do seu comando, quem levou para Manaus o então rapazinho Joaquim Gonçalves de Araújo. Também seu protetor, pois, ao chegar, conseguiu-lhe colocação na *Casa Silva*, que tudo comprava e tudo vendia, inclusive mercadorias provenientes em Lisboa. Em 1875, o Comandante Nuno concedeu-lhe **crédito** com o qual pôde abrir sua primeira casa de negócios. Foi o seu ponto de partida, sempre honrando a confiança que lhe depositavam o comércio e os particulares. Seguro do seu caminho próspero, foi então que chamou os parentes e amigos do Conselho da Povoá do Varzim, para o ajudarem e tentarem novas possibilidades na vida (BITTECOURT, 1973, p. 273, primeiro grifo do autor; segundo grifo, nosso).

Mas, a história de Joaquim Gonçalves de Araújo está relacionada diretamente a vinda para Manaus, em 1863, de um outro membro da família Gonçalves de Araújo, Bernardo Gonçalves (MELLO, 2010). Esse jovem nascido em Alvarães, aldeia portuguesa da região de

Vianna do Castelo, com dezessete anos de idade à época, foi o primeiro membro da família que emigrou para o Amazonas (MELLO, 2010). Em Manaus, Bernardo trabalhou durante dois anos para um comerciante, também português, do ramo de panificação, e com ele aprendeu esse mesmo ofício (MELLO, 2010). Dois anos mais tarde, em 1865, conseguiu abrir seu comércio com recursos financeiros obtidos via empréstimos de terceiros na cidade de Manaus (MELLO, 2010). Por conseguinte, devido ao rápido crescimento de sua empresa, surgiu a necessidade da contratação de pessoas para auxiliá-lo em seus afazeres. A favor disso, Bernardo, em 1868 decidiu chamar para ajudá-lo nas tarefas comerciais, seu irmão José Gonçalves de Araújo (MELLO, 2010). Um pouco mais tarde, em 1871, José Gonçalves já independente financeiramente de seu irmão Bernardo, convocou seu outro irmão, Joaquim Gonçalves de Araújo para assisti-lo em seus negócios (MELLO, 2010). Mas, essa atração de parentes não parou por aí. No ano de 1876 foram identificados doze membros daquela família radicados no estado do Amazonas (MELLO, 2010).

Nesse contexto, os deslocamentos de pessoas incentivadas e posteriormente amparadas por parentes por ascendências ou afinidades são pautados principalmente nas redes de solidariedades (YOUSSEF FILHO, 2013). Porém, esse processo parece seguir determinadas lógicas, independentemente do tipo de migração: internas ou externas.

Referente às migrações internas, conforme argumentou Souza (1980), as redes de apoio serviram de incentivo e influência aos demais membros da família, amigos ou conhecidos que desejam migrar, mas por algum motivo se sentiam inseguros. Assim nos deslocamentos

[...] interregionais, a notícia de sucesso dos migrantes pioneiros nas regiões de atração provoca, nas regiões de expulsão, o surgimento de outra categoria de migrantes chamada de seguidores. Estabelecem-se, deste modo, os elos de uma corrente migratória de grandes dimensões. Na formação e continuidade desta corrente migratória desempenha um papel importante, nas regiões de expulsão, a ideologia da emigração. Esta encontra nos grupos familiares e de vizinhanças os principais agentes de difusão. Sair do meio social de origem é a idéia dominante desta ideologia, cujos grupos sociais, que a aceitam, agem na certeza de que sair é melhor. O sucesso dos que já foram tem uma força de persuasão superior ao fracasso dos que regressaram derrotados (SOUZA, 1980, p. 37).

Mesmo que aquelas redes de solidariedades ou apoio apresentaram outras variantes, como o episódio dos portugueses que emigraram para a Amazônia naquela época, independentemente da conjuntura e tipos de deslocamentos⁷⁰, a atuação dessas redes guarda certas similaridades entre si.

Cabe uma rápida observação acerca da prática ibérica em recrutar jovens parentes, que, eram geralmente sobrinhos que vinham para fazer a América por meio do comércio. Uma vez na Amazônia, o jovem português iniciava um aprendizado que consistia em horas de trabalho a fio, sempre supervisionado pelo patrão, de modo que

⁷⁰ Internos ou externos.

os segredos comerciais da empresa se mantivessem preservados. O salário do jovem ficaria na família e, mais tarde, ele seria apoiado na abertura de sua própria empresa. Na maioria das vezes, esse jovem português tornava-se um comerciante ou um caixeiro⁷¹ (SOUZA, 2011, p. 52).

Assim, foi naquele contexto, que em 1879, Joaquim Gonçalves de Araújo, já com um pequeno capital acumulado, associou-se a seu irmão José, formando a empresa Araújo Rozas & Irmão (MELLO, 2010). No entanto, mesmo antes dessa sociedade se formalizar, José Rozas já fornecia mercadorias para clientes de diversas localidades do interior amazonense, tais como: Santo Antônio do Içá, São Gabriel, Tabatinga, Codajás, Vila de Moura, Benevides, Forte de São Joaquim⁷², dentre outros lugares (MELLO, 2010).

Os negócios progrediram rapidamente e a década de 1880 foi marcada pela expansão das atividades comerciais da empresa dos dois irmãos. Concorreu para isso, a conjuntura econômica da região.

Nos finais do século XIX, a Amazônia se encontrava repleta de agentes sociais nordestinos, europeus e norte-americanos que, devido às peculiaridades amazônicas, superaram suas diferenças culturais e criaram complexas redes de articulações para extrair, produzir e comercializar mercadorias, visando ao ingresso no mercado internacional. Um dos mecanismos que contribuiu para tal ingresso foi o aviamento (SOUZA, 2011, p. 47).

Em realidade, de acordo com Farage e Santilli (2006), aquele impulso socioeconômico da região amazônica, iniciou-se uma década antes, em 1870, decorrente da migração dos nordestinos expulsos pela seca.

Em uma primeira fase, dedicaram-se a exploração da balata, no baixo e médio rio Branco, com impacto significativo sobre a demografia local, provocado tanto pelo deslocamento populacional quanto pela mortandade entre os índios trazidos dos campos e engajados a força no trabalho insalubre. A decadência da borracha, no início do século XX, contribuiu para o estabelecimento da pecuária nos campos naturais que se estendem ao norte, pelo curso do rio Branco e seus afluentes Uraricoera e Tacutu, em pleno território Wapishana e, em menor escala, Pemon (FARAGE; SANTILLI, 2006, p. 17).

Não obstante, as entrelinhas da história do crescimento da empresa dos irmãos Araújo, vão revelando detalhes do povoamento da região do rio Branco, futuro estado de Roraima.

Pelos livros contábeis observa-se que as atividades comerciais com o interior começam a ter um registro mais específico, principalmente a partir de 1896, quando passa a ser discriminada a atuação por região, como 'Interior', 'rio Branco' e 'rio Negro'. Assim, podemos identificar que a região que concentrava a maior parte das dívidas ativas era o rio Negro, com cerca de 90% (MELLO, 2010, p. 18).

⁷¹ Por comerciante entende-se aquele que exerce o comércio, sendo este o proprietário ou não do estabelecimento. Por caixeiro temos aquele que trabalha no balcão do comércio, ou, ainda, aquele que representa uma rede comercial em outras praças, o típico caixeiro viajante (SOUZA, 2011, p. 52).

⁷² Fortificação construída entre os anos de 1775 e 1776 localizada "à margem direita do rio Tacutu, no ponto de junção deste rio com o Uraricoera para formar o rio Branco, posição esta recomendada pelos estrategistas portugueses por permitir o controle da passagem de ambos os rios ao Branco, impedindo assim para o futuro quaisquer tentativas de invasão ao rio Negro por parte dos vizinhos espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991, p. 123).

Por meio da movimentação comercial das regiões atendidas, registradas a partir de 1896 separadamente, conforme a citação, é possível perceber a dinâmica populacional dessas localidades. Se o Rio Negro detinha noventa por cento das dívidas, do montante sobrava apenas dez por cento para ser divididos entre “Interior” e “rio Branco”. Isso revela o pouco interesse comercial com que foi tratado a região do rio Branco por determinado tempo.

Todavia, não é só isso. A história comercial da empresa segue mostrando outros pontos importantes para este estudo. Exemplo disso foi a compra de bens naquela nova fase da firma em outras localidades, dentre estas, a região do rio Branco. Dentre os investimentos inscritos em cartório, de acordo com as datas registradas, constavam à época:

[...] depósito de vinhos em Portugal [1899]; **uma fazenda denominada ‘São Salvador’** [com gado cavalariço, vacum, bovino, uma casa e mais um batelão] [1899] e outra de ‘Santa Adelaide’ [1903]; um vapor ‘Solimões’ [1899]; vapor ‘Áquila’ [1900]; lancha ‘Carolina’ [1903]; três seringais no rio Negro e um no rio Branco [1903], entre outros. (MELLO, 2010, p. 18, grifo nosso).

Daquele rol de propriedades, uma tem real importância para esta pesquisa: a fazenda São Salvador. Pois, é especificamente esse latifúndio com data de registro de 1899, conforme indicado pela citação acima, que em 2003, portanto, com mais de cem anos de história⁷³, transformou-se no Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

No mês de setembro do ano de 1904, com a saída de outros parentes da sociedade, a empresa Araújo Rozas & Cia. alterou novamente seu quadro societário (MELLO, 2010). Com a mudança, a razão social do empreendimento passou a se denominar J. G. Araújo e Cia.

Tem início então a terceira fase da empresa que vai de 1904 a 1925, que sob a liderança de Joaquim G. Araújo, na época com 44 anos, irá se lançar em diversas atividades, tanto comerciais quanto sociais, dando início a construção de sua imagem associada a da empresa, que passa a ter o seu nome definitivamente. (MELLO, 2010, p. 20).

Essa nova fase da empresa está relacionada diretamente à expansão da pecuária, no município de Boa Vista do Rio Branco. Além, disso, em meados da década de 1910, a J. G. de Araújo e Cia. já detinha o monopólio do transporte fluvial entre esse município e Manaus (MELLO, 2010). É bom lembrar que naquela época, essa era a única via de ligação com a cidade de Manaus.

Os investimentos da empresa no setor da pecuária foram enormes, tanto em bens de raiz, como as fazendas adquiridas no Rio Branco, quanto em criação cavalariço e vacum. Iremos citar aqui dois exemplos de fazendas adquiridas na década de 1920: Fazenda Serra da Lua: possuía uma área de 977.622.500m². Em 1932, esta fazenda contabilizava 1.039 cabeças de gado bovino e 282 cabeças de gado cavalariço. Fazenda Flechal: cuja área equivalia a uma extensão de 1.127.497.500m². Em 1932 esta fazenda possuía 16.593 cabeças de gado bovino e 1880 cabeças de gado cavalariço (MELLO, 2010, p. 38).

⁷³ Mais de cem anos de história a partir da apropriação dessa área sob o ponto de vista “jurídico”.

Assim, além de aquisições de grandes fazendas na região do vale do rio Branco, no transcurso da década de 1920 para 1931, a firma J. G. de Araújo e Cia. ampliou seus investimentos na região como a abertura de um entreposto comercial em Vista Alegre⁷⁴ e também de um empreendimento de produção de charque na cidade de Boa Vista destinado ao mercado consumidor das outras regiões amazônicas (SOUZA, 2011). Com isso, a empresa passou a dominar as atividades comerciais, industriais e pecuárias do município. Este novo ramo foi incentivado pela facilidade dada a fazendeiros e empresários na ocupação e titulação de grandes porções de terras possibilitadas por intermédio de legislação expedida pelo estado do Amazonas⁷⁵. Portanto, foi nesse contexto que Joaquim Gonçalves se apossou e titulou terras em toda a região amazônica, com destaque para o espaço onde está localizado o Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

No ano de 1940, faleceu o comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, em Lisboa, com oitenta anos de idade. Com o seu trabalho e capacidade administrativa, por quase setenta anos, deixou constituído um império comercial e industrial na Amazônia, que sobreviveu ainda muitos anos após a morte de seu criador (MELLO, 2010).

Somente em Roraima, em um relatório apresentado em 1950,

[...] constava que a empresa Sociedade de Comércio & Transportes, pertencente ao grupo J. G. Araújo tinha em seu patrimônio em Boa Vista do Rio Branco ‘trinta e quatro fazendas de criação de gado, com superfície de 2.800.000.000 m², na qual se desloca uma população bovina de cerca de 35.000 cabeças’. Pelo presente relatório, ficamos sabendo que naquele período a região contava com 276 fazendas cujo rebanho chegava a 120 mil cabeças, numa área total de 5.600.000 000 m². Ou seja, a empresa dominava metade da área destinada a criação de gado e possuía 1/3 da totalidade do rebanho (SOUZA, 2011, p. 79).

Naquele contexto, a família conservou em seu poder as fazendas adquiridas em Roraima até o início da década de 1970, sendo que no ano seguinte, chegou em Boa Vista, “Jaime Bitencourt de Araújo, sobrinho de Joaquim Gonçalves de Araújo. Veio tentar vender as 29 fazendas que possuíam no alto rio Branco com cerca de trinta mil cabeças de bovinos” (BRAGA, 2019 entrevista).

Destarte, devido à dificuldade de encontrar comprador para um empreendimento dessa magnitude, Jaime procurou Newton Tavares, um fazendeiro da região, com o objetivo de lhe ofertar as terras, juntamente com todo o gado.

Dessa conversa Newton foi incentivado para formar uma sociedade visando comprarem as fazendas, pois a proposta do Jaime é de que não pagariam nada no momento [fiado] e que poderiam pagar em cinco anos com a venda de animais. Newton passou a contatar outros fazendeiros e comerciantes locais para formar um grupo de compradores. Conseguiu encontrar oito sócios para o empreendimento. Com

⁷⁴ Comunidade ribeirinha localizada à margem esquerda do Rio Branco, no município de Caracará.

⁷⁵ Assunto detalhado no próximo item.

o fechamento do negócio constituíram a firma Santa Fé Agropecuária Ltda. (BRAGA, 2019, entrevista).

Posteriormente, em 1977, parte dessas propriedades rurais, as fazendas Murupu, Cauamé e Truaru foram compradas por quatro corretores de terra. Em 1978, Bechara Saab adquiriu todos esses imóveis.

3.3.2.1.1 Empresa J. G. de Araújo e a apropriação legalizada de terras

Já havia citado anteriormente, que a exploração econômica da atividade pecuária do lavrado do alto rio Branco se iniciou com a instalação das denominadas fazendas reais. Porém, naquela oportunidade não mencionei que essas fazendas nacionais sempre foram objetos de cobiça por parte de militares e civis, sendo que no transcorrer do século XIX, duas dessas fazendas, a São Bento e a São José foram alvos de consecutivas invasões de posseiros (CIRINO, 2008).

Em 1878, o relatório do Ministério da Fazenda — sob cuja esfera estavam as fazendas no rio Branco, na condição de próprios nacionais — já fazia rápida menção ao estabelecimento de particulares na área, e informava que, naquele ano, as fazendas nacionais haviam sido arrendadas pelo período de nove anos, ao comendador Antônio Gomes Pereira Bastos [Silveira Martins, 1878:88]. Este arrendamento veio a propiciar, alguns anos depois, o esbulho das terras das fazendas nacionais, realizado por Sebastião Diniz — a quem Bastos tornou cessionário de tal arrendamento ao fim da década de 80 do século XIX — e, posteriormente, pela firma J. G. Araújo, credora do espólio de Diniz. A grilagem das terras das fazendas nacionais por Sebastião Diniz seria, nas primeiras décadas do século XX, o móvel de longas pendências judiciais para a União. Em um processo de esbulhos sucessivos, a existência das fazendas nacionais seria tão somente nominal nas primeiras décadas do século XX; delas restaria apenas a fazenda São Marcos [...] (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272).

Uma parte da fazenda São Marcos, no ano de 1991, resultou na homologação da Terra Indígena São Marcos com uma extensão territorial de pouco mais de seiscentos e cinquenta e quatro mil hectares (BRASIL, Decreto, 1991). A sede daquela fazenda, entre os séculos XIX e XX, foi utilizada como pontos de passagem e apoio para diversos pesquisadores e agentes públicos em serviço. Dentre eles, destaco, o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg que entre os anos de 1911 a 1913 percorreu a bacia do rio Branco até o rio Orinoco na Venezuela (KOCH-GRÜNBERG, 2006) e o militar e indigenista Cândido Rondon que em 1927 no trajeto para missão da demarcação dos limites territoriais brasileiro no Monte Roraima também se beneficiou de suas instalações (RONDON, 2019). Assim, contribuindo com Farage e Santilli (1992), ressalto a impressão de Koch-Grünberg (2006) em sua estadia na fazenda.

São Marcos é o ponto central das Fazendas Nacionais, gigantescas fazendas de gado do governo brasileiro cuja extensão total é estimada em aproximadamente 35 mil km². [...]. Nas últimas décadas, estabeleceu-se nessas imensas propriedades do Estado um grande número de pessoas, criadores de gado que tomaram posse da terra ilegalmente e puseram sua marca no gado sem dono que encontraram por lá. Assim, segundo

informação de seu administrador, encontram-se na fazenda São Marcos cerca de 18 mil a 20 mil cabeças de gado, das quais, porém, apenas cerca de 5 mil pertencem oficialmente ao Estado. As restantes levam a marca do falecido latifundiário e capitalista Sebastiao Jose Diniz, do Pará, cujos herdeiros movem há anos um processo contra o Estado. O governo brasileiro poderia expropriar legalmente todos esses fazendeiros altivos quando bem entendesse, se tivesse poder para tanto nesses territórios longínquos e não temesse provocar uma revolução. (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 41).

No entanto, de acordo com Cirino (2008), na primeira metade do século XX, muitos arrendatários, como Sebastião Diniz⁷⁶ e a empresa de Joaquim Gonçalves de Araújo, em vista dos títulos expedidos pelo governo do estado do Amazonas, afirmaram ser os legítimos proprietários daquela área. Contudo, segundo o mesmo autor, não existe nenhuma documentação comprobatória de que aquelas extensões de terras tenham sido legitimamente adquiridas, “caracterizando-se, assim, uma apropriação indébita de terras da União, conforme parecer da Fundação, o Nacional do Índio - Funai [1985; p 3]” (p. 39).

A questão judicial em torno das fazendas nacionais veio a ter por protagonistas o Serviço de Proteção aos índios [SPI] — que, a partir dos anos 10, assumiu a administração local das fazendas nacionais, então transferidas à esfera do Ministério da Agricultura — e a firma J. G. de Araújo, firma comercial de Manaus que passaria, de maneira sistemática e empresarial, a concentrar terras na região, encampando sobretudo as posses de Sebastião Diniz, além de outros fazendeiros menores. Protestando contra a ocupação indiscriminada da terra, o SPI viria a aventar a existência prévia das fazendas nacionais, o que o governo do estado do Amazonas, através da Seção de Terras e Obras Públicas, invariavelmente desconheceu, alegando que a União desistira da posse efetiva, pois que não mantinha rebanho naquelas terras [Informação da Seção de Terras e Obras Públicas, 9/6/1919, mss. iteram, proc. 02883; J. G. Araújo, s. d., mss. ITERAM, proc. 02883] (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272).

Não obstante, mesmo diante de um pequeno desenvolvimento econômico, emergiu nessa região uma burguesia local que passou a exercer coerção sobre o Estado, visto que, a presença das propriedades estatais, impossibilitava a regularização das fazendas particulares (FARAGE; SANTILLI, 1992). Essa pressão obteve um excelente resultado para os posseiros da região. Assim, com o objetivo de satisfazer os anseios da nova elite local, o governo federal emitiu o Decreto nº 7 de 20/11/1889, conferindo “competência aos estados para regular transitoriamente a administração dos bens do Estado, inclusive vender aqueles que não conviesse conservar” (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 274). Com isso, aquele ato legislativo permitiu ao governo do Amazonas a emitir o Decreto nº 4 de 16/3/1892, e de seu respectivo Regulamento, de 21/5/1892⁷⁷ [...], possibilitando a regulamentação da venda das terras

⁷⁶ Quando vencido o contrato de arrendamento, Sebastião Diniz tomou posse de uma parte do rebanho e de uma grande extensão de terra nos limites da Fazenda São Marcos, mais tarde requisitada por J. G. Araújo ao Governo do Amazonas como propriedade particular (CIRINO, 2008, p. 39).

⁷⁷ Leis, decretos e regulamentos do estado do Amazonas, 1892. Consultado por Farage; Santilli, (1992, p.274).

consideradas devolutas [...] (FARAGE; SANTILLI, 1992, p.274). No entanto, é necessário fazer uma ressalva. A emissão desse decreto só foi possível devido a abertura jurídica que a Lei de Terra de 1850 deu para tal.

O Decreto de 16/3/1892 fornece a moldura jurídica para a consolidação da ocupação fundiária no vale do rio Branco: neste período, dá-se uma leva importante de requisições de registros de terras, [...]. Este processo encontrará seu momento crítico na década de 20 do século XX, quando o governo do estado do Amazonas vem a emitir uma série de títulos definitivos, em sua maioria em favor da firma J. G. Araújo & Cia [mss. ITERAM, procs. 02854 a 03078], que, ao longo das duas primeiras décadas do século, sistematicamente obteve, por compra, as posses dos pecuaristas endividados (FARAGE; SANTILLI, 1992, p.274).

Não obstante, passados mais de cento e vinte e sete anos após a emissão daquele decreto que permitiu a manobra jurídica para a apropriação de terras indígenas em Roraima, me vejo diante de um evento com as mesmas finalidades daquela época. Em 14 de novembro de 2019 participei de uma cerimônia no salão nobre do Palácio Senador Hélio Campos⁷⁸ para o sancionamento da denominada “Nova Lei das Terras de Roraima”, a Lei nº 1.351/2019. Estavam presentes no evento médios e grandes produtores rurais do estado, parlamentares da base governista, dentre outros. Em seu discurso, o governador Antônio Denarium⁷⁹ proferiu que o objetivo principal deste ato é proporcionar “a segurança jurídica para que o produtor rural tenha o documento da terra no seu nome, e esta nova lei acaba com a burocratização e entraves que dificultavam ao pequeno, médio e grande produtor ter sua área regularizada” (ALMEIDA, 2019, evento). E ainda acrescentou:

[...] Essa burocracia impediu durante muito tempo que o pequeno produtor da agricultura familiar pudesse crescer também, pois ele não podia comprar a terra do vizinho e aumentar sua propriedade. Agora pode. E vamos tratar todos com igualdade e fazer o produtor sair da ilegalidade, já que alguns produtores faziam título em nome da filha, da mulher, do sobrinho, disse (ALMEIDA, 2019, evento).

Em referência ao discurso do governador, o que percebi durante minha pesquisa foi o médio e grande produtor rural comprando ou se apossando de áreas em suas adjacências dos pequenos agricultores. Além disso, mais dois assuntos me despertaram a atenção desse evento. Primeiro, a ausência de qualquer agente ou representante da agricultura familiar. Segundo, as principais mudanças da lei:

- aumento no limite máximo de extensão de terras para ser titulada que passou de mil e quinhentos para dois mil e quinhentos hectares;
- permissão para o posseiro legalizar mais de uma terra em seu nome. A lei anterior só permitia a legalização de uma;

⁷⁸ Sede do governo do estado de Roraima.

⁷⁹ Antônio Oliverio Garcia de Almeida, conhecido por Antônio Denarium foi eleito governador do estado de Roraima para o quadriênio 2019-2022. Ele é também um dos grandes representantes do agronegócio no estado.

- o desconto para pagamento à vista do título de terras nuas aumentou de vinte para cinquenta por cento;
- limite de dezoito anos para pagamento parcelado;
- marco temporal que passou a ser exigida a posse dos últimos dois anos para registro da terra, contada a publicação da lei, e
- liberação para o servidor público regularizar terras ocupadas em seu nome (RORAIMA, 2019, Lei).

O servidor público a que Antônio Denarium se referiu, penso que são os detentores de altos cargos comissionados. Pois, além de mim, servidor público, não consegui identificar mais nenhum. Aliás, nem mesmo eu fui convidado para participar desse evento. Fiquei sabendo durante minha pesquisa de campo e participei na condição de “penetra”. Enfim, presenciei o resultado final de toda uma negociação envolvendo a elite agrária do estado, parlamentares e servidores públicos de alto escalão se utilizando da estrutura do estado em proveito próprio.

3.3.2.2 Fazendas Saab Ltda.

No ano de 1978 chegou em Boa Vista, capital do ex-território de Roraima, Bechara Saab proveniente do estado do Paraná. Bechara, de acordo com a entrevista, tinha à época vinte e três anos de idade e resolveu migrar para Roraima motivado por uma reportagem de jornal.

Nesse mesmo ano tinha visto uma reportagem no jornal O Estado de São Paulo com críticas ao modelo de desenvolvimento promovido pela Sudam. A Sudam incentivava empresários das regiões Sudeste e Sul do país a implantarem projetos agropecuários na floresta amazônica (SAAB, 2018, entrevista).

Todavia, o que mais impressionou Saab nas informações veiculadas no periódico foi o padrão utilizado para a transformação de florestas em pastagens.

[...] estes empresários aplicavam um herbicida conhecido como ‘Agente Laranja’ nas matas com o objetivo de secar as folhas e posteriormente, ateava-se fogo, causando um enorme prejuízo ao meio ambiente. Inclusive com uma mortandade muito grande de animais. Não se aproveitava nada, nem mesmo as grandes toras de madeira. Virava tudo cinza. Posteriormente, jogava-se semente de capim, de avião mesmo, e assim nascia o capim. Depois de três anos emergia a juquira⁸⁰, o inajá⁸¹, a jurubeba⁸² que tomava conta das pastagens, inviabilizando a utilização do espaço para a pecuária (SAAB, 2018, entrevista).

⁸⁰ Vegetação de pequeno porte que nasce predominantemente em áreas abandonadas e é conhecida popularmente por mato sem serventia alguma (SAAB, 2018, entrevista).

⁸¹ Palmeira cultivada, da família das palmáceas [*Pindarea concinna*], de cerca de 5 a 6m de altura, de fruto drupáceo, verde-amarelo, é nativa da região amazônica e produz uma amêndoa semelhante à do babaçu, [...] (ORMOND, 2006, p. 158).

⁸² Planta [*Solanum paniculatum*] que habita os lugares arenosos do Norte do Brasil (ALMEIDA PINTO, 1873).

Todavia, de acordo com a entrevista de Bechara Saab, a matéria jornalística propunha também uma saída para o problema dos desmatamentos, visto que o objetivo era ocupar a Amazônia via a pecuária, sob a pata do boi. Portanto, “[...] ao invés de destruir as florestas, porque não aproveitar os campos naturais do território de Roraima e também da Ilha de Marajó no estado do Pará?” (SAAB, 2018, entrevista). Segundo Saab, aquele foi o questionamento, e ao mesmo tempo, a solução apresentada pelo meio de comunicação. E foi justamente essa proposta que despertou interesses em Saab, tornando-se a principal motivação para sua migração. Outro fato a considerar é que Bechara Saab vinha de uma família de agropecuarista de pequeno porte no Paraná e

[...] tinha visto os campos do Paraná se transformarem em bons negócios de produtividade de capim para o gado e também para a produção de soja. E pensei, por analogia, se os campos deram certo no Paraná, lá em Roraima também dará. Por isso resolvi comprar terras aqui em Roraima (SAAB, 2018, entrevista).

Entusiasmado, Bechara nem se deu o trabalho de conhecer Roraima previamente para pesquisar e verificar *in loco* a veracidade das informações.

Peguei uma lista telefônica do então território de Roraima e liguei para o Ministério da Agricultura e perguntei ao responsável pelo órgão, à época um delegado⁸³, sobre a existência destes campos naturais, pois tinha vista uma reportagem no jornal Estadão sobre isso. O Delegado me respondeu que Roraima tinha disponível 4 milhões de hectares de lavrado propícios à cria, porém, para a engorda não eram bons. Mesmo assim, achei as circunstâncias muito interessante. Nessa mesma conversa, perguntei se ele poderia me indicar alguma área rural à venda. O delegado me respondeu que como funcionário público não poderia me ajudar nesse sentido. Porém, me recomendou o nome de um veterinário, fiscal do banco do Brasil, proprietário de terra e nascido aqui para dar maiores informações a respeito disso. No mesmo dia telefonei para a pessoa indicada. De pronto, ele informou que tinha uma área a 200 km da capital, terra muito boa, 6.000 hectares [direito de posse] com 1500 cabeças de gado, 200 ovelhas, 150 cavaleiros e demais benfeitorias ao custo de três milhões de cruzeiros. A animação foi grande, pois esse preço equivalia ao preço de 400 bezerros no Paraná naquela mesma época. Fechei negócio via telefone mesmo. Isso foi no mês de agosto de 1978. E em outubro do mesmo ano vim conhecer, receber e tocar o empreendimento (SAAB, 2018, entrevista).

Aquela primeira área que Bechara adquiriu no então território de Roraima está localizada na região do Surumu, parte da Terra Indígena Raposa Serra do Sol que foi explorada durante muito tempo para a pecuária e plantação de arroz irrigado. Porém, em 20 de março de 2009, posterior a uma longa batalha judicial composta por vários episódios e liminares, o Supremo Tribunal Federal em sua decisão final confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região⁸⁴.

Portanto, a compra do espaço físico que deu lugar ao PA Nova Amazônia foi adquirida por Bechara um ano após sua chegada em Roraima. No entanto, “em 1979, foi colocado à venda

⁸³ Na época o responsável pelo órgão era um delegado. Atualmente o cargo do representante estadual da instituição é o Superintendente.

⁸⁴ Essa questão já foi detalhada anteriormente. Repeti para situar o episódio envolvendo diretamente a pesquisa.

um grande empreendimento rural denominado Santa Fé Agropecuária com uma extensão de 202.000 hectares de terras, onde eram criadas cerca de 15.000 reses de gado” (SAAB, 2018, entrevista). Essa oferta despertou interesses em Bechara que vendeu a fazenda do Surumu, e comprou a Santa Fé Agropecuária juntamente com todo o seu rebanho bovino. Com essa aquisição, tornou-se um dos maiores latifundiários da região Norte do país.

Coincidentemente, no ano de 1979, o Incra estava desenvolvendo um trabalho de regularização fundiária em todo o Brasil com o objetivo de identificar e distinguir as terras públicas das terras privadas (SAAB, 2018, entrevista). Essa tarefa foi denominada de Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União e foi regulamentada pela Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976, Lei).

O Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União é aquele destinado a assegurar a discriminação e delimitação das terras devolutas da União e dos estados-membros, além de separá-las das terras particulares e de outras terras públicas. Originalmente, o conceito de terras devolutas constava na Lei nº 601/1850 [...]. Atualmente, consoante conceito contemporâneo, terras devolutas são aquelas que não estão aplicadas a qualquer uso público ou inseridas no domínio privado, sendo, todavia, dependendo da localização, bens da União ou dos Estados conforme dispõe a Constituição Federal [...] (BITTENCOURT, 2016, p. 243).

Na prática, tal procedimento visava comprovar ou não a legitimidade de titulação de terras privadas. Logo, para se habilitar ao Processo de Discriminatória e comprovar que a documentação da área rural estava regular, seu proprietário ou posseiro se obrigava a essa comprovação junto ao Incra. Porém, segundo declarações de Bechara, a formalização daquele processo exigiu a apresentação de alguns documentos, como a Cadeia Dominial⁸⁵ do imóvel que se pretendia a ratificação de sua titulação. Segundo as informações prestadas por Saab, esse foi um dos principais requisitos para a obtenção do Termo de Ratificação emitido pelo Incra.

Assim, para cumprir essa determinação,

[...] tive que me deslocar até a cidade de Manaus⁸⁶, mais especificamente no escritório dos remanescentes da família do comendador Joaquim Gonçalves Araújo em busca dos títulos originais de posse para formar a Cadeia Dominial de três glebas de terras denominadas Cauamé, Murupu e Truaru. Dessa forma, foi cumprida as exigências para a expedição do Termo de Ratificação ou Termo de Reconhecimento dos títulos pelo Incra. Tal documentação, posteriormente, foi averbado junto às matrículas dos imóveis em questão (SAAB, 2018, entrevista).

Em relação à regularização fundiária dessas terras, deduzi que Bechara Saab tinha especial atenção. Pois disso, dependeria a liberação de recursos financeiros públicos e

⁸⁵ Cadeia Dominial é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono (INCRA, 2009).

⁸⁶ A ida a Manaus para procurar os documentos originais foi necessária por dois motivos. Primeiro, em 1978 já não havia mais ninguém da família de Joaquim Gonçalves morando em Boa Vista. Segundo, o primeiro título dessas terras foram expedidos pelo Cartório de Manaus, considerando, que na primeira década do século XX, Roraima ainda pertencia ao Amazonas.

subsidiados para investimentos em suas fazendas. Portanto, a ratificação da documentação dessas áreas rurais, possibilitou, por meio do Finam⁸⁷, a obtenção de financiamentos para custear as despesas na estruturação de seus empreendimentos agropecuários.

O primeiro financiamento concedido pela Sudam⁸⁸ no estado teve como favorecido uma das empresas agropecuária de Bechara, a fazenda Truaru. Esses recursos financeiros obtidos foram aplicados na melhoria da fazenda.

Nas fazendas, minha atividade principal era a criação de gado. Mas plantava arroz de sequeiro também. Apliquei o dinheiro obtido com o financiamento na melhoria da fazenda. Investi principalmente em benfeitorias, como alojamentos, currais e tudo mais. Usei o dinheiro também para melhorar a produtividade da terra e ter um capim mais nutriente para o gado. Por isso usava a adubação química. Comprei muito adubo das empresas da época: Manah, Iap, Trevo. Esses adubos vinham de balsa até Caracará. Chequei a ter quatorze colheitadeiras. Minhas fazendas empregavam cerca de cinquenta a sessenta pessoas entre técnicos agrícolas, vaqueiros, operadores de máquina e outros que não me lembro agora. Meus vaqueiros eram em sua maioria indígenas da Serra da Moça. Todos trabalhavam com carteira assinada. Enfim, minhas fazendas haviam se transformado em empresas de grande porte: Agropecuária Saab S/A e Fazenda Saab S/A, as primeiras sociedades anônimas implantadas no estado de Roraima (SAAB, 2018, entrevista).

O conteúdo dessa transcrição não deixa dúvida quanto à dimensão do empreendimento rural. Mas, revela também o modelo de ocupação da região amazônica, com a utilização de financiamentos públicos subsidiados, que só foi disponibilizado a grandes empresas.

Posteriormente, ficou evidente, o alto custo financeiro para assegurar uma boa produtividade agropecuária no ambiente lavrado. As despesas monetárias nessa produção envolvem principalmente à compra de adubação química para correção do solo, aquisição de tecnologia e contratação de técnicos habilitados nesse processo. Outro obstáculo, que em parte, pode explicar a ocupação tardia da região, atualmente denominado estado de Roraima, refere-se às dificuldades logísticas para o envio de produtos ou deslocamentos humanos para a cidade de Boa Vista. Pois, a ligação terrestre via rodovias entre estado de Roraima e demais unidades da federação, até o ano de 2020, ainda não foram totalmente concluídas.

Outro assunto a ser explorado é a contratação de indígenas, principalmente da etnia Makuxi para exercer a função de vaqueiro. Recorrendo-se ao mapa 06, referente à localização da área da pesquisa, é possível observar que a Comunidade Indígena Serra da Moça fica localizada nas proximidades das fazendas. Não obstante, a proximidade dos territórios, da fazenda e área indígena, não é o motivo principal da preferência a esse tipo de contratação. Esse costume tem a sua raiz no aprisionamento de indígenas pelos jesuítas, na ocupação do Vale do Rio Branco.

⁸⁷ Fundo de Investimento da Amazônia.

⁸⁸ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

3.3.2.3 Fazendas Bamerindus

A partir de 1966, o Estado Nacional novamente volta seus interesses para a Amazônia. E dentre as principais estratégias pensadas pelos agentes a serviço do governo militar para alcançar seus objetivos e ao mesmo tempo sensibilizar a nação foi a utilização da propaganda. E uma das frases de massificação foi a propagação do slogan “Integrar para não entregar”. Concorrente a isso, iniciou-se também a implantação de vias de acesso terrestre e o lançamento de uma série de incentivos fiscais e para a obtenção de crédito financeiro aos interessados em produzir na região. Desta forma, em 1966 foi instituída a Sudam; em 1972 foi concluída a abertura da rodovia Transamazônica e também o asfaltamento da rodovia BR-153, popularmente conhecida como rodovia Belém-Brasília.

Assim sendo, devido principalmente a essa forma de atração, movida por incentivos fiscais e financeiros, o grupo Bamerindus em 1977 iniciou a expansão de suas atividades agropecuárias em direção à região amazônica. Inicialmente, implantando fazendas para a criação de gado na região de Marabá, localizada estado no Pará. Posteriormente, em 1979, os diretores do setor de agropecuária do grupo com pretensões de ampliar os investimentos nessa atividade na Amazônia e em vista de notícias sobre a criação de bovinos em campos naturais do território de Roraima, resolveram fazer uma consulta sobre a realidade dessa situação (SANTOS, 2019, entrevista). Esse momento coincide com a nomeação de Ottomar de Sousa Pinto, pelo governo militar, para gerir o Território Federal de Roraima no quadriênio 1979-1983.

Haroldo Eurico Amoras dos Santos é doutor em Relações Internacionais, professor adjunto da Universidade Federal de Roraima e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Ele migrou para Roraima no ano de 1979. Veio a convite de um colega de graduação do curso de economia da Universidade Federal do Pará para trabalharem para o governo do então território.

Na época da graduação, na cidade de Belém, os dois colegas participaram de um estágio promovido pela Sudam na área de elaboração de projetos. Como Amoras, em Belém já havia prestado consultoria para a diretoria do grupo Bamerindus, ele serviu de interlocutor para o estabelecimento do projeto agropecuário do Bamerindus em Roraima. Essas informações pessoais me foram repassadas durante a entrevista.

Não obstante, conforme as declarações de Haroldo Amoras, o novo governador já assumiu seu posto, em abril de 1979, com uma opinião pré-concebida.

A viabilidade do desenvolvimento socioeconômico do então território, está vinculada, inicialmente, à aquisição de tecnologias e à contratação e formação de técnicos em habilidades e saberes específicos relacionados ao setor agropecuário. Logo, seu plano de governo previa atrair grandes empresas para investir nesse setor, pois, os financiamentos ofertados pelo governo federal eram muito atrativos. Concomitante a isso, seu planejamento prognosticava apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar de pequeno porte. Mas, para a realização dessa tarefa, contou com o auxílio do Incra, responsável pela implantação de projetos de assentamento da reforma agrária (SANTOS, 2019, entrevista).

Portanto, foi nesse contexto que agentes vinculados à administração direta do território responderam positivamente à consulta dos diretores do grupo Bamerindus referente à viabilidade da implantação de projetos de grande porte direcionados à atividade agropecuária.

Não obstante, surgiu uma barreira. Para ter acesso aos incentivos fiscais e financiamentos públicos subsidiados pelo governo federal, uma das principais exigências foi a legalidade da titulação da área que deveria ser utilizada no projeto. Realmente, isso representou um grande problema naquela época. Aliás, esse é um problema que não foi totalmente resolvido e persiste em 2020. O estado de Roraima ainda convive na indefinição de sua questão fundiária legalmente institucionalizada de grande parte de seu território.

Devido a essa questão, uma das poucas áreas rurais que estava apta à implantação desse tipo de projeto naquele momento, era as fazendas pertencentes à Bechara Saab. Essa informação me foi repassada primeiramente por Bechara e, posteriormente, confirmada por Haroldo Amoras. Com isso, ávidos a viabilizar a vinda para o território de grandes empresas, agentes do governo territorial, convenceram Bechara a vender uma parte de suas terras ao grupo Bamerindus. A favor dessa negociação, esse empresário rural, em 1980 efetivou a venda de uma parte de suas terras, as fazendas Cauamé e Murupu, com extensão de área de quarenta e dois mil e seiscentos e vinte e seis hectares, aos representantes do grupo Bamerindus.

Bechara naquele momento, conservou sob sua propriedade, a outra parte da fazenda, a Truaru, com trinta e cinco mil e sessenta e dois hectares de terra. No entanto, doze anos após a concretização do negócio, em 1992 vendeu também para o mesmo grupo o restante da área, a fazenda Truaru. Com o passar do tempo, essas localidades ficaram conhecidas como fazendas Bamerindus.

De acordo com a análise das cadeias dominiais (OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 2019), juridicamente quando o Bamerindus adquiriu as fazendas Cauamé e Murupu, esses dois imóveis deram origem à Cauamé Agropastoril S.A. Posteriormente, com a aquisição da fazenda Truaru, o Grupo encerrou as atividades dessa empresa e abriu a Murupu Agropastoril S.A, para a qual foi transferida as três fazendas. Embora, a sede dessas empresas criadas fosse constituída no município de Boa Vista, o controle administrativo e financeiro

desses empreendimentos agropecuários ficou estabelecido em Curitiba, estado do Paraná, sede central do grupo Bamerindus.

De acordo com Bechara Saab, em um encontro ocorrido em 1992, entre ele e José Eduardo de Andrade Vieira, o principal acionista do grupo Bamerindus, José Eduardo revelou sua satisfação com o empreendimento rural implantado, visto que, contrário ao ocorria frequentemente com suas propriedades no estado do Pará, em Roraima nunca houve sequer uma tentativa de invasão por parte de movimentos individuais ou coletivos em busca de terras. Em resposta, Bechara alegou que em áreas de cerrado, os conflitos pela posse da terra são praticamente inexistentes, pois, tornar essa área produtiva demanda altos custos no preparo da terra, aquisição de maquinários e investimentos em demais tecnologias.

3.3.2.3.1 Ambiente das fazendas

Os incentivos disponibilizados pelo governo federal, aliado às experiências adquiridas em empreendimentos agropecuários anteriores, possibilitaram aos agentes do grupo Bamerindus, em um intervalo de tempo de quase duas décadas, transformar essas fazendas em referências à criação de gado de corte no estado de Roraima. Mas, é importante frisar que a estruturação física das fazendas e uso de tecnologias teve início com Bechara Saab, que também se utilizou dos benefícios fiscais e financeiros ofertados pela União. A extensão total da área do complexo agropecuário adquirido foi de setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito hectares e trinta e oito ares, onde se mantinham em média, a criação de quinze mil reses de gado (INCRA, 2001). A relação da extensão das áreas adquiridas conforme a denominação das glebas e a quantidade de gado das fazendas está listada no quadro 4.

Quadro 4 – Relação da extensão das áreas e a quantidade de gado das fazendas

Denominação das fazendas	Área (hectares)	Gado ⁸⁹ (reses ⁹⁰)	Ano da compra do imóvel
Murupu	21.983,00	7.503	1980
Cauamé	20.643,00	4.094	1980
Truaru	35.062,38	4.094	1992
Total	77.688,38	15.691	

Fonte: autor⁹¹.

⁸⁹ O total está dividido entre vacas paridas, solteiras, novilhas, garrotes, bois, touros e bezerros nascidos.

⁹⁰ Reses plural de rês designa qualquer animal quadrúpede que se abate para prover a alimentação do ser humano (HOUAISS; VILLAR, 2001).

⁹¹ Dados extraídos do Processo nº 54390.000503/2001-57 (INCRA, 2001).

O centro administrativo das três áreas ficou localizado na fazenda Murupu. Logo, este local apresentava uma infraestrutura superior a das outras duas fazendas. E para organizar e gerenciar uma empresa agropecuária deste porte, os gestores do grupo contavam com o auxílio de profissionais com diversas competências, seja de formação prática e ou técnica, como vaqueiros, operadores de máquinas, técnicos agrícolas, cozinheiras. Foram contratadas também pessoas com formação superior nas áreas administrativa, financeira contábil e agropecuária, dentre outras.

Segundo as informações de Vendelino, com a compra daquelas propriedades rurais pelo Bamerindus houve um acréscimo no volume dos investimentos financeiros com o intuito de melhorar a produtividade das fazendas. Para isso, complementou ele, ampliou-se a infraestrutura do empreendimento agropecuário, como construção de novos galpões e currais, compra de maquinários de grande porte e aplicação de tecnologias avançadas.

Vendelino José Kroetz foi o último gerente geral das fazendas Bamerindus no estado de Roraima. Sua gestão à frente desse empreendimento agropecuário teve a duração de sete anos, de 1994 ao ano de 2001. Ele é sul-rio-grandense de nascimento, porém, na fase adulta, migrou-se para o estado do Paraná, onde trabalhou em diversos municípios por cerca de quinze anos na atividade de extensionista rural. Em 1991 recebeu convite de agentes do Bamerindus para trabalhar em uma fazenda do grupo, a fazenda Mitacoré.

A fazenda Mitacoré foi considerada um empreendimento modelo em produtividade agropecuária. Por isso, a partir de 1991 passou a fazer parte do roteiro turístico do estado do Paraná. Recebia turistas aos sábados para visitação. Produzia milho, soja, trigo, cevada, aveia e leite.

Em 1992, o acionista majoritário do grupo, José Eduardo de Andrade Vieira convidou Vendelino para ir a Roraima resolver problemas de ordem técnicas com o rebanho bovino. Conseqüentemente, entre os anos de 1992 a 1994, Vendelino dividiu seu tempo entre os trabalhos das diversas fazendas do grupo. No entanto, em 1994, ele assumiu a gerência geral das fazendas no estado e se mudou definitivamente para aquela localidade juntamente com seus familiares.

De acordo com Vendelino, a sede da fazenda, “não perdia em nada em questão de organização e conforto para qualquer pequena cidade” (KROETZ, 2018, entrevista). Tinha quinze casas, alojamentos e refeitório equipado com cozinha industrial. Todas aquelas obras

foram construídas com materiais de alvenaria⁹². A fotografia 5 retrata o formato das casas de moradias disponibilizadas aos funcionários e funcionárias das fazendas Bamerindus.

Fotografia 5 - Casa dos funcionários da fazenda



Fonte: cedida por Alcides Pereira Machado, 1999.

A partir do ano de 2009, a Universidade Federal de Roraima, por intermédio de sua escola agrotécnica, a EAGRO, assumiu a sede da antiga fazenda. Com isso, houve uma reestruturação do local com asfaltamento das ruas e reformas das casas. Dessa forma, as casas que anteriormente serviram como moradia para os trabalhadores e trabalhadoras da Bamerindus, tornaram-se alojamentos para os alunos da alternância matriculados nos cursos técnicos em agropecuária do campus Murupu. Comparando as duas imagens, 5 e 6, observa-se que a estrutura das casas permaneceu praticamente inalterada, apenas passaram por reformas.

Fotografia 6 - Alojamentos dos alunos da alternância



Fonte: arquivos do autor, 2019.

De acordo com a entrevista de Alcides Pereira Machado, a empresa, durante seu funcionamento garantiu aos funcionários e funcionárias meios para o desenvolvimento de suas

⁹² Sistema construtivo formado de um conjunto coeso e rígido de tijolos ou blocos [elementos de alvenaria], unidos entre si, com ou sem argamassa de ligação, em fiadas horizontais que se sobrepõem uma sobre as outras (MARINOSKI, 2011, p. 63).

tarefas e proporcionou o devido conforto aos seus familiares. Durante nosso diálogo, ele relembra com saudade, alguns momentos vividos à época.

A empresa fornecia cesta básica, carne, leite. O salário ficava praticamente livre. Tudo muito limpo. As janelas e portas todas tinham tela contra mosquitos. Era uma forma de prevenção contra o mosquito transmissor da malária. As festas eram muito boas. Ninguém esquece a de doze de outubro (MACHADO, 2019, entrevista).

Alcides e Marta escolheram⁹³ o Polo IV para morar. O lote deles possui quarenta hectares de extensão. Ele é um dos ex-funcionários das fazendas Bamerindus que se tornou assentado. Na fazenda exerceu a função de mestre de obras. Dentre suas responsabilidades, incluíam-se as manutenções das cercas das fazendas e demais obras relacionadas à construção civil, como a conservação das casas dos funcionários localizadas nos currais e na vila, sede da fazenda.

Alcides chegou em Roraima no ano de 1984, vindo do Paraguai. Morou naquele país por cerca de vinte anos. Mas, seu local de nascimento é Salto de Lontra, estado do Paraná. Ele é o filho caçula de uma família de nove irmãos. Seu pai teve um sítio de trinta e seis alqueires no Paraguai, onde plantavam soja e milho. Como o sítio era muito pequeno para a quantidade de irmãos que precisavam sobreviver da agricultura, seu irmão mais velho migrou no ano de 1971 para Rondônia em busca de “seu próprio pedaço de chão”, conforme informou Alcides. Porém, chegando naquele estado, ficou sabendo que em Roraima era bem mais fácil adquirir um lote para trabalhar e sobreviver dele.

Em 1972, meu irmão chegou aqui. Naquela época em São Luís do Anauá⁹⁴ o governo federal estava distribuindo chácaras e ele se aproveitou e se instalou lá. E em 1984, meu irmão foi me buscar lá no Paraguai. Para me convencer a vir com ele, falou: ‘Alcides, lá em Roraima só com caju você consegue tratar dos porcos, você que gosta de criar porcos. Banana, precisa de dois homens para carregar um cacho. O abacaxi de lá Alcides, dá quinze quilos’ [risos] (MACHADO, 2019, entrevista).

Ao relembrar dessa história, Alcides dá umas boas gargalhadas. Passados uns segundos, complementa sua narração.

Até hoje nunca vi essas coisas. Sofri demais quando cheguei aqui. Chorava quase todas as noites, pensando o que tinha vindo fazer aqui. Passados uns dois anos, meu irmão buscou minha mãe e o resto da família. Aí as coisas começaram a melhorar. Não tinha carne, mas tinha muita caça no mato. Não faltava carne dia nenhum (MACHADO, 2019, entrevista).

No entanto, segundo as informações de Alcides, sobreviver da atividade agrícola em São Luís do Anauá não estava sendo fácil.

[...] a vida na roça em São Luiz foi muito sacrificada e depois de um tempo não estava mais dando certo. Era muito irmãos. Então, em 1989, me casei e vim para Boa Vista e fiquei trabalhando na construção civil, reformando casas, outras horas fazendo conserto de cercas em fazendas, o que aparecia. Trabalhava sempre para empreiteiros. Até que em 1990 surgiu uma vaga de mestre de obras lá na Bamerindus. Assim que

⁹³ Na condição de ex-funcionários da Bamerindus tiveram o privilégio de escolher a localidade de seus lotes.

⁹⁴ Um dos quinze municípios que compõem o estado de Roraima.

fui contrato, me mudei com minha mulher para lá. Meus dois filhos nasceram lá na antiga sede da fazenda Murupu, que é onde ficava a vila (MACHADO, 2019, entrevista).

No decorrer da conversa, Alcides foi me propiciando demais informações sobre a estrutura e a vida dos funcionários na sede da fazenda. Segundo, ele, as casas eram disponibilizadas aos funcionários e funcionárias com famílias, sendo que as pessoas solteiras utilizavam o alojamento para dormir e o refeitório para a alimentação diária. Os moradores disfrutavam ainda de açougue, horta comunitária e minifarmácia. Para apoio socioeducacional, a localidade dispunha de uma escola composta com quatro salas de aulas e biblioteca. Havia também uma igreja católica e duas linhas telefônicas, os “orelhões”.

A responsabilidade para o funcionamento da escola era dividida entre o gestor das fazendas e o estado. O estado era responsável pela contratação e pagamento dos salários de uma diretora e três professoras. Sob a incumbência do administrador da fazenda estavam duas kombis com motoristas para o transporte dos alunos das redondezas. A limpeza da escola também estava sob a responsabilidade do administrador da fazenda. As professoras moravam na fazenda e recebiam cestas básicas como incentivo para morar lá. (KROETZ, 2018, entrevista).

Françoedes Araújo Oliveira também lembrou de alguns detalhes de sua vida e da família quando ainda era funcionário das fazendas.

Como funcionário eu trabalhava muito satisfeito. Além do salário, tinha casa com água e luz. Ganhava cesta básica com carne. Tinha enfermaria para os casos mais simples, mas, se eu ou alguma pessoa da família sofresse de alguma doença mais grave, a kombi levava para Boa Vista. Não precisava nem me preocupar com escola. Minhas duas filhas fizeram o ensino fundamental na escola da fazenda, quando eu ainda era funcionário e depois o ensino médio na Eagro, mas aí eu já era assentado (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Dentre as lembranças citadas por Françoedes está a comemoração do dia da Páscoa, que a escola da fazenda comemorava anualmente. Uma destas comemorações é visualizada na fotografia 7.

Fotografia 7 - Comemoração escolar do dia da Páscoa



Fonte: cedida por Alcides Pereira Machado, 1999.

Françoeudes e Ana Lúcia escolheram seu lote no Polo IV. A extensão da parcela rural é de setenta e seis hectares. Ele também é um dos ex-funcionários das fazendas Bamerindus que se tornou assentado no Projeto de Assentamento Nova Amazônia. E, logo no início de nosso diálogo, Françoeudes fez questão de dizer que é filho e neto de agricultor. Porém, saiu do sítio com dez anos de idade para vir para cidade estudar. Fez o curso de técnico em agropecuária no Rio Grande do Norte, onde morou anteriormente. Tanto ele, quanto sua esposa são norte-rio-grandenses.

Em relação a sua migração para Roraima, informou que já saiu contratado do Rio Grande do Norte, em 1993, para trabalhar como auxiliar de escritório na sede das fazendas Bamerindus.

[...] tive um colega de curso de técnico em agropecuária que trabalhava no banco Bamerindus lá no Rio Grande do Norte e que 1992 foi transferido para a cidade de Boa Vista. Chegando aqui ele ficou sabendo da vaga e me ligou perguntando se eu queria trabalhar na fazenda Bamerindus como auxiliar de escritório. Confirmei que aceitava o trabalho. Então ele me indicou para a vaga. Me falaram depois que fui aceito porque tinha curso de datilografia. Fui contratado no início do ano de 1993. Deixei minha esposa lá e vim sozinho. Depois de um ano, vi que tudo estava dando certo, então trouxe minha mulher. Quando cheguei aqui o gerente-geral era o Teodoro. Pouco tempo depois foi substituído pelo Vendelino (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Françoeudes contou que trabalhou exercendo a função de auxiliar de escritório por um período de um ano. No entanto, o gerente da época, Teodoro, que já conhecia sua formação como técnico em agropecuária, perguntou se ele estava disposto a mudar de atribuição na fazenda.

Teodoro já sabia da minha formação de técnico em agropecuária, e me perguntou se eu toparia exercer a função para a qual eu havia sido qualificado no Rio Grande do Norte. Aceitei prontamente o convite. Além do aumento de salário, foi uma oportunidade de demonstrar na prática o que tinha aprendido em minha formação. Minha primeira tarefa, naquela nova função foi trabalhar na reforma de mil e quinhentos hectares de pastagens e formar mais mil e quinhentos hectares em pastagens novas. Coordenei também o plantio de uns trezentos hectares de sorgo para silagem. Depois fiquei responsável também pelo sistema de irrigação dos capins para a cria, recria e engorda de bovinos para o abate. A cria e recria ficava aqui no Murupu. A engorda era direcionada ao Truaru (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

A fotografia 08 registrada por Alcides no ano de 1994, exhibe o andamento de uma obra para a construção de um canal de captação de água destinado à irrigação do capim para formação de pastagens para o rebanho. De acordo com as entrevistas de Alcides e Françoeudes, aquele é um exemplo de infraestrutura, a qual Alcides ficou responsável pela construção e manutenção do canal de irrigação e Françoeudes pela operação técnica da demanda da umidade requerida pelo capim. Aquele sistema de irrigação foi construído na parte denominada Truaru, das fazendas Bamerindus. Um exemplo desse sistema está registrado na fotografia 8.

Fotografia 8 - Construção de um canal de irrigação na fazenda Truaru



Fonte: cedido por Alcides Pereira Machado, 1994.

Relacionado a sua satisfação de trabalhar nas fazendas, respondeu:

Como funcionário trabalhava satisfeito. Pois além do salário, tinha casa com água e luz. Ganhava cesta básica que incluía a carne e o leite. A cesta básica que a empresa fornecia, para quem tinha família pequena durava o mês todo. Então dava para guardar dinheiro, pois sobrava nosso salário quase livre. Se alguém da família precisasse de médico, a kombi da fazenda levava para Boa Vista. Sempre nos finais de semana havia o churrasco entre amigos. Às vezes a empresa fornecia a carne para o churrasco. Outra coisa boa era os banhos no igarapé Murupu. Escola tinha aqui, bem do lado da minha casa. Minhas duas filhas estudaram todo o ensino fundamental na escola daqui quando eu ainda era funcionário e o ensino médio na Eagro, mas, aí eu já era assentado (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

De acordo com que consta no processo de criação do assentamento Nova Amazônia, Incra (2001), a infraestrutura das fazendas era composta por galpões cobertos para acomodação de insumos; garagens para maquinários agrícolas, caminhões e demais veículos; escritórios; oficina; borracharia; lavador de veículos e posto de combustível para abastecimento da frota. As máquinas, veículos e equipamentos para uso das três fazendas ficavam guardadas na sede administrativa da fazenda Murupu, conforme citado anteriormente, e era constituída por: caminhonetes modelos Toyota, caminhão tipo caçamba, carregadeira, motoniveladora, trator de esteira D6, trator de esteira D4, colhedeira de cereais, caminhão boiadeiro, tratores Valmet e kombi escolares que recolhiam alunos das outras fazendas e redondezas.

Conforme as informações de Vendelino, toda aquela estrutura era provida por rede de água, esgoto e energia elétrica. O abastecimento de água potável era suprido por um cata-vento, que retirava a água do poço artesiano e a acumulava em um reservatório com capacidade para armazenamento de dez mil litros. O suprimento de eletricidade era realizado via motor-geradores abastecidos a óleo diesel. Em relação à assistência à saúde, dirigentes da secretaria estadual enviavam mensalmente um ônibus para a prestação de serviços odontológicos e consulta médica. Para os casos de urgências, eram utilizadas as kombis para os deslocamentos até os hospitais da cidade de Boa Vista.

Durante a entrevista, Vendelino me explicou que devido à extensão da área e com o intuito de melhorar o controle de tudo isso, as fazendas Cauamé e Murupu, foram divididas em duas e três estruturas, respectivamente, denominadas “currais”. Cada curral continha três casas de moradias, um depósito de ração, tropeira, tronco, brete, apartadouro, balança e embarcadouro. Os trabalhos nos denominados “currais” ficavam sob a responsabilidade de três vaqueiros, sendo um deles, o capataz, que exercia a função de subadministrador.

De acordo com Alcides, as montagens e manutenção dos currais também ficaram sob sua responsabilidade. No ano de 1991, ele registrou a montagem de uma dessas estruturas, conforme o detalhe da fotografia 9.

Fotografia 9 - Início da montagem de um dos currais



Fonte: cedida por Alcides Pereira Machado, 1991.

Com a criação do assentamento, nenhum dos currais ou até mesmo as casas destinadas aos vaqueiros foram aproveitadas pelos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia. Durante o trabalho de campo visitei o local onde foram instalados aquelas subadministrações, porém, só consegui captar algumas imagens do que restou delas, conforme fotografia 10, do curral do Polo III.

Fotografia 10- Condições do curral do Polo III em 2019



Fonte: arquivos do autor, 2019.

As casas dos vaqueiros ficavam bem em frente ao curral, conforme pode ser visualizado na fotografia 11, do que restou da estrutura do curral III, que com a implantação do assentamento se transformou em Polo III.

Fotografia 11 - Casa dos vaqueiros do curral III



Fonte: arquivos do autor, 2019.

A fazenda Cauamé não dispunha de sede administrativa, porém foi dividida em dois “currais” com estrutura idêntica ao da fazenda Murupu, conforme já citado.

A fazenda Truaru estava organizada um pouco diferente das outras duas. Além de preparada para somente para a engorda do gado, cultivava-se também o arroz. Para isso, era composta de uma sede principal, sede secundária e sete currais. Era a única das fazendas que possuía secador de cereais. Toda a estrutura da fazenda também era provida por energia elétrica proveniente de motor-geradores e rede de água e esgoto (KROETZ, 2018, entrevista).

Para a manutenção daquele complexo agropecuário, as fazendas contavam com a colaboração de cento e quarenta funcionários e funcionárias registrados em carteira de trabalho⁹⁵, conforme informações de Vendelino.

Não obstante, Vendelino, em um determinado momento de nossa conversa, revelou que quando assumiu de vez a gestão geral das fazendas em 1994, estava ciente que sua função à frente daquele empreendimento agropecuário era gerar lucro para seus patrões e estava consciente também que uma das formas de aumentá-lo seria por meio da produtividade. Portanto, assim que assumiu a gerência geral, percebeu que para atingir seus objetivos, além das mudanças em determinados procedimentos técnicos, foi preciso efetuar uma reestruturação no quadro geral de funcionários e funcionárias. Porém, isso causou impactos também no modo de vida dos moradores e moradoras das fazendas. Pois, apesar de contar com a citada quantidade de trabalhadores e trabalhadoras⁹⁶, moravam nas fazendas mais de seiscentas pessoas, inclusive filhos, filhas e outros parentes que viviam na dependência do pessoal contratado.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por Vendelino ao assumir a gestão das fazendas foi a reestruturação das tarefas e imposição de novas normas de procedimentos no trabalho e na vida pessoal das famílias. De acordo com o gerente geral, à época de sua gestão, a mão de obra das fazendas Bamerindus era formada basicamente por ex-garimpeiros.

Dando continuidade às suas informações, Vendelino esclareceu que quando começou a propor e realizar as mudanças, foi alertado pelos outros funcionários de que os trabalhadores das fazendas, que anteriormente foram expulsos do garimpo, tinham fama de “perigosos” e poderiam ter uma resistência maior às transformações propostas.

Diante dessa informação, fiz um diagnóstico do comportamento do pessoal apontados como ‘perigosos’. Estes foram chamados e oferecido acerto de contas e indenização conforme as leis trabalhistas da época, mais passagem de ida para qualquer lugar que desejassem. A maioria aceitou o acordo, pois tinham vindo em função do garimpo e diante da proibição da atividade em Roraima, ficaram sem condições financeiras para retornar para casa ou seus lugares de origem (KROETZ, 2018, entrevista).

⁹⁵ Quantidade de pessoal registrados com Carteira de Trabalho no ano de 1992.

⁹⁶ Em 1992 quando Vendelino visitou o Complexo Agropecuário pela primeira vez o quadro funcional contava com 128 pessoas. Em 1994, quando assumiu a gerência geral, essa quantidade subiu para 140 pessoas.

Em relação à grande quantidade numérica de ex-garimpeiros trabalhando em fazendas da região, ocorreu que em 1990, assim que assumiu a presidência da república, Fernando Collor de Mello determinou o fechamento dos garimpos. Esse fato causou impacto imediato para a população do recém-criado estado de Roraima. Pois, milhares de pessoas que migraram para o estado para trabalhar na extração manual de ouro e diamante, com a proibição dessa atividade, ficaram sem meios de sobrevivência. A alternativa foi ir para a cidade de Boa Vista em busca de emprego para sobreviver. Devido a esse excesso de contingente, os garimpeiros se propunham a trabalhar nas fazendas da região apenas em troca de comida.

Resolvido o problema dos “perigosos” que julgavam ser empecilhos, procederam-se às mudanças. As principais delas ocorreram nas especificidades dos cargos e funções. Anteriormente, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras eram classificados como “serviços gerais”, portanto, sem função ou cargo exclusivo. Fator que, segundo Vendelino, influenciava negativamente no desempenho de suas funções. Assim, dentre os cargos criados para a reorganização dos trabalhos estavam os de jeriqueiros, nome dado aos tratoristas; o de capataz, responsável pelo setor da pecuária e vaqueiro, que passou a desempenhar exclusivamente a tarefa de lidar com o gado. Com isso, a reestruturação do complexo agropecuário reduziu numericamente a força de trabalho de cento e quarenta para noventa pessoas.

Quanto aos indígenas contratados para exercer a função de vaqueiros, sendo a maioria da etnia Makuxi e uma pequena quantidade de Wapixana, eram sempre muito elogiados no desempenho de seus afazeres. Na realidade, esses indígenas tem uma facilidade muito grande no trato com o gado. Visto que a mais de cem anos eram contratados por fazendeiros que ocupavam suas terras, justamente para desenvolver essa mesma atividade pecuária, conforme assunto tratado anteriormente. Portanto, devido às experiências exitosas com os indígenas de Roraima, Vendelino resolveu contratar indígenas oriundos da República Cooperativista da Guiana.

Em 1996 contratei doze indígenas da etnia Wapixana oriundos da Guiana. Eram dez indivíduos do sexo masculino e duas pessoas do sexo feminino. A única dificuldade que tive foi em relação à regularização da documentação para trabalharem legalmente, conforme determinação da legislação trabalhista brasileira. Não houve problemas com adaptação ao trabalho e muito menos de convivência. Me falaram aqui em Roraima que essa facilidade dos indígenas que vêm da Guiana é devido à influência inglesa. Aprendiam as línguas externas para poder seguir as normas da Coroa. A cozinheira indígena, além de sua língua materna, falava e escrevia inglês, português e espanhol. O interessante é que tanto os homens quanto as mulheres eram chamados de ‘*my friend*’ pelos outros funcionários da fazenda (KROETZ, 2018, entrevista, grifo nosso).

Outros procedimentos também entraram na pauta da reestruturação geral do empreendimento agropecuário. Um deles foi a proibição da caça e abate de animais silvestres pelos funcionários das fazendas.

Apesar da caçada ser um costume regional, tivemos que proibi-la. Mas a questão era outra. Os trabalhadores das fazendas, geralmente, os vaqueiros, eram os que saíam em busca de animais para caçar e comer sua carne [tatu, veado, porco do mato, paca, anta, jaboti, entre outros]; sendo que a maioria das vezes viravam a noite nessa procura. Percebemos que no outro dia estavam muito cansados para enfrentar um dia inteiro de serviço. Mas pensamos também que por traz desse costume, poderia estar embutido a falta de comer proteína de origem animal. O problema foi resolvido. Uma vez por semana, matávamos um boi e começamos a distribuir uma cota de carne em função do tamanho das famílias. Cada família passou a receber, proporcionalmente à quantidade de pessoas da família, uma cota semanal de carne. Afinal, um boi por semana não representava nada, quando se tem quinze mil reses no pasto. Com isso, suprimos as necessidades proteica das famílias e não havia mais a necessidade de caçar. Além disso e também com o passar do tempo, foram naturalmente se desinteressando por esse costume. E como eles pararam de caçar, também não admitiam que ninguém de fora fosse caçar nas áreas das fazendas. Pois, viram que os caçadores de fora deixavam as porteiras abertas e com isso as vacas inseminadas, vacas paridas, touros, todo esse gado se misturava e isso ocasionava mais trabalho aos vaqueiros. Então eles mesmos se tornaram patrulheiros contra a caça nas áreas pertencentes às fazendas (KROETZ, 2018, entrevista).

Outra questão referente a costumes e que pela análise do gerente geral interferia negativamente no desempenho das funções laborais do pessoal empregado, era a desagregação familiar, ou seja, a separação do casal. Segundo ele, a principal causa para isso, era a infidelidade conjugal. E se por esse motivo ou outros, ocorresse a cisão, o costume era que os filhos ficassem com o pai e não com a mãe.

Isso sim, representou um problemão. Como um pai, sozinho iria cuidar dos filhos e filhas, muitas vezes pequenos, e conciliar essa tarefa com um bom desempenho de suas funções? Pelas nossas experiências, esses casos acabavam sempre prejudicando de alguma forma a produtividade do empreendimento (KROETZ, 2018, entrevista).

Para Vendelino, a grande quantidade de separações era consequência da falta de união formal, ou seja, legalmente constituída. Para tentar solucionar o impasse, passaram a incentivar à formalização institucional dos casamentos por meio de cerimônias coletivas realizadas frequentemente na sede da fazenda. Além do mais, esse procedimento facilitava o cumprimento da legislação trabalhista em relação ao registro dos dependentes da força laboral.

Não obstante, outros costumes foram mantidos, como a realização de missas celebradas mensalmente na pequena e única capela católica da fazenda. Ocasionalmente se celebravam também outros eventos como a primeira comunhão, registrada por Alcides em 1999, conforme fotografia 12.

Fotografia 12 - Cerimônia de Primeira Comunhão



Fonte: cedido por Alcides Pereira Machado, 1999.

De acordo com Vendelino, nunca deixaram de comemorar a principal celebração da região, a tradicional Festa de Nossa Senhora Aparecida. O evento dessa solenidade, conforme mostra a fotografia 13, foi registrada por Alcides no ano de 1996.

Fotografia 13 - Comemoração da Festa de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: cedida por Alcides Pereira Machado, 1996.

De acordo com Alcides, durante todo o tempo em que trabalhou na fazenda, esse evento foi festejado anualmente, sempre no dia 12 de outubro. Segundo ele, na realidade era uma tripla comemoração. Nesse dia, além da exaltação a Santa, comemoravam conjuntamente o início da colheita e o Dia das Crianças, complementou Alcides.

Especialmente, esse festejo era muito esperado e comemorado. Tinha torneio de futebol, várias brincadeiras, como pau de sebo, palhaço doce [palhaço cheio de doces, balas e bombons que saía correndo e a criançada correndo atrás com o objetivo de derrubá-lo e pegar os doces]. E a noite tinha o forró, com muita cantoria sempre com artistas regionais (KROETZ, 2018, entrevista).

Aquela tripla comemoração parece ter se fixado na memória de todos os ex-funcionários das fazendas Bamerindus. Desta vez é Joziel Silva de Paula que relembra e relata saudosamente suas impressões daquele momento.

Todo mundo que trabalhou ou morou na fazenda, ou até mesmo os vaqueiros vizinhos, lembram muito bem do Dia das Crianças, 12 de outubro, e também, dia de Nossa Senhora, padroeira de Boa Vista. Essa festa nunca falhou. Matava duas vacas gordas. A festa na verdade, começava na véspera com a morte e preparo das duas vacas. Era refrigerante, cerveja, churrasco e comida a vontade (PAULA, 2019, entrevista).

Joziel, morador do Polo IV, foi beneficiado com uma área de quarenta e seis hectares. Ele é outro ex-funcionário das fazendas Bamerindus que também se tornou beneficiário do PNRA. De acordo com o trabalho de campo, penso que Joziel é um dos únicos moradores do PA Nova Amazônia que chegou a trabalhar nos três empreendimentos agropecuários que deram lugar a esse assentamento da reforma agrária. Pois, segundo suas informações, foi na fazenda São Salvador, ainda de propriedade dos herdeiros da empresa J. G. de Araújo, que ele, com dezessete anos de idade à época, aprendeu a função de vaqueiro. Além disso, é também um dos poucos assentados que consegui entrevistar que nasceu em solo roraimense.

No decorrer da entrevista, Joziel informou que nasceu no alto do rio Cauamé, situado na zona rural, proximidades da cidade de Boa Vista. Ao completar dezesseis anos de idade, devido à morte de seu pai, mudou-se juntamente com sua mãe e irmãs para Boa Vista à procura de melhores condições de vida. Após um breve período de tempo, devido às dificuldades de encontrar trabalho na cidade, retornou à zona rural em busca de emprego. Conseguiu trabalho em uma das fazendas da região, a fazenda São Salvador, pertencente à família de J. G. de Araújo, onde aprendeu a função de vaqueiro. Quando Bechara Saab comprou a fazenda em 1978, Joziel que havia se casado recentemente, seguiu trabalhando com ele. Dois anos mais tarde, em 1980, Bechara vendeu uma parte de suas fazendas para o grupo Bamerindus, sendo que Joziel continuou trabalhando para os novos proprietários exercendo a mesma função, vaqueiro. A diferença foi que se mudou com a família para um dos currais.

Durante as entrevistas com os ex-funcionários das fazendas Bamerindus que se tornaram assentados, cinco no total, fiquei bastante impressionado com a euforia e satisfação que esses

sujeitos relataram o cotidiano de suas vidas na fazenda. E como já tinha visto as dificuldades desse pessoal em sobreviver com a renda do trabalho na terra, surgiu-me um questionamento: é melhor ser empregado ou assentado? Com mais essa dúvida, não tive outra alternativa, a não ser incluir mais essa pergunta no roteiro das entrevistas. Assim, perguntei ao Alcides, se com toda a qualidade de vida que ele e sua família tiveram na condição de funcionário da fazenda Bamerindus, é melhor ser empregado ou patrão? Respondeu sem pestanejar: “não tenho nenhuma dúvida, ser patrão é bem melhor”.

Apesar da Bamerindus ter sido um pai para nós, ter ajudado a criar a família, a gente como empregado não consegue crescer, leva muito tempo. Aqui no sítio, tenho vaca, galinha, ovo, porco, muita fartura mesmo. Se você olhar aí em volta, eu desenvolvi muito. Como empregado, eu não teria tudo isso aqui, toda essa liberdade (MACHADO, 2019, entrevista).

Posterior a essa resposta, Alcides me conduziu para mostrar um pouco de seu sítio. No retorno a casa, Alcides apresentou um quadro pendurado na parede da sala contendo a fotografia que contempla a visão panorâmica do sítio da família. A fotografia 14, cedida por ele, efetivamente é capaz de exprimir a dimensão da infraestrutura produtiva e o conforto da moradia da família. Se o objetivo de Alcides, ao demonstrar tudo isso, foi fundamentar sua resposta, realmente, não deixa dúvida que a vida de assentado é bem melhor do que a de empregado.

Fotografia 14 - Vista panorâmica do sítio de Alcides e família



Fonte: cedida por Alcides Pereira Machado, 2015.

Apesar de Joziel não poder contar com a mesma infraestrutura de Alcides, tem a opinião semelhante:

Apesar das garantias que tinha como empregado, das cestas básicas, das festas, do orgulho de ser vaqueiro de uma grande empresa e da dificuldade de começar aqui no assentamento sem capital financeiro, é muito melhor ser o dono. A liberdade de não ser subjugado por ninguém não tem preço (PAULA, 2019).

Durante nosso diálogo, Joziel relatou que no momento está passando por dificuldades financeiras devido a um acidente que o deixou impossibilitado de trabalhar por determinado espaço de tempo. No entanto, mesmo diante das adversidades que têm enfrentado para sobreviver, se tivesse opção de escolha, ele não trocaria sua condição de proprietário de um pequeno pedaço de terra pela por toda a garantia que tinha como empregado.

Nunca fui patrão. Trabalhei praticamente toda a minha vida como empregado para outras pessoas. Depois que aprendi ser vaqueiro, nunca mais deixei dessa lida. Como sempre trabalhei muito e nem sempre ganhava bem, nunca pensei que pudesse ter meu pedaço de chão. Com a Bamerindus, comecei a ganhar um pouquinho melhor. Mais, aí é pior, porque a gente se acostuma nessa vida e não vê que foi prisioneiro por muito tempo. Só descobri o que é liberdade, quando vim morar aqui no meu lote (PAULA, 2019, entrevista).

Portanto, apesar da grande satisfação e segurança que sentiram durante o período que desempenharam suas funções nas fazendas Bamerindus, todos os cinco, ex-funcionários entrevistados e que se tornaram beneficiários do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, independentemente da condição financeira e o enfrentamento de demais obstáculos para sobreviver a partir da renda de suas parcelas rurais, cogitou o retorno à condição de funcionários. Enfim, penso que isso, está relacionado diretamente à valorização da liberdade de seus modos de vida no momento, pois a partir que se consegue a “autonomia”, a volta ao cárcere se torna impensável.

Bem, redirecionando o assunto para os benefícios ofertados pelo governo federal às empresas, Vendelino informou que até o ano de 1996, o empreendimento agropecuário da Bamerindus ainda recebeu recursos financeiros oriundos do Finam⁹⁷. Aquela verba foi utilizada para a construção do quinto curral, umas das últimas obras de infraestrutura realizadas nas fazendas Bamerindus antes da intervenção do Banco Central.

Destaca-se que toda a produção da carne bovina proveniente das fazendas foi destinada e absorvida pelo mercado local. O abate do gado ocorria no Mafir⁹⁸, matadouro administrado pelos gestores do estado de Roraima.

Portanto, após a reestruturação e algumas transformações na forma de trabalho e modo de vida dos moradores e moradoras, o cotidiano voltou a reinar, até que em fevereiro de 1997, uma notícia causou grande alvoroço entre todas as pessoas envolvidas diretamente ou

⁹⁷ Fundo de Investimento da Amazônia.

⁹⁸ Matadouro e Frigorífico Industrial de Roraima.

indiretamente com o empreendimento agropecuário, a intervenção do Banco Central do Brasil no banco Bamerindus.

3.3.2.3.2 *Intervenção do Banco Central do Brasil*

Dentre os diversos fatores que concorreram para a implantação do PA Nova Amazônia, considera-se crucial o momento em que o Bacen⁹⁹ decretou a intervenção no banco Bamerindus. Este fato ocorreu no dia 26 de março de 1997 por meio do Ato nº 651 emitido pelo Presidente do Bacen (BRASIL, 1997, BACEN, Ato).

A intervenção ou liquidação extrajudicial é o Regime de Resolução que tem por finalidade afastar a instituição do SFN¹⁰⁰. Especialmente, “quando ocorrer situação irrecuperável de insolvência, podendo ser aplicada também quando forem cometidas graves infrações, entre outras hipóteses legais” (BRASIL, 2018, BACEN, Regime de Resolução, p. 01).

A intervenção é adotada com o objetivo de impedir o agravamento da situação de risco patrimonial ou das irregularidades cometidas. O BC nomeia o interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo suas atividades normais e os mandatos dos respectivos dirigentes (BRASIL, 2018, BACEN, Regime de Resolução, p. 01).

Em pouco mais de dois anos, de 1995 a 1997, o Banco Central interveio em três grandes bancos brasileiros¹⁰¹. Dois deles em 1995, os bancos Econômico e Nacional e o Bamerindus em 1997 (GOLDMAN, 2002).

Mas, a dificuldade principal dos interventores era administrar a grande quantidade e variedade de empresas que compunham aqueles conglomerados financeiros. Além dos estabelecimentos dos ramos financeiros e afins, integravam o patrimônio dos bancos as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e serviços (GOLDMAN, 2002).

Veja-se o exemplo do banco Bamerindus. A partir da intervenção, o Bacen ficou responsável pela administração de onze fazendas distribuídas pelos estados do Paraná, Bahia, Pará e Roraima; trinta e sete mil cabeças de gado; dois aviões a jato, modelo learjet; indústria de papel; novecentos e cinquenta veículos; tapetes persas; móveis antigos; dois painéis do pintor Cândido Portinari e outras infinidades de bens (O ENTULHO, 1997).

Destaca-se que nem sempre os interventores estavam preparados para tarefa tão complexa. Uma manifestação prática disso pode ser visualizado na forma de abordagens dos

⁹⁹ Banco Central do Brasil.

¹⁰⁰ Sistema Financeiro Nacional.

¹⁰¹ Estou me referindo somente à grandes bancos. Mas naquele período houve intervenções em várias outras instituições financeiras.

técnicos designados pelos interventores com os empregados das fazendas. "Aqui, meu senhor, tudo agora é do Banco Central: burro, cavalo, homem, mulher, menino doente e cachorro magro" (SÁ, 1997, p. 01). Aquela zombaria repetida com muito humor por funcionários e agregados da fazenda e usina Nova Aliança, no estado da Bahia, resume a situação de uma antiga propriedade do grupo do banco Econômico sob intervenção (SÁ, 1997). Pois, além de conduzir o sistema financeiro nacional, agora no papel de interventor, os técnicos necessitavam gerir desde as caldeiras da usina de açúcar e álcool às pastagens para alimentar bovinos e equinos (SÁ, 1997). Com isso, imagina-se a quantidade e diferentes tipos de objeções que os interventores do Bacen encontraram para gerenciar negócios de naturezas tão distintas e em diversos estados do Brasil.

Entretanto, se em regiões logisticamente integradas, as situações sempre foram complexas, idealiza-se agora, uma localidade praticamente sem ligação terrestre com os demais estados do país, onde o acesso rápido só é possível via aérea e os transportes de cargas se dá via balsas que levam de quatro a dez dias de travessia¹⁰². Mas não é só isso. Após a travessia, o destino ainda dista cerca de oitocentos quilômetros via terrestre a partir da cidade de Manaus, capital do Amazonas. Pois bem, é em uma região com essas características que os interventores do Banco Central tiveram que se deslocar para assumir a administração dos imóveis rurais denominados fazendas Bamerindus localizadas no município de Boa Vista, estado de Roraima.

A 35 quilômetros de Boa Vista [Roraima], os inspetores do BC tentam conservar 76 mil hectares de terra distribuídos em três fazendas do Bamerindus. Lá são criadas 15 mil cabeças de gado, que correspondem a 10% do rebanho do Estado (RODRIGUES, 1997, p. 01).

Assim, logo após a publicação do Ato da intervenção, o Bacen em 1998 assumiu o controle daqueles imóveis. Na verdade, estava assumindo a gerência de três fazendas que totalizavam uma área de setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito hectares e trinta e oito ares; com quinze mil, seiscentas e noventa e uma reses e demais itens discriminados nos próximos capítulos. Enfim, esse é o patrimônio que em teoria, caberia ao Banco Central zelar, conservar e depois vender e com os recursos financeiros obtidos, abater parte da dívida do Bamerindus com o Tesouro da União.

Não obstante, conforme discutido anteriormente, o Bacen não dispunha de estrutura administrativa capaz de gerir a diversidade de negócios das empresas sob intervenção. Devido a aquela situação, aliada à distância e dificuldades logísticas para gerir as fazendas do banco Bamerindus no estado de Roraima, foi acertado entre os agentes da intervenção e diretores do

¹⁰² Essa travessia se refere ao trecho Belém-Manaus ou Porto Velho-Manaus. Esse tempo é variável e depende das estações do ano e dos regimes dos rios, de seca ou cheias.

banco que a gerência do conglomerado agropecuário permanecesse sob a responsabilidade de seu gerente geral, Vendelino. Nesse caso, o interventor nomeado se instalou na sede do grupo Bamerindus em Curitiba, ao qual Vendelino passou a se reportar diretamente até o final da intervenção.

Não obstante, até um mês antes daquele ato de intervenção, ninguém previa que aquilo pudesse acontecer, dado que o banco Bamerindus ocupava à época, a posição de segundo maior banco em financiamento rural do país. Conforme as informações de Vendelino, a intervenção foi uma surpresa para todos. O gerente geral recebeu essa notícia em fevereiro de 1997, bem no primeiro dia do feriado do carnaval, e sem nenhuma instrução referente a procedimentos posteriores.

Eu estava tomando chimarrão de manhã e recebi uma ligação de Curitiba. Do outro lado da linha, um dos diretores falou: ‘acabou tudo, tudo que foi feito foi perdido’. A notícia da intervenção se espalhou rápido. Quando cheguei à sede administrativa das fazendas, no Murupu, a primeira coisa que observei foram várias placas caídas no chão. Eram placas indicativas, as quais orientavam a localização dos diversos setores, como vila, escritório, escola. Acho que foi no momento de desespero, alguns funcionários é que derrubou essas placas. Mas estava todo mundo desesperado mesmo. Todos falando ao mesmo tempo que tudo tinha acabado (KROETZ, 2018, entrevista).

Segundo o gerente, esse primeiro momento foi muito tenso, talvez o pior deles, com muitas dúvidas, sem muitas explicações sobre o que realmente estava ocorrendo e o que estava por vir.

Minha primeira ação foi convocar uma reunião com todos os funcionários. Convoquei todos para defender as fazendas, pois tínhamos em torno de quatorze mil e quinhentas reses, entre touros, garrotes, vacas brenhas e paridas. Nascia bezerros a todo momento. Alguém tinha que cuidar disso. Convoquei todos a resistir e não deixar a fazenda ser invadida. Para animar os funcionários, comprei cal para pintar tudo, para dar um ar de que nada estava abandonado ainda. Com todo o pessoal reunido falei: se é para alguém tomar posse que fique com nós mesmos. A partir daquele momento mandei colocar posto de controle de entrada e saída de pessoas (KROETZ, 2018, entrevista).

No primeiro dia útil após o feriado de carnaval, na quarta-feira de cinzas, o gerente geral entrou em contato com os diretores do banco Bamerindus, em Curitiba, com a finalidade de obter mais informações, principalmente em relação aos compromissos com a folha de pagamento do quadro de pessoal. Outra dúvida de Vendelino, referiu-se à receita financeira, já que aquele empreendimento agropecuário se tornara lucrativo e autossustentável. A resposta dos diretores foi: “intervenção não significa liquidação, continuem trabalhando. A folha de pagamento, as cestas básicas, a escola, tudo continuaria da mesma forma” (KROETZ, 2018, entrevista). Diante dessa informação, o gerente geral se reuniu com os trabalhadores e trabalhadoras e retransmitiu o recado da diretoria.

Mas, naquele primeiro momento, conforme as palavras de Vendelino, “todos estavam em choque, não acreditando”, isso gerou uma insegurança muito grande. “Ninguém imaginava

que isso pudesse acontecer em vista da magnitude do empreendimento”, complementou o gerente.

Quando aquela notícia chegou para Joziel,

[...] foi um choque muito grande, nos pensava que isso nunca ia acabar. Era muito gado no pasto. Tudo muito grande. Era tudo muito organizado. Dois vaqueiros conseguiam conduzir uma quantidade muito grande de gado. Tudo separadinho. Saía do piquete para o corredor e do corredor para o curral. Como era tudo muito organizado, tudo era muito fácil. Nunca pensei que isso tudo pudesse acabar um dia (PAULA, 2019, entrevista).

Em vista daquela notícia, segundo Alcides,

[...] muitos funcionários, principalmente os vaqueiros arrumaram empregos em outras fazendas da região. Os fazendeiros maiores, aproveitaram que o pessoal já tinha sido capacitado, pois ninguém usava a tecnologia que eles usavam aqui, como inseminação artificial, alimentação balanceada para o gado e muito mais coisa. Então eles aproveitaram o momento e contrataram esse pessoal. Ficou assim: os funcionários com medo de perder o emprego e os fazendeiros da região querendo muito contratá-los para ter acesso à tecnologia utilizada na Bamerindus (MACHADO, 2019, entrevista).

Passado um ano após a intervenção, em 26 de março de 1998, por intermédio do Ato nº 791, o Bacen decretou a liquidação extrajudicial do Bamerindus. A liquidação extrajudicial poderá ser decretada tanto pelos interventores, quanto pelos diretores da instituição financeira em evidência. Aquele ato do Banco Central representou o reconhecimento da incapacidade de recuperação financeira da instituição bancária sob intervenção.

Art . 15. Decretar-se-á a liquidação extrajudicial da instituição financeira:

I - ex officio :

a) em razão de ocorrências que comprometam sua situação econômica ou financeira especialmente quando deixar de satisfazer, com pontualidade, seus compromissos ou quando se caracterizar qualquer dos motivos que autorizem a declaração de falência;

b) quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição bem como as determinações do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais;

c) quando a instituição sofrer prejuízo que sujeite a risco anormal seus credores quirografários;

d) quando, cassada a autorização para funcionar, a instituição não iniciar, nos 90 (noventa) dias seguintes, sua liquidação ordinária, ou quando, iniciada esta, verificar o Banco Central do Brasil que a morosidade de sua administração pode acarretar prejuízos para os credores;

II - a requerimento dos administradores da instituição - se o respectivo estatuto social lhes conferir esta competência - ou por proposta do interventor, expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida.

§ 1º O Banco Central do Brasil decidirá sobre a gravidade dos fatos determinantes da liquidação extrajudicial, considerando as repercussões deste sobre os interesses dos mercados financeiro e de capitais, e, poderá, em lugar da liquidação, efetuar a intervenção, se julgar esta medida suficiente para a normalização dos negócios da instituição e preservação daqueles interesses.

§ 2º O ato do Banco Central do Brasil, que decretar a liquidação extrajudicial, indicará a data em que se tenha caracterizado o estado que a determinou, fixando o termo legal da liquidação que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados do primeiro protesto por falta de pagamento ou, na falta deste do ato que haja decretado a intervenção ou a liquidação (BRASIL, 1974, Lei).

No entanto, mesmo antes da liquidação do Bamerindus, como parte da negociação, o Bacen, transferiu para União todos os bens móveis e imóveis pertencentes ao banco no estado de Roraima. Essa transação foi realizada por meio do Contrato de Dação em Pagamento de 06 de março de 1998, re-ratificado pelo Termo Aditivo de 21 de maio de 1998 (INCRA, 2001).

Assim, de fevereiro de 1997 a fevereiro de 2002, período que durou a intervenção e a liquidação extrajudicial do Banco Central no Bamerindus, numericamente a força de trabalho foi diminuindo, pois além de proibidas novas contratações, havia os pedidos de demissões e aposentadorias. O Ato de intervenção impediu também os reajustes salariais.

Joziel foi uma dessas pessoas que pediu demissão da fazenda assim que ficou sabendo da intervenção. Por isso, perdeu o direito à indenização. Dinheiro que lhe fez falta quando se tornou um assentado do PA Nova Amazônia¹⁰³.

3.3.2.3.3 Pensando a destinação das fazendas

A grandeza e organização da infraestrutura das fazendas, assim como o rebanho de matrizes bovinas impressionava qualquer pessoa física ou jurídica ligadas à atividade rural. Valorizavam ainda mais aqueles imóveis devido a sua localização, distância média de trinta e cinco quilômetros a partir da cidade de Boa Vista. Com isso, surgiram especulações dos mais variados tipos para a aquisição daquele empreendimento agropecuário.

Portanto, devido às disputas, várias alternativas foram aventadas pelo BC¹⁰⁴ com o intuito de resolver a questão. Dentre elas, foi proposto repassar o controle das fazendas Bamerindus ao governo do estado de Roraima ou vender as terras e o gado a um grupo de fazendeiros (RODRIGUES, 1997). Posteriormente, ainda no início da intervenção, o Banco Central cogitou a possibilidade de a Embrapa assumir tal empreendimento. Em relação a aquela perspectiva, e busca por demais informações sobre o assunto, procurei Otoniel Ribeiro Duarte na Embrapa - unidade Roraima.

Aquela época a Embrapa foi convidada a participar de um grupo para propor uma forma de uso do PA Nova Amazônia. Na verdade, ainda não existia o PA Nova Amazônia, somente a probabilidade da criação de um assentamento naquela localidade. Inicialmente a Bamerindus, por intermédio do Banco Central ofertou aquela área para a Embrapa fazer pesquisas, porque eles tinham um rebanho significativo e seria uma fazenda administrada pela Embrapa e a Embrapa continuaria a fazer pesquisas. A Embrapa não podia assumir esse compromisso. Primeiro porque era uma área muito grande e desde aquela já havia restrições de recursos financeiros. A gente não teria condições financeiras de tocar aquilo (DUARTE, 2019, entrevista).

¹⁰³ Esse assunto retornou em capítulos posteriores.

¹⁰⁴ Banco Central.

Otoniel é engenheiro agrônomo e servidor concursado da Embrapa. No ano de 1997, época dos acontecimentos citado, ele exerceu a chefia interina do órgão.

No entanto, nenhuma das instituições apontadas se arriscaram a assumir uma iniciativa de tal magnitude. Dessa forma, diante do fracasso daquelas intenções e em virtude de acontecimentos que vinham ocorrendo em outras fazendas sob intervenção, surgiu a ideia de disponibilizar o imóvel para a reforma agrária.

Não obstante, destaca-se que aquela concepção só começou ganhar força devido a determinadas ocorrências. Um dos exemplos foi a invasão da fazenda Mitacoré por integrantes do MST.

A Mitacoré foi uma fazenda-modelo até 1997. Em seus 1.100 hectares - que se estendem em forma de meia-lua entre o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a Rodovia BR-277, no município paranaense de São Miguel do Iguaçu -, culturas de milho, soja, arroz irrigado e aveia branca colecionavam recordes de produtividade. Em março daquele ano, com a intervenção federal no Bamerindus decretada pelo Banco Central, a família Andrade Vieira perdeu o controle da instituição financeira e, simultaneamente, foi desalojada da administração da Mitacoré. Em agosto, enquanto o Banco Central hesitava sobre a melhor maneira de utilizá-la, a Mitacoré foi invadida por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desde então, a fazenda-modelo está se transformando numa experiência piloto dos novos métodos de ocupação de terras idealizados pelos líderes do MST¹⁰⁵ (FURTADO, 2010, p. 02).

E como diversas instituições financeiras, na maioria das vezes, eram proprietárias de grandes extensões de terras, suas propriedades rurais também se tornaram alvo das ações do MST. No entanto, mesmo antes daquelas séries de intervenções, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem terra já reivindicava aquelas áreas junto ao governo federal em prol da reforma agrária.

Assim, a partir daquelas intervenções, o movimento percebeu a grande oportunidade que surgia no momento para amenizar as desigualdades na distribuição de terras no Brasil. E como estratégia focou suas pretensões naqueles imóveis. Logo, em qualquer região que houvesse fazendas sob intervenção, o MST pressionava o Banco Central, geralmente, por meio de acampamentos do movimento nas redondezas das terras pretendidas. Foi assim que ocorreu mais uma ocupação de fazendas do grupo Bamerindus sob intervenção. Porém, desta vez, localizada no estado do Pará onde “[...]. Parte dos 60 mil hectares da fazenda foi invadida por sem-terra, e Belém acompanha de perto a venda emergencial de 22 mil cabeças de gado da propriedade, para evitar que os animais sejam mortos” (RODRIGUES, 1997, p. 01).

Aquele tipo de situação gerava muitas apreensões entre os principais atores envolvidos: o interventor, os funcionários das fazendas e os manifestantes.

Quando está em Curitiba, onde fica o liquidante Flávio Siqueira, Belém recebe ligações frequentes de Eldorado do Carajás. São os funcionários solicitando

¹⁰⁵ Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra.

orientações sobre o que fazer, caso os invasores se aproximem mais da sede da fazenda (RODRIGUES, 1997, p. 01).

Salienta-se que aquela preocupação era real, visto que grande parte das ocupações sempre acabavam em violência. Prova disso foi o ocorrido naquele período, quando o maior e mais conhecido massacre registrado na luta pela terra, tinha ocorrido em 17 de abril de 1996, naquela mesma região, o caso de Eldorado dos Carajás.

O massacre ocorreu quando 1500 sem-terra acampados na região realizavam uma marcha obstruindo a BR-155 em protesto contra a demora da reforma agrária no local. Sob o aval do secretário de segurança pública estadual [Paulo Sette Câmara], o coronel responsável pela operação [Mário Colares Pantoja] empreendeu atos de repressão e violência que culminaram nas mortes a queima roupa e por cortes (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA¹⁰⁶, 1996, p. 02).

Embora ocorridos no mesmo município e com pretensões semelhantes, o caso que ficou conhecido como a Tragédia de Eldorado dos Carajás não se relaciona diretamente à ocupação das fazendas Bamerindus na região. Mas, a pressão das ocupações e receio de novas tragédias concorreram para que agentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário tomassem ações mais rápidas e eficazes na disponibilização de terras para a reforma agrária.

Enquanto isso, no estado de Roraima, com o fracasso das tentativas de vender as fazendas, ou até mesmo, transferir sua gestão a instituições públicas, e também devido ao fim da intervenção, e consequente liquidação do banco Bamerindus, alguma destinação deveria ser dada ao complexo agropecuário com certa urgência.

No entanto, era preciso saber que tipo de patrimônio e em que condições o governo federal estava recebendo. Em favor disso, foi elaborado um relatório pelos interventores do Banco Central detalhando quantitativamente e qualitativamente os bens entregues à União. Aquele diagnóstico foi produzido concomitante à tramitação do processo de transferência da fazenda. Com o parecer em mãos, agentes da SPU ofertou, via ofício, ao Inca os imóveis denominados fazendas Cauamé, Murupu e Truaru para destinação ao Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2001).

Porém, para a tomada de decisão, conforme as informações repassadas por Dilma durante entrevista, era preciso que os próprios técnicos do Inca refizessem o levantamento para verificação e estudo das condições das citadas fazendas com objetivo de determinar a viabilidade de uso das propriedades para a finalidade de reforma agrária. Assim, em 17 de novembro de 2000 a presidência do Inca à época recebeu o relatório preliminar com os seguintes comentários:

A área como já foi demonstrado possui uma infra-estrutura invejável para atender as demandas de qualquer que seja o empreendimento agropecuário a ser proposto; [...]

¹⁰⁶ CPT.

O parecer técnico da SR¹⁰⁷ levantou limitações de qualidade de solos, porém sem inviabilizar a área para assentamento, [...] (INCRA, 2001, f. 09).

As conclusões foram fundamentadas principalmente nos seguintes aspectos:

Considerando que a área está sendo oferecida ao INCRA através de doação;

Considerando o fácil acesso, às margens da BR 174, que permite escoamento da produção, manutenção de equipe técnica da área, deslocamento rápido para todo o tipo de necessidade [trinta e cinco quilômetros da capital];

Considerando que a produção pecuária é toda absorvida pelo mercado local, tendo portanto garantido a sua comercialização;

Considerando que o Estado de Roraima é altamente importador de alimentos e que a exploração de grãos minimizaria sobremaneira essa situação;

Considerando que a implantação de Projeto de Reforma Agrária na área de cerrado diminuiria a pressão de ocupação nas áreas de florestas na região;

Considerando que o INCRA ao criar um Projeto de Reforma Agrária estará inserindo de imediato aproximadamente 770 famílias no processo produtivo e democratizando o acesso a terra, atuando, portanto, diretamente na solução de problemas de aspectos sociais;

RECOMENDAMOS POR ANTECIPAÇÃO A ACEITAÇÃO DA ÁREA PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA (INCRA, 2001, f. 10-11).

À vista da conclusão do relatório preliminar, o Incra representado por seu presidente-substituto, por meio do OFÍCIO/INCRA/P/Nº 605/2000 de 20 de novembro de 2000, aceitou a oferta do SPU referente aos imóveis rurais, conforme expresso na citada correspondência:

Ante ao exposto, vimos manifestar o interesse do INCRA em receber os mencionados imóveis, com o objetivo de promover o assentamento de trabalhadores rurais, cuja proposta de destinação encontra amparo no que preconiza o Estatuto da Terra.

Finalizando, solicitamos o apoio de Vossa Senhoria no sentido de que a transferência desses imóveis venha a ser efetivada, objetivando assim, atender o anseio de famílias de trabalhadores rurais que aguardam o assentamento no Estado de Roraima (INCRA, 2001, f. 04).

A partir daquele ofício, iniciaram-se efetivamente as ações para a criação, implantação e estruturação do projeto de assentamento nas terras que anteriormente pertenceram ao grupo Bamerindus. Mas estava por vir uma longa espera para que as primeiras famílias pudessem ser assentadas. Aquela delonga durou em torno de três anos, a contar da transferência dos imóveis do SPU para o Incra.

3.4 PROCESSO DA CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA

O processo para a criação de um assentamento da reforma agrária obedece a trâmites burocráticos composto de diversas fases que são regidas por arcabouços de procedimentos e atos legislativos. Porém, o principal roteiro para esse tipo de procedimento consta na Norma de

¹⁰⁷ Superintendência Regional do Incra em Roraima.

Execução da Diretoria Técnica do Incra nº 69 de 12 de março de 2008 que dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária. Mas, qual é a definição de assentamento para o Incra?

Essencialmente, o assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário.

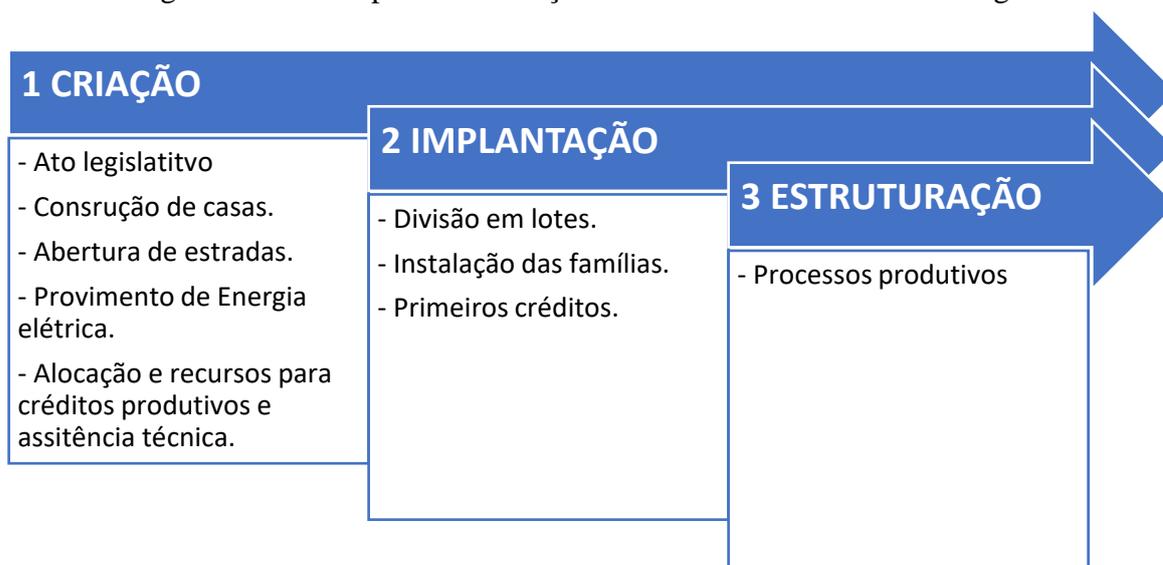
Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas.

O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2018, p. 01, grifo do autor).

Concebida dessa forma, o estabelecimento de assentamentos da reforma agrária, fundamentalmente, compreende três etapas: criação, implantação e estruturação, conforme demonstrado no diagrama 1.

Diagrama 1 - Fases para a instituição de assentamentos da reforma agrária



Fonte: autor¹⁰⁸.

A criação de um assentamento da reforma agrária, prioritariamente, é realizada por meio de publicação de portaria no Diário Oficial da União, determinando sua localização, a extensão territorial do imóvel, a capacidade estimada de famílias a serem assentadas, o nome do projeto de assentamento, dentre outras informações (INCRA, 2018).

Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos:

- Projetos de assentamento de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs); os ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista [PAE], Projeto de Desenvolvimento Sustentável [PDS], Projeto de

¹⁰⁸ A partir de informações do Incra (2018).

Assentamento Florestal [PAF] e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável [PDAS];

- Projetos de assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados por outras instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA (INCRA, 2018, p. 01).

Dessa forma, para a criação de um assentamento, conforme estabelece o Artigo 2º da Norma de Execução nº 69, será constituído um processo administrativo com determinados procedimentos, entre eles, os documentos que comprovem juridicamente a titularidade dos imóveis em questão pelo Incra.

3.4.1 Longa espera pela regularização

No caso específico do assentamento em estudo, como os imóveis ainda não pertenciam ao Incra, o primeiro passo foi realizar uma reavaliação das fazendas. Tal posicionamento foi necessário para compor as fases do processo e também acatar outras determinações. Por exemplo, é praxe dentro do serviço público a conferência de bens móveis e imóveis nas substituições de gestão e principalmente obrigatório nas transferências de patrimônios para outros órgãos.

Além de méritos burocráticos, as avaliações de bens móveis e imóveis se constitui em peça importante no processo de criação de um assentamento, tendo efeitos práticos diretos para os assentados. Pois, como eles “**pagam pela terra que receberam do Incra** e pelos créditos contratados (INCRA, 2018, p. 02, grifo do autor), torna-se inevitável realizar a avaliação dos imóveis que seriam recebidos pelo Incra. Posteriormente, a autarquia repassa os valores aos assentados conforme critérios também estabelecidos pelos atos normativos e legislativos.

Portanto, no momento em que recebeu a notificação informando a aceitação dos imóveis pelo presidente do Incra, a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário¹⁰⁹, por meio de seu gestor à época, emitiu a Ordem de Serviço INCRA/SD/Nº 07 de 20 de novembro de 2000 com o objetivo de constituir comissão técnica para reavaliar os bens das fazendas e analisar a viabilidade econômica e socioambiental do assentamento a ser implantado (INCRA, 2001). A comissão foi formada por um engenheiro agrônomo e um topógrafo lotados na Superintendência Regional do Incra em Rondônia e um engenheiro agrônomo pertencente ao quadro funcional da Superintendência Regional do Incra em Roraima. Posteriormente, decidiu-

¹⁰⁹ Órgão subordinado ao Incra. Dentre outras funções, compete coordenar, normatizar e supervisionar as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do INCRA, das terras necessárias às suas finalidades, bem como a discriminação, a arrecadação e a incorporação ao patrimônio público de terras devolutas federais, a regularização fundiária de suas ocupações, a titulação de imóveis e o controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros; [...] (BRASIL, 2000).

se também pela inclusão na equipe de um outro engenheiro agrônomo envolvido com um projeto do Incra em parceria com a FAO¹¹⁰. Segundo, as informações de Dilma em 2018, a decisão de formar uma equipe com profissionais lotados em superintendências diferentes foi uma tentativa de se evitar quaisquer tipos de controvérsias e interferências internas. Pois, desde a intervenção do Banco Central, a destinação das fazendas despertou o interesse de diversos agentes públicos e privados, tanto de dentro, como de fora do estado.

Enquanto isso, procedimentos paralelos foram efetuados com a finalidade de agilizar o processo. Assim, em 09 de janeiro de 2001, o superintendente regional do Incra de Roraima enviou memorando ao superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário encaminhando os registros dos imóveis que compõem as fazendas Bamerindus (INCRA, 2001).

Não obstante, mesmo com esses cuidados e tentativas de agilizar o procedimento, o resultado da última avaliação foi contestado devido a uma série de denúncias de irregularidades, principalmente referente à supervalorização dos imóveis em pauta. Consequentemente, foi necessário constituir uma nova comissão com o mesmo objetivo, cujo resultado só foi concluído em 09 de março de 2001 (INCRA, 2001).

Em vista daqueles acontecimentos é importante frisar que desde o ano de 1998, conforme o relato de Dilma, já se cogitava, inicialmente nos bastidores da Superintendência Regional do Incra em Roraima, que as fazendas Bamerindus poderiam ser destinadas à reforma agrária, embora isso só fosse confirmado oficialmente em finais do ano 2000. Porém, isso não impediu que aquela notícia fosse se espalhando pela cidade de boca em boca, ganhando cada vez mais adeptos e criando expectativas cada vez maiores nas pessoas que buscavam um pedaço de terra para sua sobrevivência. Mas, até aquele momento ainda não existia um movimento organizado de agricultoras e agricultores em busca de terra para cultivar com o intuito de ocupar aquele espaço.

Dando continuidade às ações para a efetivação do assentamento, um ato significativo para a criação do assentamento foi a publicação das portarias n^{os}. 61, 62 e 63, de 17 de abril de 2001 da Secretaria de Patrimônio da União que autorizaram a transferência dos imóveis denominados fazendas Murupu, Cauamé e Truaru¹¹¹ para o Incra. Porém, devido ao cumprimento das normas legais, o Incra só recebeu formalmente os imóveis do SPU em 21 de junho de 2001 (INCRA, 2001).

De posse dos imóveis, a próxima etapa foi o lançamento de um edital para a seleção e posterior contratação de profissionais com formação em Ciências Agrárias para prestar

¹¹⁰ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

¹¹¹ Composta pelos imóveis denominados Morrinho, Arame, Carmo e Livramento.

assistência técnica, capacitação e extensão rural aos trabalhadores e trabalhadoras rurais a serem assentados (BRASIL, 2001). Aquela ação foi necessária, pois a ideia inicial de agentes da Superintendência Regional do Incra em Roraima foi dar continuidade à expansão pecuária nos imóveis com os pretensos assentados e assentadas. Porém, para a efetivação do objetivo, seria imprescindível promover capacitações. Com aquele intuito, o gestor do Incra em Roraima recorreu ao Programa Jovens Profissionais do Campo.

O programa Jovens Profissionais do Campo foi criado pelo Incra em 06 de setembro de 2000 por meio da Portaria nº 830. O objetivo do programa foi “proporcionar condições aos beneficiários de projetos de assentamentos de modo a permitir sua inserção ao Programa de Agricultura Familiar” (BRASIL, 2000, Seção1, p. 148). Para isso, o programa deveria assegurar a seus favorecidos assistência e extensão rural permanente e de caráter multidisciplinar. O artigo primeiro da citada portaria detalhou sua criação e formação dos profissionais a serem contratados.

Art. 1º Fica criado, no âmbito deste Instituto, o Programa ‘JOVENS PROFISSIONAIS DO CAMPO’, de abrangência em todo o território nacional, destinado ao assentamento de técnicos de níveis superior e médio, com graduação em ciências agrárias, tais como Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, Engenheiros Agrícolas, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Técnicos Agrícola, Técnicos Agropecuário e Técnicos em Cooperativismo interessados em se tornarem prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos integrantes do programa de reforma agrária (BRASIL, 2000, Seção 1, p. 148).

O artigo terceiro trata dos benefícios ofertados aos profissionais a serem contratados. Observa-se que terão concessões análogas aos dos assentados.

Art. 3º Ao ser assentado os técnicos terão direito aos mesmos benefícios concedidos ao demais assentados, tais como: crédito de instalação, recursos para infra-estrutura e serviços, bem como acesso ao crédito de produção do Grupo ‘A’ do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 2000, Seção 1, p. 148).

Dessa forma, o profissional contratado também se tornará um assentado. A diferença é que terão que demonstrar na prática às famílias assentadas sob sua responsabilidade, a viabilidade técnica, ambiental e financeira dos lotes recebidos. Nesse sentido, conforme conversa com agentes da Superintendência Regional do Incra em Roraima, um dos maiores problemas para o abandono de lotes da reforma agrária é falta de apoio dessa autarquia em capacitação e assistência técnica.

Por sua vez, o artigo quinto especificou as formas de vínculo de trabalho entre as partes. “Art. 5º A prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural será formalizada através de contrato celebrado entre o(s) profissional(ais) assentados(s) e a(s) associação(ões) representativa(s) dos assentados [...] (BRASIL, 2000, Seção 1, p. 148)”.

Por fim, o artigo sétimo estabeleceu o tempo de duração do contrato de trabalho, assim como suas condições. “Art. 7º Os contratos de prestação de serviços terão duração máxima de três anos e vincularão a concessão dos benefícios constantes do art. 3º à permanência do técnico no assentamento e execução das atividades contratadas” (BRASIL, 2000, Seção 1, p. 148).

A concepção daquele programa, pelo menos teoricamente, supriria a necessidade de assistência técnica às famílias a serem assentadas. Haja vista que é destinado ao assentamento de profissionais das Ciências Agrárias formados nos níveis médio e superior, “para prestação de serviços de assessoria técnica às entidades representativas de assentados nos projetos de assentamentos integrantes do programa de reforma agrária” (INCRA, 2001, Seção 1, p. 62).

Nota-se que com a publicação desse edital, mesmo morosamente, as ações para a implantação do projeto de assentamento seguiam seu transcurso normativo. Todavia com o prosseguimento do processo, tornou-se necessárias ações teóricas e práticas com o objetivo de planejar o estabelecimento do assentamento. Pois, até o momento, os responsáveis por aquela tarefa estavam tratando somente da parte burocrática. Isto é, a preparação da documentação necessária para compor o processo de implantação.

Com o propósito de sanar aquela lacuna, o presidente nacional do Incra, por intermédio da Portaria/INCRA/P/Nº 585 de 02 de julho de 2001, considerando a necessidade de agilizar o processo, decidiu criar uma comissão técnica e multidisciplinar com o objetivo de planejar as ações para a implantação do futuro¹¹² assentamento, conforme consta em seu artigo primeiro.

Art. 1º Constituir Comissão Técnica Interinstitucional com a finalidade de promover as ações necessárias ao planejamento da implantação de Projeto de Reforma Agrária nos imóveis rurais denominados Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú [Morrinho, Arame, Carmo e Livramento, município de Boa Vista-RR (BRASIL, 2001, Seção 2, p. 14).

Na realidade, conforme se percebe, aquela medida de certa forma, estava dividindo a gestão das fazendas com a comissão. Por isso, além de representantes do Incra e de possíveis assentados, contemplou-se ainda agentes de instituições ligadas à pesquisa, ensino e extensão rural. Técnicos do estado e município também fizeram parte da lista, conforme mostra seu artigo segundo.

Art. 2º a comissão ora criada será integrada por representantes dos seguintes órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual e municipal:
 I – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
 II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
 III – Universidade Federal de Roraima – UFRR
 IV – Prefeitura Municipal de Boa Vista
 V – Central dos Assentados de Roraima
 VI Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – RR (BRASIL, 2001, Seção 2, p. 14).

¹¹² Naquele momento ainda era futuro, pois sua implantação ainda teria que superar diversas barreiras.

Enfatiza-se que transcorrido todo aquele tempo, em torno de um ano, o superintendente regional do Incra em Roraima ainda não havia solicitado formalmente a abertura de procedimento para a criação do assentamento. Pois, para isso, ainda dependia de diversos documentos obrigatórios para compor o processo, conforme norma citada anteriormente.

Sabe-se que a obtenção de documentos no serviço público segue um rito burocrático que às vezes pode ser bastante demorado. Além daquela delonga, ocorreram outros percalços. Dentre eles, o já mencionado caso das reavaliações dos imóveis. Com isso, somente em 03 de agosto de 2001, o superintendente regional do Incra em Roraima requisitou a formalização de processo para criação oficial do projeto do assentamento, conforme consta no MEMO/SR-25/G/95/01 (INCRA, 2001).

3.4.2 Criação oficial do assentamento

Finalmente, setenta e três dias após a abertura oficial do processo para a criação do assentamento, em 15 de outubro de 2001, foi expedida pelo mesmo superintendente, a Portaria/INCRA/SR-25 nº 010 que criou oficialmente o assentamento na área anteriormente pertencente ao grupo Bamerindus, conforme descrito:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, dos imóveis rurais denominados MURUPÚ, CAUAMÉ E TRUARÚ [Morrinho, Arame e Livramento], com área de 77688,3800 ha, [setenta e sete mil seiscentos oitenta e oito hectares, trinta e oito ares], localizados no Município de BOA VISTA, no Estado de Roraima, que prevê a criação de 800 [oitocentos] unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PA NOVA AMAZÔNIA, Código SIPRA RR0037000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário; (BRASIL, 2001, Seção 1, p. 44).

Salienta-se que até aquela ocasião, o então anônimo assentamento, agora já tem nome próprio: Projeto de Assentamento Nova Amazônia. O inteiro teor da Portaria nº 10, encontra-se reproduzido no anexo A.

Apesar de o assentamento estar juridicamente concebido, inclusive com suas informações lançadas no Sipra, a publicação dessa portaria ainda não significou o início da acomodação das famílias. Esse foi apenas mais um passo, sem dúvida muito importante, em direção aos objetivos propostos. Ademais, legalmente existe uma diferença entre a criação e a implantação, conforme pressupõe o parágrafo II da Portaria nº 10.

Recorrentemente venho comentado sobre a grande pressão sofrida pelo Incra por agentes contrários à criação e implantação do PA Nova Amazônia. De acordo com as informações obtidas com Vendelino em 2018, uma das pretensões mais fortes para assumir o

empreendimento, após o encerramento da intervenção do Banco Central, veio por parte do grupo Amaggi¹¹³. Não obstante, não encontrei mais pessoas que estivessem dispostas a revelar demais detalhes das forças opositoras à criação do assentamento. Nesse sentido, a portaria de criação ainda não garantia sua efetivação. Porém, tornou-se uma peça jurídica fundamental nessa direção, tornando-se mais difícil de advir um retrocesso. Mas, se as forças opostas não conseguem impedir o prosseguimento das etapas, uma coisa é certa, pelos menos atrasar o processo eles conseguiram.

Assim, passa-se o tempo. E transcorridos quase seis meses após a edição da portaria que criou o PA Nova Amazônia, mais uma ação formal foi concluída para sua implantação. Ou seja, a finalização da seleção para a contratação de dez profissionais da área de ciências agrárias para atuar no assentamento a ser implantado. Tal ato foi informado à superintendente regional substituta por meio do MEMO/CT/Nº 24/02 de 22 de abril de 2002 (INCRA, 2001).

Quanto ao número de profissionais a serem contratados, essa quantidade satisfaz à Norma de Execução nº 3 que dispõe em seu art. 4º que “As superintendências Regionais definirão os projetos de assentamento que serão contemplados com este programa, devendo observar a proporção máxima de um profissional para cada grupo de 80 famílias” (BRASIL, 2001, Seção 1, p. 62).

Sabe-se que a carência em relação à assistência técnica rural representa uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos sujeitos da agricultura familiar para a estruturação de suas cadeias produtivas. E quando comecei a analisar criteriosamente o processo de criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, um dos eventos que despertou minha atenção foi o projeto “Jovens Profissionais do Campo”. Conforme visto, a contratação dos profissionais da área de ciências agrárias para atuarem junto aos assentados e assentadas supriria toda a demanda daquele pessoal por assistência técnica especializada. Além disso, a seleção e contratação dos técnicos era uma das condicionantes legais para a implantação do assentamento. Enfim, teoricamente, o projeto, diferente de todas as outras formas de extensão rural, previa que os profissionais selecionados e contratados se tornariam também assentados, porém com a obrigação de repassar conhecimentos e demonstrar na prática a estruturação dos processos produtivos. O objetivo final seria a geração de renda por intermédio do trabalho na terra. Confesso que, inicialmente, fiquei bastante impressionado com tal possibilidade.

¹¹³ Empresa multinacional que atua na produção de commodities agrícolas (soja, milho e algodão). Na cadeia da soja atua em todas as etapas: produção de sementes, processamento e comercialização. Atua também na área de energia, operação portuária e transporte fluvial (AMAGGI, 2019, p. 04).

Não obstante, durante os trabalhos de campo, praticamente todos os entrevistados e entrevistadas citaram a falta de assistência técnica como uma das barreiras para a sobrevivência das famílias a partir da renda gerada na atividade produtiva rural. Em vista dessa demanda, recordei daquele projeto e comecei a procurar por esses profissionais no PA Nova Amazônia para tentar entender a razão de um projeto de tal importância não estar cumprindo com sua finalidade. Em praticamente três anos de pesquisa, não obtive sucesso nessa busca. Nenhum dos entrevistados e entrevistadas tinham sequer conhecimento daquele projeto e nunca ouviram falar da atuação desses profissionais no assentamento. Por fim, comecei a compreender que aquela foi somente mais uma das contradições no que determina a lei e sua efetiva execução. Mas, a gravidade da situação vai muito além disso. Pois veja, especificamente no episódio da contratação de assistência técnica para atuar junto aos sujeitos da agricultura familiar, demonstra claramente o antagonismo do órgão responsável pela redistribuição de terras no Brasil, o Incra. Visto que, se por um lado a autarquia federal tem conhecimento dos obstáculos enfrentados pela categoria e também a solução, em contrapartida porque não a executa na prática?

A resposta da questão pode estar relacionada as hipóteses do problema da pesquisa e será retomado posteriormente.

Até o momento, foram mencionados diversos empecilhos ocorridos no decorrer do processo. Dentre eles, destacam-se a lentidão dos procedimentos legais. Porém, algumas dessas dificuldades foram superadas e outras ainda não tinham sido vencidas. Não obstante, agora, surge uma adversidade de outra natureza.

Assim, o mapa 06 que representa a área da pesquisa auxiliará na compreensão da questão. Com um olhar atento é possível verificar que no entorno das áreas que compreendem o PA Nova Amazônia¹¹⁴ existem três terras indígenas oficialmente demarcadas: Serra da Moça, São Marcos e Truaru. No entanto, sabe-se que os habitantes dessas comunidades indígenas sempre demandaram a ampliação de seus territórios. E conhecedores do imbróglio envolvendo a implantação do PA Nova Amazônia, parte dos indígenas vislumbraram naquele momento a oportunidade para seus anseios. Com isso, o burburinho se alastrou preocupando o Incra e seus pretensos moradores e moradoras. Assim, os propensos assentados e assentadas denunciaram tal intenção à Superintendência Regional do Incra em Roraima. Em razão da queixa, a superintendente regional emitiu em 13 de agosto de 2002 um comunicado por meio do

¹¹⁴ Murupu e Truaru.

OF.INCRA/SR-25/G/RR/404/02 ao gestor da Coordenação Regional da Funai em Roraima, solicitando informações sobre a possível invasão.

Ao cumprimenta-lo levamos ao conhecimento de V.S^a. que recebi informações dando conta que o Sr. Leôncio, Tuxaua da Comunidade Indígena Truaru, esteve na sede do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, ex-Fazendas Bamerindus para comunicar que, juntamente com sua comunidade, irá invadir o imóvel Truaru, compreendido no supracitado Projeto de Assentamento, sob a jurisdição deste Instituto (INCRA, 2001, f. 146).

Sabe-se que a questão da divisão, posse e uso da terra conforme visto no mapa institucional de Roraima, mapa 01, é um assunto, ainda não superado por grande parte da sociedade roraimense. E o caso mais recente da insatisfação foi a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol ocorrida no ano de 2009. Com isso, qualquer possibilidade de ampliação de terras indígenas ou até mesmo unidades de conservação emergem discussões prós e contra a possibilidade.

Em vista disso, ao receber o ofício acima, o administrador da Coordenação Regional da Funai, reencaminhou-o imediatamente à Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai em Brasília e também ao representante do Ministério Público Federal em Roraima.

Mas, em 29 de agosto de 2002, em resposta a aquele ofício da superintendente regional do Incra em referência à possível invasão, o Diretor de Assuntos Fundiários da Funai por intermédio do OFÍCIO Nº 547/DAF, contestou o dado, comunicando “que o assunto já foi levado ao conhecimento dos setores competentes da FUNAI, não tendo havido qualquer indício de que essa ameaça venha a se concretizar” (INCRA, 2001, f. 141).

Não obstante, reiterando que qualquer tipo de especulação que envolva a ampliação de terras indígenas no estado é um assunto vulnerável, portanto, requer cautela e especial atenção. Nesse sentido, buscando mais informações e analisando detalhadamente o processo que deu origem à criação e implantação do PA Nova Amazônia, deparei-me com a cópia da CARTA Nº 104/02-CIR¹¹⁵ do coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima enviada em 04 de fevereiro de 2002 ao Coordenador Regional da Funai, com o seguinte teor:

O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA – CIR, organização indígena voltada para a defesa dos direitos e interesses dos Povos Indígenas no Estado de Roraima, vem pelo presente encaminhar documento das comunidades indígenas da T. I¹¹⁶. Serra da Moça, região do Taiano, no qual solicitam revisão da Demarcação da terra para Ampliação.

Na solicitação as lideranças enfocam a tradicionalidade da terra, a habitação dos antepassados que foram aos poucos foram se afastando de suas terras. Destacam ainda a necessidade da comunidade em realizar seus projetos de auto-sustentação reforçando o pedido de ampliação.

¹¹⁵ Conselho Indígena de Roraima.

¹¹⁶ Terra Indígena.

Entre os direitos indígenas está a revisão da demarcação, que poderá ser questionada a qualquer momento é um direito previsto pela atual Constituição, e merece atenção especial as terras demarcadas no ano de 1982, anterior a CF¹¹⁷/88, onde se destacou mais a presença de ocupantes não-índio, com intuito da colonização e desenvolvimento político dos Estados (INCRA, 2001, f. 149).

Revisitando o mapa 06, observa-se que a Terra Indígena Serra da Moça faz divisa territorial com a parte do PA Nova Amazônia, Truaru. Por conseguinte, suponho que aquela pretensa invasão está relacionada diretamente à morosidade para a implantação do assentamento em discussão. Pois, até aquele momento, a área pretendida, tanto pelos indígenas, quanto pelos pretensos assentados e assentadas, encontrava-se desprovida de pessoas.

Isso posto, mesmo que desconsiderada inicialmente pelo diretor de assuntos fundiários da Funai em Brasília, a pressuposta incursão teve sua coerência. Tanto é verdade, que o Procurador do Ministério Público como reside no estado e, portanto, conhecedor da situação de tensão permanente entre índios e não-índios envolvendo a distribuição e posse da terra, solicitou de imediato esclarecimentos à Coordenação Regional da Funai.

Em razão disso, o então Coordenador solicitou ao chefe do posto indígena da região em conflito uma averiguação *in loco* com o objetivo de verificar a veracidade dos fatos.

Dessa forma, atendendo à solicitação, em 02 de setembro daquele mesmo ano, o chefe do posto indígena à época, redigiu o seguinte relatório de viagem.

Atendendo determinação desta Administração Regional, desloquei-me no dia 30/08/2002, para a comunidade indígena Serra do Truaru, situada na Terra Indígena Serra da Moça, objetivando verificar *In Loco* e manter conversação de esclarecimento com o Tuxaua da referida, o Sr. Leôncio Loureço da Silva, sobre uma denúncia de invasão, feita pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA, nas terras de uma fazenda conhecida como Fazenda Bamerindus localizada ao Norte da Terra Indígena Serra da Moça, que estar em posse da referida instituição.

O Sr. Leôncio confirmou a denúncia de invasão da Fazenda Bamerindus, feito pelo órgão citado acima, alegando que tal decisão foi tomada decorrente a alguns fatos ocorridos como, no decorrer da demarcação da referida terra, não houve nenhuma consulta ou negociação, nas comunidades existente. Citou também que encaminhou um documento através da organização na qual sua região faz parte, o CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA [CIR], para a FUNAI no dia 4 de fevereiro de 2002, [...], onde consta um pedido de ampliação da terra indígena Serra da Moça, tendo em vista que já era uma área pretendida pelos indígenas daquela região, e que, antes e depois da demarcação, havia família morando dentro dessa área de ampliação, [...] o mesmo alegou também que até o presente não recebeu nenhuma resposta do pedido feito à FUNAI. Levando em conta estes ocorridos, por esse motivo resolveu invadir a referida Fazenda.

Durante a conversação o mesmo falou que não tem mais o objetivo de manter tal posicionamento.

O que fez, juntamente com sua comunidade, foi apenas para pressionar o resultado do pedido de ampliação da Terra Indígena Serra da Moça (INCRA, 2001, f. 148).

¹¹⁷ Constituição Federal.

De certa forma, compreendo que o problema, apesar de ter gerado preocupação das instituições envolvidas e tensão entre os indígenas e os futuros moradores e moradoras da área pretendida, teve seu lado positivo.

Pois bem, como a denúncia havia chegado também ao Ministério Público Federal, o procurador da época em resposta à superintendente regional do Incra por meio do Ofício-requisição nº 138/2002-MPF/PRDC/RR, de 07 de setembro de 2002, informou “que obteve resposta da Funai através do ofício nº 208 de 07 de outubro de 2001, onde relatou que o Tuxaua Leôncio não tem mais o objetivo de invadir o local” (INCRA, 2001, f. 144).

Não obstante, o procurador, aproveitando-se do mesmo ofício, além de encaminhar a resposta à superintendente regional do Incra quanto à questão da possível invasão, também solicitou informações, estipulando prazo máximo de quinze dias, para que a superintendente prestasse demais informações sobre a real situação do assentamento rural a ser implantado. Portanto, esse é o lado positivo referindo anteriormente, tendo em vista que a lentidão do processo para a implantação do assentamento também já havia sido alvo de denúncias no Ministério Público Federal.

Apesar de ter extrapolado o prazo dado pelo Procurador para a resposta em quase dois meses, a superintendente regional do Incra, em 09 de novembro de 2002, por meio do OF/INCRA/SR-25/G/Nº 578/02 respondeu à demanda do Ministério Público, informando que o processo para a implantação do PA Nova Amazônia:

1. [...] encontra-se, hoje, em fase acelerada de implantação, com os estudos de viabilidade técnica, social, econômica e ambiental em andamento;”
2. Foi criada também, no local [...] a Unidade Avançada também chamada Nova Amazônia, qualificada como Unidade Gestora, a fim de bem desempenhar a gestão sobre os imóveis que compõe aquela área, tal a dimensão e importância dos trabalhos que serão ali implementados pelo INCRA (INCRA, 2001, f. 143).

Não obtive meios de verificar se aqueles esclarecimentos satisfizeram o Procurador, já que no Processo nº 54390.000503/2001-57 aberto para a criação oficial do Projeto de Assentamento não há qualquer ofício de contestação por parte do Ministério Público Federal em razão daquela resposta. Pois, tais explicações, além de vagas, carecem de justificativas mais claras, como a previsão de prazos, por exemplo.

Não obstante, mesmo diante da irresoluta resposta dada ao representante do Ministério Público, a simples cobrança do procurador desse órgão resultou em uma medida prática muito importante. Visto que, a resposta carecia disso. Assim, em 10 de setembro de 2002, o MDA¹¹⁸ em virtude daqueles acontecimentos e ao mesmo tempo dar prosseguimento ao processo,

¹¹⁸ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

expediu a RESOLUÇÃO/CD/Nº 26, que dentre outras deliberações importantes, possibilitou a descentralização da administração do assentamento em implantação. Tal determinação está expressa no artigo sexto.

Art. 6º Criar com fundamento no inciso V, do artigo 8º, do Regimento Interno, Unidade Avançada, de caráter transitório, denominada Nova Amazônia – qualificada como unidade gestora – diretamente subordinada à SR[25], com jurisdição sobre a área dos imóveis recebidos em doação, objetivando, dotar a referida Superintendência dos meios necessários para mais bem desempenhar a gestão sobre os bens recebidos pelo INCRA (BRASIL, 2002, Seção 1, p. 50, Resolução).

Na prática, a criação daquela unidade avançada vinculada diretamente à Superintendência Regional do Incra em Roraima ampliaria o poder de decisão dos gestores da autarquia. Nesse caso, poder-se-ia resolver as pendências para dar início à ocupação com maior celeridade, dado que em determinadas situações, as autorizações para a execução de qualquer serviço ou tomada de decisões dependiam de agentes da Superintendência Nacional do Incra, ou até mesmo, do MDA, ambos localizados em Brasília.

No entanto, a criação da unidade avançada parece não ter produzido o efeito pretendido, uma vez que, em 2 de abril de 2003, em um despacho, a Procuradora Regional de Roraima informou ao Superintendente Nacional do Incra que ainda persistiam pendências para a efetiva ocupação, conforme DESPACHOP/PGF/PFE/PJ/RR-INCRA/Nº 086/03:

Tendo em vista o fato do ofício do Ministério Público Federal já ter sido atendido pelo documento de fl. 143, encaminho os presentes autos, sugerindo a V. Sª adoção das providências necessárias quanto ao saneamento das impropriedades existentes, tais como:

- a) Estudo conclusivo de viabilidade técnica;
- b) Projeto de destinação dos bens móveis e semoventes
- c) Juntada da licença Prévia do IBAMA, em atendimento a Resolução nº 289, de 25/10/2001, do CONAMA;
- d) Relação da respectiva clientela a ser beneficiada
- e) Consulta à Funai sobre incidência indígena (INCRA, 2001, f. 152).

Todavia, percebe-se que, de acordo com as entrevistas e análise do processo, a demora na implantação do assentamento não dependeu somente de agentes da Superintendência Regional do Incra em Roraima, mas também de pessoas vinculadas a outros órgãos, como o Incra em Brasília e MDA, entre outras instituições envolvidas. Mas, por outro lado, constatou-se que a agilidade em determinados processos depende também das formas de pressões exercidas pelos interessados. Veja-se o exemplo das cobranças do Ministério Público Federal e a pressão exercida pelos pretensos assentados e assentadas.

3.5 IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Qualquer que seja o ambiente destinado ao Programa de Reforma Agrária, torna-se necessário preparar o local para o recebimento das famílias a serem assentadas. Isso significa criar uma infraestrutura mínima, com suprimento de eletricidade, água, vias de acesso, etc. Essa etapa sempre representa um trabalho, na maioria das vezes, complexo. Pois, consiste em transformar um determinado ambiente¹¹⁹ em unidades agrícolas capaz de prover a subsistência de pessoas. Afinal, de latifúndio, propriedade de um único dono, com infraestrutura dotada e preparada para quase que, exclusivamente, a criação e engorda de gado bovino de corte¹²⁰, será reconfigurado e adequado para receber a quantidade aproximada de setecentas famílias¹²¹. Deve-se considerar ainda, que no interior daquele meio haverá uma diversificação de atividades rurais, pois cada grupo de agricultoras e agricultores sempre carregam consigo seu próprio estilo de lidar com a terra. Ademais, o território a ser transformado em assentamento é representado pelo ecossistema lavrado. Conforme mencionado, será a primeira experiência do Inca em um meio com essa característica no estado de Roraima. Dentre os principais problemas a serem solucionados, destaca-se a equalização da extensão de cada lote, considerando as reservas legais; disponibilidade de água e fertilidade do solo. Isso significa que essas questões devem ser muito bem trabalhadas para proporcionar condições ambientais iguais de produção. Dado que, qualquer distorção quanto a essas divisões, poderá afetar a sobrevivência das famílias a serem assentadas.

Em realidade, várias daquelas dificuldades já haviam sido discutidas anteriormente. Inclusive foi objeto de um relatório encomendado pelo Superintendente Nacional do Inca à época, com o intuito de verificar as viabilidades técnicas, ambientais e socioeconômicas da área oferecida pelo SPU para ser utilizada para a implantação do assentamento.

No entanto, o parecer técnico dos encarregados pelo trabalho designados pelo Superintendente Regional do Inca “levantou limitações de qualidade do solo, porém sem inviabilizar a área para assentamento” (INCRA, 2001, fl. 05).

¹¹⁹ Às vezes improdutivos.

¹²⁰ Bovinos destinados ao abate.

¹²¹ Esta foi a previsão inicial. Posteriormente foi reconfigurado e em 2019, e conforme a última atualização do Sipra, o PA Nova Amazônia, Murupu tem 544 beneficiários e o PA Nova Amazônia I, Truaru, 402 famílias assentadas.

Os solos dessa área de cerrado são marcados por serem antigos, altamente intemperizados¹²², apresentando uma baixa CTC¹²³, devido ao baixo teor de matéria orgânica e quantidade dos minerais da fração argila do solo [...]. A consequência dessas características é a disponibilidade de pequena quantidade de nutrientes para as plantas e provável excesso de alumínio [elemento tóxico as plantas]. A baixa disponibilidade de nutrientes reflete diretamente nas condições de enraizamento das plantas [...]. Para a correção desses problemas é necessário trabalhar com corretivos de solo [calcário] e utilização de fertilizantes químicos ou orgânicos. Como a predominância nessa área é de solos com textura média e de baixo teor de matéria orgânica, a capacidade natural do solo em reter água também é moderada, o que torna provável a possibilidade de estresse hídrico nas plantas durante períodos curtos de falta de precipitação [veranicos]. [...] (INCRA, 2001, f. 117).

Aquela não foi a primeira vez que questões referentes à carência de água e às características limitantes do solo foram levantadas. De acordo com a entrevista de Vendelino em 2018, o assunto sempre foi pautado em reuniões entre Embrapa, Sebrae, Universidade Federal de Roraima, pois seria o primeiro assentamento implantado em uma área de lavrado¹²⁴ no estado de Roraima. Mas, em suas conclusões, o documento cita as vantagens dos atributos físicos do terreno.

Ao contrário das características químicas, esses solos apresentam excelentes características físicas [...], que permitem uma intensa mecanização do solo, pelo fato da topografia plana, boa drenagem e características de textura. De modo geral este ecossistema precisa de um manejo constante da fertilidade do solo para permitir boa produtividade agrícola (INCRA, 2001, f. 117).

Nesse caso, até mesmo, os possíveis benefícios que o ambiente físico da área analisada poderá conceder aos seus usufruidores, causa preocupação. Pois, o aspecto positivo que o analista descreveu em seu relatório final foi referente às boas condições físicas do terreno, que dessa forma permitirá uma acentuada mecanização do solo.

Mas, torna-se necessário recordar que aquela é uma área a ser destinada ao Programa de Reforma Agrária e que com as condições aventadas, os futuros agricultores e agricultores iniciarão seus projetos de vida e trabalho com uma grande dependência de assistência técnica e financeira do poder público. E realmente, isso se confirmou posteriormente como um grande problema.

Não obstante, mesmo diante daquele possível obstáculo, o processo para a implantação do projeto de assentamento deu continuidade. E, a dificuldade seguinte foi dividir de forma equitativa toda a extensão de terras anteriormente ocupada pelas fazendas Bamerindus em lotes

¹²² Fenômeno físico, químico e biológico que age sobre o solo. O tipo e intensidade do intemperismo podem ser relacionados com a temperatura, pluviosidade e a vegetação de uma região. O intemperismo físico predomina nas regiões de temperatura e pluviosidade baixas. Já nos trópicos, onde as temperaturas são mais elevadas e a ação da chuva e a biológica são mais intensas, o intemperismo químico é mais pronunciado (ZARONI; SANTOS, 2015, p. 05). Em resumo, a palavra “intemperizados” no relatório do Inca significa “baixa fertilidade do solo”.

¹²³ A capacidade de troca de cátions [CTC] de um solo, de uma argila ou do húmus representa a quantidade total de cátions retidos à superfície desses materiais em condição permutável [...] (RONQUIM, 2010, p. 10).

¹²⁴ Diferentemente das áreas florestais, onde os solos são considerados aptos para a agricultura sem necessidade de adubos químicos, o ambiente lavrado em suas condições normais é considerado inadequado para a agricultura.

ou parcelas. Conforme visto anteriormente, a quantidade de glebas, o tamanho e a localização de cada lote em um determinado assentamento dependem de diversas variáveis, dentre elas, a capacidade produtiva da terra, a geografia do terreno e as condições produtivas que o local poderá proporcionar (INCRA, 2018). Para a realização dessa segmentação existe um procedimento, o qual leva em consideração a unidade de medida agrária denominada módulo fiscal.

O conceito de módulo fiscal foi estabelecido a partir da Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, que alterou alguns dispositivos da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (EMBRAPA, 2018). Aquele marco legal também ficou conhecido como o Estatuto da Terra e dentre outras regulamentações, versa sobre os direitos e obrigações pertinentes “aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (EMBRAPA, 2018, p. 03).

A figura jurídica do módulo fiscal foi instituída pelo Incra com o objetivo de estabelecer um parâmetro mínimo de extensão das propriedades rurais que indique a sua viabilidade como unidade produtiva, dependendo da sua localização. A extensão do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo da localização do município em que está situada a propriedade rural. Nas regiões metropolitanas, via de regra, a extensão do módulo rural é tendencialmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros consumidores (SANTILLI, 2011, p. 01).

Portanto, a superfície de um módulo fiscal é variável, pois contempla determinadas condições e características próprias do município onde está localizada a propriedade.

Art. 4º - O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

- I - hortifrutigranjeira;
- II - cultura permanente;
- III - cultura temporária;
- IV - pecuária;
- V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de ‘propriedade familiar’¹²⁵ [...] (BRASIL, 1980, Decreto, grifo nosso).

Outra referência considerada para o cálculo do módulo fiscal foi o conceito de propriedade familiar, conforme disposto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

[...]

II – ‘Propriedade Familiar’, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

[...] (BRASIL, Lei, 1964).

125 art. 4º, item II, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Deste modo, o conceito de módulo fiscal passou a influenciar os demais atos normativos e legislativos, definições de categorias, formas e limites de usufruir a terra. Enfim, passou a servir de parâmetros para diversas demandas relativas às questões ambientais. Dentre elas, destaca-se: o emprego da quantidade de módulos fiscais para fins de cálculo da alíquota do ITR¹²⁶ (BRASIL, 1979; 1980; EMBRAPA, 2018); classificação dos imóveis rurais em relação à sua extensão; contribuição na definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural. No novo Código Florestal a quantidade de módulos fiscais de uma propriedade rural foi aproveitada como preceito legal para permitir ou restringir determinadas atividades agropecuárias¹²⁷ em áreas de preservação permanente, assim como estabeleceu critérios de sua recomposição, caso ela tem sido dizimada (BRASIL, 2012; EMBRAPA, 2018).

Pertinente à classificação dos imóveis rurais em relação à extensão de sua área, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu Art. 4º, conceituou:

- a- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;
- II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:
 - [...]
 - a) de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento; [Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017]
 - [...]
- III - Média Propriedade - o imóvel rural:
 - a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais [...]; (BRASIL, 1993, Lei).

Apesar de não constar de forma explícita naquela Lei, por analogia, compreende-se que “o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais” (EMBRAPA, 2018, p. 03).

Em relação à definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural, sua acepção considerou a limitação de área balizada também na unidade de medida agrária, o módulo rural.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, **área maior do que 4 [quatro] módulos fiscais;**
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- [...];
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011]

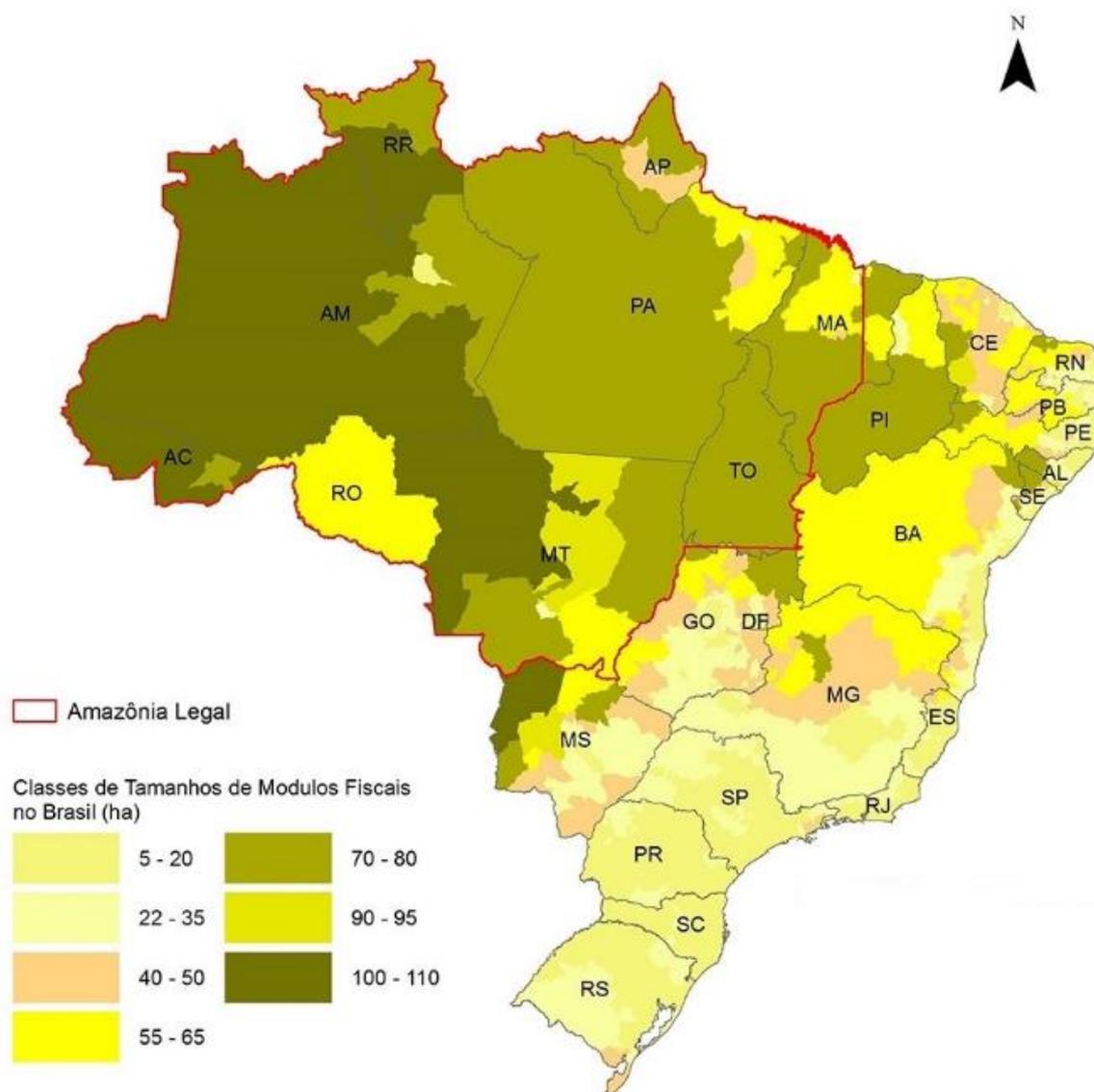
126 Imposto Territorial Rural.

127 Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008 (BRASIL, 2012, Lei).

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Lei, grifo nosso).

Uma análise no mapa 7 é possível destacar que as três classes de módulos fiscais com maiores extensões de área, setenta a cento e dez hectares, são predominantes nos estados que fazem parte da Amazônia legal. E segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), é nessa região também que se detectou a maior redução do número de propriedades rurais. Por outro lado, isso equivale afirmar que houve aumento de propriedades rurais com grandes extensões de áreas territoriais. Ou talvez, arriscando-se a afirmar que houve uma cooptação de áreas. Dito de outra forma, grandes proprietários de terra expandindo suas áreas em direção as pequenas e médias propriedades rurais. Mas, essa relação é retratada com mais detalhes em capítulos posteriores.

Mapa 7 – Classes de tamanho de módulos fiscais no Brasil



Fonte: Extraído de Embrapa, 2018.

Conforme o mapa 7, o estado de Roraima está dividido em duas classes de tamanho de módulos fiscais, sendo que a região Sul do estado, apresenta as maiores extensões de terra por módulo, variando de cem a cento e dez hectares. Especificamente em Boa Vista, município onde está localizado o PA Nova Amazônia, a dimensão do módulo fiscal equivale a oitenta hectares (INCRA, 2013).

As informações referentes ao conceito e aplicações da unidade de medida agrária, módulo fiscal, foram ampliadas devido a sua utilização em diversos momentos neste trabalho. Nesse contexto, relembro que a extensão do módulo fiscal é a medida padrão que o Incra emprega para a divisão de unidades agrárias direcionadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Consequentemente, essa foi a unidade de medida utilizada na divisão da totalidade da área, anteriormente pertencente ao grupo Bamerindus, em centenas de parcelas rurais para a implantação do PA Nova Amazônia. Outro episódio em relação à utilização do módulo fiscal, refere-se ao uso dessa unidade de medida na reestruturação do PA Nova Amazônia, Murupu, quando houve a necessidade de desmembramento de parte da área desse assentamento para ceder aos fazendeiros desintrusados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Conforme visto, o perfil da área territorial do assentamento, devido, principalmente, às restrições de fertilidade de solo e carência de água representou um problema para os agentes participantes da comissão¹²⁸ envolvida nessa segmentação. E uma das propostas aprovadas para tal fim foi o aproveitamento da configuração pré-existente na fazenda, que era estruturada administrativamente em cinco currais e convertê-los em polos de produção. Assim, a área territorial foi dividida em cinco polos e cada um desses polos em centenas ou dezenas de lotes rurais. O fracionamento, além da utilização de módulo fiscal, considerou também o conceito de propriedade familiar descrita na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Em realidade, observa-se que a equipe responsável pela compartimentação, além de aproveitar as delimitações das áreas dos currais para transformá-los em polos de produção, também vislumbrou a oportunidade de tentar direcionar o tipo de produção por polo. Ou seja, produzir produtos agropecuários para um mercado fundamentado na demanda existente na cidade de Boa Vista. O quadro 5 descreve a produção sugerida por polo e a dimensão de sua área.

¹²⁸ A Comissão Técnica Interinstitucional foi criada com a finalidade de promover as ações necessárias ao planejamento da implantação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Ela foi composta por pessoas designadas pelo Incra, Embrapa, Universidade Federal de Roraima, Prefeitura Municipal de Boa Vista, Central dos Assentados de Roraima e pelo Sebrae. A nomeação da comissão se deu por meio da Portaria/Incra/P/nº 585 de 02 de julho de 2001.

Quadro 5 – Polos de produção e a extensão territorial dos lotes

Polos	Tipos de produção	Extensão da área (hectares)	Quantidade média de lotes
Polo 1	hortaliças	4 a 20	150
Polo 2	grãos	70 a 80	87
Polo 3	bovinos	70 a 80	66
Polo 4	melancia	4 a 80	210
Polo 5	Grãos	80 a 100	43

Fonte: o autor.

Não obstante, na prática esse formato não funcionou. Fundamentado pelas entrevistas, percebi que após o assentamento das famílias houve uma demora demasiada para o início dos programas de governo para apoio aos recém assentados. Entregaram a “terra nua e crua, e cada um teve que se virar da forma possível, em uma região de lavrado sem uma árvore sequer capaz de prover sombras”, conforme dizeres recorrentes das famílias assentadas. Mas, esse assunto será discutido com maior ênfase nos próximos capítulos.

Observa-se que no planejamento de um assentamento da reforma agrária, todos os detalhes devem ser analisados. Qualquer equívoco, poderá comprometer a subsistência socioeconômica das famílias. Nesse sentido, um detalhe importante é o formato da arquitetura do parcelamento da área. Uma vez que isso, dentre outros eventos, poderá interferir na socialização de seus habitantes. Pois, o desenho estrutural de um assentamento determinará tanto as condições de intercomunicação entre as unidades agrárias, como destas em relação aos mercados consumidores. Além disso, implica diretamente no provimento de infraestrutura e execução de políticas públicas. Portanto, na formatação da área de um assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária, agentes do Incra, geralmente, recorrem a estas três opções de parcelamento das unidades agrícolas: espinha de peixe, radial ou agrovila.

O formato “espinha de peixe” está presente na maioria dos projetos de assentamentos implantados pelo Incra. São “constituído por parcelas retangulares, a disposição dos lotes assemelha-se a uma espinha de peixe em relação às vias de acesso. Nesse formato, o lote é individual, dividido entre moradia e produção organizados pelos traçados das vias” (CARAFFA, 2014, p. 85). Em relação à sociabilidade,

[...] representa um modelo que não cria núcleos urbanos de suporte para os assentados, forçando-os a, na medida em que necessitem de serviços básicos, como educação e saúde, deslocarem-se para as sedes dos municípios; pela realidade vivenciada no território este modelo precisa ser revisto (MDA, 2010, p. 68).

Outro modelo de parcelamento é o tipo “radial”, também conhecidos como “roda de carroça” ou “raio de sol”.

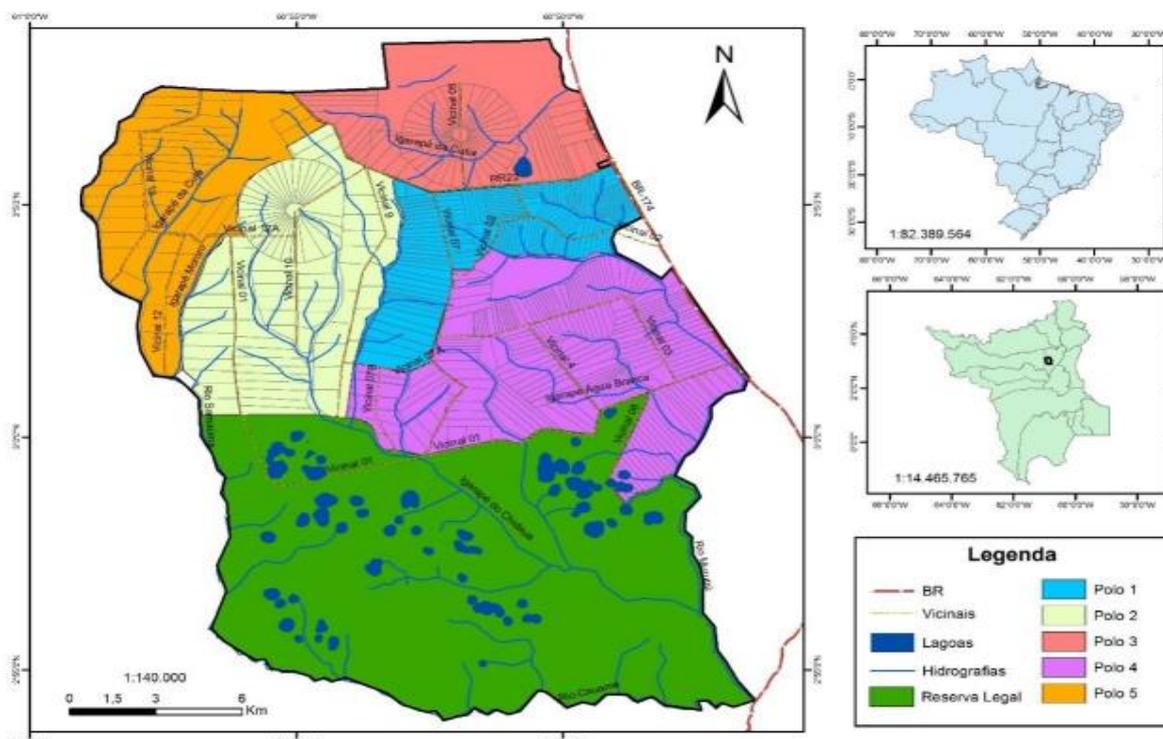
Essa forma de desenhar o projeto considera a implantação da casa no lote. O traçado parte do princípio de que as casas devem estar próximas e organizadas em torno de uma área de uso coletivo. Essa área comum tem forma de círculo e organiza os lotes de forma radial. As divisões dos lotes parecem aros de uma roda de carroça. A construção das moradias é próxima ao acesso do lote e são próximas entre si. [...], esse tipo de assentamento / ou de traçado favorece o convívio social, o transporte e a implantação de rede de infraestrutura (CARAFFA, 2014, p. 91).

A terceira configuração de arquitetura de assentamento é em formato de “agrovila”.

Nesse tipo, a área é dividida em lotes de produção e lotes de moradia, proporcionando a proximidade das casas facilitando a provisão de infraestrutura. Tal aproximação e a adjacência das áreas de uso comum facilitam o convívio das famílias, a comunicação e o transporte. Essa forma de implantação pode gerar melhor dinâmica na operacionalização de políticas públicas. (CARAFFA, 2014, p. 88).

No estado de Roraima prevalece em quantidade numérica o formato “espinha de peixe”. No projeto de assentamento Nova Amazônia foi instituída duas formas de parcelamento, “espinha de peixe” e “radial”. Porém, conforme é possível observar no mapa 8, que o formato “radial” está presente apenas nos polos de produção 2 e 3. O “espinha de peixe”, além estar presente também nesses polos de produção, é o formato exclusivo dos polos 1, 4 e 5.

Mapa 8 - Divisão dos polos de produção do PA Nova Amazônia, Murupu



Fonte: Extraído de Pereira, 2017.

Em relação às vantagens, conforme citado, o formato radial favorece à implantação e distribuição de infraestruturas aos moradores e moradoras, pois conforme procurei demonstrar na fotografia 15, a estrutura para abastecimento de água; torre com equipamentos para retransmissão de rádio, televisão, sinal de internet e sistema de iluminação estão todos concentrados em uma parte central do Polo II.

Fotografia 15 - Concentração de infraestrutura básica do Polo II



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Os agentes da equipe interinstitucional para configurar o formato das unidades agrícolas do PA Nova Amazônia consideraram principalmente, a extensão da área destinada à reserva legal, (mapa 08) e as vicinais¹²⁹ já existentes na antiga fazenda. Aquelas estradas faziam as ligações entre a sede da fazenda e os currais, as áreas de pastagem e agrícola.

3.5.1 Assentamento das famílias

A história da criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia tem alguns detalhes que a diferencia dos demais assentamentos do PNRA, uma vez que grande parte daquele processo ocorreu à revelia dos movimentos sociais e também de grande parte da população do estado de Roraima. Desde a aceitação do imóvel pelo Inbra no mês de novembro do ano 2000 e prosseguimento dos demais trâmites para a destinação dos espaços das antigas fazendas para a reforma agrária, como a transferência da área para essa autarquia, emissão de portaria da criação do assentamento no ano de 2001, e demais procedimentos, tudo isso, ocorreu somente no âmbito dos gestores do Inbra e demais instituições parceiras. E somente em meados de 2002 que a Central do Assentados de Roraima e a Comissão Pastoral da Terra iniciaram o cadastramento dos pretensos e pretensas candidatos e candidatas à adquirir lotes pelo Programa

¹²⁹ Quando o Inbra assumiu as áreas, antes pertencentes ao Grupo Bamerindus, já existia uma malha viária razoável e bem conservada. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Boa Vista ampliou o número de vicinais.

Nacional da Reforma Agrária. Assim, a notícia foi se espalhando, de boca em boca e o número de pretendentes aumentando com o passar dos meses seguintes. Essas deduções foram fundamentadas em análise de documentos e entrevistas.

Não obstante, antes mesmo da abertura das inscrições aos pretendentes a terra, os ex-funcionários das fazendas Bamerindus já haviam sido assentados.

Nós funcionários da fazenda tivemos o privilégio de ser os primeiros assentados e ainda pudemos escolher nossos lotes. Tanto é que todos nossos lotes estão próximos uns dos outros e fazem fundo com o rio Murupu. Então, em 2002 nós já tinha recebido nossos lotes (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Quando Françoedes reconhece que foram privilegiados, realmente isso não deixa qualquer tipo de dúvidas. Uma vez que, ter a prerrogativa da escolha do lote com os fundos para um rio, em um ambiente onde predomina a carência de água, além de ser uma questão estratégica, o poder daquela escolha lhes facilitou a criação de suas infraestruturas produtivas.

Enquanto isso, aos demais pretendentes de acesso a terra, restou a chance de realizarem suas inscrições por intermédio de quatro vias: diretamente na Superintendência Regional do Incra em Boa Vista, por formulários disponíveis nos correios, na comissão pastoral da terra ou por meio de associações já existentes ou criadas para aquele fim, como a CAR¹³⁰. Porém, passados dois anos, desde a publicação da portaria de criação do assentamento no DOU¹³¹, e quase completando um ano deste o início das inscrições, a lotação das famílias ainda não havia sido iniciada e sequer data prevista para tal fim. Diante da situação de espera só restou uma alternativa, ensaiar uma invasão. Digo ensaiar, porque conforme depoimentos a ordem partiu de dentro do Incra.

Assim, sob a orientação de movimentos sociais ligados a terra, no início do mês de abril de 2003, centenas de pessoas ficaram acampadas, em barracos improvisados de lonas, à margem da rodovia que dá acesso ao PA Nova Amazônia, Murupu. O propósito da manifestação foi protestar contra a demora para a entrega das parcelas rurais prometidas. Além disso, a maioria das famílias estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, necessitavam garantir um lote de terra para trabalhar e prover sua subsistência.

A partir disso, a maioria dos manifestantes se dirigiram ao local determinado para o acampamento, e construíram seus barracos com o que tinham em mãos, lonas, pedaços de madeiras, enfim, tudo que pudesse ser usado para aquele fim.

¹³⁰ Central dos Assentados de Roraima.

¹³¹ Diário Oficial da União.

A fotografia 16, cedida por Davi Silva de Jesus em 2019, retrata a “hora do rango” como diz ele, e também o interior daquelas moradias improvisadas para a formação do acampamento em meados de 2003. Davi foi uma das lideranças e porta-voz do pessoal acampado.

Fotografia 16 - Família de Davi no acampamento



Fonte: cedida por Davi Silva de Jesus, 2003.

Davi e Marinez moram no Polo III e foram beneficiados inicialmente com trinta e sete hectares. Porém, em 2018, a área comum do Polo foi dividida entre seus moradores. Com isso, foram favorecidos com mais trinta e seis hectares de terra, sendo que sua área passou a ocupar setenta e três hectares. Eles são produtores agroecológicos, porém, não levam seus produtos para comercializar na Feira Agroecológica do Caranã.

Davi nasceu em Santa Luzia, município do interior do estado do Maranhão. Marinez, a jovem da fotografia 16, é indígena da etnia Makuxi e companheira de Davi.

Davi chegou em Roraima em 1993 proveniente de sua cidade natal. Mas, já tinha vindo à Roraima anteriormente, em 1988, motivado pela procura do ouro. Segundo ele, além dos garimpos em Roraima, trabalhou por cerca de dez anos explorando a atividade também nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Vim para Roraima a primeira vez em 1988 por causa do garimpo. Cheguei a fazer um pouquinho de *oro* no rio Uraricoera e quando o garimpo fechou voltei para o Pará. Me lembro direitinho, estava em um garimpo no Pará a três horas de variação de Novo Progresso e na boca da noite sintonizei a Rádio Roraima, Benjamim Monteiro, o elo de ligação entre a capital e o interior e escutei um recado de uma pessoa no interior para outra em Boa Vista, falando para mandar o avião no outro dia cedinho. Mas esse recado era por meio de senha, pois o garimpo já estava proibido. Quando ouvi, percebi

logo que o garimpo em Roraima ainda estava bastante ativo e isso me deixou muito empolgado. Pensei, vou para Roraima de novo. Chegando lá eu vou entrá. Se eu não conseguir *oro*, vou arrumá uma Makuxi e vou prá Colônia. Aí me lasquei, tamo junto até hoje. [risos] (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista, grifo nosso).

Marinez também participou da entrevista e vez ou outra ajudou o marido a recordar dos fatos ocorridos naquela época.

Pouco tempo depois dessa mensagem, vim para Roraima e procurei os caras e achei na hora. Mandeí recado para mandarem minha passagem. No outro dia, já tinha a passagem e entrei. Meu irmão estava em Boa Vista rodado, sem dinheiro prá nada. Com uma semana no garimpo já mandei dinheiro para ele comprar uma geladeira nova. Tava fazendo um *orozinho*, trabalhava mergulhando nas balsas. Um dia, era cinco da tarde, estava tirando a roupa de mergulho e escutei rajadas de tiros e quando olho, tava tudo amarelo de colete da federal e o acampamento cercado. Eles tomaram conta do acampamento, falaram que não iam tomar nosso *oro*. Disseram para levar somente coisas pessoais e ferramentas pequenas. No outro dia bem cedo, queimaram nossas barracas e também nosso rancho e tudo que tinha lá. Levaram a gente para uma clareira, aquele monte de homem. Só tinha uma mulher, a cozinheira. E logo em seguida passaram um rádio e chegou o *sapão*. Sei que foram várias pernas até Surucucu. E de lá até em Boa Vista em um avião Búfalo do exército. Era o mês de fevereiro de 1993 (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista, grifo nosso).

De acordo com a entrevista, Davi argumentou que para quem não tinha qualquer tipo de qualificação profissional, a sobrevivência em Roraima era muito difícil. Por isso, arriscou-se novamente na garimpagem ilegal.

Passado pouco tempo, entrei de novo e desta vez, a política federal bloqueou as formas de enviar rancho e aí tivemos que nos entregar. Era uns oitenta peão dentro do avião Búfalo. Entrei pela terceira vez, pegaram de novo. Só que desta vez, os policiais avisaram que ia ter punição, ia responder processo. (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Segundo Davi, após aquela apreensão, com receio de ser processado criminalmente, ele até tentou mudar seus meios de sobrevivência. De garimpeiro virou pescador em uma ilha próxima às corredeiras do Bem-querer, no rio Branco, localizada no município de Caracaraí, a aproximadamente cento e trinta e cinco quilômetros de distância da cidade de Boa Vista. No entanto, de acordo com ele, a renda obtida na atividade pesqueira não era suficiente para garantir sua subsistência.

Em 2000 fui para o garimpo na Venezuela. Lá o garimpo era permitido, mais, tinha que dividir o *oro* com a guarda nacional. Eram vinte e cinco gramas para o tenente e cinco gramas para cada soldado. Logo em seguida ficamos sabendo que o exército da Venezuela ia entrar nos garimpos. Depois de um ano nessa luta, resolvi voltar a Boa Vista e fui trabalhar de carteira assinada na função de serviços gerais no AquaMak¹³², mais sempre procurando uma forma de conseguir uma terra (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista, grifo nosso).

De acordo com Davi, ele permaneceu trabalhando na empresa informada até o ano de 2003. Mas, foi em meados do ano de 2002, que ele ouviu falar pela primeira vez sobre as possibilidades de o Incra disponibilizar as fazendas Bamerindus para a reforma agrária. Mas,

¹³² Clube aquático localizado na zona rural do município de Boa Vista.

antes da notícia, já havia feito sua inscrição no Incra para garantir um lote no primeiro assentamento que fosse disponibilizado. Em razão disso, “me juntei aos movimentos sociais: Fetag, sindicato rural e Pastoral da Terra” (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

No início do ano de 2003, segundo as informações de Davi, ele e um grupo de agricultores e agricultoras sem terras foram convocados pela Pastoral da Terra para uma reunião. Naquele dia, os dirigentes da Pastoral estavam formando comissões e precisavam escolher cinco voluntários ou voluntárias para criar uma pauta de reivindicações, sendo a principal delas, a liberação imediata dos lotes no PA Nova Amazônia às pessoas cadastradas.

Logo levantei a mão e fiquei fazendo parte dessa comissão. Um dia recebemos a notícia que o Incra iria começar a assentar as pessoas cadastradas para a fazenda Bamerindus. A comissão foi toda para o Incra, mas quando chegamos lá, a ordem era para montar o acampamento. Isso foi no mês de maio de 2003 (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Além de Davi, outras pessoas também confirmaram que a ordem para montar o acampamento às margens da BR-174, logo na entrada da sede da fazenda Bamerindus partiu informalmente da Superintendência Regional do Incra em Boa Vista. Segundo, Davi, o pessoal do Incra recomendaram que essa era uma forma de pressionar o Incra de Brasília à agilizar os últimos procedimentos e assim, iniciar o assentamento das famílias. Quanto a isso, Davi não teve dúvidas. “No outro dia, já fui prá lá. Chegando lá, tava tudo já marcadinho, quatro por quatro e aí fiz meu barraco de lona lá também. Passamos o inverno todo ali. Já fui com tudo, muiê, meninos e galinhas. Era só isso que nós tinha mesmo” (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Porém, conforme as entrevistas, nem todos ficaram acampados. Grande parte das pessoas vinham somente participar das reuniões, que era um dos principais requisitos para garantir a posse da terra. Outras passavam o dia no acampamento e durante a noite retornavam a seus locais de morada.

Expedito Carlos Silva é um dos exemplos do pessoal que não chegou a ficar acampado. De acordo com seu relato, o Incra dispensou os moradores e moradoras que faziam parte da Associação do Bairro Operário de permanecer no acampamento. Praticamente todas as famílias desse bairro que fizeram a inscrição para se tornar beneficiário do PNRA foram direcionados ao Projeto de Assentamento Nova Amazônia. E como eles já eram produtores de hortaliças em pequenos terrenos nesse bairro, e sobreviviam da venda de seus produtos, o Incra facultou suas presenças no movimento. Por conseguinte, “fomos assentados diretamente. Da cidade para o assentamento. Viemos para cá, produzir no Polo I, sessenta e seis famílias” (SILVA, 2019, entrevista).

Expedito e Maria moram no Polo I. Eles se conheceram em Boa Vista, assim que Expedito chegou do Ceará no início do ano de 2003. Naquele ano, Maria, também era uma migrante recém-chegada do estado do Maranhão.

No Ceará a vida estava difícil, trabalhava em terreno arrendado. Plantava milho, arroz e algodão. Primeiro vim para Brasília e fiquei trabalhando de jardineiro em uma empresa. Nas férias vim conhecer Boa Vista com meu patrão que fazia serviços em Roraima. Chegando aqui conheci Maria e fomos viver da plantação de hortaliça lá no bairro Operário. Não demorou muito e chegou a notícia do loteamento da fazenda Bamerindus. Eu e os outros moradores fizemos a inscrição na associação do bairro. Não demorou muito tempo e veio a ordem que os lotes já estavam liberados (SILVA, 2019, entrevista).

Mas, para quem teve que enfrentar a vida no acampamento, “a sobrevivência foi difícil. O Incra só dava rancho quando era pressionado para isso. O pouco dinheiro que tinha do acerto do Aquamak, gastei no acampamento. Passamos o inverno todinho na beira da estrada (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Milton Lima de Negreiros, outro assentado que participou combativamente do movimento para a liberação dos lotes se mudou para o acampamento em junho de 2003, um mês depois de Davi. Conforme detalhes da entrevista, Milton informou que ficaram sete meses acampados às margens da rodovia e mais quatro meses na sede da fazenda.

Quando o Lorenis¹³³ assumiu, trouxe a gente para a sede da fazenda. Nos alojou nas baias onde ficava os animais. Alguns fizeram barracos em volta da sede da fazenda. Mas lá melhorou nossa estadia, pois já tinha eletricidade. E na estrada passamos o inverno lá. Sem energia. Sem nada. Nesse tempo *Chiquinha* ficou trabalhando na cidade para custear minhas despesas no acampamento. Durante a fase do acampamento plantamos melancia, feijão, tudo isso aproveitando os estrumes de gado. Ficamos esperando mais ou menos onze meses até começar a distribuição dos lotes (NEGREIROS, 2017, grifo nosso).

Milton e Francisca, a quem ele chama carinhosamente de “Chiquinha” são moradores do Polo II. Inicialmente foram beneficiados com trinta e três hectares. No entanto, em 2018, a área comum daquele Polo foi dividida entre seus moradores, e eles foram favorecidos com mais trinta e dois hectares. Portanto, a extensão total de sua parcela rural é de sessenta e cinco hectares. Conforme visto, aquela redistribuição também ocorreu no Polo II.

Esse casal de assentados nasceu e viveu por muito tempo em uma vila rural denominada Marenópolis, distrito do município de Pedreiras, localizado no estado do Maranhão. Eles têm um filho e duas filhas. Em relação à vida da família no Maranhão, Milton revela que, apesar de várias tentativas, nunca conseguiu ter seu próprio pedaço de chão para plantar.

Trabalhava no terreno de outras pessoas como arrendatário. E o dinheiro dava só para comer. Quando conseguia fazer uma roça maior, faltava chuva naquele ano e tudo acabava em prejuízo. Uma vez fiz um financiamento pelo Banco do Brasil e cheguei

¹³³ Quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república em seu primeiro mandato, 2003 a 2006, Lorenis Nascimento Cruz foi a pessoa indicada do Partido dos Trabalhadores para assumir a superintendência do Incra em Roraima. Informação repassada por Dilma na entrevista ocorrida em 2018.

a plantar dezesseis linhas de arroz¹³⁴. E quando foi época do arroz encher, não choveu. Colhi bem pouquinho arroz. Como tinha seguro, o banco cobriu o resto do prejuízo. Mas, meu trabalho ficou de graça, e ficamos sem dinheiro novamente (NEGREIROS, 2017, entrevista).

No entanto, Milton relatou que devido a aquela situação e não ter oportunidade de acesso a terra, sua única alternativa foi se tornar garimpeiro. Assim, entre as décadas de 1980 e 1990, antes de vir morar definitivamente em Roraima, Milton exerceu a atividade minero-extrativista, primeiramente em Peixoto de Azevedo, no estado do Mato Grosso e posteriormente em Roraima. Mas, devido ao fechamento de diversos garimpos, quando Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil em 15 de março de 1990, ainda tentou a sorte nos garimpos da Venezuela por um ano. Posteriormente, retornou à terra natal. Milton explicou que naquele intervalo de tempo, passava determinados períodos nos garimpos e depois retornava para sua cidade de origem. Segundo ele, “quando voltava do garimpo sempre trazia um dinheirinho a mais, mas depois acabava muito rápido”. Portanto, entre aquelas décadas, alternou suas atividades laborais entre a garimpagem e a agricultura.

Mas, meu sonho foi sempre conseguir uma terrinha. No Maranhão lutei muito em defesa da terra. Fiz parte de sindicatos, associações e cooperativas. Sempre tentando conseguir um pedaço de chão meu para plantar. Cansei de fazer inscrições em tudo que foi órgão que prometia distribuir terra. Mas nunca consegui nada por lá (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Apesar de ter conhecido Milton e sua família em março de 2017 e retornando ao sítio da família de tempos em tempos, a história de sua chegada definitiva em Roraima nunca tinha ficado muito claro. No entanto, em julho de 2019, em uma daquelas visitas, Francisca, sua esposa foi me mostrar sua criação de matrinxã¹³⁵, e no trajeto entre a casa e o viveiro, entre uma conversa e outra, mencionou alguns detalhes da história de sua vida no Maranhão, dentre estes, confidenciou-me que a iniciativa para a mudança para Roraima partiu dela.

Sempre precisei trabalhar fora para ajudar nas despesas. Lá trabalhava como merendeira na escolinha da vila. Mesmo ganhando pouco, era um dinheiro necessário para ajudar na sobrevivência da família. Mas, não era um serviço fixo, dependia de político. Quando o político que nós apoiava ganhava, o serviço tava garantido por aquele tempo. Mas, se por ventura ele não ganhasse, ficava sem emprego. E isso me revoltava, dava mais vontade ainda de ir para Roraima para conseguir nosso pedaço de chão e sair dessa humilhação (NEGREIROS, 2019, entrevista).

Francisca disse que sempre pressionou muito o marido para migrarem para Roraima. Apesar de terem o sonho em comum de conseguir terras para plantar e criar pequenos animais, Milton não se decidia, ficava sempre na dúvida, complementou Francisca.

¹³⁴ Equivalente a quatro hectares, segundo informação do Milton.

¹³⁵ Peixe de escamas, coloração prateada, corpo alongado, capaz de atingir 80 centímetros de comprimento e cinco quilos de peso, encontrado nas bacias amazônica e Araguaia-Tocantins, o peixe se adapta bem ao ambiente dos criatórios. (MATHIAS, 2014, p. 01). É um dos peixes mais apreciados na culinária do estado de Roraima.

Sempre achei que era em Roraima que a gente conseguiria realizar nosso sonho. Eu já tinha uns conhecidos que já estavam em Boa Vista a muito tempo e sempre chamava a gente prá cá. Eles foram nossos vizinhos lá no Maranhão. Falavam que aqui era muito fácil conseguir um pedaço de chão. Também via no Amazonsat¹³⁶ programas sobre Roraima. Aí é que a vontade aumentava mesmo. E ficava sempre insistindo com meu marido para vir para cá (NEGREIROS, 2019, entrevista).

Diante da indecisão do marido, Francisca disse que teve que “forçar a barra”, conforme suas palavras (2019, entrevista). Aliás, vejo isso como uma estratégia. No entanto, como ela estava sempre em contato telefônico com seus conterrâneos que moravam em Roraima, em uma daquelas conversas surgiu a oportunidade para a migração da família.

Uma conhecida minha que já morava em Boa Vista a muito tempo, e que foi minha vizinha lá no Maranhão, arrumou um emprego de babá em Boa Vista para nossa filha mais velha. Foi em julho de 2001. Mais tinha um problema. Nossa menina tinha apenas 19 anos naquela época e nós não podia deixar ela viajar sozinha. O jeito foi o Milton vir com ela para Roraima (NEGREIROS, 2019, entrevista).

Francisca não esconde que aquilo foi uma tática usada para viabilizar sua aspiração de conseguir ser proprietária de uma pequena área rural. Pretendia que o marido ficasse em Boa Vista por uma temporada, e com isso, fosse gostando e se adaptando ao lugar.

Juntamos o dinheiro que tinha para pagar as passagens dos dois. De avião não dava para ir. Passagem muito cara. O jeito foi eles pegarem um ônibus de Pedreira até Belém. Em Belém pegaram um barco até Itacoatiara¹³⁷. De lá vieram de ônibus até Boa Vista. Levaram uns dez dias de viagem. Mas chegaram bem (NEGREIROS, 2019, entrevista).

De acordo com a agricultora, seus planos estavam no caminho certo. Assim, pouco tempo após a ida do marido e da filha, começou a vender, segunda ela, “a casinha e tudo de valor que tinha dentro” (NEGREIROS, 2019, entrevista). Mas, seu marido ainda não sabia o que estava ocorrendo no Maranhão. Mas no primeiro contato telefônico, Francisca informou ao Milton “que já tinha colocado tudo a venda e só estava esperando concretizar os negócios para também ir para Boa Vista” (NEGREIROS, 2019, entrevista). Com a notícia, não restava a Milton outra alternativa, a não ser buscar formas de sobreviver em Roraima.

Chegando em Boa Vista fiquei fazendo bicos, capinando quintal, e trabalhando em diária, fosse na roça ou aqui mesmo na cidade. Trabalhei também um ano como ajudante de marceneiro. Em outubro de 2001 veio meu filho Mariton. E finalmente em janeiro de 2002 fui buscar Francisca e a filha mais nova (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Como Milton tinha ido buscar o restante da família, pressupus que já tinha acumulado algum capital. Mas, ao ser questionado sobre aquela situação, informou que como era época de política, tinha arranjado dinheiro com os políticos para tal objetivo.

¹³⁶O canal temático Amazon Sat foi criado a partir de um programa de satélite implantado pela Embratel, sob a finalidade de “terminar o isolamento da Amazônia, dando a esta região as mesmas oportunidades de informações, notícias e entretenimento como no restante do país”. (BAZE, 2002, *apud* NICOLAU, 2009, p. 51).

¹³⁷ Cidade portuária pertencente ao estado do Amazonas.

Com o dinheirinho da venda das coisas lá no Maranhão conseguimos comprar um terreno lá no Raiar do Sol¹³⁸ e fazer um banheiro e um quarto. Chegando aqui, Chiquinha foi trabalhar em uma churrascaria da cidade e eu continuei fazendo meus bicos. Mas sempre procurando uma forma de possuir nosso pedaço de chão. Pouco tempo depois, no final de 2002, fiquei sabendo por meio de conhecidos que a Prelazia estava cadastrando pessoas que quisessem ter sua própria terra. Coloquei meu nome na lista, mais também fiz minha inscrição no correio (NEGREIROS, 2017; 2019, entrevista).

Referente às trajetórias de vida de Davi e Milton, até o momento, observa-se nitidamente várias coincidências ocorridas durante suas caminhadas para ter acesso a terra: ambos são nordestinos, agricultores sem-terra e ex-garimpeiros que conheceram Roraima em função da atividade mineral-extrativista. Mas, por ora, não vou estender essa discussão. Retorno ao momento mais aguardado pelos acampados e acampadas, a liberação da transferência para seus lotes.

De acordo com os esclarecimentos, tanto Milton quanto de Davi, a transferência das famílias acampadas das margens da BR-174 para a sede fazenda no mês de setembro de 2003 representou uma etapa muito importante para os pretendentes do PNRA, pois foi a partir daquela data que conheceram a exata localização de suas parcelas rurais. E a partir do mês de novembro, iniciou-se a efetiva entrega às famílias, até então, “sem-terras”, dos lotes a elas destinados.

Alguns preferiam áreas para hortaliças. O Polo I foi dimensionado prevendo a plantação de hortifrutí. O Polo IV para fruticultura. O Polo III para a criação de gado. Eu escolhi o Polo II que foi destinado ao grão porque onde eu nasci e me criei só mexendo com milho e arroz (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Por ordem de prioridade, foram assentados os ex-funcionários da antiga fazenda Bamerindus, que ainda residiam na sede; produtores e produtoras de hortaliças oriundos do bairro Operário, em Boa Vista; trabalhadores rurais do entorno das áreas anteriormente pertencentes às fazendas Bamerindus e do Monte Cristo (INCRA, 2013). Assim, no ano de 2004 foram assentadas um total de 262 famílias, sendo que elas receberam lotes nas áreas definidas como polos I, II, III e IV (INCRA, 2013).

Não obstante, em meados do ano de 2004, chegou em Boa Vista representantes de um grupo organizado de pequenos produtores e produtoras rurais procedentes do estado do Rio Grande do Sul a procura de terras para o cultivo de grãos. Em favor disso, negociaram com Incra, por intermédio do governo estadual, a possibilidade de se instalarem em lotes ainda disponíveis no PA Nova Amazônia. Com a transação concluída, poucos meses depois, o Incra autorizou a instalação daquelas famílias no Polo V. Aqueles agricultores e agricultoras rio-grandenses foram pioneiros e pioneiras no cultivo de soja e arroz no assentamento.

¹³⁸ Um dos bairros da periferia de Boa Vista.

Ênio Carlos Pasquali foi um dos representantes daquele grupo. No entanto, um ano antes desse advento, quarenta e três agricultores do Rio Grande do Sul se organizaram em um movimento denominado “Rumo ao Norte” com o objetivo de migrar para região Norte e com isso, dar continuidade a suas atividades agropecuárias, visto que, em seu estado de origem estavam enfrentando diversas dificuldades para continuar sobrevivendo dessa atividade.

Mas nosso pessoal ainda não tinha ideia para qual estado mudar. O que a gente queria era melhorar de vida fazendo o que a gente sabia fazer que é trabalhar na terra. As pessoas do grupo tinha vontade de ser alguém na vida, mas sendo agricultor. Para alcançar esse nosso objetivo a gente precisava de terra (PASQUALI, 2018, entrevista).

Ênio e Tânia moram no Polo I¹³⁹ e foram beneficiados com setenta e seis hectares de terra defronte à BR-174. Devido a essa posição estratégica de seu lote, aproveitaram e abriram uma lanchonete às margens da rodovia, tornando-se uma fonte de renda tão importante quanto seus cultivos de milho e soja. No início da entrevista, Ênio fez questão de destacar que estudou somente as séries iniciais, mas isso, não o impediu de ser vice-presidente do sindicato rural e participar ativamente em outros movimentos sociais que lutam contra a forma desigual de distribuição de terras no país.

Sou o irmão mais velho de uma família de dois filhos. Perdi meu pai muito cedo. Por isso, comecei a trabalhar na roça com sete anos de idade para ajudar minha mãe no sustento da casa. Mas, eu e meu irmão fomos ficando adulto e formando nossa própria família. Os vinte e cinco hectares da mamãe foi ficando pequeno para nossas despesas. Tentando melhorar a renda, eu e meu irmão arrendava terras dos vizinhos, mas tinha que pagar de vinte a trinta por cento da produção para os donos da terra. Desse jeito, não dava para sobreviver dignamente da agricultura. Então, esse foi o motivo de ter me mudado para cá (PASQUALI, entrevista, 2018).

De acordo com as entrevistas, observa-se que os obstáculos enfrentados para sobreviver a partir da renda da atividade agropecuária no Rio Grande do Sul, expresso pelo Ênio, assim como sua justificativa para a migração, resguardando algumas diferenças, é a repetição da pretensão de cada pessoa do grupo. Dessa forma, naquele momento, o grupo formado por aqueles trabalhadores e trabalhadoras rurais tiveram um objetivo em comum: ter acesso a grandes extensões de terra para continuar desenvolvendo suas atividades agropecuárias, porém, em uma escala bem maior. No entanto, devido as fragilidades de suas condições econômico-financeiras, apesar de terem visitados outros estados, estavam cientes que áreas rurais com as dimensões pretendidas e a baixo custo financeiro em relação aos mercados de terra das regiões Sul, Centro-Oeste ou Sudeste, somente estão disponíveis na região Norte do país. Tanto é que até no nome da associação, “Rumo ao Norte”, justificou sua intenção. Portanto foi nesse contexto que o movimento foi organizado.

¹³⁹ Inicialmente eles foram direcionados ao Polo V, mas escolheram o lote do Polo I para morar e cultivar.

As despesas da viagem eram bancadas pela organização. Cada agricultor pagava duzentos reais por mês e mensalmente pessoas do grupo viajava para buscar informações e melhores possibilidades para a migração. O grupo era coordenado por cinco pessoas. Ficamos pesquisando durante um ano. Visitamos Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Piauí (PASQUALI, 2018, entrevista).

No entanto, de acordo com Renê Paludo, um dos cinco membros responsáveis pela organização do grupo, eles definiram algumas diretrizes para atingir seus objetivos.

Como os coordenadores do grupo já militava em movimentos sociais, a prioridade era ir procurar terra em lugares que os governadores fossem do PT. Inicialmente fomos ao Piauí, e aqui [Roraima] também naquela época, o governador Flamarion¹⁴⁰ era do PT, isso também chamou a atenção. Pois, o pessoal tem a filosofia de distribuição. Não é que viemos para cá por conta de governo, só achava que devido à filosofia do Partido, facilitaria o acesso à terra (PALUDO, 2018, entrevista).

Renê, um dos plantadores de soja e milho do assentamento foi beneficiado com uma parcela rural de noventa hectares de extensão localizada no Polo V. Além de agricultor, é também um dos responsáveis pelo fornecimento de frutas e verduras na cidade de Boa Vista. Executa a atividade por intermédio de sua distribuidora.

Entretanto, de acordo com sua entrevista, Renê, no estado do Rio Grande do Sul não exerceu diretamente a atividade agropecuária. Pois, a área com quatorze hectares de extensão de terras pertencentes a sua família não comportaria a sobrevivência de quinze filhos, assim que os mesmos começassem a formar suas próprias famílias. Portanto, o pai de Renê preferiu enviá-lo a um colégio agrícola, onde concluiu o curso técnico em agropecuária. Porém, de acordo com suas informações, Renê, queria mesmo era se engajar nos movimentos sociais e na política.

Lá no Rio Grande do Sul sempre militei nos movimentos sociais. Em 1992 me filiei ao PT e no mesmo ano consegui ser eleito vereador em minha cidade. Fui reeleito ainda uma vez. Depois me candidatei à prefeitura, mas perdi por bem poucos votos. Como perdi a eleição, mas tinha ajudado muito o governador do PT, Olívio Dutra, ele me chamou para trabalhar com ele. Trabalhei de 1999 a 2003 no governo (PALUDO, 2018, entrevista).

Na entrevista, Renê destacou que naquele período em que trabalhou para o governo do Rio Grande do Sul exerceu a função de Coordenador do Programa de Reassentamento e Indenização de Agricultores. O programa ficou responsável pelo assentamento dos agricultores que perderam suas terras ocasionado pelas demarcações de quatro terras indígenas na região. No entanto, seu sonho sempre foi retornar ao campo e sobreviver da terra. Dessa forma, nos meses finais de 2003, quando terminou seu trabalho na citada coordenação, iniciou as mobilizações juntamente com o Ênio para organizarem um grupo de agricultores que pretendiam migrar para os estados da região Norte em busca de terras para plantar grãos.

¹⁴⁰ Flamarion Portela foi governador do estado de Roraima entre os anos de 2002 a 2004.

Não obstante, de acordo com Renê, foi em uma viagem à cidade de Humaitá, no estado do Amazonas que surgiu a possibilidade da migração do grupo para o estado de Roraima.

Mas primeiro viemos para Humaitá no Amazonas. Lá no Rio Grande do Sul corria a notícia que o prefeito desta cidade estava distribuindo terras e dando incentivos para quem viesse de fora. Aí comissão composta por quatro pessoas, incluindo o Ênio e eu veio para Humaitá falar com o prefeito da cidade. Mas apesar de ter sido marcada a audiência para ser atendido pelo prefeito, esperamos uns três dias e ainda não tinha conseguido falar com ele. Com a demora do atendimento, liguei para um primo em Roraima que já morava lá desde 1981 e perguntei sobre as questões de terra por lá. Meu primo falou: *terra aqui tem até demais, o que falta é gente*. Então três pessoas da comissão ficaram em Humaitá esperando para ver se conseguia ser atendido e eu vim para Roraima. Andei com meu primo por uns três dias. Depois de olhar algumas terras fomos até a sede do governo e fomos recebido pelo Secretário de Desenvolvimento, Sr. Aniceto Wanderley e na reunião falei que tínhamos um grupo organizado de pequenos agricultores querendo vir para o Norte porque lá não havia mais terra que pudéssemos comprar em vista do preço. E perguntei se tinha como nos ajudar a organizar nossa vinda. Nesse momento ele entrou em contato com o Sr. Daniel Gianlupi, pesquisador da Embrapa. O Daniel articulou uma reunião com o superintendente do Incra naquela época, Sr. Lorenis. Quando expus a intensão do grupo, ele ficou muito animado. Eu também já estava muito animado, pois vi algumas culturas como feijão, milho e soja. Mas não tinha nada acertado ainda. Depois de três dias de visita retornei ao Rio Grande para contar o que tinha visto (PALUDO, 2018, entrevista, grifo nosso).

De acordo com Renê, no mês de maio 2004, ele e mais quatro membros da comissão retornaram a Roraima para acertar os últimos detalhes da negociação iniciada com o Incra em sua viagem anterior.

Foi nesse momento que os dirigentes do Incra vislumbraram a possibilidade de abrir um polo de produção de grãos no PA Nova Amazônia. Queriam aproveitar nosso conhecimento na produção de grãos e difundir em escala este tipo de cultura. Assim ficou acertado. Ficamos durante uma semana definindo a questão da mudança. Entramos na condição de assentados e cada família foi agraciada com uma média de oitenta hectares cada uma no Polo V. Oitenta hectares era considerado um bom tamanho de terra para nós que vivíamos no Sul em outra realidade (PALUDO, 2018, entrevista).

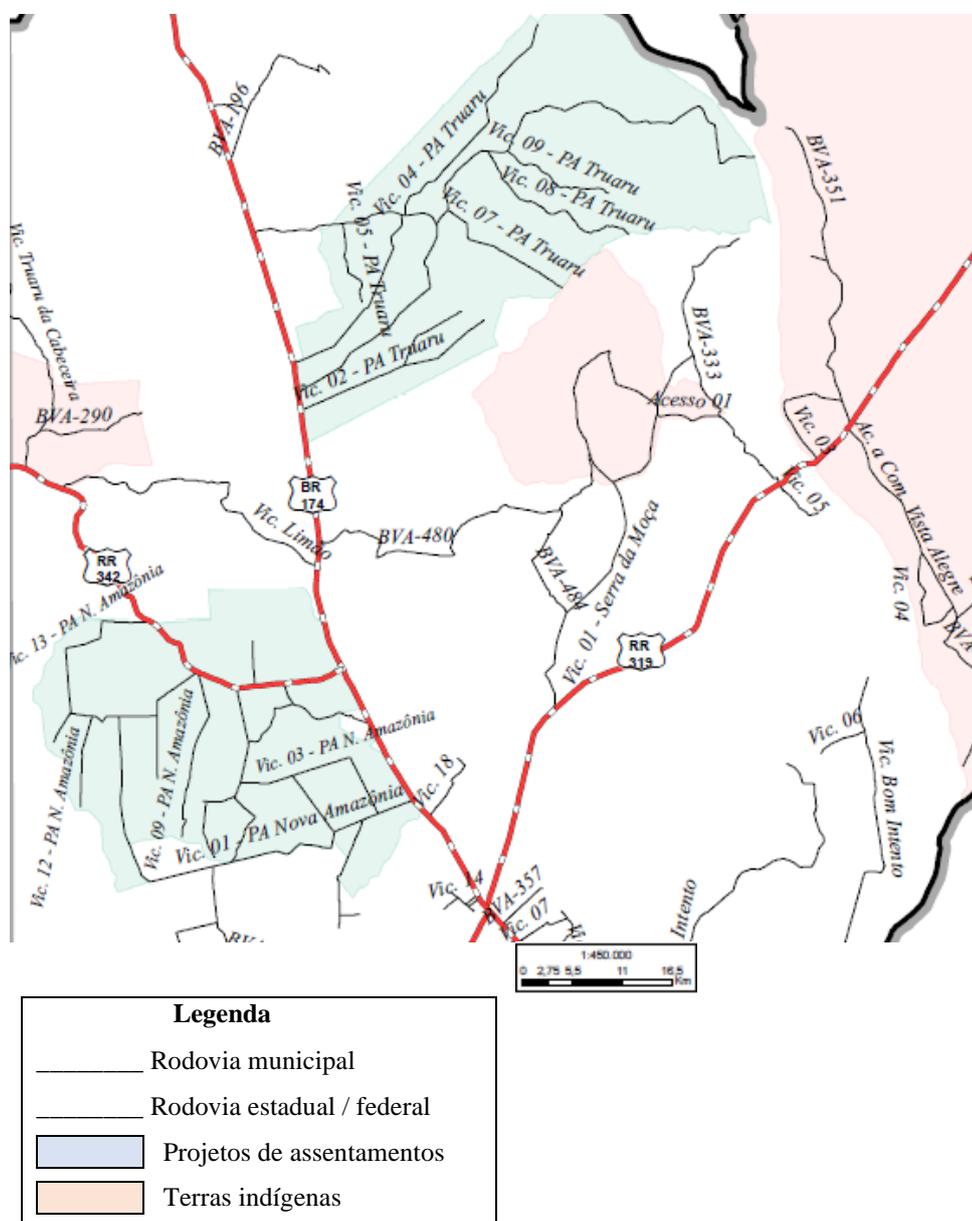
De acordo com Ênio, além das facilidades ofertadas pelo Incra, outro fator determinante para essa escolha foi o formato do relevo da área, constituído por uma imensidão de terras planas. Durante sua visita a fazendas da região, Ênio disse que ficou impressionado com a possibilidade de desenvolvimento da agricultura no estado e repetiu animado para si mesmo: “é prá lá que eu vou”.

Conseqüentemente, após a finalização das negociações entre os coordenadores do grupo e o Incra ocorrida especificamente no dia 18 de maio de 2004, no final do mês de agosto daquele mesmo ano, as três primeiras famílias gaúchas chegaram ao assentamento. O restante das famílias, vieram em grupos de três ou quatro com o objetivo de diminuir o custo da logística, tendo em vista que muitos deles trouxeram nas carretas contratadas seus maquinários e demais implementos agrícolas. Foram disponibilizados quarenta e três lotes para os migrantes no PA Nova Amazônia, Murupu. Essas informações complementares foram relatadas pelo Ênio.

3.6 ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Na estruturação de um assentamento da reforma agrária, as condições e formas de acessibilidade é outro elemento básico para sua constituição. No PA Nova Amazônia, as vias de circulação entre as unidades agrárias e destas entre os núcleos urbanos é realizada por meio de vicinais de boa conservação, inclusive, algumas delas já asfaltadas, conforme demonstração no mapa 9. A distância média de acesso das parcelas rurais ao principal mercado consumidor, a cidade de Boa Vista, é de trinta e cinco quilômetros de distância do Murupu e cinquenta quilômetros do Truaru.

Mapa 9 – Representação cartográfica das vicinais



Fonte: Extraído do Departamento de Cartografia da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima. Recorte do autor a partir do mapa: Boa Vista – Vicinais e suas extensões.

O PA Nova Amazônia, Murupu dispõe de quase cento e vinte e três quilômetros de estradas (CGPTERR, 2014). Desse total, dezoito quilômetros já estão asfaltados (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2018). Na fotografia 17 é possível ver uma parte asfaltada da vicinal 1 do Polo IV. Essa estrada é um dos principais pontos de acesso ao assentamento.

Fotografia 17 - Vicinal 1 do Polo IV



Fonte: arquivo do autor, 2019.

O PA Nova Amazônia I, Truaru possui uma estrutura viária de centro e trinta e quatro quilômetros de estradas (CGPTERR, 2014). Porém, todas sem asfaltamento. A fotografia 18 exibe um pequeno trecho da vicinal 6, localizada no PA Nova Amazônia I, Truaru

Fotografia 18 - Vicinal 6 do PA Nova Amazônia I, Truaru



Fonte: arquivos do autor, 2019.

A maioria daquelas estradas secundárias foram construídas pelos proprietários das fazendas Saab e ampliadas pelos gestores das fazendas Bamerindus. Posteriormente à criação oficial do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, a ampliação, conservação e asfaltamento passou a ser de responsabilidade do departamento de infraestrutura da prefeitura municipal de Boa Vista. Inclusive, a extensão asfaltada das vicinais foram realizadas com recursos oriundos da prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2018).

As vicinais interligam polos agropecuários, é por elas que os agricultores escoam a produção até a sede de Boa Vista, onde os produtos são comercializados. Ao pavimentar as estradas, nós estamos dando estrutura para que esses produtores possam fazer o transporte de forma mais rápida e prática, mantendo a qualidade dos produtos, além de fomentar o desenvolvimento do setor agropecuário em nosso município [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2018, p. 01).

Em relação à conservação das estradas e vicinais, observei que entre os anos de 2017 a 2019 elas estavam em bom estado de conservação. Mesmo durante o período chuvoso, não houve qualquer tipo de restrição de acesso e circulação de pessoas e mercadorias. Nesse cenário, o trecho mais crítico que presenciei durante o trabalho de campo, conforme a fotografia 19, captada no mês de julho, época de maior índice pluviométrico foi a da vicinal 9, localizada no Polo II.

Fotografia 19 - Parte da vicinal 9, Polo II



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Relacionado às vias de circulação, uma das únicas objeções relatada pelos moradores e moradoras foi em relação à ponte do igarapé Murupu, principal ponto de entrada e saída do PA Nova Amazônia, Murupu. Segundo as entrevistas, as estruturas dessa ponte estão

comprometidas desde o ano de 2018. Já fizeram vários comunicados à prefeitura municipal de Boa Vista, porém até o final de 2019, nenhuma providência ainda havia sido tomada. Na fotografia 20 é possível ver a ponte de madeira sobre o igarapé Murupu, alvo das reclamações.

Fotografia 20 - Ponte sobre o igarapé Murupu



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Mas, não é só isso. Torna-se imperativo enfatizar que as necessidades básicas das pessoas que vivem na zona rural são as mesmas dos habitantes dos núcleos urbanos. Portanto, assistência à saúde, provimento de eletricidade, água e acesso à educação são requisitos básicos no planejamento de assentamentos da reforma agrária.

Apesar da demora na instalação do sistema de energia elétrica¹⁴¹, todas as unidades agrícolas do PA Nova Amazônia, Murupu e PA Nova Amazônia I, Truaru são supridos por eletricidade.

O sistema de abastecimento de água para uso doméstico quanto para a produção agropecuária é variado e depende da localização do lote rural. Os polos II e III que foram concebidos sob o formato radial, o suprimento de água comunitário é realizado por meio do sistema de cata-vento. A fotografia 21 destaca o sistema de armazenamento e distribuição de água comunitário do Polo III.

¹⁴¹ Demorou cerca de quatro meses após a acomodação das famílias.

Fotografia 21 - Sistema de Abastecimento de água do Polo III



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Mas, a maioria das unidades rurais são guarnecidas por poços artesianos. Porém, de acordo com vários moradores, a quantidade de água não é suficiente para manter o sistema produtivo, principalmente em épocas que a estação das secas, o verão, prolonga-se por mais tempo.

Em relação à tarefa de fornecer educação formal a seus filhos, os moradores da zona rural do estado também estão encontrando dificuldades, pois as aulas das escolas rurais estaduais ficaram suspensas por mais de um ano devido à falta de transporte escolar. Esse deslocamento é realizado por meio da contratação pelo estado de empresas terceirizadas para a prestação dessa modalidade de serviço. No entanto, os proprietários dos veículos responsáveis pela locomoção fizeram greve que durou do mês maio de 2018 ao mês de agosto de 2019. O motivo da paralisação, segundo alegam os prestadores de serviço, é a falta de condições financeira para a continuidade do trabalho devido ao atraso do pagamento de seus contratos.

Assim, foi nesse cenário que encontrei Valdir Sales de Souza bastante contrariado, pois quando fui entrevistá-lo, as aulas ainda não haviam retornado, e seu filho de quatorze anos estava sem frequentar a escola desde o mês de maio de 2018. Aproveitei a oportunidade e perguntei sobre a qualidade da educação das escolas do assentamento. Naquele momento, ele desabafou:

A escola daqui nunca seguiu o calendário das escolas da cidade. Inclusive meu filho está sem estudar. A escola parou, por causa que os motoristas dos transportes escolares fizeram greve, pois não haviam recebido dinheiro do estado. Meu filho e dos outros

perderam o ano, pois desde de maio¹⁴² não houve mais aulas (SOUZA, 2018, entrevista).

Valdir e sua companheira Roselane são produtores agroecológicos. Eles fazem parte de um grupo de feirantes que vendem seus produtos na Feira Agroecológica do Caranã. Trabalham em uma área de quatorze hectares situada no Polo I do PA Nova Amazônia, Murupu.

Valdir veio ao estado de Roraima pela primeira vez no ano de 1987, proveniente da Paraíba, motivado pelo convite de um tio. O tio de Valdir já morava a bastante tempo em Boa Vista e em 1987 foi passear na Paraíba e convenceu Valdir a vir conhecer Roraima e ficar trabalhando com ele. Seus pais vieram um ano depois, passaram oito meses, como não conseguiram se adaptar, retornaram para a terra natal. Valdir regressou com eles, porém, passados quatro meses, retornou a Boa Vista. Em meados do ano de 1993, conheceu Roselane com quem formou família. Roselane é indígena da etnia Makuxi, proveniente da região do Uiramutã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Valdir e Roselane sobreviveram por cerca de dez anos da produção de verduras do quintal de sua casa, no bairro Operário, periferia de Boa Vista. Valdir fez sua inscrição como pretense beneficiário ao assentamento por meio do presidente da associação de seu bairro, Elifas Levi Veloso Filho (SOUZA, 2018, entrevista).

Mas, retornando à questão da educação, a única escola que atende os alunos e alunas do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru e demais regiões adjacentes ofertando ensino fundamental, a partir da quinta série e ensino médio completo é a escola estadual Albino Tavares, fotografia 22.

Fotografia 22 - Escola Estadual Albino Tavares



Fonte: arquivo do autor, 2018.

¹⁴² Refere-se ao mês de maio de 2018.

De acordo com Bechara, a escola Albino Tavares foi implantada em 1979, em favor de sua solicitação para proporcionar educação aos filhos e filhas dos funcionários da fazenda naquela época. Quando o grupo Bamerindus adquiriu a fazenda, seus gestores reformaram e ampliaram a escola, tendo a partir daquele evento uma gestão compartilhada com o governo territorial de Roraima, conforme visto anteriormente. No ano de 2010, a Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima foi transferida para a antiga sede da fazenda¹⁴³, com isso passou a dividir o espaço com a Albino Tavares.

As escolas da rede estadual de ensino localizadas na área urbana do município de Boa Vista também tiveram problemas para o início do ano letivo de 2019. Porém, mesmo postergando a data de início em um mês, as aulas começaram em 09 de março de 2019. No entanto, as aulas das escolas situadas na zona rural, que dependem da disponibilização de transporte escolar para a mobilidade dos alunos só recomeçaram em agosto de 2019. Com isso, os alunos ficaram mais de um ano sem frequentar as aulas. Portanto, foi fundamentado nesse fato e outros acontecidos anteriormente que Valdir afirma haver tratamento diferenciado entre as escolas situadas nas zonas urbanas e rurais.

As distâncias¹⁴⁴ e as configurações das unidades familiares faz com que a maioria dos filhos e filhas das famílias agricultoras do PA Nova Amazônia dependam do transporte escolar para os deslocamentos até às escolas. A responsabilidade pela locomoção dos alunos é da prefeitura municipal de Boa Vista¹⁴⁵ e do estado de Roraima.

O PA Nova Amazônia I, Truaru só disponibiliza ensino fundamental aos alunos e alunas na única escola do assentamento, Escola Municipal Aureliano Soares da Silva, fotografia 23. A partir dessa modalidade, os alunos e alunas se deslocam por intermédio de transporte escolar até escola estadual Albino Tavares.

No entanto, para Francisco Teixeira Lima que mantém dois netos estudando na Aureliano Soares, um dos grandes problemas é a regularidade do transporte escolar.

O que tem na cidade, aqui não tem um quarto. Aqui o primeiro problema é o transporte. Um dia passa, outra semana não passa. Três dias passa, quinze dias não passa. Quebrou um carro, não tem outro para repor. Então é um problema sério. Você vai lá no colégio e reclama. Mas você não vê uma falta. O aluno passa de mês sem ir prá aula. Mas quando precisa da declaração por causa do bolsa família, vem tudo direitinho, sem nenhuma falta. E não tem onde reclamar. Então, a educação aqui prá não dizer que é zero, ruim ou mau tem (LIMA, 2019, entrevista).

¹⁴³ Os detalhes dessa transferência constam nos itens posteriores.

¹⁴⁴ Incluem-se distâncias entre as parcelas rurais e entre estas e as unidades escolares.

¹⁴⁵ A Prefeitura de Boa Vista é responsável pelo transporte escolar das escolas municipais rurais, dentre elas, as localizadas no PA Nova Amazônia.

Francisco Teixeira e Maria Eliane são moradores do PA Nova Amazônia I, Truaru e foram favorecidos com quarenta e hectares de terra. Maria Eliane, sua esposa é indígena da etnia Baniwa de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Se encontraram em Caracaraí.

A imagem representada pela fotografia 23 é a escola em que os netos de Francisco Teixeira e Maria Eliane estudam.

Fotografia 23 - Escola Municipal Aureliano Soares da Silva



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Mas, se alguém for a procura de Francisco Teixeira no assentamento, todos vão dizer que não conhecem essa pessoa. Porém, se perguntarem por Mazaropi, é certo que qualquer morador ou moradora, seja adulto ou criança, indicará o trajeto até seu lote. Naquele momento, procuro saber a origem do apelido. “Por causa daquele goleiro do Vasco de antigamente e eu jogava bola. Pegava até mais ou menos no gol. Aí botaram o apelido de Mazaropi. Aí pronto. Prá me achar mesmo, tem que ser Mazaropi” (LIMA, 2019, entrevista).

Francisco Teixeira, além de ser um dos primeiros moradores do Truaru, é presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais em Regime Familiar PA Nova Amazônia I e também da Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I¹⁴⁶.

Conforme as declarações de Francisco Teixeira, ele nasceu no estado do Amazonas e seu pai era regatão. Regatão, segundo as explicações desse interlocutor, é um tipo de mascate

¹⁴⁶ COOPNOVA.

fluvial. O barco é um armazém ambulante, com uma variedade muito grande de mercadorias. Vende e troca suas mercadorias com moradores e moradoras que vivem às margens dos rios. E desde o ano de 1971 seu pai fazia a rota do rio Branco, entrando pelo rio Negro, indo até a cidade de Boa Vista. A partir de 1974, a família se fixou na cidade de Caracaraí e comprou uma fazenda de setenta hectares próxima às corredeiras do Bem-querer¹⁴⁷. Com isso, seu pai, com ajuda da família passou a cuidar da fazenda e do comércio de regatão. Assim, continuou indo à cidade de Manaus para realizar suas compras, sendo que posteriormente, subia o rio Branco, até Caracaraí, comercializando os produtos adquiridos. Em realidade, seu pai participava de uma intensa rede de circulação de mercadorias. Ia regularmente à Manaus para revender os produtos adquiridos dos ribeirinhos e ribeirinhas, e ao mesmo tempo, abastecer seu barco com novas mercadorias para revendê-las ou trocá-las novamente com aquele mesmo público.

Pouco tempo depois, meu pai resolveu vender a fazenda e o regatão e colocar o dinheiro todo na poupança. O juro tava muito bom. Em 1989 veio o Collor e tomou o dinheiro de todo mundo. Meu pai que já estava velho, acho que de desgosto com isso, adoeceu, sofreu um derrame e morreu. Aí comecei a trabalhar para os outros fazendeiros da região derrubando mato para formar pastagem. Até que em 1995 resolvi sair a procura de terra para produzir. Andei bastante pelo estado. Mas, o problema que via era a dificuldade de escoar a produção. Naquele mesmo ano, arrumei um terreno na região do Apiaú¹⁴⁸. Resolvi ficar lá porque o governo do estado mantinha um caminhão para trazer a produção para Boa Vista. Plantei abóbora e trazia toda semana no caminhão do governo para vender na Feira do Produtor. Mas em 2002, assumiu outro governador e tirou o caminhão da linha. Fiz as contas e pensei. Se tiver que pagar frete, não paga nem meu trabalho. Trabalhava de graça. Aí vim para Boa Vista. Foi quando começou a fofoca das fazendas Bamerindus. Fui no Incra e fiz minha inscrição. Fui beneficiado com dez hectares no Polo I, mas quando foram me cadastrar, deu problema no meu CPF. Levaram dois meses para regularizar. Enquanto isso, vim para a cidade. Quando regularizou, fui tomar posse do terreno, mas já tinha outra pessoa lá. Inclusive era um conhecido meu. Voltei no Incra e eles me mandaram desta vez para o Truaru. Achei melhor porque o lote era bem maior (LIMA, 2019, entrevista).

Retomando o assunto sobre o ensino, a estrutura educacional do PA Nova Amazônia é composta por três escolas municipais, uma escola estadual e uma federal. Demais informações, podem ser consultados no quadro 6.

¹⁴⁷ Corredeiras que se formam no Rio Branco a cerca de cinco quilômetros de distância da cidade de Caracaraí.

¹⁴⁸ Área rural pertencente aos municípios de Amajari e Caracaraí.

Quadro 6 – Instituições de Ensino do PA Nova Amazônia

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MOD ¹⁴⁹ . ENSINO	AL ¹⁵⁰ . MT.	QTD. ¹⁵¹ SER.	LOCALIZAÇÃO
Escola Municipal Leila Maria da Silveira	Pré-escola	21	08	PA Nova Amazônia, Murupu
	1º ao 5º ano	50		
	Ed. especial	01		
Escola Municipal José Davi Feitosa	Pré-escola	47	25	PA Nova Amazônia, Murupu
	1º ao 5º ano	141		
	Ed. especial	02		
Escola Municipal Aureliano Soares da Silva	Pré-escola	31	25	PA Nova Amazônia I, Truaru
	1º ao 5º ano	88		
	Ed. especial	00		
Escola Estadual Albino Tavares	6º ao 9º ano	194	45	PA Nova Amazônia, Murupu
	Ens. médio	49		
	Ed. especial	08		
Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima	Ens. Médio	168	54	PA Nova Amazônia, Murupu
	EJA ¹⁵²	59		
	Ed. especial	01		

Fonte: o autor.

3.6.1 A Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima

A Escola Agrotécnica de Roraima, Eagro, foi fundada em 24 de maio de 1982 (EAGRO, 2014). Naquela ocasião, a unidade de ensino técnico foi criada com o objetivo de atender às demandas das comunidades rurais, oferecendo cursos profissionalizantes a seus moradores (EAGRO, 2014). Para isso, sua estrutura foi organizada e direcionada ao ensino técnico privilegiando as atividades de avicultura, bovinocultura e ovinocultura (XIMENES, 2017). Adicionalmente, foram adquiridas máquinas agrícolas, equipamentos para irrigação e matrizes de puro sangue (XIMENES, 2017). As ações foram parte de um plano de governo que previa o desenvolvimento e fortalecimento do setor agropecuário do ex-Território Federal de Roraima.

Em 1993, o governador de Roraima, por meio da Lei Estadual nº 40 de 25 de maio daquele ano, dou integralmente a Escola Agrotécnica à Universidade Federal de Roraima (EAGRO, 2014). A partir da incorporação, a Instituição passou a se denominar Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO (EAGRO, 2014). Naquele primeiro momento, a instituição foi vinculada ao Centro de Ciências Agrárias da UFRR e passou a atuar como uma unidade de ensino técnico profissionalizante (EAGRO, 2014). Sua

¹⁴⁹ Modalidade. Esta coluna é referente à modalidade de ensino: Pré-escola, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Ensino profissionalizante, Ensino de Jovens e Adultos.

¹⁵⁰ Alunos matriculados. Refere-se à quantidade de alunos matriculados por modalidade de ensino.

¹⁵¹ Quantidade de servidores.

¹⁵² Educação de Jovens e Adultos.

primeira sede foi estabelecida no Campus Cauamé, localizado no distrito de Monte Cristo¹⁵³ (XIMENES, 2017).

Após alguns anos, a UFRR implantou o curso de Agronomia no referido campus de atuação da EAGRO. Dessa forma, os professores começaram a migrar para graduação não havendo tanto interesse em trabalhar com cursos técnicos, e houve ainda um certo conflito de interesses entre as carreiras de professores da federal de Ensino Superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica [EBTT], o que levou à desativação da escola técnica durante um período de 12 anos. Com isso, foram desativados todos os setores produtivos da EAGRO [avicultura, bovinocultura e ovinocultura] (XIMENES, 2017, p. 65).

Devido à longa paralisação, as demandas de ações educacionais para atender os moradores e moradoras dos projetos de assentamentos da reforma agrária foram se agravando. Foi portanto, diante da necessidade urgente em atender aquelas pessoas, que no ano de 2005, por intermédio de uma parceria entre a UFRR e o Incra, por meio do PRONERA¹⁵⁴, a Escola Agrotécnica retomou suas atividades, ofertando o curso Técnico Agrícola com duas habilitações, uma na área de Agricultura e a outra em Zootécnica (EAGRO, 2014; XIMENES, 2017).

Não obstante, a conclusão daquele projeto, não significou o fim das parcerias. Pelo contrário, houve um fortalecimento e estreitamento dos sujeitos coletivos institucionais para a criação de novas parcerias com a finalidade de possibilitar seu funcionamento regular. Assim, por meio de um novo projeto, que desta vez, além do Incra e da UFRR, envolveu também como parceiro, o Governo do Estado de Roraima, possibilitou a regularidade de suas atividades em março de 2009 (EAGRO, 2014).

A favor disso, destaca-se que a cooperação entre os agentes públicos envolvidos permitiu a mudança física da Escola Agrotécnica Federal para as dependências do PA Nova Amazônia, Murupu.

[...] o Incra cedeu o espaço físico localizado no PA Nova Amazônia com dimensão de 312 hectares, situado a 35km da capital Boa Vista, e a UFRR ficou responsável para disponibilizar o corpo docente e dar manutenção na nova área destinada para a reabertura da escola. Assim, em 2009, o Colegiado da EAGRO aprovou a proposta e foi constituído o campus Murupu da UFRR [...] (XIMENES, 2017, p. 66).

A alteração de endereço permitiu à Instituição propiciar e facilitar o acesso à educação profissionalizante aos moradores e moradoras do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Murupu, Projeto de Assentamento Nova Amazônia I, Truaru e localidades adjacentes (UFRR, 2014). A fotografia 24 mostra a vista panorâmica da Escola Agrotécnica Federal.

¹⁵³ Área rural localizada no entorno da BR-174, nas proximidades da cidade de Boa Vista.

¹⁵⁴ Programa Nacional de Ensino na Reforma Agrária.

Fotografia 24 – Vista panorâmica da Eagro



Fonte: Extraído de Eagro, 2019.

A partir do ano de 2010, a Eagro oferta regularmente o curso técnico em Agropecuária em três modalidades: integrado ao ensino médio, subsequente ao ensino médio e Proeja¹⁵⁵. E com o objetivo de dar continuidade ao processo de formação do corpo discente, a diretoria da escola agrotécnica solicitou, junto ao Pronera, por meio de projeto, a criação do Curso de Tecnologia em Agroecologia em nível superior (XIMENES, 2017). O curso de Agroecologia está em funcionamento desde o ano de 2012.

A sede do campus Murupu está localizada no quilômetro trinta e sete da BR-174, exatamente, onde no passado funcionou a sede administrativa das antigas fazendas pertencente ao grupo Bamerindus. Dessa forma, aproveitou-se da estrutura física do local, adaptando-a para a nova atividade, o ensino técnico direcionado às atividades agropecuárias. Anualmente a escola técnica, por meio de processo seletivo, promove o ingresso de alunos nos cursos ofertados.

Isso posto, observa-se que tanto a estrutura física quanto o quadro de docentes e apoio técnico-administrativo (EAGRO, 2018) não deixa dúvida da crucial importância da escola agrotécnica para os moradores e moradoras do PA Nova Amazônia, Murupu, Truaru e áreas adjacentes. Além disso, ela está estrategicamente localizada bem no coração do PA Nova

¹⁵⁵ Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Amazônia, Murupu. Lembremos que essa localização estratégica é em função da Eagro ter aproveitando e adaptado a infraestrutura da sede administrativa da antiga fazenda Bamerindus. Não obstante, qual a percepção dos assentados e assentadas em relação à escola? Conforme me relatou Celivane Mendes da Silva, o pessoal do assentamento tem discutido muito sobre a forma de atuação da Eagro no assentamento.

Falam que foi um esforço muito grande dos assentados para trazer a Eagro para cá. Mas se sentem injustiçados. São quatro ônibus diariamente que a Eagro disponibiliza para trazer os alunos que moram em Boa Vista, sendo que esses alunos tem escolas perto e para os filhos dos assentados não disponibilizam transporte. Acham injusta também a forma de seleção. Favorecem mais os alunos de Boa Vista. Pois no vestibular se os alunos de Boa Vista não passarem, têm outras opções de escola. Aqui não, se não passarem, vão prá roça. Ela informa que nas reuniões entre as associações, cooperativas, representantes dos assentados com a direção da Eagro, fazemos nossas reclamações, eles sempre falam que vão corrigir, mas nunca passou de promessas. E para trazer essa escola prá cá, foram várias reuniões, ofícios, [...]. São muito mais alunos da cidade de Boa Vista do que do assentamento (SILVA, 2019, entrevista).

Uma das insatisfações da Celivane está expressa no Edital nº 086, de 11 de outubro de 2018 que dispôs sobre o processo seletivo de candidatos ao curso técnico em agropecuária ofertado por essa escola (anexo D). Haja vista, que, de acordo com o item 3.2 do edital, as vagas oferecidas não são destinadas exclusivamente aos moradores e moradoras da zona rural. Do total de cento e vinte vagas ofertadas, somente trinta vagas, exclusivamente, do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Regular é reservada aos candidatos oriundos da zona rural. Dessa forma, para os cursos técnicos em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Proeja e Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio não há reservas de vagas atinentes à procedência de moradia do candidato ou candidata, seja rural ou urbana.

Celivane é moradora do Polo IV. Foi favorecida com um lote de vinte e nove hectares. Ela é presidente da Associação dos Agricultores do PA Nova Amazônia Polo IV desde o mês de dezembro de 2017.

Celivane é neta de agricultores e só saiu da zona rural do estado do Pará quando se casou. Mas, não tinha planos de voltar à vida de agricultora, pois havia passado por muitas dificuldades no campo. No ano de 1989, logo após se casar, migrou com o marido para o estado de Roraima. Em 1994, retornaram ao local de origem. Porém, tinha voltado contra sua vontade, pois sentia que seria em Boa Vista que conseguiria “vencer na vida”, conforme suas palavras. No retorno ao Pará, como o esposo não permanecia trabalhando por muito tempo no mesmo lugar, fato que segundo a entrevista de Celivane prejudicava por demais o rendimento de seus filhos na escola, no ano 2000, separou-se dele e retornou a Boa Vista somente com os filhos pequenos. Em sua primeira estadia em Boa Vista, Celivane havia trabalhado durante todo aquele período em hotéis da cidade, exercendo a função de camareira. Portanto, devido ao

conhecimento adquirido, quando retornou, começou a trabalhar imediatamente em um dos hotéis que havia exercido aquela mesma função. Em seu serviço, quase não tinha folga, pois quando era dia de seu descanso semanal, cobria a folga das outras camareiras, trabalhando por diária. Aquela era “a entera do dinheiro do mês para nossa sobrevivência”, disse Celivane.

Celivane, conforme dito anteriormente, não pensava jamais em voltar a trabalhar na agricultura. Porém, um certo dia descobriu que seu filho Paulo, então com dez anos idade, tinha quarenta e cinco faltas na escola. Em um primeiro momento, não conseguia entender aquela notícia, pois seu filho saía todos os dias em direção ao colégio.

Nesse dia fiquei pensando que não estava sendo uma boa mãe. Não deixava faltar o básico para meus filhos, mas também não estava acompanhando eles na escola. Precisava arranjar outra forma de ganhar a vida que tivesse mais tempo para meus filhos (SILVA, 2019, entrevista).

Passados poucos meses depois desse episódio, em meados do ano de 2002, ficou sabendo por um vizinho da possibilidade de as fazendas Bamerindus serem destinadas à reforma agrária. Naquele mesmo momento, fez sua inscrição como candidata à beneficiária do PNRA. Foi a oportunidade de retornar à vida de agricultora. Em novembro de 2003, saiu a demarcação de seu lote (SILVA, 2019, entrevista).

Retornando à discussão principal, independentemente dos descontentamentos da Celivane em relação à Eagro, o fato é que encontrei diversas pessoas que concluíram um dos cursos ofertados pela escola. Observei ainda que ao terminar o ensino fundamental, os estudantes do assentamento têm duas opções para cursar o ensino médio: a escola estadual Albino Tavares ou a Eagro. Não obstante, de acordo com as entrevistas com os pais¹⁵⁶ de alunos e alunas, e às vezes com os próprios estudantes¹⁵⁷, praticamente todos afirmaram que só conseguiram ingressar no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da Eagro devido à reserva de vaga.

De acordo com esses entrevistados e entrevistadas, anteriormente não existia a regra das reservas de vagas, com isso a quantidade de alunos e alunas oriundos do assentamento era bastante reduzido. E a consequência imediata e positiva disso, foi que a partir do ano de 2015, implantou-se a política inclusiva da reserva de vagas. Segundo as entrevistas, o resultado foi que a quantidade de estudantes provenientes do assentamento e entorno matriculados na Eagro aumentou consideravelmente. Mas, se esses estudantes optarem pela continuação dos estudos, terão que se mudar para a cidade de Boa Vista.

¹⁵⁶ Françoeldes, Claudete, Expedito, Milton, Alcides e Ênio.

¹⁵⁷ Mariton, Walter, Andreza, Elisângela, Sérgio e Ângela.

Outro curso bastante comentado e frequentado pela maioria dos estudantes entrevistados foi o curso de extensão em “Empreendedorismo do Agronegócio” realizado no ano de 2018 que teve a duração de três meses.

Não obstante, em vista da dimensão da Eagro, conforme citado anteriormente, mesmo com as vagas exclusivas ofertadas aos alunos do entorno da escola, ainda não conseguia enxergar as reais contribuições da instituição para a melhoria da qualidade de vida dos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia. Porém, durante as entrevistas, um projeto desenvolvido por essa escola técnica foi muito mencionado, o Edu3S. No entanto, devido a sua importância, será discutido em capítulo posterior.

3.6.2 Quem “não estuda” vai prá roça

“Quem não estuda vai prá roça”. Esse é o tipo de advertência que os pais recorrem constantemente quando percebem o desinteresse de seus filhos e filhas em frequentar as aulas ou dar continuidade aos estudos. Tenho ouvido recorrentemente esse termo nas andanças pelo PA Nova Amazônia. Aliás, já tinha ouvido a frase antes em vários locais, tanto em núcleos urbanos quanto rurais, sempre proferidos em tons jocosos e ou intimidadores. No entanto, ainda não tinha percebido seu real significado para os moradores e moradoras do assentamento.

O despertar dessa reflexão talvez foi motivado pela forma em que foi expressada por um morador. Em um momento de desabafo, por isso carregada de sentimentos, mas que reflete o pensamento de praticamente todas as outras pessoas moradoras da localidade. E indo muito além, essa frase mergulhada em significações, auxilie a explicar, pelos menos em parte, os deslocamentos dos agricultores e agricultoras de pequeno porte em direção aos núcleos urbanos.

Essa reflexão surgiu a partir da indignação dos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia, expressada por Valdir, diante da paralização das aulas no ano de 2018 no assentamento. Percebi que os pais relacionam a baixa escolaridade com a dureza da labuta diária que esses trabalhadores e trabalhadoras do campo enfrentam para produzir hortifrutigranjeiros para o mercado e conseqüentemente seus sustentos. No dia de feira, por exemplo, acordam às duas horas da manhã para preparar os produtos que irão vender. Pois, setenta por cento da renda familiar provém e dependem dessa forma de comercialização. Portanto, foi nesse contexto, diante de uma atividade exaustiva que Valdir proferiu a frase: “quem não estuda, vai prá roça”.

Assim, compreende-se o valor que essas pessoas atribuem à escola. Deixam muito claro que a vida das pessoas dependentes financeiramente da agricultura familiar de pequeno porte

para sobreviver é muito sacrificada. Enfrentam todo tipo de privações e sacrifícios para garantir sua subsistência. Por isso, não desejam a continuidade dessa forma de vida para sua prole. “Somente quem puxa enxada debaixo do sol forte é que sabe como é nossa vida”, complementou Valdir.

Logo, esses agricultores e agricultoras empreendem todo e qualquer tipo de sacrifício para manter seus filhos na escola. Para isso, utilizam-se de variadas estratégias. Uma pequena parte, mantêm duas residências, uma na cidade de Boa Vista e a outra no assentamento. Outros, que não têm condições financeiras para tal, a única opção é depender das escolas rurais mantidas pelo estado e prefeitura para a continuidade da educação formal de seus filhos e filhas.

Elisoneto Cardoso de Macedo é um exemplo do primeiro caso. Sua esposa e filhos¹⁵⁸ moram na cidade, e ele passa o dia em seu sítio no PA Nova Amazônia. Sua rotina consiste em sair toda manhã bem cedo em direção ao assentamento e retornar no final da tarde. Apesar da despesa com combustível, pois em média, são mais de setenta quilômetros de distância, computando ida e volta, rodados diariamente, informa que grande parte de sua renda é direcionada a pagar esses custos. Mas, segundo ele, prefere trabalhar dessa forma, à sacrificar um futuro melhor para seus descendentes diretos. Explica que teve que tomar essa atitude drástica em função de não ser a primeira vez que as aulas das escolas da região foram suspensas. Salientou também a qualidade do ensino, que julga ser inferior à da cidade.

Elisoneto ocupa uma área de dezesseis hectares localizada no Polo I. E, desde o mês de julho de 2016 exerce a função de presidente da Associação dos Agricultores Familiares do Polo I, denominada Elifas Levi Veloso Filho. No entanto, no início da entrevista, Elisoneto faz questão de esclarecer a razão do nome da associação que é presidente.

Elifas Levi Veloso Filho foi uma pessoa que lutou muito para a implantação e assentamento das famílias no PA Nova Amazônia. Ele foi presidente da Associação de Agricultores do bairro Operário onde praticamente todo mundo vivia de hortas. E a maioria das pessoas que foram assentadas aqui no Polo I, moravam no bairro Operário. Infelizmente entre suas idas e vindas do bairro até o acampamento sofreu um acidente de moto e morreu. Não teve a chance de ver todas as famílias assentadas. Por isso, o nome da associação é uma forma de homenagem a essa pessoa que lutou tanto para a implantação desse assentamento (MACEDO, 2018, entrevista).

Elisoneto é natural de Barra do Corda, município pertencente ao estado do Maranhão e veio para Boa Vista em 1998 com a finalidade de conhecer seu pai.

Meu pai saiu do Maranhão, quando eu ainda tinha poucos meses de vida. Veio atrás de garimpos aqui em Roraima. Como eu tinha muita vontade de conhecer meu pai, vim para Boa Vista para ficar somente uma semana. Mas gostei demais daqui. Fui muito bem recebido pela nova família de meu pai. Aí comecei a trabalhar na construção civil com meu pai. Mas sempre com vontade de voltar a trabalhar na terra, como fazia lá no Maranhão. Até que entre o ano de 2002 e 2003 surgiu a notícia que

¹⁵⁸ Dois meninos: um com oito anos e outro com dez anos de idade.

iam lotear a fazenda Bamerindus. Fui no Incra e fiz minha inscrição (MACEDO, 2018, entrevista).

Retornando ao assunto, da educação, outras famílias, devido às condições financeiras, são obrigadas a manter seus filhos e filhas estudando nas escolas rurais do assentamento até concluírem o limite da série ofertada. Nessa circunstância, ocorrem duas situações, ou os estudantes param de estudar por falta de opção de continuidade nas escolas situadas na zona rural, ou se quiserem dar prosseguimento aos estudos, a única alternativa é mudar para a cidade de Boa Vista.

Entre essas possibilidades, Valdir e Roselane, pais de duas filhas e um filho, optaram pela segunda alternativa. Seu filho de quatorze anos é aquele que ficou sem frequentar a escola de maio de 2018 a agosto de 2019, devido à suspensão das aulas por falta de transporte escolar. Suas duas filhas, uma com vinte e dois anos e a outra com vinte e quatro anos, estudaram até o nono ano nas escolas rurais do PA Nova Amazônia. Nessa situação, terminado esse ciclo, por falta de oferta de ensino médio na zona rural, a alternativa foi enviá-las para estudar na cidade. No entanto, em meio a toda adversidade¹⁵⁹, as meninas conseguiram passar no vestibular da Universidade Federal de Roraima. Atualmente, uma delas cursa Química e a outra, Economia. Dessa forma, elas passam de segunda a sexta-feira na cidade de Boa Vista. Mas, na sexta-feira à noite ou mais tardar no sábado, dependendo do horário do término das aulas ou de outras atividades curriculares e extra curriculares, elas vêm para o sítio ajudar seus pais.

Enfatiza-se que a opção escolhida para suas filhas poder dar continuidade aos estudos não foi fácil, pois envolveu outras dificuldades. Quando as estudantes concluíram o nono ano e a família decidiu enviá-las à cidade, tal decisão ocasionou uma profunda mudança na vida de todos os membros da família. Primeiramente, a questão do apego familiar, que percebi ser a principal barreira a ser transposta. Pois, nas visitas às unidades rurais percebi que essas famílias vivem muito unidas, todos muito juntos. Todas as atividades, desde lazer, religiosidade e trabalho são compartilhados por todos os componentes da família. Mas, existem outros impedimentos. Manter as meninas na cidade significa também aumento das despesas financeiras. Para um orçamento restrito, tal mudança requer aumento de renda. Rendimento este, tirado exclusivamente do trabalho na terra, que também depende do mercado. Sem contar que serão duas forças de trabalho a menos, que para uma família composta por cinco membros onde todos compartilham as tarefas, não é coisa simples de se resolver.

Não obstante, ao passo que se ultrapassam alguns obstáculos, conforme Valdir me detalhou, outros vão surgindo. As meninas à época tinham apenas dezesseis e dezoito anos de

¹⁵⁹ Refere-se à problemática das escolas rurais e públicas de modo geral.

idade. Quem iria cuidar delas na cidade, já que a mãe não poderia acompanhá-las por ser peça fundamental no sustento da família? Outra decisão difícil.

Enfim, a decisão final. Decidiram correr todos os riscos. Alugaram uma casa nas proximidades da Universidade Federal de Roraima e as meninas ficaram só. A mãe ficou no sítio dividindo as tarefas com o pai e o outro filho de quatorze anos. O menino que no devido tempo também será enviado à Boa Vista para completar sua formação superior. Mas essa, apesar de todo o sacrifício envolvido, é uma história, até o momento com um final feliz.

Andreza Verônica de Souza Silva, filha do Expedito, tem uma trajetória semelhante às filhas do Valdir. No entanto, optou por cursar agronomia. Andreza iniciou o terceiro ano do ensino fundamental nas escolas do PA Nova Amazônia, logo que seus pais se mudaram. De acordo com a entrevista desta estudante,

[...] mesmo com todas as minhas dificuldades e deficiência da escola eu consegui aprender o básico e terminar o ensino fundamental. Para continuar os estudos e cursar o técnico em agropecuária integrado ao ensino médio eu tive que participar do vestibular da Eagro. Naquela época ainda não tinha reserva de vagas¹⁶⁰. Participei em ampla concorrência. Concorri com pessoas das melhores escolas de Boa Vista, Colmeia, Instituto Sion. Na minha época foi a que teve mais inscritos. Eram só sessenta vagas e teve trezentos e cinquenta inscrições. Aí eu falei assim 'Meu Deus'. A concorrência estava muito alta. Mas foi a minha primeira prova fora do ensino fundamental. Aí eu passei, passei em primeiro lugar. Eu não acreditei. O resultado final saiu no dia do meu aniversário de quinze anos. Aí todo mundo falou: Andreza você passou. Eu nem tinha ido olhar o resultado, estava triste, sem esperança. Foi uma surpresa. Aqui do assentamento só passamos eu e o filho do Zé Vaqueiro (SILVA, 2019, entrevista).

Mas, esse foi apenas mais um desafio vencido na trajetória da vida estudantil de Andreza. O próximo obstáculo foi enfrentar o vestibular, sem o apoio de cursos preparatórios, para ingressar no curso de Agronomia da Universidade Federal de Roraima.

No terceiro ano de nosso curso técnico, montamos um grupo de estudo, quatro pessoas daqui do assentamento e quatro de Boa Vista, mas todos vindos de escola pública e que não tinham condições de bancar cursinho pré-vestibular. Estudávamos das sete e meia da manhã até as cinco horas da tarde na Eagro. Tínhamos apenas quinze minutos de intervalo para o lanche e duas horas para o almoço. Na hora do almoço tiramos uma hora para estudar todos os dias. Os melhores do grupo de cada matéria é que ajudava os outros. Tipo assim, o assunto que você tinha domínio, você repassava aos colegas. Por exemplo, eu dava aula de biologia e química, os outros que eram bons em matemática dava essa matéria e assim por diante. Passei em segundo lugar para Agronomia na UFRR (SILVA, 2019, entrevista).

Segundo Andreza, assim que soube do resultado, “corri prá casa, e chegando falei: pai eu passei, e agora?”

Se reprovar no vestibular para alçar o ensino superior representa um problema para os estudantes do PA Nova Amazônia, o êxito no concurso, na maioria dos casos, também gera dificuldades de outras naturezas. Semelhante às filhas de Valdir, Andreza também nunca saiu

¹⁶⁰ Ano de 2014.

da companhia dos pais e a manutenção financeira da estudante na cidade impõe mais sacrifícios à família.

Mas, as adversidades não pararam por aí. Em meados do ano de 2019, Andreza foi selecionada como bolsista para fazer estágio de um ano em uma empresa de tecnologia da atividade agropecuária com sede nos Estados Unidos da América. No entanto, outro empecilho: conhecimento da língua inglesa. De acordo com Andreza, durante toda sua formação fundamental, média e superior, nunca teve acesso a aulas de inglês.

Eu tinha de seis a oito meses para fazer a prova de proficiência em inglês e ser aprovada. Comecei o básico nos cursinhos de línguas da Universidade e ia complementando com os cursos ofertados na internet. Três meses depois, com ajuda de professores da UFRR consegui uma bolsa de estudos na Cultura Inglesa. Estou me dedicando muito para não perder essa oportunidade de estagiar em uma grande empresa de tecnologia (SILVA, 2019, entrevista).

Ainda não sei o resultado da prova de Andreza. Porém, as concepções de desigualdade no acesso à educação de qualidade ofertada nas zonas rural e urbana, expressa nas entrevistas dos pais do assentamento que insistem em fornecer educação superior a seus filhos e filhas vai se confirmando.

Em relação à escolha da graduação em Agronomia, Andreza declarou:

Sempre gostei. Gosto muito da área. Claro que a gente tem influência de nossos pais. Mas foi no curso técnico da Eagro que tive certeza disso. E como vivemos da terra, quero ajudar meus pais a melhorar sua renda trabalhando na nossa terra (SILVA, 2019, entrevista).

Devido à importância do tema, faço a última pergunta à aluna da Agronomia: quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores e moradoras do assentamento para o acesso ao curso superior?

São muitas. Mas para mim, a primeira dificuldade foi o transporte que a Eagro não oferece. Depois vem a questão da preparação para enfrentar o vestibular. Aqui não tem posto de saúde e muito menos cursinho. O aluno do meio rural deve ser incentivado a ir para a universidade. Mas também, entendo que a maioria das famílias dependem da ajuda dos filhos para dar conta do serviço diário do sítio. E depois que entramos na Universidade o retorno é lento. Veja bem. Esses dias estava fazendo as contas. Passei doze anos entre o ensino fundamental e médio. Depois mais cinco na faculdade. E depois ainda tenho que batalhar para arrumar um bom emprego. Mas enquanto isso, minha família fica batalhando no sítio, plantando para depois vender na feira que é nossa principal fonte de renda. Mas eu tinha um sonho, e esse sonho exigiu que eu passasse pelo pior momento que foi morar sozinha em Boa Vista. Chegando lá tive que me virar. Não sabia andar de ônibus, nem de lotação. Mas com o tempo a gente vai aprendendo e adquirindo autonomia. Agora, tenho uma chance de ir para os Estados Unidos (SILVA, 2019, entrevista).

No entanto, outros casos de famílias que enviaram seus filhos e filhas para estudar na cidade, nem sempre obtêm êxito. Contudo, apreende-se que o desejo da maioria das famílias visitadas é que seus filhos e filhas concluam o ensino universitário e que isso lhes possibilitem o exercício de atividades alheias às desenvolvidas na zona rural. Porém, contrário a isso, outras

classes de produtores e produtoras rurais incentivam seus filhos e filhas a dar continuidade a seus trabalhos no meio rural, como os médios e grandes pecuaristas e ou plantadores de grãos.

3.6.3 Quem “estuda” vai prá roça

Se o futuro de quem “não estuda” está fadado a permanecer na roça, quem “estuda” faz questão de ir prá roça. Porém, em contextos diferentes. Se para um grupo a frase soa como um tipo de ameaça ou punição, para o outro é uma espécie de premiação. Enquanto os produtores e produtoras rurais de pequeno porte entendem que seus filhos e filhas necessitam estudar para galgar um futuro melhor, longe das atividades rurais; os médios e grandes agropecuaristas fazem questão garantir uma educação de excelência¹⁶¹ a sua prole, com o objetivo de manter e ou ampliar a área de suas propriedades rurais.

Quando iniciei as pesquisas de campo com os médios e grandes produtores rurais, observei um envolvimento muito grande de toda a família nessas atividades. Esse comprometido é semelhante ao observado nas famílias agricultoras de pequeno porte. No entanto, se dá de forma diferente.

Encontrei Edmoel Andrade Moreira e mais três jovens¹⁶² no mês julho de 2018 em uma empresa destinada a comercializar sementes, agrotóxicos, fertilizantes e a apoiar técnica e financeiramente empreendimentos rurais para a produção de soja. Destaca-se que no estado de Roraima, a cultura da soja está em franca expansão. Tem-se notícias da chegada de produtores de soja a todo momento e provenientes de várias partes do Brasil. No entanto, a história de Edmoel é a mesma de Walter Araújo Kein e de Carlos Augusto Neumann. A diferença é somente em relação a suas procedências e outros pequenos detalhes. A família de Edmoel veio do Paraná; a de Walter, de Minas Gerais e a de Carlos, do Mato Grosso.

A família de Edmoel possui duas áreas com extensão de duzentos hectares de terra cada uma, localizada próximo à Curitiba, capital do estado do Paraná. Naquelas terras, alternam entre o cultivo de soja e milho. Com a notícia de terras a preços convidativos no estado de Roraima, e após algumas viagens de reconhecimento, decidiam expandir sua atividade agrícola. Para isso, adquiriram uma área com trezentos hectares de extensão, com a finalidade de iniciar a cultura da soja no lavrado roraimense.

¹⁶¹ Geralmente ligada à atividade rural.

¹⁶² Causou surpresa o grande número de jovens, entre vinte e dois e trinta anos de idade, que compartilham com seus pais a administração dos médios e grandes empreendimentos rurais.

Coincidentemente, só consegui falar com Edmoel porque era o mês de julho, férias da faculdade. Ele cursa o quinto período de Agronomia¹⁶³ na UFPR¹⁶⁴, campus Curitiba, e no período de férias veio a Boa Vista auxiliar a família em suas atividades agrícolas. Terminado o período de recesso, retorna aos estudos em Curitiba. Não obstante, em nossa conversa, ficou claro que assim que concluir seu curso se dedicará integralmente a esse trabalho.

Sobre sua formação escolar, Edmoel contou que sempre estudou em escolas privadas, somente o curso superior em Agronomia é que está sendo realizado na Universidade Federal do Paraná. Quanto à escolha do curso, disse que cresceu vendo e ajudando a família em suas tarefas rurais. Portanto, segundo ele, tem gosto pelo que faz e isso foi determinante no momento da escolha da profissão. Acrescentou ainda que, por meio dos conhecimentos adquiridos na faculdade, espera melhorar a produtividade e consequente lucratividade dos empreendimentos agrícolas da família.

Assim, a história de Edmoel representa a de tantos outros jovens que conversei, filhos de agropecuarista de médio e grande porte que direcionaram seus estudos acadêmicos a áreas do conhecimento relacionadas à atividade agropecuária. Porém, por trás desta questão está a sucessão, que é uma forma de manter e até mesmo ampliar as extensões das áreas rurais que ocupam.

3.6.4 Xis da questão: sucessão e conhecimento

Conforme os resultados do Censo Agropecuário 2017, a população da zona rural está envelhecendo. Em média, sessenta por cento daqueles moradores têm idade entre trinta e cinquenta e nove anos e somente cinco por cento tem menos de trinta anos (IBGE, 2019). O fato é que durante minhas pesquisas de campo já havia notado tal questão, pois, há um grande desafio dos agentes da agricultura familiar do PA Nova Amazônia em manter seus filhos e filhas no assentamento. A pequena propriedade não consegue auferir renda suficiente à família à medida que seus descendentes vão atingindo a idade adulta. Assim, grande parte deles migram para Boa Vista ou outros estados em busca de sobrevivência. Porém, existe aqueles que fazem o caminho inverso: a prole dos médios e grandes agropecuaristas, conforme citado anteriormente. No entanto essa inversão, pode estar fundamentada na relação classes sociais e formas de educação ofertada. Diante desse contexto, me arrisco a concordar que, assim como no assentamento em questão, no Brasil,

¹⁶³ A graduação em Agronomia da UFPR é composta de 10 períodos semestrais (UFPR, 2015).

¹⁶⁴ Universidade Federal do Paraná.

[...], uma das grandes desigualdades sociais assinaladas em todas as instâncias da sociedade é aquela que se refere à educação escolar, seja no que concerne ao acesso, quando ganha relevo a origem social de alunos e professores, seja no que se relaciona ao seu produto, expresso por meio do desempenho dos alunos, da atuação dos professores e das condições escolares oferecidas. Nesse contexto, é praticamente consenso a existência de duas redes escolares diferenciadas, uma pública, identificada como aquela que atende às camadas populares, e uma privada, que seria freqüentada pela denominada elite (WEBER, 2009, p. 23).

É justamente dessa forma que Valdir e grande parte de moradores e moradoras percebem a educação ofertada no assentamento. Muito embora,

[...] o sistema de ensino simule conhecer apenas os valores propriamente escolares quando, na verdade, está a serviço dos valores das classes dominantes, isto é possível porque os sistemas de maneiras que distinguem as taxinomias escolares remetem sempre [qualquer que seja o grau de refinamento] a diferenças sociais. Como sabemos, em matéria de cultura, a maneira de adquirir perpetua-se no que é adquirido sob a forma de uma certa maneira de usar o que se adquiriu. Assim, quando acreditamos reconhecer por *nuances* íntimas, infinitas e indefiníveis que definem a ‘destreza’ ou o ‘natural’, as condutas ou os discursos socialmente designados como autenticamente “cultivados” ou ‘requintados’ pois neles nada lembra o esforço ou o trabalho de aquisição, na verdade referimo-nos a um modo particular de aquisição, a saber, a aprendizagem por familiarização insensível cujas condições de realização só se realizam nas famílias que têm por cultura a cultura erudita, ou melhor para aqueles que, possuindo por cultura maternal a cultura erudita, podem manter com ela uma relação de familiaridade que implica na inconsciência da aquisição (BOURDIEU, 2007, p. 258, grifo do autor).

Essa questão posta pelo autor, expressa toda a dificuldade relatada por Andreza para conseguir ingressar na universidade pública. E por outro lado, Bourdieu (2007) enfatizou que determinadas classes sociais, as mais privilegiadas economicamente, se acham no direito de ter o acesso ao conhecimento facilitado devido à sua posição na sociedade. E contrariamente, as classes menos abastadas, têm que se desdobrar para alcançar o mesmo objetivo. Todavia, a desigualdade de acesso ao conhecimento trás implicações diversas, sendo uma delas relacionada à sucessão patrimonial.

Portanto, nessa dimensão, o vínculo entre educação e sucessão familiar atua de forma diferenciada, considerando principalmente a extensão de área da propriedade rural. Dessa forma, as leituras de campo envolvendo os agentes da agricultura familiar e do agronegócio sinalizaram que um dos grandes obstáculos para os primeiros sujeitos permanecerem por longos períodos em suas parcelas rurais é justamente a falta de sucessores para a continuação do seu trabalho.

4 REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

Embora, cada um destes personagens tenha vivido histórias diferentes, sendo que muitas dessas trajetórias nem se iniciaram em solo roraimense, a partir da fixação de seus domicílios no assentamento, todos eles passaram a ter dois pontos em comum. Primeiro, o PA Nova Amazônia como local de morada. Segundo, a forma de garantir sua sobrevivência socioeconômica, que dependerá do trabalho familiar no cultivo da terra e criação de animais. Portanto, para todas essas pessoas, a posse da terra e seu estabelecimento no local a elas destinados representou o início de uma nova fase em suas vidas. Finalmente conseguiram adquirir o tão almejado torrão de terra para produzir e daí prover o sustento da família.

Não obstante, antes desse encontro, alguns personagens apresentados, e outros a apresentar, cada um deles percorreu um longo caminho repleto de adversidades.

4.1 O INÍCIO DO PROCESSO PRODUTIVO

Imagine um grupo de trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, praticamente desprovidos de qualquer recurso financeiro, lutando para ter uma porção de terra, da qual esperam prover a subsistência de seus familiares. Após uma longa espera de tempo e intensa luta conseguem o tão sonhado pedaço de terra por intermédio do Programa Nacional de Reforma Agrária. Não obstante, de acordo com as informações dos assentados e assentadas do PA Nova Amazônia, aquele foi só o recomeço de mais uma longa jornada repleta de dificuldades por vir. Pois, receberam a terra sem qualquer tipo de infraestrutura. E grande parte das famílias não tinha sequer dinheiro para a própria sobrevivência. Naquele momento, nem mesmo o provimento de energia elétrica estava disponível¹⁶⁵.

De acordo com a entrevista, Milton disse que foi autorizado a se mudar para seu lote em fevereiro de 2004. Porém, sem qualquer tipo de infraestrutura. “Recebemos a terra nua e crua. Não tinha energia que só chegou um ano depois. Não tinha uma sombra para armar a rede. Para a construção da casa, o Incra deu o material e mais quinhentos reais para a mão de obra” (NEGREIROS, 2017, entrevista).

No entanto, para Valdir, essa forma de distribuição de material para a construção das casas é injusta.

¹⁶⁵ A implantação do sistema de energia elétrica no PA Nova Amazônia foi finalizando entre o final de 2004 e início de 2005.

Não levaram em consideração o tamanho da família, se constituída de uma, duas, três ou mais pessoas. A quantidade material de construção é a mesma: quatro mil tijolos e mil e duzentas telhas. Deveriam fazer um levantamento sobre a quantidade de membros de cada família e doar material para uma casa maior ou menor, conforme o tanto de pessoas. Além disso, o material doado foi de péssima qualidade (SOUZA, 2018, entrevista).

Passado algum tempo, Valdir e família conseguiram construir outra casa. Mas, mantém a antiga residência, fotografia 25, construída com material doado pelo Incra, que agora é utilizado como depósito para guardar produtos e ferramentas utilizadas em seu trabalho na produção agrícola.

Fotografia 25 - Primeira casa da família do Valdir



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Outra reclamação recorrente, quando o assunto está relacionado à construção das casas, refere-se ao valor destinado à mão de obra: quinhentos reais. Nas entrevistas, todos os assentados e assentadas relataram que o valor foi insuficiente. “Se ajuntemos e falamos para o pessoal do Incra que o dinheiro era pouco, que não dava. Disseram que não tinha jeito. Então, pegamos o dinheiro assim mesmo. Antes pouco do que nada”, disse Valdir.

Mas, no decorrer da pesquisa, apesar das barreiras ultrapassadas por esses trabalhadores e trabalhadoras do campo, observo que as dificuldades estavam somente começando. Construídas as casas, o desafio naquele momento foi iniciar o processo produtivo para geração de renda.

Sabe-se que o sustento de uma família, a partir de sua inserção no trabalho de produção agropecuária, além do capital monetário, requer determinado prazo para o retorno financeiro.

Pois, o período de tempo envolvido desde a preparação da terra para o plantio até o momento da colheita; ou a criação de animais para abate, ordenha ou qualquer outra forma de proveito, praticamente só ocorrem desembolsos financeiros. São custos relacionados, principalmente ao preparo da terra e à sobrevivência diária das famílias, sendo que isso requer uma certa reserva monetária. E conforme informações adquiridas durante a pesquisa de campo, eram pouquíssimos os recém-assentados que possuíam qualquer quantia em dinheiro para iniciar sua produção agropecuária.

O grande problema foi começar a produzir. Tentei plantar abóbora, macaxeira, mas não deu. Às vezes nascia alguma coisa, mais não vingava. Estranhei muito isso. No Maranhão, quando chovia, tudo que plantava dava. Aqui se não tiver água e fertilizante a coisa não vai. Então comecei plantando acerola, graviola e murici que não exige muita água e nem terra muito boa. Essas foram as primeiras plantações que tive renda (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Não obstante, a renda gerada ainda não era suficiente para a subsistência da família de Milton. Nesse caso, foi preciso manter seus familiares trabalhando na cidade.

No começo, vim morar sozinho no lote. Todos da família me ajudavam a ficar aqui no lote. Chiquinha trabalhava em uma churrascaria na cidade e só vinha quando tinha folga no serviço. As meninas trabalhavam em casas de família. Mariton, meu filho mais velho estava no garimpo na Venezuela. Cada um dava um pouquinho de dinheiro que ia aplicando no lote (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Daquela forma, Milton foi conseguindo criar uma infraestrutura para que pudesse sobreviver somente dos rendimentos de seu lote. Sua primeira tentativa de gerar renda ocorreu quando algumas árvores que havia plantado assim que chegou em seu terreno iniciou a produção de frutos.

Quando o murici começou a dá, punha em uma caixa e ia prá cidade vender. Andava pela cidade toda, mas não consegui vender nada. Acho que era falta de prática e ficava andando sem rumo, oferecendo e por fim trazia toda a fruta de volta. Com o tempo fui pegando prática, e ao invés da fruta apanhada no pé, levava a polpa congelada. Mas só consegui fazer isso quando Chiquinha, em 2005, mudou-se de vez para o lote. Com o acerto dela na churrascaria compramos dois freezers para congelar as polpas das frutas que já começavam a produzir. Comecei fazendo clientelas nos carros de lanches, bares e também em lanchonetes. Aí a coisa começou a andar (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Com a renda das vendas da polpa e ainda com a ajuda financeira de seus filhos, pôde comprar estrumes para melhorar a fertilidade do solo. Dessa forma, segundo seu depoimento, a variedade de plantas foi aumentando. Plantou manga, jaca e abacate.

Mas a renda do sítio só dava mesmo para comer. Em 2006 fiz o Pronaf A no valor de dezoito mil reais e comprei oito cabeças de gado. Mas era muito difícil, todo ano pegava fogo no pasto e o gado ficava sem alimentação. Ainda tentei a criação por uns dois anos. Não deu certo. Vendi o gado e dei de entrada na compra de um carro novo. Em 2009 aconteceu uma coisa muito boa. Quando completei sessenta anos, consegui me aposentar (NEGREIROS, 2017, entrevista).

Diferentemente de Milton, Davi se mudou com a companheira e os filhos ainda pequenos assim que recebeu seu terreno. Mas de acordo com a entrevista, ele estava totalmente

sem dinheiro, pois os poucos recursos financeiros que tinha naquela época foram consumidos durante os oito meses que ficou no acampamento. A subsistência da família, inicialmente foi provida com as cestas básicas fornecidas pelo Incra.

Quando recebi minha terra, tava sem dinheiro nenhum. A gente comia porque o Incra ainda dava uma cesta básica mensal. Pouco tempo depois consegui dinheiro pelo Pronaf A no valor de dezoito mil reais. Com esse dinheiro comprei quatro vacas, quatro bezerros e com o restante do dinheiro plantei melancia. Esse foi meu começo de vida aqui no assentamento (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Celivane para sobreviver e organizar sua infraestrutura produtiva, utilizou-se dos recursos naturais disponíveis no assentamento.

Quando chegamos aqui ainda tinha muito gado na fazenda¹⁶⁶. Eu, o Paulo, a Paula pegamos uns sacos e fomos até onde o gado dormia e cacava. Ali tinha muita bosta. Nós ajuntava os beijuzinhos de merda. Batia neles até virar pó. Conseguimos ajuntar muitos sacos. Ai com esse material plantei cem pés de maxixe, ali, mais perto do buritizal, onde a água estava mais perto. E molhava toda essa plantação só no balde. Como o maxixe estava demorando a dar, começamos a apanhar buriti. O buritizal ficava a uns dois mil metros aqui de casa. Mesmo assim, trazia os ramos de buriti nas costas e ainda tinha que trazer a água para encher os potes, onde deixava eles de molho. A noite raspava os buritis para fazer polpa. No outro dia, o Paulo pegava o ônibus e ia na cidade trocar a polpa de buriti por comida. Era o Paulo que ia, porque não pagava passagem e tinha que economizar. O dinheiro era muito contadinho. Ele trocava as polpas por arroz, feijão, açúcar e de tarde ele voltava com as coisas para casa (SILVA, 2019, entrevista).

Celivane recorda que quando pediu demissão do hotel para se mudar para o assentamento perdeu alguns direitos trabalhistas. Aquilo refletiu diretamente no montante que teria direito a receber, caso não houvesse solicitado sua dispensa. Mesmo assim, “devido à enrolação do meu antigo patrão, só recebi meu acerto depois de um ano que já estava aqui”, acrescentou Celivane.

Usei esse dinheiro para plantar quinhentos pés de melancia. Comprei, calcário, adubo, fiz a correção do solo, tudo direitinho igualzinho a meus vizinhos. Trabalhava só nós quatro. De manhã trabalha eu e as duas meninas, e o Paulo ia para a escola, ali no Albino. A tarde era o contrário, as meninas iam para a escola e o Paulo vinha me ajudar a cuidar da plantação de melancia. Isso foi a nossa salvação. Com o dinheiro da safra da melancia comprei motor bomba e canos para irrigação. Nesse mesmo tempo, em 2006, fiz o Pronaf A no valor de dezessete mil e quinhentos reais mais complemento de cinco mil reais. Com o dinheiro da melancia e do Pronaf construí um galpão para criação de frangos (SILVA, 2019, entrevista).

Relacionado à reconstrução de suas vidas, pelo menos dois grupos familiares detinham algum capital financeiro para o recomeço: os ex-funcionários das fazendas Bamerindus e alguns membros das famílias oriundas do Rio Grande do Sul.

Conforme os esclarecimentos de Françoedores, além da prioridade na escolha dos terrenos, os ex-funcionários das fazendas que continuaram até a finalização do processo de intervenção do Banco Central receberam os direitos trabalhistas quando foram demitidos. Não

¹⁶⁶ Tinha gado porque naquele momento o Incra ainda estava preparando o leilão para a venda e finalizar o acerto de toda a estrutura das antigas fazendas Bamerindus.

obstante, não concordaram com o valor das indenizações trabalhistas pagas. Por isso, procuram a justiça do trabalho.

Quando fomos dispensados da fazenda recebemos todos os nossos direitos trabalhistas. Após esse recebimento, nós não ficamos muito satisfeitos com o acerto e entramos com uma ação judicial contra a empresa por achar que deveriam nos pagar mais. Fechamos acordo já em Primeira Instância. A empresa ofereceu mais vinte e cinco salários mínimos para cada funcionário. Aceitamos a proposta. Então todos nós ficamos muito bem financeiramente. Uns investiram o dinheiro comprando casa na cidade, pois, se saíssem daqui já teriam onde morar. Outros investiram aqui mesmo no assentamento, pois já tínhamos marcados nossos lotes (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Françoeudes que tempos depois conseguiu implantar uma infraestrutura produtiva completa para criação de galináceos para abate e produção de ovos no seu terreno, comenta que foi muito censurado quando reivindicou seu direito de ex-funcionário à cessão do lote no assentamento. Segundo ele, na concepção dos outros funcionários, não teria direito ao lote por ser gerente e também um trabalhador qualificado. Além disso, não pretendia viver com renda obtida no lote.

Quando me candidatei para pegar esse terreno, fui muito criticado, pois muitos falavam, porque você quer terreno se não vai trabalhar nele? Veja bem, como eu já era capacitado, técnico em agropecuária, achavam que eu não precisava disso. É verdade que logo arrumei um emprego com um fazendeiro da região, pois a carência de mão de obra especializada era muito grande naquela época (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Porém, Françoeudes justificou sua atitude de assegurar um lote no assentamento e ao mesmo tempo ir morar em Boa Vista. Segundo o entrevistado, além de tantas outras dificuldades de viver da renda de seu trabalho na atividade agropecuária, pesou também a vontade em proporcionar melhores condições para a continuação dos estudos de suas duas filhas (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

A maioria dos que eram meus subordinados pegaram o lote e logo venderam. Por exemplo, você vem com sua família pra dentro de um terreno deste, sem nada. Como você irá sobreviver sem ter iniciado uma produção qualquer? Falam que você tem o Pronaf e outros. Mas estes financiamentos são limitados. São para pequenos projetos e pequenos projetos não permite você se deslanchar. E você vive sempre na pindaíba. Não pode construir, não pode comprar um transporte. É tudo muito difícil. Não vive, apenas sobrevive. No meu caso, fui trabalhando fora, ajuntando um capitalzinho e colocando aqui dentro para criar uma base produtiva e poder sobreviver daqui. Consegui sobreviver exclusivamente daqui somente desde o ano passado¹⁶⁷, pois minhas despesas diminuíram, pois consegui formar minhas duas filhas e elas casaram. Então com esses investimentos que fiz aqui, agora consigo sobreviver bem com a renda daqui. Mesmo trabalhando fora, sempre mantive meus dois galpões de frango. Quando passou aquela crise do excesso de ovos, continuei com as minhas produções novamente. Portanto, toda a sobra de meus ganhos com minha função e o lucro dos frangos, tirando as despesas familiares, são aplicados na propriedade (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

¹⁶⁷ Ano de 2018.

A infraestrutura da propriedade de Françoedores inclui sua casa de morada com uma das mais belas arquiteturas do assentamento, galpões para a granja, misturador de ração, dentre outras tecnologias produtivas.

Alcides, outro ex-funcionário das fazendas, tomou um caminho parecido com o de Françoedores. A diferença foi que fixou residência juntamente com a família no assentamento.

Investi todo o dinheiro recebido da indenização em meu lote. Fui trabalhar na cidade, mas, construí uma casa para mim aqui mesmo. Ia e voltava todos os dias. O dinheiro que ia ganhando com o serviço de mestre de obra na cidade, fui aplicando aqui mesmo no sítio. Até hoje trabalho com obras. O sítio é uma forma de poupança, vou comprando gado e colocando aqui (MACHADO, 2019, entrevista).

Observei que a exuberância da casa construída¹⁶⁸ e divisão de pastos em arame lisos, dentre outras infraestruturas construídas por Alcides, condizem com os investimentos realizados, que segundo ele, “foram aplicados, ano a ano aqui no sítio”.

Renê, um dos coordenadores do grupo oriundo do Rio Grande do Sul, chegou em Roraima com uma certa quantia de capital financeiro. Tinha conseguido acumular alguns recursos monetários exercendo diversas funções não relacionadas à atividade agropecuária. Porém, mesmo tendo capital próprio e ainda beneficiado com os incentivos ofertados pelo Incra, o recomeço foi difícil.

O primeiro problema a ser enfrentado foi a falta de água. Nós é que fizemos os poços artesianos. Eletricidade e estrada já tinha. O Incra deu cinco mil reais para a construção das casas. Nós construímos de forma coletiva as casas. Recebemos o Pronaf A no valor de dezoito mil reais e mais o custeio no valor de dois mil e quatrocentos reais (PALUDO, 2018, entrevista).

Para Joziel, devido à ocorrência de outros tipos de imprevistos, o recomeço foi ainda mais difícil. Ele é aquele ex-vaqueiro da Bamerindus que não aguardou a finalização da intervenção do Banco Central e pediu demissão. Com isso, não teve todos os direitos trabalhistas resguardados. Mas, mesmo assim, segundo ele, quando resolveu se demitir da fazenda ficou bem de situação, tinha conseguido guardar uma certa economia.

Joziel, como todos os ex-funcionários, conforme citado anteriormente, foram os primeiros assentados. Em 2002 já tinham tomado posse de sua parcela rural e aptos a acessar o Pronaf A.

Fiz o Pronaf A e plantei melancia. Tinha também um pouquinho de dinheiro guardado e comprei vinte cabeças de gado. Estava bem de situação. Pouco tempo depois, final de 2002, sofri um acidente de moto na cidade e quebrei a perna. Passei nove meses sem poder trabalhar. Gastei quase tudo que tinha guardado, comprando remédio e também comida (PAULA, 2019, entrevista).

De acordo com Joziel, desde aquela época, nunca mais conseguiu se reerguer. Para sobreviver, trabalha para as outras pessoas do assentamento, sendo remunerado em forma de

¹⁶⁸ Fotografia 12, página 100.

diárias. “Antes do acidente plantei milho, macaxeira, abóbora, batata doce, banana e vendia tudinho na feira” (PAULA, 2019, entrevista).

No entanto, para outras pessoas, o recomeço está sendo ainda mais difícil. E essa é a condição do Felipe Cirilo da Silva, que ainda necessita vender sua mão de obra para ajudar na sobrevivência da família.

Felipe é um jovem indígena da etnia Makuxi. Ele mora no Polo IV e conseguiu a posse de vinte hectares de terra. No entanto, ainda não consegue sobreviver da atividade agropecuária. Trabalha em um restaurante do assentamento.

Felipe é proveniente da comunidade *Younogparo*, localizada na região Dez da República Cooperativista da Guiana e migrou juntamente com sua irmã mais velha para Boa Vista no ano de 2003, “atrás de melhores condições de vida”, conforme sua própria expressão. Ele compreende e se expressa em três línguas: makuxi, inglês e português.

Nós tinha muita coisa lá na comunidade. Criava porco, galinha, carneiro e tinha vaca, bezerro, boi. Desde pequeno aprendi a tirar leite e cuidar das vacas. Tinha de tudo prá nós lá. Depois que meu pai morreu, tudo foi acabando. Tava difícil pra nos doze irmãos e mais minha mãe comer todo dia. Eu era o único irmão homem da família. Tinha onze meninas para ajudar a cuidar. Em 2003 eu minha irmã viajamos para Boa Vista (SILVA, 2019, entrevista).

De acordo com a entrevista, quando Felipe e sua irmã chegaram à cidade de Boa Vista em meados de 2003, sua irmã ficou trabalhando como doméstica na cidade e ele foi trabalhar em serviços agrícolas na região do Monte Cristo, área da zona rural de Boa Vista, próxima ao PA Nova Amazônia. Ganhava comida e diária.

Em 2005 conheceu Lucinha, uma assentada do PA Nova Amazônia e ficou trabalhando com ela e o ex-marido. Porém, em 2008, Felipe foi contratado como caseiro em um lote próximo ao local que estava trabalhando. Com isso, naquele mesmo ano, ele conseguiu trazer o restante da família que ainda estava na Guiana para vir morar com ele no assentamento.

No entanto, no ano de 2011, a pessoa que contratou Felipe morreu, não deixando nenhum herdeiro. Em vista da situação, com a ajuda e orientação de Lucinha e seu ex-marido, Felipe requereu junto ao Incra a posse desse lote para si. Assim, após três anos de luta, Felipe está conseguindo a regularização da parcela junto ao Incra.

Segundo suas informações, por enquanto a única atividade produtiva do sítio é criação de galinhas e plantação de macaxeira e mandioca cuidada pela mãe e suas irmãs. Da mandioca extraem a farinha para o consumo e o excedente é vendido ali mesmo no assentamento. O

complemento da renda familiar é provido pelo BPC¹⁶⁹ que sua mãe recebe mensalmente. No entanto, “meu sonho é voltar a criar, vaca, boi, bezerro, carneiro, porco, igualzinho lá na nossa comunidade na Guiana”, disse Felipe na entrevista. Como a documentação de Felipe ainda está em processo de regularização, ele ainda não tem direito a qualquer forma de benefício do Incra.

Enfim, percebo que as dificuldades são muitas e parecem não ter fim. Resolvem-se um problema, surgem tantos outros. E a falta de conhecimento para cultivar em um ambiente diferente ao que estavam acostumados a trabalhar em seus locais de origem representou uma outra enorme barreira a ser ultrapassada.

4.1.1 Adaptação ao ecossistema lavrado

Conforme comentado anteriormente, o PA Nova Amazônia foi o primeiro assentamento implantada na região de lavrado do estado de Roraima. E os relatórios preliminares encomendados pelo Incra já indicavam as dificuldades para a produção agropecuária na área sem o auxílio de assistência técnica, correção de solo e uso de demais tecnologias (INCRA, 2001).

Porém, além dos do Incra já apontavam também esses obstáculos. O lavrado ou cerrado, [...] têm limitações para o uso agrícola dada a extrema acidez do solo, alta saturação de alumínio, o baixo teor de fósforo e uma drenagem tão eficiente que na época das secas as plantas precisam ter raízes profundas para sobreviverem à falta de água. Sem irrigação e adubação, a agricultura nessas áreas apresenta uma certa precariedade (MORAN, 1990, p. 253).

A fotografia 26 retrata duas características do lavrado, o buritizal ao fundo, planta nativa relacionada à proteção dos mananciais de água e geração de renda para a agricultura familiar e também a grande extensão de superfície plana, alvo de interesse dos agentes do agronegócio. Esta qualidade, segundo eles, facilita a mecanização da produção agropecuária.

¹⁶⁹O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social [LOAS] é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com mais de 65 anos que não possui renda suficiente para manter a si mesmo e à sua família, [...] (INSS, 2019, p. 01).

Fotografia 26 – Lavrado do Murupu - Polo V



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Nesta etapa, torna-se importante lembrar que o ambiente da pesquisa, anteriormente pertenceu a grandes fazendeiros e posteriormente a um grande banco. Assim, a atividade desenvolvida, à exceção de pequenas extensões de terras destinadas à plantação de soja, milho e sorgo para a produção de silagem¹⁷⁰, era exclusivamente, para criação de gado bovino. De acordo com a entrevista de Vendelino, as fazendas Bamerindus conseguiram manter e até elevar continuamente os índices de produtividade do empreendimento por intermédio da aplicação de fertilizantes, utilização de maquinários de grande porte, dentre outras tecnologias. Portanto, sempre dependentes de alto grau de investimentos financeiros.

Sabe-se dos altos custos financeiros para a aquisição de aparatos tecnológicos e de seus operadores. É verdade também que o acesso a esses benefícios está condicionado à disponibilidade de capital financeiro próprio ou formas de financiamentos à disposição.

Referente a esse assunto é necessário fazer uma ressalva. Pode ficar até transparecendo um discurso a favor do poder hegemônico da forma capitalista de produção baseado na tecnologia de ponta, grande capital e produtividade. Pelo contrário, pretendo nessa etapa, demonstrar que a adaptação envolve uma série de adversidades. Uma delas, recorrentemente relatada durante as pesquisas de campo, foram as diferenças que os moradores e moradoras do PA Amazônia se deparam na forma de cultivar a terra a partir do momento que foram assentados

¹⁷⁰ Utilizada para complementar a alimentação dos animais.

no ecossistema lavrado. Com isso, compreendi que grande parte desses moradores e moradoras, em seus lugares de procedência não estavam acostumados com a utilização de corretivos de solo e aplicação de agrotóxicos nas plantações.

Em vista disso, o grande desafio naquele momento que tomaram posse de seus lotes, conforme depoimentos da maioria dos entrevistados e entrevistadas, foi iniciar os processos produtivos em ambientes diferenciados aos seus, sem assistência técnica e desprovidos de recursos financeiros até mesmo para subsistir, conforme já relatado anteriormente.

Não obstante, indiferentes a mais essa barreira, alguns desses atores e atoras, buscaram estratégias de produção considerando a adaptação do cultivo ao seu ambiente natural, conforme fez Milton na escolha de suas primeiras plantações de árvores frutíferas; ou a utilização de fertilizantes orgânicos, como o estrume de gado empregado por Celivane para iniciar sua atividade produtiva no assentamento.

Mas, ainda pode emergir outras dúvidas? Não existe outro estilo de agropecuária que não depende de corretivos e agrotóxicos? Sim. Existe. Porém, as entrevistas demonstraram que a maioria dos sujeitos do assentamento desconheciam os fundamentos da agroecologia. Exceções ocorreram, conforme visto na narração da Celivane. Porém, questioneei a ela e seus colegas de assentamento, o motivo da interrupção da utilização desse adubo natural em suas plantações.

Quando liberam os lotes para nós mudar, ainda tinha muito gado por aqui. Só depois de uns três meses mais ou menos é que o gado foi leiloado. Quando vendeu tudo e levaram o gado, as bostas acabaram ligeiro. Muitos daqui ajuntava sacadas para vender lá na cidade (SILVA, 2019, entrevista).

No entanto, outros só conseguiram entender a questão da importância de se conhecer as vulnerabilidades do ambiente antes de iniciar qualquer atividade agrícola, somente após serem malsucedidos em suas primeiras experiências. Renê e seus conterrâneos faz parte desse grupo.

Iniciamos plantando feijão, milho, soja e arroz. Não conseguimos cobrir os custos de produção, pois, o primeiro ano de plantio no lavrado requer muito mais investimentos. E como o dinheiro já estava pouco, a solução foi mudar a cadeia produtiva. Então recomeçamos com a plantação de frutas e verduras. Se tivéssemos tido uma assistência técnica especializada no começo, teríamos iniciado com essas outras culturas e não com os grãos (PALUDO, 2018, entrevista).

De acordo Renê, seu grupo estava muito esperançoso com a mudança. Estavam conscientes que existia certas diferenças de cultivos entre duas regiões extremamente opostas. Porém, não imaginaram a dimensão dessas distinções.

Ademais, de acordo com Renê, estavam ansiosos para demonstrarem suas habilidades na lavoura. Pois, os agentes em âmbitos estadual e federal, haviam facilitado a vinda deles com o intuito de aproveitar suas experiências na agricultura e com isso difundir o plantio de grãos no assentamento.

Todos queriam ver os gaúchos plantar grãos. Mas investimos errado o capital que tínhamos trazido. O certo era ter investido em poços artesianos e plantado melancia ou qualquer outro tipo de cultura mais adaptável a esse tipo de solo e aí não tínhamos perdido dinheiro e nossa mão de obra (PALUDO, 2018, entrevista).

Posteriormente, Renê me mostrou uma fotografia de sua lavoura de soja e afirmou que cultivava esse grão somente para melhorar o perfil do solo, não somente pela lucratividade. “Se fosse só pelo lucro acho que não plantaria soja”, complementou Renê.

Para Claudete Regina Schievenin, foram os obstáculos do cultivo no lavrado que acarretou a desistência de seus conterrâneos. Segundo ela, das quarenta e três famílias que migraram, restaram somente dez. “Trabalhar no lavrado não é fácil. São muitas as dificuldades. Qualquer plantação tem que ser irrigada, o solo corrigido, adubação e muito mais coisas (SCHIEVENIN, 2019, entrevista).

Claudete ocupa uma área de noventa e oito hectares e fez parte do grupo das quarenta e três famílias agricultoras gaúchas que migraram para o estado de Roraima no ano de 2005. Veio de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul acompanhada pelo marido e três filhos. Em seu local de origem, a família trabalhou na agricultura com o plantio de soja e milho. Mas a área era muito pequena, e segundo Claudete, não cobriam os custos da produção. Por esse motivo vieram para Roraima em busca de áreas de maior extensão para continuarem seus cultivos.

Para Elisoneto, as tentativas iniciais de produzir determinadas frutas e verduras no lavrado sem a utilização de qualquer tipo de fertilizante, causou estranhamento. Pois, desde muito pequeno ele foi acostumado aos trabalhos na lavoura no Maranhão, que segundo ele, “não apresentam os mesmos problemas daqui”.

Eu não tinha trabalhado com isso antes. Vim conhecer calcário aqui em Roraima. No Maranhão, era só jogar a semente no chão e pronto. Depois era só cuidar. Aqui não é assim. Se jogar a semente na terra e não complementar com outras coisas, não nasce nada (MACEDO, 2018, entrevista).

Valdir ficou bastante incomodado com as primeiras tentativas de lavrar a terra, assim que se mudou para o assentamento. Segundo ele, “lá na Paraíba, plantávamos de tudo, sem adubos ou agrotóxico, veneno. Porém, o problema era somente a falta de chuva. Quando chovia, se plantava e colhia de tudo sem adubo ou veneno” (SOUZA, 2018, entrevista). Sua esposa, só veio conhecer adubo e agrotóxico aqui assentamento.

Eu vim da roça, lá do Uiramutã. Meu avô plantava mandioca, batata, cana, tudo sem adubo ou veneno. Só vim conhecer essas coisas depois que casei e vim trabalhar aqui no lavrado. Peraí, me lembro de outra coisa. O único veneno que meu avô usava era para matar saúva. Colocava dentro do buraco e tampava. Só isso. Não aplicava nada na planta. E até hoje lá é assim. A questão é que no lavrado é diferente (SILVA, 2018, entrevista).

Davi, que em sua região de origem, sempre trabalhou em área de mata, recordou-se das diferenças de cultivar em ambientes tão diferenciados.

No Maranhão sempre trabalhei na roça. Sou filho de agricultor. Lá plantava arroz, mandioca e feijão. Só que nosso sistema era outro. Lá ainda tinha um pouco de mata. Aí a gente cortava e derrubava as árvores. Depois tocava fogo. E só depois plantava. Aqui é diferente. Quando vim pro meu lote, não tinha um único pé de árvore. Tive que aprender novamente a trabalhar na agricultura (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

Da mesma forma que Davi, Francisco Teixeira, foi outro assentado que teve muita dificuldade para iniciar seu processo produtivo no lavrado.

Mais os primeiros plantios, como todo mundo era *brabo*, não sabia plantar no lavrado, não rendia quase nada. Eu mesmo plantei três mil covas de abóbora. Acostumado lá no Apiaú que era só jogar a semente e dava abóbora que só. Aí plantei aqui. Rapaz, tu olhava assim moço, era umas moitona muito bonita. Pensei, tô bamburrado. Foi começando a vingá, aquelas vingazinhas caindo, começando a amarelar e não deu em nada. E aí a Embrapa começou a fazer uns projetinhos, ensinando como era que plantava uma melancia, uma abóbora e aí a coisa foi desenrolando (LIMA, 2019, entrevista, grifo nosso).

O Apiaú que Francisco Teixeira se refere é uma região de floresta localizada no município de Mucajaí, onde ele praticou a atividade agrícola, anteriormente a sua mudança para o PA Nova Amazônia.

O potencial agrícola das áreas de cerrado difere significativamente do potencial agrícola da floresta de terra firme e das várzeas. Para a agricultura de corte-e-queima, as áreas de cerrado apresentam problemas não encontrados na mata de terra firme. Mas para uma agricultura convencional com insumos de fertilizantes e irrigação, o cerrado tem maior potencial agrícola (MORÁN, 1990, p. 259).

Portanto, após reconhecer essas diferenças, segundo esse interlocutor, os agricultores e agricultoras do assentamento foram aprendendo a cultivar no lavrado.

Te digo uma coisa com toda sinceridade, agora que nós aprendemos a trabalhar no lavrado, não tem lugar melhor para trabalhar. Por que é mais fácil, você não precisa derrubar, queimar. Com o equipamento certo se tem uma boa produtividade. Quando os tratores da prefeitura ou do estado vem, o serviço rende demais (LIMA, 2019, entrevista).

No final da entrevista, Francisco Teixeira me conduz a uma de suas áreas de cultivo que utiliza sistema de irrigação com motor movido a eletricidade. Ao mostrar sua plantação, disse muito animado que “aqui dá de tudo, desde que se use a tecnologia certa”.

Não obstante, nem todos tiveram as mesmas dificuldades para a implementação de suas infraestruturas produtivas. Um outro Francisco, o Francisco de Oliveira já chegou no assentamento de posse de determinada quantia de capital financeiro.

Tinha um pequeno capital, tinha vendido minha casa na cidade. Furamos um poço artesiano. Lá na minha antiga horta na cidade tinha cinco estufa. Trouxe todas elas. Comprei um motor que gerava energia e bombeava água. Comecei a produzir logo (OLIVEIRA 2019).

Francisco de Oliveira foi favorecido com uma parcela rural de vinte e três hectares no Polo I. Mas, se alguém procurar pelo Francisco nessa região, ninguém o conhece. Porém, se procurar pelo “Abelha”, todos vão indicar a direção de seu lote. Em referência, a isso, pergunto a origem do apelido.

Nasci muito pequeno mesmo. Quando meu tio foi me ver, disse: tá parecendo uma abelha de jati. Deste dia em diante, todo mundo só me chama de Abelha. Ninguém aqui no assentamento sabe meu nome de verdade (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Francisco de Oliveira, além de agricultor, também é comerciante. Possui um estabelecimento comercial no assentamento, “Bar do Abelha”, que vende desde gasolina à produtos gerais de última necessidade.

Francisco de Oliveira é piauiense de nascimento, mas foi criado no Maranhão. Sua família plantava arroz, milho e mandioca em uma área com extensão de um terço de hectares. Ele chegou à cidade de Boa Vista no ano de 1991.

Primeiro meu filho mais velho foi para os garimpos de Itaituba. Quando fechou, veio para Roraima. Chegando aqui, o garimpo tinha fechado também. Aí, ele arrumou emprego em uma granja e mandou buscar o restante da família (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

De acordo com a entrevista, assim que esse entrevistado chegou em Boa Vista, foi morar no bairro Operário e começou imediatamente a trabalhar com hortas. A partir desse trabalho, segundo ele, a situação financeira da família foi melhorando. Seu filho mais velho, que havia trabalhado em uma granja, pediu demissão e foi ajudar o pai na atividade. A tarefa principal do filho era entregar verduras a alguns consumidores finais e também a intermediários nas feiras da cidade. Porém, em uma dessas entregas, seu filho sofreu um acidente de motocicleta, vindo a óbito.

Isso desmantelou minha vida todinha. Mas, Deus me deu força para continuar. Minha *veia*¹⁷¹ ficou doente. Ficou um ano sem caminhar. Tinha que seguir em frente. Fiquei trabalhando na horta com meu filho mais novo. Uns dois anos depois, assassinaram este meu filho num bar. Quase morri de tristeza. Minha *veia* que já estava doente por causa do outro, quase morreu de tristeza. Minha vontade era mandar matar quem fez essa barbaridade com meu filho. Mas pensei, isso não vai trazer meu filho de volta. Mas sentia que precisava sair da cidade (OLIVEIRA, 2019, grifo nosso, entrevista).

Complementando esse assunto, Francisco de Oliveira relatou que, assim que sua esposa começou a se recuperar da saúde, em meados do ano de 2002, surgiu a notícia da possibilidade de implantação de um assentamento da reforma agrária na fazenda Bamerindus.

Todos nós que mexia com horta, fizemos a inscrição com o Levi, presidente da Associação do Bairro Operário. A cidade me trazia muita tristeza por causa dos meus filhos. Quando liberaram os lotes, mudamos no outro dia. Ficamos debaixo daquele pau ali por dois anos (OLIVEIRA, 2019, entrevista).

Contudo, analisando as transformações ocorridas nos procedimentos adotados pelos agricultores e agricultoras do assentamento em função de moldar seus processos produtivos ao meio, percebo uma convergência ao conceito de adaptação de Morán (1990), que está relacionado às transformações comportamentais provocadas pelas alterações ambientais.

¹⁷¹ Velha, esposa, companheira.

Mas, a adaptação foi apenas mais um elemento no conjunto das dificuldades que esses atores e atorras enfrentaram para subsistir a partir da renda obtida com seu trabalho na atividade agropecuária.

4.2 ACESSO AO CAPITAL

Sabe-se que no modo de produção capitalista, a organização de um sistema produtivo ocorre por intermédio do capital. Ou dito de outra forma, para ter acesso aos meios de produção é necessário, em primeiro plano, possuir recursos financeiros ou meios de obtê-los.

Dessa forma, observou-se que a obtenção de capital financeiro para investir em suas parcelas rurais com o objetivo de criar uma infraestrutura produtiva capaz de prover a subsistência das famílias agricultoras do PA Nova Amazônia sucedeu sob duas formas básicas: privada e pública. A primeira opção é representada pela venda da força de trabalho a terceiros e a segunda, via políticas públicas de acesso ao crédito rural. Ou em alguns casos, utilizando-se dessas duas alternativas.

A infraestrutura produtiva nesse momento, refere-se ao ambiente micro que envolve o preparo da terra e plantio de determinados cultivos para a geração de renda. Não obstante, o que interessa nessa etapa da pesquisa é o tipo e as formas de acesso ao capital disponibilizado pelo poder público aos assentados e assentadas do Plano Nacional de Reforma Agrária para organizar seu sistema produtivo.

4.2.1 Políticas públicas de acesso ao crédito rural

As transformações significativas no formato organizacional das políticas públicas, considerando seus aspectos físicos e humanos ocorreram somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, assinalando uma nítida ruptura na relação entre o Estado e o território nacional (BONNAL; KATO, 2011). Não obstante, isso não significa, que anterior a esse ato constitucional, o poder público desconhecesse o problema relativo às dificuldades de acesso ao capital pelo setor rural.

Alguns marcos institucionais pontuaram esse processo de diversificação das políticas de desenvolvimento rural. Uma importante mudança institucional foi a criação por Sarney do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário [Mirad] em 1985, responsável pela criação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária [PNRA]. Dez anos mais tarde, outra importante mudança foi a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural [Provap], por Fernando Henrique Cardoso. A maior visibilidade da necessidade de reconhecimento das especificidades da agricultura familiar culminam em 1999 com a criação Ministério do Desenvolvimento

Agrário [MDA] que vem a se constituir um dos mais importantes atores na formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e para povos e comunidades tradicionais. Em 2006, o Congresso Nacional aprova a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que dá reconhecimento político à categoria produtiva da agricultura familiar e estabelece conceitos, princípios e instrumentos para a formulação de políticas públicas (BONNAL; KATO, 2011, p. 64).

Portanto, até os anos de 1990 inexistiu políticas públicas específicas e de abrangência nacional direcionadas ao meio rural e dos segmentos sociais que o integram (BONNAL; KATO, 2011). Ou dito de outra forma, anteriormente, aquelas políticas destinadas ao setor rural coincidiam com objetivos setoriais, tornando-se “instrumentos de crédito agrícola indiferenciado ou em mecanismos para manutenção dos preços dos produtos agrícolas e, portanto, do setor agrário brasileiro” (BONNAL; KATO, 2011, p. 62).

Mas, ao analisar o contexto socioeconômico da época, amparado pela lógica fordista,

[...] a agricultura tinha um papel importante no desenvolvimento econômico e na segurança nacional desempenhando funções como liberadora de mão de obra para a indústria, produtora de alimentos e de matérias-primas baratas, geradora de saldos positivos na balança comercial por meio do aumento das exportações e fonte geradora de renda para os setores urbanos - e modernos - da sociedade. As políticas públicas que visavam ao desenvolvimento do meio rural, neste contexto, voltavam-se à modernização do latifúndio e centravam-se nas metas de elevação dos índices de produtividade nas propriedades por meio de pacotes da Revolução Verde. O mesmo ocorria com relação aos pequenos produtores e com os segmentos que hoje em dia integram o universo diversificado da agricultura familiar (BONNAL; KATO, 2011, p. 62).

Não obstante, nessa circunstância, o acesso aos recursos públicos pelos sujeitos da agricultura familiar se tornava restrito, pois, concorriam com igualdade de condições aos grupos altamente capitalizados (BONNAL, KATO, 2011).

Na concepção dessa pesquisa, as políticas públicas são percebidas

[...] como as ações ou propostas promovidas principalmente, mas não exclusivamente, pelos governos com o objetivo de arbitrar problemas e contradições constituintes da sociedade contemporânea. Podem ser também definidas como o Estado em ação. Contudo, isso não é regra, posto que as políticas podem ser originadas e implementadas por atores não governamentais, havendo casos retratados neste estudo de políticas que, ainda que façam parte atualmente do *portfólio* do Estado, foram originadas e implementadas nos seus anos iniciais por atores e grupos da sociedade civil (BONNAL; KATO, 2011, p. 65, grifo do autor).

Desta forma, somente a partir do ano de 1996 é que o governo federal reconheceu a necessidade de propor políticas públicas diferenciadas de acesso ao crédito rural aos trabalhadores e trabalhadoras pertencentes à agricultura familiar. Pois, até a aquele momento, essa categoria pleiteava os recursos públicos com igualdade de condições com os médios e grandes agropecuaristas. Com isso, era urgente a necessidade de viabilizar o fortalecimento e consequentemente a sustentabilidade da agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país.

Anteriormente, a principal política governamental destinada aos agricultores e agricultoras familiares, fundamentava-se no aporte de capital financeiro à produção de suas atividades agropecuárias (MDA, 2016). Isso significa, que não havia regimes diferenciados nas exigências para a obtenção do crédito rural entre pequenos, médios e grandes agropecuaristas. E uma das principais barreiras recorrentemente relatadas durante o trabalho de campo está relacionada ao acesso ao crédito como forma de obter os recursos financeiros necessários à organização de suas infraestruturas produtivas.

Diante dessa realidade, o Inca disponibilizou aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária linhas de créditos que contemplam despesas com instalação, desenvolvimento de atividades produtivas e comercialização da produção (INCRA, 2011).

O denominado Crédito Instalação é a primeira etapa de financiamento garantido pelo Inca às famílias recém assentadas. É concedido desde o ano de 1985 e consiste no aporte de capital financeiro, sob a forma de concessão de crédito aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2011). Tem por objetivo garantir a essas famílias os meios essenciais para sua instalação no lote e o início de sua atividade agropecuária (INCRA, 2011).

O Crédito Instalação compreende nove modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental (INCRA, 2011).

São requisitos comuns para acesso a todas as modalidades a atualização dos dados das famílias beneficiárias junto ao Inca, a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais [...] e a assinatura, com a autarquia, do Contrato de Concessão de Uso [...] – instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório –, [...] (INCRA, 2011, p. 01).

De acordo com as entrevistas, a modalidade de crédito de instalação mais acessadas pelos assentados e assentadas do Projeto de Assentamento Nova Amazônia foram de apoio inicial e aquisição de material de construção.

Trata-se de uma modalidade de crédito direcionada a apoiar a fase de estruturação dos beneficiários no assentamento, não tendo caráter eminentemente produtivo, quando comparado com as modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. O exercício do acesso ao crédito instalação pelos assentados, que regimentalmente devem utilizá-lo antes de acessar o PRONAF grupo A, funciona de modo preparatório para o crédito bancário. Caso o assentado deseje pular a etapa do crédito instalação acessando diretamente o PRONAF, deverá assinar ciência de que abre mão da modalidade prévia (BARBOSA; LIMA JUNIOR, 2018, p. 15)

Conforme visto anteriormente, praticamente todas as famílias beneficiadas pelo PNRA do PA Nova Amazônia tiveram acesso ao Pronaf. Não obstante, para discorrer sobre esse assunto, torna-se necessário, a princípio, mencionar um dos documentos mais citado nas entrevistas, a Declaração de Aptidão ao Pronaf, popularmente conhecida por DAP.

A DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural¹⁷² [...] e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. São beneficiários os: agricultores familiares; pescadores artesanais; aquicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O instrumento tornou-se a referência para identificação dessa categoria e suas organizações produtivas. Por meio da DAP, o agricultor familiar pode acessar até 14 [...] diferentes políticas públicas (MDA, 2016, p. 07).

Em realidade essa declaração é o documento que permite a identificação dos agricultores e agricultoras como categoria pertencente à agricultura familiar. Porém, observa-se que a legislação vinculou os agricultores e agricultoras diretamente às suas Unidades Familiares de Produção Rural. Assim, para atender suas finalidades, a Portaria nº 234, de 04 de abril de 2017, estabeleceu em seu Art. 2º, a definição de Unidade Familiar de Produção Rural.

I. [...] o conjunto composto pela família e eventuais agregados, abrangido também o caso de indivíduo sem família, tidos em sua coletividade como agricultores e agricultoras familiares e que explorem uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à própria subsistência e/ou a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços, e, ainda:

- a) morem na mesma residência;
- b) explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família;
- c) cuja renda proveniente da exploração do estabelecimento seja igual ou superior àquela auferida fora do estabelecimento; e
- d) cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse o valor de R\$ 360.000,00 [...] (BRASIL, 2017, Portaria).

Além desses requisitos, a identificação das Unidades Familiares de Produção Rural está condicionada ao atendimento cumulativo, dos seguintes artigos.

Art. 6º O estabelecimento ocupado pela Unidade Familiar de Produção Rural não poderá ultrapassar 4 (quatro) módulos fiscais, [...].

Art. 7º A Unidade Familiar de Produção Rural deverá utilizar predominantemente força de trabalho familiar, [...].

Art. 8º Os membros da família e agregados(as) da Unidade Familiar de Produção Rural devem ter residência permanente no local do estabelecimento ou em outro local próximo, conforme informado no cadastro da DAP, [...] (BRASIL, 2017, Portaria).

Entretanto, com o objetivo de identificar e qualificar cada um dos componentes da Unidade Familiar de Produção Rural, os modelos de DAP foram divididos em: principal, acessórias e jurídica, conforme o Art. 2º dessa Portaria.

[...]

VI. DAP principal – utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural;

VII. DAP acessória – utilizada para identificação dos filhos(as), dos(as) jovens e das mulheres agregadas à uma Unidade Familiar de Produção Rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a uma DAP Principal;

VIII. DAP jurídica – utilizada para identificar e qualificar as Formas Associativas da Agricultura Familiar organizadas em pessoas jurídicas; [...] (BRASIL, 2017, Portaria).

Dessa forma, identifiquei no PA Nova Amazônia que as principais políticas públicas direcionadas às Unidades Familiar de Produção Rural, que exigem a DAP, além do Pronaf, são:

¹⁷² UFPR.

Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Aposentadoria Rural e Segurado Especial do INSS.

4.2.1.1 Pronaf

O Pronaf, abreviatura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi instituído em 24 de agosto de 1995 por intermédio da Resolução nº 2.191 do Banco Central do Brasil (BACEN, 1995).

Art. 1º Instituir, no âmbito do crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (BRASIL, 1995, BACEN, Resolução).

O Pronaf é um crédito específico que tem por objetivo valorizar a produção familiar, e com isso promover o desenvolvimento regional do meio rural, sendo que a partir de sua criação, a agricultura familiar “passou a ser reconhecida como uma categoria econômica (UnB, 2013, p. 03). Assim, o crédito Pronaf tem como atribuição,

[...] o financiamento de atividades agrícolas e não agrícolas de produtores familiares, através de projetos individuais ou coletivos, sejam eles, tanto para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, como para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (UnB, 2013, p. 03).

Não obstante, desde a sua criação em 1995, o Pronaf vem passando por diversas modificações, especialmente com referência aos valores financiáveis e a favor disso, segmentou os agricultores familiares em grupos, considerando os critérios de renda. Dessa forma, condicionou-se os financiamentos aos grupos familiares por faixa de renda.

No ano-safra de 1999/2000 houve uma segmentação do público alvo do Programa, com os agricultores familiares classificados em quatro grupos (A, B, C e D). O grupo A contemplava os assentados pelo processo de Reforma Agrária; os demais grupos foram definidos de acordo com critérios de renda: os mais pobres foram classificados no grupo B; o grupo C incluía os intermediários com bom potencial produtivo e o grupo D estavam estabilizados economicamente. Em 2004 foi criado o grupo E, para agricultores mais capitalizados. Dentre eles, o mais expressivo ainda é o grupo “B”, que conforme dados do Censo Agropecuário 2006 englobava mais 50% do total de estabelecimentos familiares do Brasil¹⁷³ [...]. Em 2007 aumenta-se a renda familiar anual até R\$ 110 mil e cria-se a linha Mais Alimentos, destinada a investimentos até R\$ 100 mil, triplicando o limite vigente até então que era de R\$ 36 mil. Mais recentemente, no ano 2009, os limites de financiamento das linhas convencionais do Programa também foram aumentados – do Custeio, de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil; do Investimento, de R\$ 36 mil para R\$ 50 mil. Outra mudança importante do Programa foi a unificação dos grupos C, D e E, no Ano-Safra 2008/2009. (UnB, 2013, p. 04).

Em razão daquelas modificações, o apêndice F mostra a última divisão dos grupos em relação às linhas de crédito e demais observações ocorridas no Pronaf no ano de 2019.

¹⁷³ Economia de subsistência.

Como os recursos financeiros concedidos pelo Pronaf é custeado com dinheiro público, torna-se necessário designar a origem desses recursos. Conforme o Bacen (2019), o capital utilizado pelo Programa é oriundo de diversas fontes, como os Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Poupança Rural, Recursos do Tesouro Nacional e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dentre eles.

Conforme citado anteriormente, é importante destacar também que os beneficiários e beneficiárias do PNRA pagam pela terra e também pelos créditos concedidos. Da forma como venho mostrando, observa-se que a relação entre os assentados e assentadas, mesmo sendo beneficiários de políticas públicas estão imbuídos em relações comerciais com as instituições financeiras, conforme os ditames do modo de produção capitalista.

Desta forma, é importante frisar que nesse modo de produção, o acesso ao crédito só é concedido mediante garantias. Em relação especificamente ao crédito rural, as garantias se constituem em:

- a) penhor agrícola, pecuário, mercantil ou cedular;
- b) alienação fiduciária;
- c) hipoteca comum ou cedular;
- d) aval ou fiança;
- e) seguro rural;
- f) outras que o Conselho Monetário Nacional admitir (BRASIL, 2004, BACEN, Resolução).

Dentre essas, a preferida pelo sistema financeiro nacional, conforme informação de Alisoneto, é a alienação fiduciária. “A alienação fiduciária tem por objeto bens móveis e se constitui por contrato [instrumento público ou particular], sendo inadmissível seu ajuste em cédulas de crédito rural” (BACEN, 2004, p. 06). Porém, posso traduzir isso de uma forma bem mais simples. Os sujeitos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar para ter acesso ao crédito deverão dar em garantia às instituições financeiras credenciadas pelo Pronaf, praticamente seu único bem conseguido com muito sacrifício, sua terra.

Não obstante, alguns grupos, conforme suas classificações em relação às linhas de crédito foram excluídos dessa forma de obrigação.

Na concessão de crédito ao amparo das linhas especiais destinadas a agricultores familiares enquadrados nos Grupos ‘A’, ‘A/C’ e ‘B’ e das linhas Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido e Pronaf Jovem de que tratam o MCR 10-7, 10-8 e 10-10, quando as operações forem realizadas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte [FNO], do Nordeste [FNE] e do Centro-Oeste [FCO], deve ser exigida apenas a garantia pessoal do proponente, sendo admitido para estas operações o uso de contratos coletivos quando os agricultores manifestarem formalmente, por escrito, essa intenção (BRASIL, 2012, BACEN, Resolução).

Isso mostra que somente o acesso a créditos iniciais, que são considerados valores pouco expressivos, conforme o apêndice F da tabela, a União se constitui em avalista do beneficiário ou beneficiária do PNRA. Nos demais casos, o crédito fica sujeito à apresentação de fiança

(BRASIL, 2012, BACEN). Pois, as instituições financeiras assumirão, integralmente o “risco” como é chamado no mercado financeiro, a dúvida em relação retorno do capital disponibilizado acrescido de juros.

Apesar de o Banco Central recomendar que “a escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito [...]” (BRASIL, 2012), essas alternativas geralmente não são alvos de negociação. Pelo contrário, conforme as entrevistas, a livre negociação não existe, quem sempre define as regras para a concessão do crédito é o agente financiador.

Portanto, para a UnB (2013), o formato do Pronaf é fundamentado

[...] em um modelo linear de evolução econômica, que usa o aumento da produtividade e da renda agropecuária como os únicos critérios para medir a eficiência produtiva e econômica dos agricultores familiares. Pode-se perceber também que os grupos adotados conjugam uma visão determinista e linear. A hipótese implícita é que uma vez beneficiados pelo crédito os produtores familiares vão de um grupo para outro, dos mais pobres para os consolidados, seguindo em direção à eficácia da acumulação e à eficiência dos mercados capitalistas. Portanto, o PRONAF ao mesmo tempo em que se propõe a valorizar a diversidade, continua elegendo um modelo de produtor altamente especializado em atividades agropecuárias integradas as cadeias do agronegócio (UnB, 2013, p 05).

Não obstante, conforme visto na tabela constante no apêndice F, o Pronaf foi classificado em diversos grupos, sendo o que favorece o agronegócio é o Pronaf Mais Alimentos.

[...] este programa de crédito permite ao agricultor familiar investir na modernização da produção, via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros. [...]. O modelo de produção agropecuária financiado pelo PRONAF está fortemente centrado nos chamados insumos moderno, os quais elevam sequencialmente a dependência econômica e social dos agricultores deste padrão de desenvolvimento, cuja sustentabilidade mostra sinais de esgotamento (UnB, 2013, p. 04).

Assim, para esclarecer essa forma de intervenção modernizadora do Pronaf, a UnB (2013) destacou que somente na safra 2011-2012 houve um acréscimo em relação ao período anterior de quase vinte e um por cento da quantidade de contratos firmados do Pronaf Mais Alimentos. Da mesma forma, Aquino (2018, p. 01), evidenciou “o apoio preferencial do PRONAF às *commodities* agrícolas como a soja e o milho, que receberam 56% do crédito de custeio do programa em 2014”.

4.2.1.2 Pronaf “Mais Alimentos”

O Pronaf “Mais Alimentos” é destinado aos agricultores e agricultoras familiares enquadrados no grupo de renda variável (apêndice F). Ou seja, aqueles produtores e produtoras

rurais que já alcançaram uma certa estabilidade financeira determinada pelos seus rendimentos anuais. Na realidade, o acesso ao Pronaf “Mais Alimentos” se assemelha a um “rito de passagem” entre a agricultura familiar de subsistência e a de geração de excedentes.

O Programa Mais Alimentos foi criado em 2008 com o objetivo de expandir a oferta de produtos da agricultura familiar em geral, por meio do aumento da produtividade a partir do oferecimento de uma linha de crédito do Pronaf destinada a modernização da produção agrícola familiar. Essa linha de crédito permite o investimento, por exemplo, na aquisição de máquinas e de novos equipamentos¹⁷⁴, incluindo correção e recuperação de solos, melhoria genética, entre outras (BUAINAIN *et. al.*, 2014, p. 853).

Esse programa contempla as modalidades individual e coletiva, sendo que o limite máximo de financiamento para a primeira categoria é de cento e sessenta e cinco mil e para a segunda, oitocentos mil reais¹⁷⁵ (BRASIL, 2012, BACEN). Porém, se o projeto for destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura¹⁷⁶ e fruticultura o limite será de trezentos e trinta mil reais (BRASIL, 2012, BACEN). Quanto aos prazos de liquidez, varia de cinco a dez anos, conforme os maquinários a ser adquirido.

Para aquisição de caminhonetes de carga e motocicletas adaptadas à atividade rural, até 5 anos. Para aquisição de tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, assim como máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação, até 7 anos, com prazo de carência de até 14 meses. Para demais itens financiáveis, até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência (BRASIL, 2014, BACEN).

No Projeto de Assentamento Nova Amazônia uma quantidade bem restrita de pessoas conseguiu acessar o Pronaf “Mais Alimentos”. Consegui identificar somente quatro: Renê, Ênio, Elisoneto e Milton. Percebi também que todos eles têm um elemento em comum: a obtenção do título definitivo de suas parcelas rurais. Portanto, se não possuírem outros bens reais, serão seus lotes que garantirão a liberação do crédito. No PA Nova Amazônia apenas uma pequena parte dos assentados e assentadas já conseguiram tal documento. Das trinta e uma unidades familiares visitadas, consultando o relatório do Sipra (2019), constatei que somente doze pessoas estão em posse do título definitivo de suas terras.

Nesse âmbito, de acordo com as informações de Ênio, ele foi a primeira pessoa do assentamento a ser beneficiado com o financiamento do Pronaf “Mais Alimentos”. No ano de 2010 conseguiu recursos por meio do programa para comprar um trator.

Já o Milton, em sua primeira experiência com o programa não obteve o resultado esperado.

Em 2010 fiz o Pronaf Mais Alimentos. Peguei para plantar um hectare de macaxeira e fazer outro poço artesiano. A macaxeira deu uma doença que ninguém conseguiu descobrir o que era. Trouxe o pessoal da Embrapa, aplicaram remédio, mas acabei

¹⁷⁴ Alguns exemplos: resfriadores de leite, irrigação, estufas e armazenagem (BUAINAIN *et. al.* 2014).

¹⁷⁵ Respeitando dos limites individuais (BACEN, 2012).

¹⁷⁶ criação de crustáceos

perdendo a plantação inteira. Com esse prejuízo tive que renegociar a dívida no Banco que só terminei de pagar esse ano¹⁷⁷ (NEGREIROS, 2017; 2019, entrevista).

Não obstante, assim que terminou de quitar o financiamento no ano de 2018, segundo Milton, ele, juntamente com seu filho Mariton resolveram dar prosseguimento ao projeto de expandir suas plantações de milho e soja em seu lote. Em prol desse objetivo solicitaram um financiamento no valor de cento e sessenta e cinco mil reais ao banco da Amazônia, uma das entidades financeiras credenciadas pelo Bacen para a operacionalização do Pronaf “Mais Alimentos”.

Em setembro de 2018 demos entrada no Pronaf Mais Alimentos para comprar um trator, grade, enxada rotativa, plantadeira, pulverizador e distribuidor de fertilizante. Por que quando dependemos do equipamento dos projetos é difícil porque tem poucas máquinas e muita gente na fila esperando. Perdemos tempo. A janela de plantio fica pequena e pode influenciar na produtividade. Com essa aquisição, tudo muda de figura. Além de poder aproveitar melhor a janela de plantio, posso trabalhar para os outros agricultores e aumentar nossa renda (NEGREIROS, 2019, entrevista).

Após um ano de muita burocracia, principalmente referente às garantias reais que a instituição bancária exigiu para a liberação do valor solicitado, finalmente em agosto de 2019 a negociação foi concluída. “É muito difícil. Pagamos para fazer o projeto. É muita exigência. Só conseguimos porque demos nossa terra em garantia” (NEGREIROS, entrevista, 2019).

Percebi durante o trabalho de campo que o maquinário agrícola mais desejado entre os agricultores e agricultoras do assentamento é o trator. E um fato interessante ocorreu durante a primeira edição da Agrofest em 2018. A Agrofest é a feira da agricultura familiar do PA Nova Amazônia promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com os moradores e moradoras do assentamento. Mas, como participo de praticamente todos os eventos do assentamento, naqueles festejos de 2018, dentre outros e outras interlocutoras da minha pesquisa, encontrei a família do Milton. Nesse encontro, Mariton, seu filho, muito animado me convocou a um dos stands presentes no evento, nesse caso o especializado em vendas de maquinários e implementos agrícolas para me apresentar o trator de seus sonhos.

Segundo me contou Mariton, foi após esse evento que ele e seu pai começaram a considerar novamente a possibilidade de acesso ao Pronaf “Mais Alimentos”. Porém, solicitando o valor máximo de recurso financeiro permitido para sua finalidade. No entanto, nessa mesma entrevista, Mariton afirmou que esse valor ainda não é suficiente para adquirir todos os equipamentos necessários para se chegar a uma produtividade semelhante aos índices obtidos pelos médios e grandes agropecuaristas. Mas, ao mesmo tempo reconhece, que a partir dos maquinários e implementos agrícolas adquiridos via o Pronaf “Mais Alimentos” terá

¹⁷⁷ Terminou de pagar a dívida em meados do ano de 2018.

condições para aproveitar a totalidade da extensão de sua parcela rural e conseqüentemente, um aumento considerável nos rendimentos da família. Mariton revelou também, que se tudo ocorrer conforme o planejado, breve terão condições de ampliar a extensão de sua área no assentamento, pois tem muitas pessoas dispostas a vender seus lotes.

A imagem da fotografia 27 representa não somente o sonho de Mariton, mas, de grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar.

Fotografia 27 - O sonho do Mariton



Fonte: Arquivos do autor, 2018.

Elisoneto é outro assentado que conseguiu acessar o Pronaf “Mais Alimentos” para comprar um trator e uma grade. “Minha vida, minha renda melhorou muito depois que comprei essas coisas. O trator é o sonho de todo produtor rural” (MACEDO, 2018, entrevista).

Portanto, foi fundamentado nas narrativas de Milton, Mariton, Ênio, Elisoneto e Renê que considerei o Pronaf “Mais Alimentos” a porta de entrada para agricultura fundamentada na geração de excedentes. Ou seja, a transição entre duas categorias.

Porém, após um ano, em 2019, fui visitar a família novamente. Todos estavam muito satisfeitos. Seu Pronaf “Mais Alimentos” no valor de cento e sessenta e cinco mil reais havia sido aprovado pelo Banco da Amazônia e os maquinários e implementos encomendados.

Além das políticas públicas de acesso ao crédito rural, outras instituições apoiaram a estruturação de processos produtivos junto aos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia por intermédio de projetos.

4.3 AS INSTITUIÇÕES E O APOIO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS

Desde a sua implantação, diversas instituições desenvolveram projetos direcionados aos agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia com o intuito de ampliar a renda por meio da estruturação de arranjos produtivos.

Dentre estas instituições e seus projetos, os assentados e assentadas destacaram quatro: o Sebrae com o Projeto PAIS; o Governo do Estado de Roraima, com o Projeto Soja Familiar; a Universidade Federal de Roraima, com o EDU3S e a Prefeitura Municipal de Boa Vista, com o PMDA¹⁷⁸.

4.3.1 Projeto PAIS

O PAIS, acrônimo de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, foi um dos projetos de maior relevância implantados no PA Nova Amazônia. Seu destaque se deve principalmente ao rompimento do paradigma da inviabilidade da produção de hortifrutigranjeiros sem a utilização de agrotóxico. Por conseguinte, apresentou aos agricultores e agricultoras do assentamento uma alternativa aos modos de produção considerados hegemônicos. A primeira edição do projeto ocorreu no ano de 2010.

O projeto PAIS é um estilo de manejo que consiste na utilização de uma tecnologia simples, direcionada à produção de hortifrutigranjeiros. Para tal fim, “optou-se por um desenho circular na forma de mandala, de modo a aproximar, e assim facilitar, as diferentes atividades, integrando-as e facilitando a visualização pelos agricultores da conexão das atividades de produção e reciclagem” (NDIAYE, 2016, p. 15). A proposta é que esse tipo de arranjo possibilite ao pequeno agricultor desenvolver uma produção integrada, com o galinheiro produzindo ovos e carnes de aves e os canteiros produzindo frutas, verduras, flores ornamentais e ervas medicinais (PAIS, 2013). A partir desses princípios, definiu-se seu objetivo final: “fomentar a adoção de práticas agroecológicas em unidades de produção familiares, de forma a garantir alimentação saudável e diversificada para as famílias agricultoras, e gerar renda e conservar o ambiente onde elas vivem” (NDIAYE, 2016, p. 02).

As bases desse programa foram idealizadas pelo senegalês, Aly Ndiaye, partir de sua experiência, entre os anos de 1997 a 2000, ocasião em que foi aluno de iniciação científica do curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolveu o projeto

¹⁷⁸ Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio.

“Viabilidade econômica de hortaliças em manejo orgânico” (NDIAYE, 2016). À vista disso, ao terminar sua graduação em Agronomia, Aly conviveu por um período de cinco anos com um grupo de agricultores familiares da região do Brejal, localizada no município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, que desde 1978 já trabalhavam com agricultura orgânica (NDIAYE, 2016). Portanto, foi a partir daquela experiência que Aly Nadiaye concebeu o modelo básico da tecnologia social PAIS, sendo logo em seguida, o escopo do projeto apresentado ao Sebrae (NDIAYE, 2016). Posteriormente, esta instituição em colaboração com a Fundação Banco do Brasil, formataram o programa para sua implementação em todo território brasileiro.

Assim, com a finalidade de viabilizar a difusão do programa à agricultura familiar, no desenvolvimento final do sistema PAIS, procurou-se estabelecer um modelo de organização produtiva fundamentado na integração das produções animal e vegetal em pequenos recintos.

O Sistema PAIS é composto por um galinheiro central e canteiros de horta em formato circular, piquete para pastejo rotacionado das aves e cultivo de plantas frutíferas, e também um viveiro de mudas, conduzidos de acordo com os princípios da produção agroecológica. Os agricultores e suas famílias têm a oportunidade de trabalhar com uma produção integrada [olerícolas, legumes e verduras, produção de carne, ovos e frutas]. É uma produção otimizada com mais eficiência de espaço, insumos e trabalho, o que melhora a qualidade da alimentação e oferece uma complementação de renda para a família, com a venda do excedente (SEBRAE-RORAIMA, 2013. p. 12).

Em uma entrevista à Revista Sebrae (2008), Aly N’Diaye, resumiu de forma bastante esclarecedora os benefícios da produção integrada.

Nas propriedades que adotam a Pais, as hortas são feitas em sistema de anéis, cada um deles destinado a um tipo de cultura, que complementa a que vem na sequência. A estrutura circular facilita o deslocamento entre os canteiros. As sementes utilizadas no plantio são produzidas pelos próprios agricultores. A policultura é empregada para garantir alimentação variada para as famílias e para aumentar a competitividade no mercado de alimentos orgânicos. ‘Se um produto está em baixa, compensa-se com outro, o que não é possível na monocultura’, observa N’Diaye. No centro do círculo formado pelas hortas fica o galinheiro. O esterco produzido pelas aves é utilizado para adubar as plantas. Além disso, a carne e os ovos contribuem na alimentação da família. ‘Escolhemos galinhas pela qualidade do dejetos como fertilizante e pelo custo-benefício. A reciclagem de nutrientes possibilitados pela interação animal e vegetal garante uma considerável redução de custos no processo de produção’, destaca o agrônomo (SEBRAE, 2008, p. 35).

Dessa forma, para a implementação do programa, o Sebrae distribui às famílias selecionadas todo o material e os insumos necessários à implantação de cada unidade PAIS.

Cada família recebe um kit, composto por equipamentos para irrigação, telas, arames, ferramentas, dez galinhas, um galo, sementes de hortaliças e mudas de plantas frutíferas, além de material para construção de viveiro e mudas. A assistência técnica é garantida por um período de 30 meses, durante esse tempo as famílias recebem assistência técnica de acordo com as normas orgânicas de produção (NDIAYE, 2016, p. 16).

A imagem retratada pela fotografia 28 exemplifica o sistema recomendado pelo projeto PAIS, que basicamente consiste em horta construídas no formato de canteiros circulares, integrado a galinheiros localizados ao centro da estrutura.

Fotografia 28 - Sistema em forma de “mandala” - projeto PAIS



Fonte: Extraído de Sebrae, 2008.

À vista disso, desde o ano de 2005, a tecnologia social PAIS vem sendo replicada, principalmente, em pequenas propriedades rurais (NDIAYE, 2016).

Portanto, foi nesse contexto, que no ano de 2010, o Sebrae, unidade de Roraima, ofereceu a um grupo de agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia uma alternativa para a transformação em seus modelos de produção agropecuária. Foi-lhes apresentado o sistema PAIS com o objetivo de auxiliar na transição do modelo convencional de produzir para o manejo ecológico.

De acordo com as informações prestadas por Ricardo Belém, analista técnico do Sebrae-RR e responsável pela implantação do sistema no estado, a duração do projeto é de três anos. Segundo esse interlocutor, a partir daquele ano foram implementadas três edições do sistema PAIS sob as seguintes designações: 2010-2013, PAIS I; 2014-2017, PAIS II e 2018-2020 Sebrae-BIO. Em cada temporada foram selecionadas cerca de setenta famílias, sendo que cada família agricultora, após o término de cada triênio, teve a opção de se candidatar para a edição seguinte do programa.

O objetivo geral do projeto PAIS junto aos representantes das famílias agricultoras do PA Nova Amazônia foi

[...] desenvolver o agronegócio rural, mediante a difusão e implementação da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável [...] e o fomento à comercialização visando a ampliação da renda dos agricultores do município de Boa Vista no estado de Roraima (INSTITUTO SIGNATES, 2015, p. 09).

O foco estratégico do projeto foi delineado em três etapas:

a) capacitação de produtores e técnicos em produção agroecológica; b) integrar a produção à economia de mercado mediante agregação de valor e c) desenvolvimento dos produtores quanto às habilidades de cooperação, empreendedorismo e gerenciamento (INSTITUTO SIGNATES, 2015, p. 09).

Conforme os relatos de Ricardo Belém, na condução do processo de implantação, o Sebrae-RR forneceu aos produtores e produtoras selecionados, materiais para construção do sistema, incluindo um kit de irrigação e acompanhamento técnico especializado. Cada kit de irrigação contém: uma caixa de água com capacidade de armazenamento de cinco mil litros; uma bomba submersa para elevação da água; mangueiras, fitas de gotejamento e demais acessórios.

Quanto ao público-alvo do programa, analisando o levantamento do Instituto Signates (2015), quase setenta e oito por cento dos produtores cadastrados na tecnologia PAIS têm a hortifruticultura como principal fonte de renda e vinte e dois por cento em média, trabalham em outras atividades. De acordo com o levantamento de campo, os resultados desses percentuais, em média, continuam inalterados até fevereiro de 2020.

A implantação das unidades PAIS seguiu uma metodologia com condições pré-estabelecidas pelo programa para a transformação de modelos convencionais de trabalho rural em técnicas de cultivo e manejo agroecológicas (SEBRAE, 2013). Dentre estas exigências, três delas, foram básicas para o desenvolvimento do projeto. Primeiro, a obrigatoriedade de disponibilização de uma área de meio hectare dentro do recinto do sítio para a instalação da infraestrutura do sistema de produção. Segundo, o estabelecimento de metas de produtividade e acréscimo de renda. Terceiro, a proibição de substâncias tóxicas em seus cultivos.

Quanto à disponibilização da área requerida pelo projeto, não houve qualquer forma de questionamento. Em relação às metas a serem alcançadas nas unidades rurais atendidas pelo projeto, conforme as informações constantes no relatório do Instituto Signates (2015), os agricultores agroecológicos do PA Nova Amazônia produziram em 2014, cinco mil, cento e sessenta e quatro caixas de hortaliças. Em termos percentuais, houve um aumento de treze por cento na produção de hortaliças entre os anos de 2013 a 2014, superando a meta de dez por cento estabelecida para aquele período. Quanto à renda média financeira dos produtores, o resultado do mesmo interstício mostrou um acréscimo de quinze por cento em relação ao ano

anterior. Elevou-se de quinze mil e trinta e três reais para dezessete mil, trezentos e cinquenta e um reais ano por unidade rural familiar. Os resultados positivos foram consequência direta do crescimento da produção de hortaliças (INSTITUTO SIGNATES, 2015).

O último, e mais importante quesito para uma produção agroecológica, a proibição da utilização de agrotóxico nas plantações, o relatório do Instituto Signates (2015), apontou que apesar dessa restrição, onze por cento dos participantes do programa admitiram utilizar ainda algum tipo de veneno agrícola em suas propriedades. Porém, ao considerar 2013, ano em que esse percentual foi de cinquenta e um por cento, o ano de 2014 teve um avanço significativo (INSTITUTO SIGNATES, 2015). Outro ponto importante a ser ponderado é que esses agricultores familiares ainda se encontravam em um processo de transição em seus modelos de produção.

Não obstante, de acordo com os relatos de Ricardo Belém, conforme as transformações do modelo de produção progrediam, outras demandas foram surgindo. Os adeptos do programa já conseguiam produzir diversos hortifrutigranjeiros de forma agroecológica. Porém, havia dificuldades na comercialização do excedente. Dentre as alternativas aventadas para resolver o problema, os coordenadores do Sebrae propuseram a organização de uma feira agroecológica na cidade de Boa Vista. Assim sendo, essa ideia foi levada adiante, e no ano de 2013, os participantes do projeto PAIS, juntamente com os responsáveis pelo programa, organizaram e implantaram a Feira Agroecológica do Caranã¹⁷⁹. A partir daquela data, a feira funciona todas as manhãs de sábado. Além de ser uma nova opção aos moradores de Boa Vista para adquirir produtos saudáveis, tornou-se a principal fonte de renda desses pequenos agricultores e agricultoras.

Não obstante, durante o trabalho de campo observei que o índice de desistência do projeto PAIS é alto. Das oito famílias entrevistadas que participaram de uma das edições do programa, em 2019, restaram somente três.

Milton, que desistiu ainda no início PAIS-2010, relatou que não permaneceu no programa devido a sua vocação em plantar grãos, conforme estava acostumado no Maranhão. Além disso, “não consegui ver lucro no negócio. “É muito trabalho prá pouco lucro”, narrou esse interlocutor. No entanto, segundo seu filho Mariton, apesar da abdicação ao projeto ficou o aprendizado e o kit de irrigação que empregam em outras atividades do sítio. Em relação ao conhecimento adquirido durante os cursos práticos do PAIS, Mariton me mostrou a mistura de esterco de gado e terra preta acondicionados sob uma lona plástica, fotografia 29 e a palha de

¹⁷⁹ As demais informações da feira constam em capítulo específico.

arroz, fotografia 30, que utiliza na preparação dos compostos orgânicos para usar como adubação natural em sua fruticultura e demais plantações de seu quintal.

Fotografia 29 - Esterco de gado em maturação



Fonte: arquivos do autor, 2018

Fotografia 30 - Palha de arroz



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Davi é um dos episódios mais interessante em relação à utilização de agrotóxico que presenciei durante minhas pesquisas no assentamento. Ele fez parte da primeira edição do PAIS em 2010. Porém, assim como Milton, desistiu nos primeiros três meses. Segundo Davi, “eu não consegui me subjugar às exigências do programa” (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista). No entanto, as circunstâncias de seu trabalho na terra fizeram com que esse agricultor mudasse de estilo em sua forma de cultivar frutas e hortaliças

Em 2014, tive uma experiência muito ruim com veneno. Tava com uma plantação grande de melancia e passava veneno nas melancias sem nenhum equipamento de proteção. Passei por uma intoxicação muito braba. Aí vi que ia morrer cedo e parei. Nunca mais usei qualquer tipo de veneno nas minhas plantações (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista).

De acordo com Davi, uma das grandes dificuldades para o cultivo orgânico é o trabalho duro e demorado referente ao armazenamento e manuseio de vários produtos utilizado nos compostos naturais para a fertilização do ambiente e controle de pragas. Porém, depois da experiência malsucedida e quase que fatal para sua saúde, Davi mudou drasticamente seu estilo de agricultura e se tornou um produtor agroecológico independente. Em relação à fertilização da terra, perguntei a ele sobre a possibilidade de plantar no lavrado sem a utilização de corretivos de solo. Respondeu: “sem o calcário é muito difícil. A única planta que vingou aqui sem o calcário foi a graviola” (SILVA DE JESUS, 2019, entrevista). A fotografia 31 mostra Davi remexendo materiais que se transformarão em compostos orgânicos a ser empregados em sua atividade de hortifruticultura.

Fotografia 31 - Davi preparando fertilizantes naturais



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Valdir e Roselene estão no projeto PAIS desde a sua primeira edição no ano de 2010. Para eles, a grande vantagem do PAIS foi a implantação da Feira Agroecológica do Caranã. “Antes a gente só vendia para o atravessador. Com a feira vendemos direto ao consumidor. As vendas na feira é responsáveis por uma grande parte de nossa sobrevivência”, disse Valdir. E para complementar essa questão, indaguei sobre os principais aprendizados com o ingresso no projeto.

Sobre agroecologia nós já tinha ouvido falar, mas não entendia o que significava na prática. E os treinamentos do PAIS despertou a atenção para muita coisa. Por exemplo, agora sempre que vamos comer alguma verdura, ficamos pensando sobre a presença de veneno. Antigamente eu pensava que o pimentão e o tomate não pegava veneno devido a camada externa parecer um plástico de proteção. Depois fiquei sabendo que o veneno é também absorvido e é uma das verduras que mais tem veneno e perigo de intoxicação (SOUZA, 2018, entrevista)

Visitando meus interlocutores e interlocutoras no assentamento não consegui ver nenhuma estrutura produtiva em forma de mandala, fotografia 28, que foi o modelo inicial proposto pelo projeto PAIS. Em função dessa ausência também no sítio do casal, questionei sobre esse assunto.

Fizemos o sistema mandala onde o técnico do Sebrae indicou. Só que lá pegava muito sol. Morria muita galinha com o calor. Fora o gavião que vinha pegar os pintinhos lá dentro. Quis mudar a mandala de lugar. Mas o técnico não concordou. Então parei de criar galinha. O milho é muito caro. Desse jeito não compensa (SOUZA, 2018, entrevista).

E com isso, vão surgindo oportunidades para outros questionamentos relacionados, como o uso de agrotóxico na propriedade. Sobre esse assunto, Valdir responde: “tentamos não

usar, mas no inverno é muito difícil controlar as pragas, somente a calda bordalesa¹⁸⁰ não consegue controlar” (entrevista, 2018).

Essa questão da utilização de agrotóxicos por produtores e produtoras agroecológicos é bastante complexa. Veja o caso de Valdir e Roselane. Eles são feirantes da Feira Agroecológica do Caranã desde sua fundação e também participaram de todas as edições do programa PAIS. Não obstante, em visita ocorrida em 2019, Valdir relatou que com o objetivo de aumentar a renda familiar estava iniciando uma plantação de pimentão, porém, nos moldes convencionais com a utilização de agrotóxico. De acordo com Valdir, o programa PAIS faculta aos participantes manterem dois estilos de manejos na propriedade, o agroecológico e o convencional. Posteriormente, questionei essa regra junto ao Emerson, o coordenador da terceira edição do programa. Segundo ele, isso é permitido, desde que cada um desses cultivos ou canteiros esteja a uma distância média de cinquenta metros um do outro e se possível isolados por barreiras naturais ou artificiais.

Por fim, questiono sobre a principal dificuldade para a transição para o estilo de manejo agroecológico? “Na realidade sempre tive um pé atrás com veneno. Já tive renite alérgica devido ao veneno no pimentão” (SOUZA, entrevista, 2018).

Francisco Teixeira e Maria Eliane também estão no projeto PAIS desde a primeira edição. Eles são um dos feirantes da Feira Agroecológica do Caranã. Sobre a utilização de agrotóxico em seus cultivos, Francisco Teixeira argumentou que usam pouco e somente em determinadas épocas do ano.

Tem uma parte que é do PAIS e outra parte nós usamos um pouco de agrotóxico, somente no inverno para matar o mato, o mata-mato. Mas agora que consegui comprar um pulverizador motorizado não vou precisar mais usar veneno, coloco as caldas e outros adubos orgânicos na bomba e rapidinho faço todo o serviço. Tem muita coisa para combater as pragas, tem o nim, o timbó, a calda bordalesa, a calda sulfocálcica, tem o fumo, o álcool (LIMA, 2019, entrevista).

Observei que uma das principais contribuições do Sebrae foi a conscientização do pessoal em relação à utilização do agrotóxico em seus sistemas produtivos. No entanto, com exceção do Davi que quase veio a óbito devido à aplicação de agrotóxico na lavoura, apesar de conhecer os malefícios, grande parte dos entrevistados e entrevistadas privilegia o aumento da renda em detrimento da sustentabilidade. É o predomínio da força do mercado.

¹⁸⁰ É um insumo utilizado em hortas e pomares orgânicos, em função de sua baixa toxicidade e alta eficiência, principalmente em controlar várias doenças causadas por fungos [míldio, ferrugem, requeima, pinta-preta, antracnose, cercosporiose, manchas foliares, podridões, etc.], em diversas culturas [tomateiro, videira, entre outras], tendo efeito secundário contra bacterioses. Também tem efeito repelente contra alguns insetos, tais como cigarrinha-verde, cochonilhas, trips e pulgões (MOTTA, 2016, p. 01).

4.3.2 Projeto EDU3S: educação sustentável, sinérgica e social

O Projeto Educação Sustentável, Sinérgica e Social, o EDU3S, foi patrocinado pela Petrobras e executado pela UFRR no período compreendido entre os anos de 2011 a 2015 (PEREIRA, 2017). O projeto teve por objetivo

[...] contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, gerando a inserção social, digna e produtiva, de [...] assentados de projetos de assentamentos rurais que vivem em risco ou em desvantagem social no país, reduzindo a pobreza e a desigualdade (UFRR, 2013, p. 01).

Para tal fim, os coordenadores e coordenadoras do projeto analisaram previamente a vocação agropecuária de cada família e com o resultado focou as ações para criação de infraestrutura produtiva em três áreas: hortifruticultura, avícola e apícola (UFRR, 2014). Para cada uma dessas atividades foram desenvolvidos kits para a demonstração prática e implementação inicial de infraestrutura produtiva na propriedade. A composição de cada conjunto considerou cada área específica. Assim, o kit da hortifruticultura foi composto por adubos e sementes; da avícola por pintos de um dia, antibiótico, vacinas, vermífugos e ração e a da apícola por colmeias completas, macacões, fumegador, cera alveolada, entre outros (UFRR, 2014).

Além de receber os conjuntos para o início do processo produtivo, as famílias cadastradas no projeto tiveram o acompanhamento técnico com as devidas orientações no emprego de cada item do kit (UFRR, 2014). Na atividade da hortifruticultura foram priorizados treinamentos visando a produção agroecológica com a uso de biofertilizante e processo de compostagem (UFRR, 2014).

Joziel, um dos adeptos do programa foi contemplado com o kit avícola, conforme sua preferência. Assim, quando fui visitá-lo para a entrevista, deparei-me com a placa de identificação do projeto EDU3S, fotografia 32, sendo que essa caracterização permitiu direcionar algumas perguntas sobre a implementação do projeto em seu sítio. As perguntas do roteiro pré-estruturado interpelavam sobre os projetos de maior relevância desenvolvidos no assentamento, não apontando nenhum deles em específico. Porém, percebi que uma parte dos entrevistados não se lembravam de sua participação nos projetos. Um desses casos foi o de Joziel que só se lembrou de seu ingresso no programa após meu questionamento sobre o significado da placa colocada à frente de seu lote.

Segundo as informações prestadas por Joziel, ele recebeu seu conjunto produtivo avícola no início do ano de 2014 e após três meses da instalação, já conseguiu se alimentar de carne e ovos oriundos do seu galinheiro. No entanto, ele afirmou que nunca conseguiu aumentar

sua produção de frango, galinhas e ovos em quantidades suficientes para a comercialização. A dificuldade para isso, de acordo com ele, é o alto custo do milho ou da ração que não permite a expansão dessa atividade. Sobre plantar milho em seu lote, declarou que não possui capital financeiro suficiente para arcar com os custos de produção no momento.

A placa retratada na fotografia 32 distingue e indica que a propriedade familiar é atendida pelo projeto EDU3S.

Fotografia 32 - Identificação da parcela rural atendida pelo EDU3S



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Davi optou pelo kit produtivo apícola. Segundo ele, queria aprender a trabalhar com mel. No entanto, em visita a seu sítio, observei que o material usado para a produção de mel estava todo empilhado em uma área de sua casa. Explicou-me que naquele momento devido à baixa do preço do mel no mercado, os rendimentos financeiros diminuíram muito, por isso, optou pela produção de frutas e verduras. Porém, assegurou que durante os anos de 2014 e 2015 grande parte de sua renda foi oriunda da atividade apícola.

Apesar da desistência de muitos agricultoras e agricultores do projeto, de acordo com as informações de Alisoneto, o EDU3S foi um dos responsáveis pelo fortalecimento da cadeia produtiva de mel no PA Nova Amazônia. Outra importância apontada por Alisoneto em relação ao projeto foi a constituição da Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia, a Coopana¹⁸¹.

¹⁸¹ Demais detalhes sobre a Coopana constam a seguir.

A instituição dessa cooperativa, “apesar do término da vigência dos projetos, o estabelecimento de alianças com os agricultores, institucionalizada por meio da assinatura do Termo de Incubação da Coopana com a ITCPES¹⁸²/UFRR, vigente até os dias atuais” (PEREIRA, 2017, p. 35).

Portanto, percebi que o projeto EDU3S beneficiou os sujeitos da agricultura familiar do PA Nova Amazônia tanto em âmbito individual representado pelas tentativas de criar infraestruturas produtivas, quanto no coletivo com a criação da Coopana.

4.3.3 Projeto “Soja Familiar”

Paralelo às ações do Sebrae, o governo do estado de Roraima por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em parceria com a Embrapa lançou o programa “Soja Familiar” com o objetivo de estimular e disseminar a plantação de soja entre os pequenos produtores e produtoras do PA Nova Amazônia. De acordo com Araújo (2015), o Governo investiu cerca quatrocentos mil reais no projeto e ficou encarregado pelo provimento de maquinários e implementos agrícolas, calcário e assistência técnica às pessoas adeptas do projeto.

A ideia do programa, conforme informações divulgadas pelo secretário titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento à época, Hipérion Oliveira, foi inspirada em modelo semelhante implantado no maior estado produtor de soja do país, Mato Grosso (ARAÚJO, 2015). Para isso, foi enviada uma equipe do governo de Roraima ao município de São Lucas do Rio Verde¹⁸³ para averiguar *in loco* o modelo desenvolvido pelos pequenos produtores de soja daquela região, considerado exitoso e replicar o exemplo no estado (ARAÚJO, 2015). A entrevista de Hipérion Oliveira a um jornal local demonstra a expectativa com esse projeto.

Nós temos todas as condições favoráveis possíveis, como clima e solo, a perspectiva de produção e de proximidade com outros mercados, principalmente o internacional, e infraestrutura. Esse é um projeto que mostra que é possível desenvolver uma economia, começando pelo pequeno agricultor, para poder assim iniciar um grande projeto de desenvolvimento para o Estado (GOVERNO, 2015, p. 01).

¹⁸² A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários é um programa de extensão vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da UFRR, que objetiva: a incubagem, formação, assessoramento e acompanhamento dos núcleos de economia solidária, tendo por objetivo transferir tecnologia social (UFRR, 2019, p. 01).

¹⁸³ São Lucas do Rio Verde, município localizado no estado do Mato Grosso, é considerado a cidade referência no cultivo de soja no Brasil.

A plantação da soja acompanhará o início do período de chuvas no estado, prevista para iniciar no mês de maio, com uma área plantada de seiscentos e quarenta hectares, sendo que em 2014, a área plantada foi de vinte hectares (GOVERNO, 2015). “O PA Nova Amazônia possui 70 mil hectares de terra, sendo que 25 mil hectares são propícios à produção de grãos”, explicou Hipérion a esse meio de meio de comunicação.

Desta forma, no primeiro semestre do ano de 2015 foram selecionados cerca de trinta produtores para o início do projeto (ARAÚJO, 2015). É necessário destacar que os produtores selecionados não possuíam experiência anterior no plantio de soja. O tamanho da área que cada produtor teve que destinar à plantação do grão foi de vinte hectares.

Assim entre o final do mês de setembro e início de outubro de 2015, iniciou-se a primeira colheita de soja desses pequenos produtores rurais. Foram colhidas vinte e sete mil sacas de soja nos seiscentos hectares destinados a esse fim. Na avaliação do governo, o resultado foi um bom começo, já que “a soja é considerada um dos atrativos do setor agrícola de Roraima” (ARAÚJO, 2015, p. 01). Por isso, a proposição do governo do estado é expandir o programa, beneficiando cada vez um maior número de agricultores do PA Nova Amazônia.

O interessante do Projeto “Soja Familiar” foi que quando em meados do ano de 2018 me dirigi à Seapa, órgão responsável direto pela gerência do programa, com o objetivo de confirmar as informações das reportagens veiculadas pelos meios de comunicação citadas e também buscar demais informações, fui encaminhado ao responsável pela gerência de grãos dessa secretaria, Jefferson Hara. No entanto, esse gestor me informou que não foi registrada nenhuma informação sobre o “Soja Familiar” na secretaria de agricultura devido à desistência dos produtores rurais na primeira edição do programa. Ainda tentei obter mais alguns dados junto a ele, porém, sem sucesso.

Nas pesquisas de campo, alguns agricultores já haviam relatado prejuízos em suas primeiras tentativas de cultivar soja no assentamento, porém, não havia associado esses eventos ao Projeto Soja Familiar. E essa história só começou a ser esclarecida, quando encontrei Euripes, um dos participantes e protagonista do projeto.

Euripes e Dorizete são moradores do Polo II e foram beneficiados com uma área de sessenta e dois hectares. Antes de se tornar um dos agricultores do PA Nova Amazônia, foi caminhoneiro transportando grãos das lavouras da região onde morou para o porto de Paranaguá¹⁸⁴. No entanto, seu sonho é que esse assentamento possa se transformar em um grande produtor de soja e milho.

¹⁸⁴ Cidade portuária localizada no estado do Paraná.

Euripes e sua esposa já tinham vindo ao estado de Roraima em ocasiões anteriores para visitar seus dois únicos filhos que tiveram que se mudar para Boa Vista devido à aprovação em concursos públicos. No entanto, segundo as informações de Euripes, ele e sua esposa se sentiam muito solitários em seu estado de origem, o Paraná. Assim, no ano de 2001, migraram para Roraima. Mas, seu intuito era chegar e procurar um pedaço de terra para trabalhar, onde pudesse cultivar grãos, como aqueles que ele transportava para o porto.

Transcorrido um ano após sua chegada e intensa procura, ficou sabendo por meio de conhecidos da possibilidade de o Incra disponibilizar a área ocupada pela fazenda Bamerindus para a reforma agrária. Com isso, dirigiu-se a esse Instituto para confirmar a veracidade daquelas informações. Diante da evidência, aproveitou-se e já realizou sua inscrição para pleitear uma parcela rural no assentamento a ser criado.

Não obstante, devido ao pouco de capital financeiro disponível, inicialmente implantou uma granja de frangos para abate, mas o negócio não rendeu o lucro esperado. Tentou ainda uma pequena criação de bovinos que também não deu resultado. Segundo Euripes, trabalhou nessas atividades com a finalidade de acumular capital financeiro para investir na produção de grãos, como soja e milho. Porém, essas tentativas falharam em seu objetivo.

De acordo com Euripes, mesmo diante das dificuldades, sendo a principal, a falta de capital financeiro, ele nunca desistiu de seu objetivo de plantar grãos em seu lote. Assim, no ano de 2015, assumiu o governo do estado, Sueli Campos, a qual Euripes e grupo de seis assentados recorreram solicitando auxílio para a plantação de soja no PA Nova Amazônia. A ideia foi muito bem recebida pelo governo que imediatamente solicitou a secretaria de agricultura a formatação do projeto. Portanto, foi nesse contexto que surgiu o Projeto “Soja Familiar”.

Euripes expôs que apesar de o governo do estado ter fornecido os maquinários, implementos agrícolas e calcário nas duas edições do programa, 2015 e 2016, todos os produtores tiveram prejuízos financeiros.

Segundo suas informações, a sojicultura é uma atividade agrícola de alto custo e risco, totalmente dependente, dentre outras coisas, de capital financeiro para a compra de sementes, defensivos agrícolas para combate às pragas e fertilizantes. De acordo com o projeto “Soja Familiar”, esses insumos seriam fornecidos por uma empresa privada recém instalada em Boa Vista, a Gran Terra, representante do grupo Amaggi em Roraima e também parceira do projeto. O pagamento para essa empresa seria em soja e não em dinheiro. Porém, como era um grupo de trinta produtores e cada um com a obrigação de disponibilizar vinte hectares, os maquinários agrícolas e o calcário fornecidos pelo governo não foram suficientes para preparar a terra e

semear as sementes na época correta do plantio. Resultado, ao final da colheita, a produção não foi suficiente para saldar as dívidas dos produtores junto à empresa parceira. De acordo com Euripes, em 2016, deram continuidade ao projeto, porém, tiveram os mesmos problemas da edição de 2015. Com isso, todos os produtores abandonaram o projeto da “Soja Familiar”. Posteriormente, estive com Ênio, outro participante desse programa que relatou praticamente os mesmos problemas ocorridos com o projeto.

Não obstante, a primeira tentativa de produzir soja no PA Nova Amazônia, conforme citado anteriormente, foi do grupo oriundo do Rio Grande do Sul em 2005. Porém, mesmo diante daquela tentativa frustrada, Ênio continuou tentando, pois era a única cultura que sabia plantar. Segundo ele, naquela época existia outra dificuldade também para o início dos cultivos:

[...] quando chegamos ainda não existia mercado para a soja, ou seja, não tinha para quem vender. Pois a soja não é um produto que se vende de porta a porta, é destinado principalmente às exportações. O milho tinha mercado, porém não tinha como produzir no lavrado. Mas, era produzido nos assentamentos de região de mata (PASQUALI, 2018, entrevista).

Milton optou por não participar do Projeto “Soja Familiar”, mas, também nunca desistiu do seu propósito de cultivar soja, sendo que essa ideia começou a se concretizar com o retorno no ano de 2013 de seu filho Mariton, que estava trabalhando nos garimpos da Venezuela. Aquele período coincide com a chegada de diversos sojicultores ao estado de Roraima e também do escritório de representação do grupo Amaggi. Segundo Mariton, naquela época havia muita propaganda se referindo às vantagens financeiras decorrente da sojicultura no lavrado roraimense. Como consequência da publicidade, Mariton convenceu seu pai que havia chegado o momento para o início do cultivo dessa oleaginosa.

Em 2014 plantamos vinte hectares de soja. Área de primeiro ano. A Gran Terra forneceu a semente e tudo mais. Deu muito lagarto na plantação. Muito trabalho e não deu resultado. Ficamos devendo. Em 2015 tentamos novamente. Fiz empréstimo consignado com garantia da aposentadoria. E novamente não cobriu os custos (NEGREIROS; 2017; 2019, entrevista).

De acordo com os relatos de Ênio, no ano de 2018 ele plantou oitenta hectares de soja e vinte hectares de milho utilizando toda sua área útil e ainda precisou arrendar terrenos de outros vizinhos próximos. No entanto, foi somente a partir de 2016 que

[...] encontramos a variedade de semente e a forma correta para se conseguir uma boa produtividade da soja no lavrado. Soja deve ser a primeira cultura a ser plantada no lavrado, ele fixa o nitrogênio no solo, beneficiando as próximas culturas, como o milho por exemplo. Ela é a base. Mas, o primeiro plantio de soja no lavrado não vai dar dinheiro, somente cobre os custos. Depois de dois anos de leguminosa, pode se entrar com outra cultura, como o milho por exemplo (PASQUALI, entrevista, 2018).

Observei que a questão da sojicultura no assentamento está ganhando adeptos, principalmente em relação à fertilização do solo e como ingrediente essencial à produção própria de ração.

Antigamente eu tinha medo dela. Não tinha conhecimento e muitas pessoas falavam que quando a soja entrasse ela iria acabar com a terra de vocês. Hoje eu vi que ela deixa a vantagem na terra também. É um adubo natural igual ao feijão. Hoje se eu plantar dez hectares de milho irei plantar também quatro hectares de soja para eu fazer minha própria ração (MACEDO, 2018, entrevista).

Conforme a narração do Ênio, grande parte das despesas para sua plantação de soja e milho foi financiada pela Gran Terra, “me forneceram defensivos, adubo e semente. O calcário, o fosfato e outras despesas é por minha conta. No meu caso devo mil e oitocentas sacas de soja a eles, e o que sobrar é meu” (PASQUALI, 2018, entrevista).

Todos os plantadores de soja que entrevistei no assentamento (Ênio, Milton, Renê e Euripes) foram unânimes em reconhecer que a Gran Terra foi um dos principais agentes responsáveis pelo crescimento da área plantada de soja no estado de Roraima.

Por fim, o projeto “Soja Familiar”, dentre os programas analisados nessa pesquisa, foi o de duração mais curta, duas edições anuais e também o mais criticado. Porém, segundo Euripes, “ficou a experiência, que foi muito importante para o estágio de desenvolvimento na plantação de grão alcançada em 2019” (SILVA, 2019, entrevista).

4.3.4 PMDA - Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio

O Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio, o PMDA, foi o programa mais comentado pelos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia durante minhas pesquisas de campo. O PMDA foi criado no ano de 2017 e é gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas¹⁸⁵. Desde a sua implantação foram realizadas duas edições do plano, referenciadas pelas safras 2017/2018, com trinta e cinco participantes e 2018/2019 com vinte e cinco.

De acordo com a entrevista com Marlon Buss e Guilherme Adjuto¹⁸⁶, secretário e secretário-adjunto da SMAI, respectivamente, esse programa tem dois objetivos gerais que são interligados entre si. De um lado visa propiciar às famílias agricultoras do assentamento, condições de iniciar ou expandir sua atividade agrícola por intermédio do fornecimento de insumos com a concessão de financiamentos de curto e médio prazos; disponibilização de maquinários e implementos agrícolas sob a forma de cautela à cooperativa para a realização dos trabalhos dos cooperados; e conceder assistência técnica. Pelo outro lado, visa o fortalecimento das cooperativas. Assim, o PMDA oferece

¹⁸⁵ SMAI

¹⁸⁶ O sobrenome é Adjuto e ele é secretário-adjunto. É muito parecido e pode ser entendido como erro de digitação.

[...] condições seguras aos produtores com a aplicação de tecnologia moderna a fim de garantir o melhor desempenho produtivo nas lavouras e com isso transformar a região em polo produtivo de grãos. Em contrapartida as cooperativas e associações se fortalecem com o aumento do número de associados, além do reinvestimento na ampliação, melhoria e na abertura de área para outros produtores, tornando a entidade autossustentável e os agricultores mais fortes e independentes (PASQUALOTTO, 2018, p. 05).

Esse programa é implementado por intermédio de parceria entre as cooperativas e a SMAI. No PA Nova Amazônia, a Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia é a instituição parceira do projeto.

Todos os agricultores beneficiados são atendidos desde a coleta de solo para análise, orientação para preparo e correção do solo, implementos disponíveis e a devida incorporação de calcário e fosfatagem conforme recomendações e assistência técnica da equipe da pasta em todas as etapas do trabalho na lavoura. (PAQUALOTTO, 2018, p. 01).

No PA Nova Amazônia, o PMDA é viabilizado por intermédio de convênio entre a SMAI e a Coopana. De acordo com Guilherme,

[...] o processo se inicia com a seleção e regularização do agricultor junto às cooperativas. Após essa fase, a SMAI repassa todos os itens necessários a essas entidades para o início dos trabalhos. E durante o desenvolvimento do Plano Municipal, continuamos com a assistência técnica até findar a colheita (ADJUTO, entrevista, 2018).

Conforme a narração de Alisoneto, o PMDA está sendo um sucesso e destacou que isso se deve principalmente à forma da parceria com os agricultores e suas cooperativas.

No início quando o secretario veio saber minha opinião, falei que a prefeitura não deveria dar nada de graça, pois não damos valor naquilo que recebemos sem ter que fazer esforço. Assim foi feito. Resultado. Produção recorde de milho. Todos colheram ao menos cem sacos por hectare. É tipo um financiamento. Agora no próximo mês iremos pagar a primeira parcela do PMDA. No Polo II é milho prá tudo quanto é lado. Foi um projeto excelente (MACEDO, 2018, entrevista).

Celivane, na entrevista expressou a mesma opinião de Alisoneto. Segundo ela,

[...] o PMDA, é um projeto que fornece insumos para ajudar o agricultor e máquinas para beneficiar a terra. Não é um projeto gratuito não, a gente paga por ele. O recurso que é oriundo da prefeitura retorna a cooperativa e não à secretaria da agricultura. Por aí, já dá prá ver que é uma coisa diferente (SILVA, 2019, entrevista).

Alisoneto faz questão de me explicar o funcionamento do Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio na prática.

[...] suponhamos que eu queira plantar dez hectare de roça. Ele financia a análise do solo, o calcário, o fósforo, enfim a correção do solo. Vamos supor que eu gastei vinte mil reais, além da minha contrapartida que é o trabalho de plantação, diesel do trator e mais algumas coisinhas. Quando vender a produção tenho que tirar dez por cento do total devido para pagar a parcela do PMDA. Porém este dinheiro não volta para a prefeitura. Ele é administrado pela cooperativa ou associação junto à prefeitura. Vai se formando um fundo. Se eu ou qualquer outro associado quer ampliar a área, faço uso desse fundo. Forma-se um fundo para financiar novas áreas ou ampliar as que já estão produzindo (MACEDO, 2018, entrevista).

Em razão desse otimismo, e com o objetivo de divulgar os resultados do PMDA, a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas em parceria com a Coopana e

associações do PA Nova Amazônia realizou a I Feira da Agricultura Familiar, a AgroFest. Esse evento foi realizado no dia 21 de julho de 2018, data em que se soleniza também o dia do agricultor familiar. A comemoração aconteceu na Associação dos Agricultores Familiares do Polo I - Elifas Levi Veloso Filho, localizada no P.A Nova Amazônia, vicinal 2, Polo I, fotografia 33.

Fotografia 33 - Vista da entrada da AgroFest 2018



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Não obstante, com pouquíssimas exceções, como um grupo de agricultoras agroecológicas, fotografia 34, o formato do evento, assim como seus patrocinadores, não prenunciou um festejo destinado à comemoração do dia do agricultor familiar. Porém, deixou claro que, dentre os estilos de manejos presentes no assentamento, o PMDA privilegiou o cultivo do milho transgênico, fotografia 35, em detrimento à agroecologia. Outro sinal dessa prerrogativa esteve presente nas comunicações das faixas, fotografia 35. É obvio que a produção agrícola fomenta a economia da cidade, porém, não só com a produção de milho e soja.

Fotografia 34 - Agricultura agroecológica



Fonte: arquivos do autor, 2018

Fotografia 35 - Milho transgênico



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Sabe-se que patrocínio em feiras ou outros tipos de eventos significa investimento, e este requer retorno financeiro, sendo essa uma das principais leis do mercado. Nesse contexto, revendedores de fabricantes de tratores, fotografia 36 e de equipamentos da agricultura de alta precisão, como o software, fotografia 37, que inclui GPS, controlador de despejo de sementes, fertilizantes e agrotóxicos por cova demonstraram as vantagens de seus produtos com ênfase na produtividade.

Fotografia 36 - Trator em exposição



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Fotografia 37 - Software de alta precisão



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Para completar o pacote de componentes em busca de eficiência, o evento contou com a demonstração dos resultados das pesquisas conduzidas por instituições públicas como a Embrapa. Esse instituto de pesquisa que é um dos parceiros do PMDA tem por objetivo desenvolver e testar sementes de milho e soja adaptáveis ao ambiente do lavrado roraimense. Em relação ao milho, fotografia 38, as sementes transgênicas são fornecidas pela Agrocere¹⁸⁷.

Fotografia 38 - Campo experimental de milho



Fonte: arquivos do autor, 2018.

¹⁸⁷ Fundada em 1945, a Agrocere foi a primeira empresa a produzir e comercializar sementes de milho híbrido no Brasil.

E referente à soja, fotografia 39, as sementes são desenvolvidas pela Embrapa.

Fotografia 39 - Campo experimental de soja



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Transcorrido um ano, entre os dias 25 a 27 de julho aconteceu a segunda edição da Festa da Agricultura Familiar no mesmo local do evento anterior. O local, além de sediar o evento, tornou-se oficialmente o campo de experiências para o desenvolvimento de pesquisas com milho e soja.

A localidade dos experimentos pertence à Associação dos Agricultores Familiares do Polo I que tem uma área comum de cento e noventa e sete hectares. Porém, os moradores do Polo I em sua maioria são produtores de hortifrutigranjeiros e suas parcelas rurais têm extensão média de dezessete hectares. Com isso, percebi que essas experiências são antagônicas à principal atividade desenvolvida pelos moradores e moradoras desse Polo. Em vista desse contraste, questionei o assunto com Alisoneto, presidente da associação. Respondeu que todas as decisões são tomadas em assembleias e o resultado das experiências vão beneficiar a todos as pessoas do assentamento, não somente às do Polo I (MACEDO, 2018, entrevista).

De um ano para o outro, notei uma estrutura cada vez mais direcionada à priorizar o agronegócio, fotografia 40.

Fotografia 40 - Vista panorâmica da AgroFest 2019



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Nessa sequência, os elementos protagonistas do PMDA demonstrados na segunda edição da AgroFest, ou seja, a busca no melhoramento dos índices de produtividade da cultura da soja e do milho, continuaram no ano de 2019. A única mudança percebida foi a substituição dos cultivares nos experimentos, as sementes de soja produzida pela Basf¹⁸⁸, fotografia 41 e de milho fornecida pela Stine¹⁸⁹, fotografia 42.

Fotografia 41 - A soja e a Basf



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Fotografia 42 - O milho e a Stine



Fonte: arquivos do autor, 2019.

¹⁸⁸ Com a aquisição das unidades de sementes e herbicidas da Bayer em meados de 2018, a Basf se tornou uma das quatro maiores empresas mundiais a controlar a agricultura (SANTOS, 2018).

¹⁸⁹ A Stine Seed Company é a maior empresa privada de sementes do mundo e a maior empresa independente de sementes nos EUA (STINE, 2019).

De acordo com a opinião de vários entrevistados e entrevistadas, a primeira edição do PMDA 2017/2018 foi excelente, no entanto, na segunda edição 2018/2019, houve uma redução da quantidade de vagas ofertadas no projeto, com isso, a escolha dos participantes se tornou seletiva, considerando o viés político dos cooperativados.

Em cada uma das edições do PMDA, os vinte produtores contemplados plantaram juntos quatrocentos hectares entre as culturas de soja e de milho.

4.4 AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Murupu e Truaru conta com diversas associações, porém, de acordo com os moradores e moradoras do assentamento, somente quatro estão funcionando regularmente. Dentre estas, duas delas estão localizadas no Murupu e as outras, no Truaru. Quanto à quantidade de cooperativas formalmente constituídas, são quatro, sendo três localizadas no Murupu e uma no Truaru. É importante salientar que independentemente de estarem incubadas, todas essas associações e cooperativas, recebem consultoria e apoio da ITCPES da UFRR.

De acordo com as entrevistas com os diretores, diretoras e presidentes das associações e cooperativas, tanto uma como outra forma de associativismo foram formadas devido às exigências das instituições públicas em suas três esferas, federal, estadual e municipal para a viabilização de programas, projetos e acesso a outros tipos de benefícios como o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, compras institucionais, PMDA e acautelamento de máquinas e implementos agrícolas, dentre outros. Portanto, foi nesse contexto que somente no ano de 2019 foram criadas mais duas cooperativas no PA Nova Amazônia.

De modo geral, observei que os presidentes, diretores, diretoras, sócios e sócias das cooperativas e associações do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru definem esses formatos associativos em sociedades com fins lucrativos e sem fins lucrativos, respectivamente.

4.4.1 Associações

De acordo com o Art. 53 da Lei nº 10.476/2002, as associações são constituídas “pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não existindo entre os associados “direitos e obrigações recíprocos” (BRASIL, 2002, Lei). O patrimônio das associações é constituído “por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital

social, o que dificulta a obtenção de financiamentos em instituições financeiras” (SEBRAE, 2019, p. 01).

Conforme as entrevistas com seus presidentes, a constituição de uma associação é menos burocrática e pode ser constituída a partir de duas pessoas. Não obstante, independente do que rege a Lei, as motivações para a criação das associações do PA Nova Amazônia foram sempre de cunho econômico

A Associação dos Agricultores Familiares do PA Nova Amazônia Polo IV, AAFPIV, foi fundada em 31 de dezembro de 2002. A AAFPIV possui registrada em seu nome uma extensão de terra de trinta hectares. Esse espaço é denominado de “área comum”, que segundo a entrevista de Celivane, só pode ser utilizada em benefício coletivo de seus associados e associadas. A associação tem oitenta e nove associados e desde o ano de 2017 é presidida pela agricultora Celivane Mendes da Silva. A fotografia 43 retrata a sede da associação que está localizada na vicinal 4 do Polo IV do Murupu. A outra fotografia 44, detalha a fachada da associação com ênfase em seu principal apoiador: a incubadora da UFRR.

Fotografia 43 - Sede da Associação AAFP-IV Fotografia 44 - Detalhes da fachada



Fonte: arquivos do autor, 2019.



Fonte: arquivos do autor, 2019.

De acordo com as informações de Celivane, esse é seu primeiro mandato, porém, é uma das associadas fundadora.

A associação foi formada porque começou a aparecer os benefícios e tudo só vinha via associação. Se quisesse os benefícios teriam que vir pela associação. Individualmente não se consegue nada. Nem um trator para trabalhar na terra. Qualquer órgão que formos na cidade pedir apoio, só informam que tem que vir via associação. Por outro lado, obriga a união das pessoas, porque se não fosse essa obrigação, a união seria mais fraca ainda (SILVA, 2019, entrevista).

A Associação dos Trabalhadores Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia I, ASTRF é presidida por Francisco Teixeira Lima e foi fundada em 31 de outubro de 2004. No ano de 2006 ele assumiu a presidência por dois anos. Posteriormente só retornou à presidência em 2017. A sede dessa associação está localizada na vicinal 1 do Truaru, fotografia 45. Segundo a entrevista de Francisco Teixeira, no quadro de associados e associadas consta a quantidade de trezentos e trinta e quatro pessoas. No entanto, somente, cento e vinte e cinco participam

efetivamente nos trabalhos da associação. A área comum da ASTRF é de vinte hectares que em 2019 foi utilizada coletivamente para cultivo da seguinte forma: dezessete hectares de milho e três de feijão.

Fotografia 45 - Sede da associação ASTRF



Fonte: arquivos do autor, 2019.

A Associação dos Agricultores Familiares do Polo I – Elifas Levi Veloso Filho é presidida por Elisoneto Cardoso de Macedo. De acordo com a entrevista com seu presidente, a associação possui cerca de cento e quinze associados e funciona desde o ano de 2005. Porém, Elisoneto assumiu a presidência somente no ano 2016. A área comum registrada em nome da associação é de cento e noventa e sete hectares de extensão. A sede da associação está localizada na vicinal 2 do Polo I, Murupu, fotografia 46.

Fotografia 46 - Sede da associação AAFPPANA



Fonte: arquivos do autor, 2018.

A Associação dos Produtores Rurais do PA Nova Amazônia I é presidida por Josiane Valério Oliveira Albuquerque. Essa associação foi fundada em 24 de fevereiro de 2011, porém ela só assumiu a gestão em maio de 2011. Segundo as informações de Josiane, a associação tem em seu quadro vinte e oito pessoas associadas. Sua sede está localizada na vicinal 2 do Truaru. Essa associação não possui área comum e foi fundada com o objetivo de ter mais acesso aos benefícios, pois, segundo Josiane, “a outra associação daqui do Truaru estava deixando a gente de lado. Estava muito difícil para o pessoal daqui da vicinal 2 ter direito ao uso do trator da prefeitura que ficou acautelado com eles” (entrevista, 2019).

Josiane é esposa de Iranilton. Eles moram no Truaru, onde possuem sessenta e seis hectares de terra. O casal é procedente de Pedro Avelino, município pertencente ao estado do Rio Grande do Norte.

Iranilton Bastista de Albuquerque é filho de agricultor, porém, trabalhou em uma indústria de tecidos em sua cidade natal. Eles chegaram em Roraima em 1988.

Tinha uns primos que já morava aqui a muito tempo e sempre me chamavam para vir conhecer o lugar. Em 1986 tirei férias da empresa em que trabalhava e então vim conhecer Boa Vista. Gostei muito do lugar. E em 1988 pedi demissão e logo vim me embora de mudança. Chegando aqui, montei uma fábrica de pré-moldados em sociedade com meu primo. Trabalhamos vinte e dois anos com essa nossa indústria (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Paralelamente a esse negócio, em 2002, Iranilton abriu uma loja de material de construção. Conforme suas informações, entre os anos de 2008 a 2009 a situação econômica da empresa não estava indo bem.

Isso já era reflexo também da crise que o Brasil vinha enfrentando. Então, comecei a pensar em mudar de atividade. Não estava fácil viver do comércio e da sociedade na fábrica. Em 2010 fiz vestibular para economia. Passei e me formei em 2014. Esperava que a situação econômica do Brasil e de Boa Vista melhorasse, mas não melhorou. Já tinha vendido minha parte na fábrica de pré-moldado. E no mesmo ano que me formei, vendi minha loja de material de construção. Paguei umas contas e investi tudo que sobrou nesse lote (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Não obstante, a aquisição de seu lote não se deu de forma convencional. A parcela rural que a família de Iranilton passou a ocupar a partir de 2014, pertenceu a um assentado que teve problemas de saúde e teve que ir embora para o estado da Paraíba. Devido a essa necessidade, cedeu seu direito ao lote a seu irmão e este a uma outra pessoa e essa terceira pessoa cedeu seu direito a um dos filhos de Iranilton.

Em realidade, essa é uma forma irregular de ocupação dos lotes destinados ao Programa Nacional da Reforma Agrária, conforme Instrução Normativa do Incra.

Art.4º Para os efeitos desta Instrução conceitua-se:

[...]

V - **parcela em situação irregular**: aquela que se enquadre numa das situações abaixo:

[...]

- d) cujo ocupante atual tenha ocupado a parcela sem autorização do Incra;
- e) que esteja ocupada por um preposto do assentado pelo Incra; [...] (BRASIL, 2008, Instrução Normativa, grifo nosso).

Mas, no ano de 2012, o Incra revogou essa instrução normativa que previa a retomada das parcelas rurais, caso houvesse, comprovação de qualquer forma de ocupação irregular. Dessa forma a nova instrução normativa estabeleceu os requisitos para regularização das parcelas ocupadas, abrindo a possibilidade de aquisição ou permanência no lote a quem atender a estas quatro condições, conforme artigo da Instrução Normativa nº 71.

Art. 14 A pedido do interessado, a aquisição ou ocupação de parcela sem autorização do Incra poderá ser regularizada, atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
I - emissão há mais de dez anos de contrato ou título originários, ou outro documento similar, contados da data em que o ocupante irregular foi notificado;
II - inexistência de candidatos, dos requisitos de elegibilidade para ser beneficiário da reforma agrária;
III - observância, pelo candidato, dos requisitos de elegibilidade para ser beneficiário da reforma agrária;
IV - quitação ou assunção pelo interessado até a data de assinatura do contrato de concessão de uso, dos débitos relativos ao Crédito de Instalação, concedidos aos beneficiários anteriores; [...] (BRASIL, 2012, Instrução Normativa).

Assim, segundo suas explicações, no ano de 2016 a família requereu ao Incra a transferência de titularidade. Quando fui visitar Iranilton e Josiane para a entrevista em agosto de 2019, havia uma semana que eles tinham se dirigido ao Incra para obter informações sobre o andamento de seu processo e me contou muito animado que haviam lhe prometido que a transferência sairia antes do final do ano.

Em relação às formas de ocupação dos lotes no PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru, de acordo com as informações das lideranças comunitárias, mais de quarenta por cento se encontra em situação irregular. Segundo eles, devido à facilidade de acesso e da proximidade da cidade de Boa Vista, grande parte dessas parcelas rurais foram vendidas a empresários e funcionários públicos que utilizam a área para lazer.

4.4.2 Cooperativas

Até o ano de 2017, o PA Nova Amazônia contava com duas cooperativas formalmente constituídas, a Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos, Coopercinco e a Cooperativa Agropecuária do PA Nova Amazônia, Coopana, sendo que as duas estão localizadas no Murupu. No entanto, com a criação do PMDA, cujo programa é implementado somente por intermédio de cooperativas, a quantidade dobrou. E no ano de 2019 foi criada a Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I localizada no Truaru e outra no Murupu, no Polo IV, a Cooperativa de Produção do Norte Interior, Cooperoni.

A Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos, a Coopercinco, foi fundada em 28 de janeiro de 2006 no PA Nova Amazônia, Murupu. Mas, atua em dez municípios do estado. Porém, oitenta por cento do quadro de seus seiscentos e dezessete sócios são moradores e moradoras do assentamento. Sérgio Fernandes Medeiros, o diretor-presidente se tornou cooperado em 2012 e desde o ano de 2017 assumiu a gestão da cooperativa.

De acordo com a entrevista, Sérgio relatou que a Coopercinco

[...] surgiu com a chegada de um grupo de gaúchos. O Ênio foi o sócio fundador. Na realidade eles já vieram organizados. Eles não se davam bem com a gente e nem a gente com eles porque o Incra deu um pedaço de terra bem maior para eles. E nós que tínhamos toda uma história de luta ganhamos um pedaço menor e isso criou uma divergência (MEDEIROS, 2019, entrevista).

No entanto, em relação a essa divergência, Sérgio lembrou que não foi somente esse o motivo. “Nós que estava no assentamento não tinha costume de trabalhar com trator e maquinários em geral. Nós só trabalhava com enxada mesmo. E também eles começaram a falar que nós era um bando de preguiçoso” (MEDEIROS, 2019, entrevista).

Não obstante, segundo as narrativas de Sérgio, a dificuldade une as pessoas e esses migrantes sul-rio-grandenses diante das dificuldades e desconhecimento do ambiente lavrado começaram a se aproximar dos outros assentados.

Pouco tempo depois que chegaram no assentamento os gaúchos racharam. Uns ficaram com a cooperativa que tinham trazido do Sul e outro grupo formou a Coopercinco. Com esse racha, os sócios da Coopercinco começaram a interagir com os outros assentados. Primeiro foram convidando algumas pessoas e depois abriram para todo mundo. Como a maioria dos gaúchos foram embora, por isso, tiveram que interagir com os outros assentados (MEDEIROS, 2019, entrevista).

Porém, relacionado à disputa pelo espaço e estranhamento, Sérgio relembrou de outro episódio ocorrido ainda na época acampamento no ano de 2003.

Antes da gente mudar para os lotes, quando ainda estava acampado na beira da estrada, os próprios funcionários da fazenda não viam a gente, esse movimento com bons olhos. Não aceitavam muito a gente. Achavam que nós estava vindo para tomar o espaço que era deles. Na cabeça deles, a gente era invasor (MEDEIROS, 2019, entrevista).

Ao terminar de narrar esse evento, Sérgio reconheceu que quando o grupo de pessoas oriundas do estado do Rio Grande do Sul se instalou no PA Nova Amazônia, a situação se inverteu, “desta vez, nós é que não queria aceitar eles aqui no assentamento” (entrevista, 2019).

A Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia, Coopana, conforme citado, foi concebida a partir do projeto da UFRR, EDU3S com apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITC PES/UFRR. Dessa forma, todos os cinquenta e um sócios fundadores participaram do Projeto EDU3S e foram constituídos por agricultores e agricultoras com interesse no desenvolvimento local (UFRR, 2015).

Os trabalhos de mobilização e o estudo de viabilidade socioeconômica para a criação dessa cooperativa teve início no mês de março de 2015. Cerca de três meses após o resultado positivo dessa avaliação, em 12 de junho de 2015 foi constituída a assembleia de fundação da cooperativa para atender aos agricultores familiares dos dois projetos de assentamento: PA Nova Amazônia, Murupu e PA Nova Amazônia I, Truaru (UFRR, 2015).

Euripes foi o primeiro presidente da Coopana e segundo suas declarações na entrevista, a cooperativa conta com mais de oitenta sócios, dentre estes, vinte são plantadores de grãos e o restante divididos entre outras atividades rurais, com predomínio da hortifruticultura.

Na reunião para fundar a Cooperativa, perguntaram se eu poderia ser o primeiro presidente. Falei que sim, mas que aceitaria se fosse para formar uma cadeia produtiva de proteína animal. Tinha um grupo que tinha um sonho de plantar grão. Inclusive quando começamos a plantar grãos fomos muito combatidos pelo sindicato rural, pois estávamos introduzindo a monocultura em um assentamento da reforma agrária. Mas a ideia não era essa. Nossa ideia era plantar milho, plantar soja para fazer nossa ração. Para mais tarde ser um polo de produção de ovelha, suíno. Então se a Coopana conseguir intermediar isso, ela virará uma potência e o assentamento também (SILVA, 2019, entrevista).

Mas, complementou Euripes, o objetivo da nossa cooperativa no momento “é fabricar nossa própria ração, e isso barateia os custos para quem quer criar animais. E só assumi para fazer acontecer isso” (entrevista, 2019). De acordo com esse entrevistado, essa realidade poderá acontecer em um curto período de tempo. Pois,

[...] já estamos produzindo cerca de três a quatro mil sacas de sessenta quilos de milho por produtor. Multiplica-se isso por trinta produtores, porque tem os que produzem e também não são sócios da cooperativa. Só isso já dá quase cem mil sacas de milho por safra. E como já tem produtor produzindo soja também, então já dá pra montar uma fábrica de ração, pois a matéria prima principal é milho e soja. E toda essa ração será consumida aqui mesmo, pois temos muito produtores de peixe, de suíno, de frango, de boi (SILVA, 2019, entrevista).

No entanto, Euripes está preocupado com a influência político-partidária dentro da cooperativa.

A Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I, Coopnova, foi fundada em 2019 e é presidida por Francisco Teixeira. De acordo com a entrevista deste diretor-presidente, no início do ano de 2019, o secretário municipal de agricultura convocou os representantes das associações do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru para uma reunião. A pauta da reunião foi para explicar que diferentemente do ano safra 2017/2018, o PMDA não poderá mais ser realizado por meio de associações, devido a estas, serem entidades classificadas como sem fins lucrativos. Portanto, os moradores e moradoras que quisessem participar do PMDA só poderão obter os financiamentos dos insumos somente por intermédio de cooperativas, não mais por associações.

Tivemos que abrir uma cooperativa em 2019, porque a Secretaria do Município só financiava por meio de cooperativas. E esse financiamento é muito importante porque

é giratório. E cooperativas só tinha lá no Murupu e também nós já tinha a intenção de ter nossa cooperativa. Aproveitamos a oportunidade (LIMA, 2019, entrevista).

Nessa reunião, Francisco Teixeira contou que indagou ao secretário municipal qual o prazo que ainda tinham para abrir uma cooperativa. Em resposta, o secretário “falou que não dava mais tempo, pois faltava pouco mais de quarenta dias para se fazer as inscrições nos projetos. Não desisti. Falei para ele que antes de quarenta dias a cooperativa estaria formada” (LIMA, 2019, entrevista).

Posterior a essa reunião, segundo as explicações de Francisco Teixeira, ele e um grupo de pessoas do Truaru se dirigiram à incubadora da UFRR, o ITCPES. Segundo ele, a gestora de incubação, inicialmente demonstrou resistência quanto à alegação dos objetivos para uma decisão como esta e falou “a abertura de uma cooperativa é uma decisão acertada, porém, tem muitos custos” (entrevista, 2019). Enfim, com a ajuda da gestora de incubação e de mais cinquenta sócios conseguiram fundar a Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I em menos de quarenta dias.

Nem todos puderam se associar por causa dos custos. Foi combinado que o custo de entrada seria trezentos reais referente a cota-parte de cem reais e mais a manutenção de duzentos reais para as despesas até começar a entrar dinheiro para a cooperativa. E foi dividido em três vezes. A maioria das pessoas que eram sócias da nossa associação ficaram de fora por falta de dinheiro. Não tinham os cem reais para dar de entrada e depois mais duas prestações também de cem. A cooperativa não tem mensalidade. Mas ficará com dez por cento do valor da produção. A estratégia da cooperativa é ficar com cinquenta sócios e só abrir para outros quando ter certeza que vão participar de verdade. Se não enche só de nomes igual aconteceu com a associação e isso não adianta de nada. Só traz problemas (LIMA, 2019, entrevista).

Os motivos para a criação da Cooperoni, presidida por Celivane é a mesma. Ela também esteve na mesma reunião.

4.4.3 Percepções das dificuldades

Durante as entrevistas com os gestores e gestoras das associações e cooperativas do PA Nova Amazônia, recorrentemente, surgiram temas referentes às dificuldades enfrentadas para a gerência e manutenção dessas formas coletivas de organização.

De acordo com os relatos de Celivane, as dificuldades se iniciam no momento da convocação dos associados e associadas para a eleição da constituição da diretoria de uma associação. Pois para isso, complementou a entrevistada, é necessário o comparecimento de determinada quantidade de pessoas, para a obtenção de quórum mínimo necessário para a realização da votação.

Só para se ter uma ideia, tava todo mundo tão desmotivado que para convocar reunião para escolha do novo presidente, que tinha que ser no mínimo vinte associados, foi

muito difícil. Tivemos que fazer várias reuniões e chamamentos para alcançar esse número de pessoas. Sócios em dia com a mensalidade só tinha quatro. Para que houvesse eleição foi muito trabalhoso. Hoje sócios em dia, são mais de sessenta (SILVA, 2019, entrevista).

Segundo ela, posteriormente, à escolha do grupo dirigente, vão surgindo outros problemas.

Primeiro lugar é falta de união. Você sabe que mexer com o ser humano é muito difícil. Junta gente de um lado e do outro debandam. Então para ajuntar toda essa gente é muito difícil. Apesar que a partir do ano de 2018 a união aqui dentro cresceu muito. Temos realizados diversos projetos e isso tem servido de motivo para os associados a se apegarem mais (SILVA, 2019, entrevista).

Para Josiane, a maior dificuldade em trabalhar o associativismo no Truaru é falta de credibilidade nos projetos.

A gente tenta ajuntar o povo. Mas eles não acreditam. Também, dou até razão, já houve tanta promessa e nada. Principalmente em época de campanha eleitoral. Devido a isso, as associações perderam por completo a credibilidade. Quando se propõe qualquer projeto, sempre ficam com um pé atrás. Convocamos uma reunião vem dois, três, meia dúzia no máximo (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Francisco Teixeira tem a mesma linha de raciocínio, porém, suscita um enfoque regional para o problema.

[...] a coletividade, o brasileiro. O brasileiro não, o roraimense sim. Já que acho que nunca trabalhou dessa forma, então não acredita nisso. Fica na dúvida, se vai dar certo ou não. Somente agora estamos conseguindo fazer reunião com vários sócios presentes, porque antes marcava reunião e só vinha a diretoria. Mas também não viam resultado de nada (LIMA, 2019, entrevista).

De acordo com as entrevistas, não há diferenças relacionadas ao envolvimento dos sócios e sócias das duas formas de organização coletivas, associação ou cooperativa. Nessa perspectiva, Sérgio proferiu que,

[...] aqui no estado o pessoal não tem cultura de trabalhar com cooperativismo. Com as visitas que fizemos fora do estado, compreendi que o caminho é o cooperativismo. Mas agora, aqui, o pessoal já está começando a entender. Antes o pessoal elegia uma diretoria e a preocupação era só vender por meio da cooperativa. Movidos pelo interesse. Não queriam nem saber dos problemas. Hoje eles estão mais participativos. A visão dos cooperados está começando a mudar (entrevista, 2019).

As visitas a que Sérgio se referiu foi promovida pela Organização das Cooperativas do Brasil, a OCB. Uma dessas viagens ocorreu no ano de 2016 com o objetivo de demonstrar aos diretores e diretoras das organizações coletivas locais o formato de desenvolvimento e autonomia que alcançou determinadas cooperativas localizadas na região Sul do país. Dentre às cooperativas visitadas, Sérgio destacou a Cooperativa Agroindustrial Consolata, Copacol.

A Copacol do paraná é um espelho. É o tipo de cooperativa que sonho transformar a Coopercinco. Porque ela produz o pinto, a ração e promove a venda do frango. Além disso, tem o próprio supermercado deles. Você tem apoio para produzir e também não precisa se preocupar com a venda. Todas as etapas tem apoio da cooperativa (MEDEIROS, 2019, entrevista).

Euripes, também fez parte dessa comitiva.

A primeira coisa que ouvi quando chegamos lá: o primeiro planejamento de uma cooperativa agropecuária é agregar valor à produção. Só assim teremos condição de dar empregos para nossos filhos e eles continuarem aqui. Exemplo de uma cooperativa de médio porte que visitamos no Paraná. Cooperativa de Galinhas Poedeiras. Todos os funcionários são filhos de agricultores: gerente, contador, todos. Primeiro eles capacitam seus filhos e conforme vai surgindo a vaga eles vão entrando nos empregos gerados. Aí tem motivo para as pessoas não irem embora da zona rural (SILVA, 2019, entrevista).

Em relação às dificuldades para a implantação de cooperativas em Roraima, visto que grande parte delas não são autossustentáveis, Eurípes, assim como Francisco Teixeira e Sérgio, apontaram a cultura pela dificuldade local de se trabalhar de forma cooperativista.

Veja bem, as pessoas estão vindo procurar a cooperativa só por causa deste PMDA. Se falar que o PMDA acabou, acaba a cooperativa também. Noto que as pessoas só estão interessadas em benefício próprio, no financiamento que o PMDA oferece e só oferece por meio da cooperativa (SILVA, 2019, entrevista).

E para justificar suas concepções, recorreu novamente aos modelos das cooperativas visitadas.

Vou te dar outro exemplo de como se faz cooperativismo nos estados do Sul. Lá quando nasce um filho já se faz uma poupança no nome dele, pois todo o financiamento é próprio das cooperativas de crédito, como a Sicredi. Então ele já nasce um cooperado. E tem aula de cooperativismo que é matéria obrigatória no colégio. Dali é que sai os presidentes e demais colaboradores das cooperativas (SILVA, 2019, entrevista).

Segundo a entrevista, Eurípes se deparou com esse exemplo em uma cooperativa localizada no município de Nova Petrópolis, região da Serra Gaúcha.

Ali nasceu as primeiras cooperativas brasileiras, a Sicredi em 1902 e a Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda., em 1967. Essas cooperativas não dependem de nada do governo, nada. Tem crédito, tem tudo que o cooperado precisa para produzir e vender sua produção. Tem faculdade, hospital, maquinários para manutenção das estradas. Tudo que o estado deveria apoiar, eles têm por conta deles (SILVA, 2019, entrevista).

Além de todas essas dificuldades, as lideranças comunitárias, como presidentes, diretores e diretoras de associações e cooperativas com quem conversei citaram os desafios que enfrentam para representar sua classe. E no exato momento que estava dialogando com Celivane sobre esse assunto, chegou um vizinho conhecido pelo nome de “Cabeludo”, que ao se inteirar do assunto foi logo falando, “as pessoas que nós queremos que se candidatem, eles não querem. E quem se propõe a candidatar é nós que não queremos. Aí quando se elegem, muitos deles só beneficiam a si, familiares e amigos primeiro” (CABELUDO, 2019, entrevista). Ao ouvir isso, Francenildo que será vice diretor-presidente da cooperativa que estão criando, Cooperoni, em tom de brincadeira, mas chateado com a alegações de Cabeludo, expressou: “se a pessoa nunca foi chamada de ladrão, é só virar presidente de uma associação ou cooperativa” (entrevista, 2019). Percebi que Celivane ouviu silenciosamente as críticas de Cabeludo, e

incomodada com o assunto e como forma de desabafo relatou a história de sua candidatura ao cargo de presidente da associação.

[...] quando foi para mim assumir isso aqui, desde da abertura da associação eu já fui convidada a participar. Primeiro como secretária, mas eu não quis. Depois na outra eleição, me convidaram novamente eu não quis. Queria somente ser sócia. Mas estava pronta para ajudar, em outras coisas, mas não quero ser da parte dirigente. No terceiro mandato, recebi convite novamente. Recusei de novo. Aí entrou a Julinha. Ela foi a única que não moveu um dedo prá nada. Do jeito que entrou ficou. Ninguém recebeu nenhum benefício do mandato dela. Foram três anos prá nada. Aí o povo começou a correr atrás de mim. Devido a pressão, resolvi montar uma chapa. Já tinha duas montadas, só que, no dia da eleição, as duas outras chapas desistiram e só ficou a minha chapa. Concorri com chapa única. E todo mundo que aparecia tinha que votar em mim (SILVA, 2019, entrevista).

Anteriormente, Elisoneto já havia me relatado os obstáculos dessa representatividade. Porém, fora do grupo local, narrou que existe um reconhecimento justo para essa forma de trabalho.

O interessante é que internamente o presidente de associação não é reconhecido pelos associados, mas externamente a coisa muda de figura. Aí você tem orgulho de ser quem você é. Tem um reconhecimento do nosso trabalho. Por que são poucas as cooperativas e associações desenvolvendo suas funções. Tem que ter muita vontade de trabalhar, mas sempre em função do outro, ou seja, do grupo. Mas a maioria não entende essa questão. Um presidente deixa um pouco sua vida particular para correr atrás de soluções para o grupo (MACEDO, 2018).

Percebi que os relatos são parecidos, porém, cada um deles, complementa as informações de seus companheiros e companheiras representantes de classes. Nesse âmbito, menciono outros detalhes revelados por Francisco Teixeira.

[...] muita paciência e preparo psicológico para enfrentar as críticas. Começando por casa, a mulher não entende porque fico tanto tempo fora de casa. São muitas reuniões. Pode se fazer tudo certo, mais qualquer falha, somos massacrados, saem falando mal da gente por todos os lados. Somos muito vigiados. Se compro uma sandália nova, já comentam que o presidente tá querendo aparecer. Mas por outro lado não vê que você passa semana correndo atrás de arrumar documentação, projetos. Deixo meu próprio trabalho para buscar algo que vão ajudar a todos. Há muitas críticas: dizem que somos ladrão, que tamo roubando (LIMA, 2019, entrevista).

Isso é apenas mais um dos problemas. E em busca de mais informações, Elisoneto contou que na safra 2017/2018 dez associados utilizaram a área comum para cultivar dez hectares de milho. Na percepção de Elisoneto foi uma boa experiência, todos obtiveram lucro. No entanto, para Valdir, um dos participantes da empreitada, apesar do lucro obtido, o experimento não satisfaz sua expectativa.

Plantamos dez hectares de milho com dez sócios. Deu dois mil reais de lucro para cada um. Não gostei da experiência. Investi dois mil reais e tirei quatro mil reais. O grande problema é que nem todos cumprem com a obrigação. Não vão ao trabalho e aí acaba não dando certo. Uns trabalham muito e outros não trabalham quase nada e o dinheiro é dividido em partes iguais. Por isso, não vou mais plantar na área coletiva (SOUZA, 2018, entrevista).

Na medida em que o assunto vai se aprofundando surge mais recordações e evidências. E Celivane se recordou de sua vida no Pará. Lá não me lembro de minha família pagar pela mão de obra.

Juntava todo mundo e ia tirar cacau na casa do outro. Lembro que todos trabalhavam. Os adultos tirando o cacau, as crianças fazendo os montes, as mulheres cozinhando e enchendo as cestas de cacau no lombo dos burros. Essas coisas eram feitas por mutirão. Amanhã era na minha casa para cortar arroz. Ia todo mundo de novo (SILVA, 2019, entrevista).

E recordou de uma experiência recente, porém, ocorrida no ano de 2019.

Este ano agora até tentamos fazer mutirão para colher melancia. Não deu certo. Parou na terceira casa. O pessoal não foi. Somente uns poucos gatos pingados. Apesar de tudo ter sido muito bem combinado antes, não sei o que aconteceu que não deu certo (SILVA, 2019, entrevista).

. Francenildo que também participou do diálogo, contribuiu relatando suas próprias experiências.

[...] quando há incêndio na área do assentamento, poucas pessoas se juntam para apagar o fogo. Não importam se vai queimar toda a casa dos outros. A última vez que houve incêndio por aqui, só eu, o vizinho do lado com as bombas nas costas e o Arlindo puxando água que trabalhou para apagar o fogo. Ficamos até quatro horas da manhã tentando apagar o fogo. Os outros só ficavam olhando. Mas, pensando bem, em região de mata, também é assim, os moradores trabalham de forma coletiva somente na hora de tocar fogo na roça. Mas isso, porque os vizinhos têm medo do fogo se espalhar muito e ir para dentro da roça dele (SOUZA, 2019, entrevista).

Por fim, um fato mencionado anteriormente, e que poderia passar despercebido nessa pesquisa, que está relacionado diretamente ao assunto discutido, mas que revela mais evidências em relação a essas dificuldades foi a divisão das áreas coletivas dos polos II e III entre seus moradores e moradoras. De acordo com as entrevistas de Davi e Milton, os moradores e moradoras desses dois polos solicitaram ao Incra a redistribuição dessas áreas entre eles. Suas justificativas para isso: desde a implantação do assentamento, essas áreas jamais foram usadas coletivamente. Diante disso, o órgão acolheu as justificativas e as extensões de terras repartidas. Resultado: a extensão de suas parcelas rurais dobrou de tamanho.

Não obstante, a questão, considerando-se o conjunto é bastante complexa, e todas as evidências coletadas direcionaram à dificuldade de agregação dos sujeitos do assentamento em trabalhar de forma coletiva.

4.5 QUESTÕES DE GÊNERO E A TITULARIDADE DOS LOTES NO PA NOVA AMAZÔNIA

Desde o início dos trabalhos de campo o protagonismo de algumas mulheres do PA Nova Amazônia se mostrou evidente. Porém, esse destaque se fazia presente somente em suas próprias histórias de vida, não refletindo na paridade entre os gêneros referente ao acesso a terra entre beneficiários e beneficiárias do PNRA. Ou dito de outra forma: baixa quantidade de mulheres chefes de famílias com título de domínio ou do contrato de concessão de uso em seus próprios nomes.

Não obstante, diante das dificuldades de acesso a terra, “muitas vezes, a ênfase na dimensão conflitiva da criação dos assentamentos acaba por, contraditoriamente, silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas” (MEDEIROS, 2008, p. 09). Desta forma, sob a concepção de gênero, a reforma agrária brasileira se destaca pelo reduzido percentual de assentadas, comparando-se com os índices de países situados na América Latina (DEERE, 2004). Mas, essa informação manifestou pelo menos uma contradição, considerando que o Brasil foi um dos primeiros países a legislar favoravelmente em relação ao direito de as mulheres serem possíveis beneficiárias da reforma agrária (DEERE, 2004). Tal prerrogativa foi contemplada ainda na Constituição Federal de 1988:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (BRASIL, 1988, Constituição Federal).

Apesar da legislação federal facultar o acesso a terra em condições igualitárias de gênero, tal medida não foi suficiente para aumentar a quantidade de mulheres chefes de famílias beneficiárias na reforma agrária. Pois, essa circunstância equiparada na legislação não significou direitos iguais de acesso a terra. Devem ser ponderados outros aspectos, além do arcabouço jurídico¹⁹⁰.

A análise da presença das mulheres nas políticas de reforma agrária deve considerar dois elementos estruturantes da formação econômica e social do Brasil. A primeira refere-se a forma de apossamento da terra decorrente de uma estrutura agrária baseada no latifúndio resultante da grande empresa colonial. O regime de sesmarias consolidou bases produtivas e econômicas que se assentavam na grande fazenda voltada para a exportação e na utilização da força de trabalho abundante e barata disponibilizada, num primeiro momento, pelo trabalho escravo. Tal situação vigorou mesmo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, uma vez que, entre outras coisas, estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e abolia o regime de

¹⁹⁰ Na conjuntura da concentração fundiária brasileira, o assunto já foi debatido no capítulo 3, item 3.1 - Concentração fundiária, um processo histórico.

sesmarias. Com os preços elevados das terras e os baixos salários ofertados, o campesinato brasileiro que se formava, os negros libertos e os trabalhadores rurais tiveram poucas condições de acesso legal à terra. Prevaleceu, assim, diversas formas de apossamento, na maioria das vezes, reproduzindo situações de subordinação e opressão do/a pequeno/a produtor/a e sua família (BUTTO; HORA, 2008, p. 23).

Naquela perspectiva, as autoras supracitadas, complementaram que, se

[...], de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco ampararam o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal. A partir dos hábitos culturais e costumes informados pelo Direito Positivo, a sociedade agrária associou a figura da mulher a sua posição na família (BUTTO; HORA, 2008, p. 23).

Assim, diante de questões histórico-culturais, o favorecimento de acesso a terra facultado ao gênero feminino, assim como as demais oportunidades que possibilitassem seu desenvolvimento socioeconômico, apesar da luta das mulheres agricultoras pela igualdade, somente alcançaram destaque na pauta governamental com o retorno do governo civil no final da década de 1990 (BUTTO; HORA, 2008).

No entanto, um olhar pela perspectiva da instituição de atos legislativos pelo estado nacional, observou a mesma referência, tais ações foram praticamente irrelevantes no cenário geral vivenciado pelas mulheres, principalmente no contexto da distribuição de lotes por intermédio dos programas de reforma agrária.

Os programas e as diversas políticas dos anos 80/90, como as políticas de reordenamento fundiário¹⁹¹ [...] e de desenvolvimento agrícola não consideraram a situação das mulheres, mantiveram a noção de família como unidade de referência e a modernização com o aumento da produtividade agrícola como objetivo (BUTTO; HORA, 2008, p. 24).

Dessa forma, tendo em vista tais questões, o primeiro censo da Reforma Agrária realizado no ano de 1996 expressou tal descompasso” [...] produziu informações relativas às mulheres assentadas, mas que não foram objeto de nenhuma iniciativa específica por parte do Estado” (BUTTO; HORA, 2008, p. 25). Destarte, a conclusão do Censo de 1996 referente a equidade de gênero no acesso a terra foi bastante explícita: “a efetivação dos direitos conquistados na lei não foram garantidos pelo Estado; os procedimentos administrativos para inscrição, seleção e destinação dos lotes da reforma agrária continuavam inalterados” (BUTTO; HORA, 2008, p. 25). Os dados do quadro 7, expressou percentualmente a concentração do gênero masculino no acesso a terra do PNRA.

¹⁹¹ I PNRA, Novo Mundo Rural e Banco da Terra.

Quadro 7 - Beneficiárias da Reforma Agrária por Sexo e Região, 1996 (porcentagem)

	Homens	Mulheres	Sem informação	Total
Norte	85,0	12,7	0,3	100
Nordeste	85,3	13,4	1,3	100
Sudeste	83,2	13,8	2,9	100
Centro-Oeste	86,8	11,5	1,7	100
Sul	91,1	7,9	1,0	100
Total	85,6	12,6	1,8	100
	(n = 135.011)	(n = 19.905)	(n = 2.841)	(n = 157.757)

Fonte: Extraído de Geere (2004, p. 184). INCRA/CRUB/UnB. Primeiro Censo da Reforma Agrária - 1996.

De acordo com Butto e Hora (2008), a supressão dos direitos das mulheres a terra ficou evidente no Censo da Reforma Agrária daquele ano de 1996, demonstrando enorme disparidade na titularidade de terra entre homens e mulheres. Conforme o resultado do Censo, quadro 07, o gênero masculino possuiu em média oitenta e cinco por cento dos títulos e o feminino, doze por cento do total das pessoas beneficiadas pela reforma agrária.

As mulheres participavam do processo de seleção das famílias cadastradas e beneficiárias da reforma agrária, mas não constava nenhuma menção à sua posição na unidade de produção familiar. Os diversos cadastros, quer de seleção ou a relação de beneficiários, reservavam apenas um item de caracterização do beneficiário dado pelo campo denominado 'Titular' e outro denominado 'Cônjuge', para indicar as situações de casamento. O Titular era compreendido como chefe da família, logo, pelo nome do homem; raramente constava o nome da mulher como titular e chefe de família (BUTTO; HORA, 2008, p. 26).

Passados seis anos após a divulgação dos resultados daquele censo, as pesquisas realizadas pela FAO-Unicamp¹⁹² no ano de 2002 indicaram que oitenta e sete por cento dos títulos da terra emitidos pelo Incra ainda constava a titularidade em nome de pessoas do gênero masculino (BUTTO; HORA, 2008). Tal percentual indicou que a situação se manteve praticamente inalterada até aquele ano.

Não obstante, de acordo com informações publicadas pelo MDH¹⁹³ (2012), as disparidades que haviam no passado retrocederam, chegando próximo a um índice de equidade, considerando-se o percentual de distribuição da titularidade entre os gêneros masculino e feminino de cinquenta por cento. Assim, neste comunicado do MDH (2012), fundamentado em dados do Sipra entre os anos de 2008 a 2010, percentualmente, as mulheres titulares em lotes do PNRA subiu para quarenta e oito pontos.

[...], o índice é reflexo de duas normas instituídas há menos de dez anos: a portaria nº 981/2003, publicada pelo Incra, que estabeleceu como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável; e a Instrução Normativa nº 38/2007, também do Incra,

¹⁹² Universidade Estadual de Campinas.

¹⁹³ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

que ajustou os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (MDH, 2012, p. 01).

Os dispositivos mencionados constam no artigo primeiro da supracitada portaria:

Art. 1º O art. 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á:

I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira;

II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro;

III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de:

a) casamento; e

b) união estável (BRASIL, 2003, Portaria/INCRA, grifo nosso).

E também na Instrução Normativa nº 38, documento do qual foram transcritos os artigos infracitados de interesse para o assunto discutido.

[...]

Art. 2º Os procedimentos e instrumentos de Inscrição de Candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária serão adequados para garantir a participação das mulheres, independentemente do seu estado civil.

§ 1º A inclusão da mulher candidata e do homem candidato será obrigatória na inscrição que identifica a Unidade Familiar, nos casos de casamento ou união estável [...].

§ 2º A comprovação do estado civil será feita da seguinte forma:

a) na hipótese de pessoa solteira, mediante a apresentação da certidão de nascimento;

b) na hipótese de pessoa casada, mediante a apresentação de certidão de casamento;

c) na hipótese de pessoa desquitada, divorciada, separada judicialmente ou viúva, mediante certidão de casamento, onde conste a averbação do desquite, do divórcio, da separação judicial ou do óbito;

d) na hipótese de união estável, será obrigatório o instrumento de Declaração de União Estável [...], não sendo exigido reconhecimento de firma, registro do instrumento em cartório ou outros procedimentos complementares que possam representar custos para a(o) candidata(o)¹⁹⁴;

[...]

Art. 4º Nos instrumentos e procedimentos de implantação dos Projetos de Reforma Agrária, tanto o nome da mulher quanto do homem constarão, independentemente do seu estado civil:

I. Na Relação de Beneficiários – RB;

II. No Contrato de Concessão de Uso - CCU;

III. No Contrato de Concessão de Créditos.

Art. 5º Nos casos de dissolução do casamento ou da união estável será assegurada a permanência da mulher como detentora do lote ou parcela, desde que os filhos estejam sob sua guarda (BRASIL, 2007, Instrução Normativa/INCRA).

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, a regulamentação da portaria e da instrução normativa acrescentou também um dispositivo que garantiu, em questões de divórcio, o direito do cônjuge feminino a terra, caso a mulher detenha a guarda dos filhos (IRIB, 2012).

Foi o que ocorreu com Francisca Eliane de Lima, de 39 anos, instalada no Projeto de Assentamento Mulunguzinho, no município de Mossoró¹⁹⁵ [...]. Conhecida na região como Neneide, a agricultora se divorciou em 2008. Desde então, é a única titular da

¹⁹⁴ Nova redação dada pela IN nº43 de 29 de novembro de 2007, publicado no BS nº 50 de 10/012/07 e no D.O.U. nº 233 de 05/12/2007.

¹⁹⁵ Município do estado do Rio Grande do Norte.

terra onde vive há 21 anos, idade da filha do meio que mora com ela e o irmão mais novo de 17 anos (IRIB, 2012, p. 02).

Observa-se que as medidas jurídicas que asseguraram a titulação conjunta de lotes em assentamentos da reforma agrária, além de corrigir injustiças históricas, como no exemplo da assentada Francisca Eliane, contribuem para o empoderamento entre gêneros.

O direito à terra e o controle da propriedade têm muitas implicações sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres. O controle amplia o grau de autonomia das mulheres. Nos casos de separações e morte na família, elas preservam os seus direitos e ampliam a sua capacidade de decidir sobre sua vida afetiva, seus projetos pessoais, coletivos e garantem acesso à renda própria BUTTO; HORA, 2008, p. 22).

Não obstante, instigado pelas informações do Censo da Reforma Agrária de 1996, de dados do MDH (2012) e histórias de superação das mulheres, seja ao lado de seus companheiros, ou em certos momentos, dispondo somente com a colaboração de seus filhos menores, conforme constatado no trabalho de campo, analisa-se a situação da distribuição de lotes entre gêneros no PA Nova Amazônia partir do levantamento de dados do Sipra (2019).

4.5.1 A titularidade de lotes no PA Nova Amazônia em relação a gêneros

A atuação das mulheres, principalmente no âmbito familiar, em todas as etapas para adquirir lotes do PNRA, desde a decisão de migrar para Roraima em busca de terra para sobreviver, inscrição no Incra, protestos nos acampamentos e estruturação da infraestrutura produtiva foram sempre muito bem evidenciadas pelo trabalho de campo. Mas, conforme mencionado, legalmente, essa presença ainda era uma incógnita. Desta forma, esta parte do estudo traz os resultados dos levantamentos em relatórios do Sipra (2019) e levantamentos de campo referente à distribuição dos lotes do PA Nova Amazônia conforme a titularidade por gênero, sendo o objetivo principal identificar percentualmente a titularidade em nome das chefes de família do gênero feminino.

Assim, após as medidas legais instituídas após o ano de 2003, a partir momento que as pessoas selecionadas a beneficiários e beneficiárias dos programas nacionais de reforma agrária têm seus nomes inseridos no sistema Sipra por agentes do Incra, o procedimento poderá ocorrer de três formas básicas: título de domínio ou contrato de concessão de uso em denominação do casal, caso a união esteja formalizada por algum tipo de documento, como certidão de casamento ou declaração de união estável. Ou somente em nome de um dos gêneros, masculino ou feminino, declarando-se solteiros. Porém, no primeiro caso, conforme demonstra o quadro 8 do sistema de informação Sipra (2019), quando registrado no nome de ambos os cônjuges,

tanto o nome de um, quanto de outro poderá aparecer em primeiro lugar. Porém, essa ordem não interfere em concessões de direitos sucessórios ou separação do casal.

Quadro 8 - Reprodução da Relação de Beneficiários do PNRA - PA Nova Amazônia

SR	Nome Projeto	Município	Cód. Beneficiário	Nome(s) do(s) beneficiário(s)	Data Homologação no PNRA	Situação Atual
 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT						
Sistema: SIPRA Fonte: DTI Relatório: Re_Lo_PNRA Data de emissão: 01/11/2019						
Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário						
SR-25	CARACARAI		SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE RORAIMA			
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002313	ALDEIDA MAGALHÃES TORREIAS MOACIR ALVES TORREIS	29/12/2011	Titulado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002360	ALDEMIR FELIPE TIMBO	27/09/2002	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001953	ALDENOR RODRIGUES BARBOSA SHERIZA NAIANA DA SILVA RODRIGUES	15/12/2004	Titulado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001488	ALESSANDRO COSTA FIGUEIREDO	14/07/2004	Transferido
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002325	ALEXANDRE NEINTON ALMEIDA DOS SANTOS	23/11/2012	Titulado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002351	ALEXCIANE GILDO PEREIRA RAIMUNDO JOSÉ ALVES NUNIS	12/06/2018	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700000542	ALFREDO RIBEIRO DOS SANTOS FRANCISCA DO NASCIMENTO SILVA	12/12/2003	Eliminado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700000676	ALICE DA COSTA NASCIMENTO BENEDITO FELIS REIS	31/03/2004	Desistente
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002364	ALISSON RODRIGO MONTANHA	14/09/2018	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002080	ALMERIO CORREA PEREIRA ITALANE SANTOS ALENCAR	27/09/2007	Titulado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700000358	ALMIR DE SOUZA OLIVEIRA ALEXANDRA SOARES DE SOUZA	30/10/2003	Eliminado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700000829	ALSHELLOSON DE JESUS ARAUJO DA SILVA	04/05/2004	Desistente
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001932	ALVARO DE LIMA GOUVEIA	09/12/2004	Eliminado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002074	ALZENIR VIEIRA DE MESQUITA	11/09/2007	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002334	ALZIRO COELHO DOS REIS	27/12/2017	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001938	AMADEU LUCAS ZELIA MARIA PITOL LUCAS	09/12/2004	Desistente
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001947	AMADEUS ANTONIO CASTIONI	15/12/2004	Desistente
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002224	AMANDA CHAVES DE SOUZA	17/12/2009	Eliminado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002110	AMANDA OLIVEIRA DE SOUZA	20/09/2008	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700000694	AMAURO MENDES DA SILVA SEBASTIANA RODRIGUES DE ARAUJO	19/04/2004	Eliminado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700001876	ANA POLIANA DO AMARAL TEIXEIRA	29/11/2004	Desistente
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002319	ANA CRISTINA ARAUJO RAJOL JOSÉ DOMINGOS PINHEIRO RODRIGUES	29/12/2011	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002348	ANA JÉSSYCA DE SOUZA MENDES	07/06/2018	Assentado
RR0037000	PANOVA AMAZONIA		RR003700002090	ANA KÁTIA PEREIRA PEIXOTO	07/12/2007	Assentado

(*) Suspensão em função da elegibilidade de seleção, Lei nº 8.529/93

Fonte: extraído do Sipra (2019, p. 441).

Para melhor clareza da situação descrita, o quadro 08 reproduz com destaques de textos os possíveis formatos de denominações de titularidade. A primeira linha: Aldeida Magalhães Torreias e Moacir Alves Torreias demonstra um exemplo de titularidade em nome do casal, trazendo o nome do cônjuge feminino à frente do masculino. Na terceira linha: Aldenor Rodrigues Barbosa e Sheriza Naiana da Silva Rodrigues, com a mesma forma de titularidade,

ou seja, em nome de ambos os cônjuges, porém, o nome do gênero masculino aparece à frente do feminino. Na nona e décima-nona linha, Alisson Rodrigo Montanha e Amanda Oliveira de Souza, respectivamente, representam a titularidade individual, ou seja, as parcelas rurais em nome do gênero masculino e o outro no nome do feminino.

Desta forma, fundamentado pelo relatório Sipra (2019), tornou-se possível analisar, a partir da titularidade das unidades familiares do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru, a paridade de gênero entre beneficiários e beneficiárias do PNRA nessa localidade. Logo, o quadro 9 representa a distribuição da titularidade dos novecentos e quarenta e seis lotes do PA Nova Amazônia por disposição familiar¹⁹⁶ expressas em quantidades absolutas e pontos percentuais.

Quadro 9 - Titularidade dos lotes do PA Nova Amazônia por disposição familiar

PA NOVA AMAZÔNIA	NOME DO CASAL		GÊNERO MASCULINO		GÊNERO FEMININO		
	Quant	Percentual	Quant	Percentual	Quant	Percentual	
Murupu Truaru	e	428	45,25%	257	27,15%	261	27,60%

Fonte: o autor¹⁹⁷.

Conforme as informações transcritas no quadro 9, no PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru mais de quarenta e cinco por cento dos lotes estão registrados em formato de titularidade conjunta e em média, somente vinte e sete por cento em denominação de cada um dos gêneros, masculino e feminino.

Nesse contexto, comparando-se as informações do MDH (2012), que entre os anos de 2008 a 2010, as mulheres detinham quarenta e oito por cento dos títulos de domínio ou concessão de uso do PNRA, os resultados obtidos no PA Nova Amazônia referente ao ano de 2019 estão mais próximos do resultado do Censo da Reforma Agrária de 1996. Observa-se nesses dados confrontados uma grande diferença percentual em um espaço de tempo relativamente curto, considerando-se um intervalo de nove anos.

Mas, devido a importância do tema e necessidade de análises complementares para seu aprimoramento, os dados fornecidos pelo Sipra (2019) referente à situação de titularidade dos beneficiários e beneficiárias do PA Nova Amazônia (2019) foram depurados, incluindo em uma nova representação somente as informações das trinta e uma unidades familiares contactadas

¹⁹⁶ Para fins didáticos, “disposição familiar”, neste trabalho representa as formas de titularidade conforme consta na coluna do Sipra, “Nome(s) do(s) beneficiário(s)”, podendo constar o nome de ambos os cônjuges ou somente do gênero masculino ou feminino (SIPRA, 2019).

¹⁹⁷ Fundamentado pelos dados do SIPRA, 2019.

durante o trabalho de campo. Desta forma, os resultados desta situação estão expostos no quadro 10.

Quadro 10 - Titularidade dos lotes do PA Nova Amazônia - famílias visitadas

PA NOVA AMAZÔNIA	NOME DO CASAL		GÊNERO MASCULINO		GÊNERO FEMININO	
	Quant	Percentual	Quant	Percentual	Quant	Percentual
Murupu Truaru	/	21 67,74%	04 12,91%		06 19,35%	

Fonte: o autor.

Por conseguinte, com esse refinamento de informações, no primeiro grupo foram constados vinte e um lotes registrados no nome de ambos os cônjuges. Tal resultado representa ampla maioria, com mais de sessenta e sete por cento da titularidade. O segundo e terceiro conjunto formados exclusivamente por parcelas rurais registradas somente em nome do gênero masculino ou feminino representaram quase treze por cento e pouco mais de dezenove por cento, respectivamente.

Não obstante, por vezes, um simples olhar estatístico pode esconder outras indicações. Logo, surgiu a necessidade de examinar ainda mais criteriosamente os dados descritos no quadro 10. A forma encontrada para isso foi também buscar nos relatórios do Sipra (2019) a situação da titularidade por grupo das trinta e uma unidades familiares visitadas, porém, comparando-se o que está descrito no documento do Inra com a real situação vivenciada em campo.

Assim, no primeiro grupo foram percebidos alguns elementos em comum, como o sonho compartilhado do casal de possuir seu próprio pedaço de terra e sobreviver com renda do trabalho na agropecuária familiar. Porém, nessa circunstância, conforme observado em suas histórias de vida¹⁹⁸, a influência da mulher foi determinante em todo o processo de consolidação do “sonho da terra”. As famílias migrantes, como exemplo, a interferência do par feminino se iniciou ainda no local de origem dos cônjuges, com o planejamento do deslocamento para Roraima, estendendo-se em moradias no acampamento com seus companheiros durante os protestos, na estruturação do lote, quando muitas das companheiras ficaram na cidade trabalhando em empregos diversos, cujos salários foram revertidos para formar a estrutura de produção. E após a mudança para suas parcelas rurais, as mulheres continuaram na labuta diária, que além de cuidar dos afazeres domésticos, trabalham no plantio, colheita e venda da produção na feira. Não obstante, conforme preveniu Scott (2010, p. 24), são nessas localidades, que simultaneamente, “[...] onde é mais nitidamente estabelecida a ideia de que as mulheres

¹⁹⁸ Mencionada no decorrer da pesquisa.

‘ajudam’, os estudos ressaltam nuances de significados que contestam qualquer ideia simples de ‘conformismo’ ou de ‘complacência’. Desta forma, encontram

[...] espaços de agência feminina, entremeados nas práticas observadas; repensam a ajuda em termos de ‘complementação’; mostram uma pluriatividade que confere uma valorização a fontes diversificadas nas quais a contribuição feminina é fundamental; revelam mulheres que assumem plenamente as tarefas e que não podem ser concebidas como simplesmente ‘ajudando’; apontam mulheres que ganham políticas de crédito e de benefícios que apoiam o seu trabalho como as principais administradoras e tomadoras de decisão sobre recursos produtivos; evidenciam a ampliação das fronteiras da casa para as mulheres que são ‘viúvas de maridos vivos’ ou que têm que aturar os retornos de homens migrados que repousam e bebem justamente por terem retornado à roça em períodos de demanda sazonal de atividade agrícola baixa; acompanham meninas que, astuciosamente, mostram a sua compreensão da sexualidade juvenil no mundo moderno para, simultaneamente, poderem valorizar-se na sua tradicionalidade; mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política delas, individual e coletivamente. Ou seja, não restringir a compreensão de práticas femininas no campo a uma caracterização simplória de ‘ajuda’ contribui para uma abordagem de gênero como relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos (SCOTT, 2010, p.24).

Além disso, há que considerar que a atividade agropecuária praticada pela agricultura familiar, constitui-se

[...] a partir da divisão sexual do trabalho. As mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados doméstico, os homens no trabalho gerador de rendas monetárias, apenas este reconhecido como produtivo. Acompanham estas distinções valorações e representações da desigualdade que sustentam por exemplo a noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça (BUTTO; HORA, 2008, p. 22).

Todavia, retornando à fase prática da pesquisa, no grupo em que os títulos dos lotes estão registrados em nomes de ambos os cônjuges foram encontradas duas mulheres chefes de família, cuja titularidade deveria constar somente no nome delas. São as eventualidades que podem ocorrer na vida das pessoas, porém, nem sempre estão nas estatísticas. Para Claudete¹⁹⁹ e Lúcia de Fátima²⁰⁰ moradoras dos polos V e IV, respectivamente, uma das principais situações inesperada que tiveram que enfrentar foi de natureza familiar, a ruptura em seus relacionamentos. Essas duas mulheres vivem somente com seus filhos em seus lotes e estão separadas de seus maridos a muitos anos, porém, nunca procuraram o Incra para regularizar suas situações fundiárias.

De acordo com os esclarecimentos de Claudete, cerca de três meses após sua chegada, ela e o marido se separam e ela teve que enfrentar tudo somente com os três filhos.

Quando meu marido me abandonou, sofri muito preconceito aqui no assentamento. Falavam que eu não ia conseguir sobreviver da terra sozinha. Até hoje ainda existe muito preconceito contra uma mulher sozinha e separada conseguir vencer na vida

¹⁹⁹ A apresentação desta assentada consta à página 169.

²⁰⁰ Personagem apresentada à página 244.

trabalhando na agricultura. Mas consegui superar tudo isso (SCHIEVENIN, 2019, entrevista).

Claudete narrou que com a separação ficou sem condições de sobreviver com a renda do sítio, pois não tinha dinheiro para iniciar qualquer processo produtivo. Assim, teve que ir trabalhar para terceiros.

Trabalhei um ano cozinhando para um fazendeiro na região de Mucajá. Ganhava um salário mínimo por mês. Guardei todo esse dinheirinho bem guardadinho. Depois de um ano decidi voltar para o meu sítio no PA Nova Amazônia e cuidar do que é meu. Quando vim embora meu ex-patrão me deu cinco novilhas e eu comprei mais cinco e esse foi meu começo de vida aqui no assentamento. Isso já era no ano de 2006 (SCHIEVENIN, 2019, entrevista).

O segundo conjunto, formado pelas unidades familiares registradas somente em denominações do gênero masculino totalizaram quatro pessoas, representados pelo Aníbal, Felipe, Joziel e Ronaldo. Quanto ao estado civil, Aníbal e Joziel são divorciados e vivem sozinhos em suas parcelas rurais. Felipe é solteiro. Porém, Ronaldo, apesar de constar no relatório do Sipra (2019) como solteiro, vive no lote com sua companheira e três filhos.

Ronaldo Nascimento de Souza é morador do Truaru e foi beneficiado com uma área de cinquenta e quatro hectares de terra. Ele é paraense de nascimento.

Sou neto e filho de agricultor e não conheço outra vida a não ser na roça. Vim para Roraima atrás de terra. Mas, antes de chegar aqui, tentei arranjar um pedaço de chão no Tocantins e Rondônia. Não deu. Então vim para cá. Chequei aqui em abril de 2002 e no mês de novembro fiz minha inscrição no Incra pelos correios. Somente em 2006 é que saiu um lote prá mim (SOUZA, 2019, entrevista).

No ano de 2009, Ronaldo se casou com Neuzilene, que a partir daquela data passou a colaborar efetivamente na obtenção da renda familiar com seus trabalhos exercidos na lavoura e em casa. Não obstante, apesar disso, Neuzilene ainda não compartilha com seu companheiro a titularidade da terra onde vivem e trabalham.

O terceiro grupo, formado pelas mulheres chefes de família e detentoras dos títulos de suas parcelas rurais são compostas por Marinalva, Elizângela, Celivane, Maria da Conceição, Ângela e Dalva. Estas seis mulheres, da mesma forma que os homens ou até mesmo os casais, sempre tiveram um desejo em comum: sobreviver a partir da renda de sua própria terra. No entanto, além das dificuldades enfrentadas pelos dois outros conjuntos de moradores e moradoras para a realização de suas aspirações, encararam um elemento extra, não menos grave, a discriminação de gênero.

Para Maria da Conceição da Conceição de Souza Paz, o preconceito em relação ao seu direito de pleitear terras por intermédio do PNRA começou ainda no acampamento. Suas lembranças daquele período protestando às margens da rodovia não são das melhores.

Estava saindo de um casamento de mais de vinte anos e quase que imediatamente vim morar no acampamento. Imagina uma mulher separada, sozinha em um barraco no

acampamento. Fui muito assediada e criticada devido a minha situação de mulher separada. Mas, persisti. Não me deixei abalar. Queria minha terra (PAZ, 2019, entrevista).

A fotografia 47 retrata Maria da Conceição, a primeira da esquerda para a direita e também Marinalva, a terceira mulher na mesma direção, entre outras assentadas após o término de uma das reuniões de mulheres no acampamento ocorrido no mês de julho de 2003.

Fotografia 47 - Lembranças do Acampamento



Fonte: cedida por Maria da Conceição de Souza Paz, 2003.

Maria da Conceição ou “Conça”, como é conhecida no assentamento, é moradora do Polo IV, onde foi beneficiada com uma área de vinte e dois hectares de terra. Ela ajudou a formar e foi a primeira presidente da Associação dos Agricultores do PA Nova Amazônia Polo IV fundada no ano de 2004.

Conça é roraimense de nascimento. No ano de 1982 ela se casou e teve que migrar devido ao trabalho do marido para a cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia, localidade que morou por mais de vinte anos. Porém, o casamento não deu certo e em 2002 retornou para Boa Vista. Os filhos ficaram com o pai.

De acordo com nosso diálogo, quando retornou a Boa Vista, chegou praticamente sem recursos financeiros e percebeu que sua única alternativa para sobreviver sem se submeter à ordem de patrões e patroas, devido à baixa escolaridade e também por não ter uma profissão definida, foi procurar um pedaço de terra e tentar sobreviver dele. E aquele momento coincidiu com a notícia da instalação de um assentamento na antiga fazenda Bamerindus.

Na mesma hora que fiquei sabendo da informação, corri e fiz minha inscrição no correio. E, bem no comecinho de 2003 recebi a carta dizendo que tinha saído um lote

para mim. Veja bem. Eu já tinha quarenta e cinco anos de idade. Não tinha estudo. A vida toda sempre morei no mato. Quando casei fui para a cidade cuidar de marido e filhos. Então não tive nem como aprender uma profissão. Essa foi a única forma de recomeçar minha vida (PAZ, 2009, entrevista).

Porém, conforme nossa conversa foi avançando, percebi que o recomeço não foi fácil e as dificuldades da época do acampamento só estavam começando. Por fim, entre os meses finais do ano de 2003 e início de 2004, agentes do Incra liberaram os lotes para a mudança.

Escolhi este lugarzinho aqui onde estamos. Cheguei sozinha. Fiz meu primeiro barraco de papelão e lona. Só eu e Deus aqui neste lavrado. Não tinha nada. Somente uma rede, três mudas de roupa e um par de chinela havaiana. Para nós assentados e assentadas sem dinheiro nenhum, nos primeiros anos o Incra nos manteve com cestas básicas. O Incra também deu o material de construção e mais quinhentos reais para pagar o pedreiro. Mas, o pedreiro na época cobrava mil e quinhentos reais. Coloquei cada tijolo e cada telha nesta casa com a ajuda de vizinhos. Em 28 de fevereiro de 2004 me mudei para minha casinha (PAZ, 2019, entrevista).

Maria da Conceição relatou que os primeiros cinco anos foram os mais difíceis e devido às dificuldades que enfrentou para sobreviver com a renda da terra batizou seu sítio com o nome de Paricarana. Paricarana me explicou ela,

[...] é uma árvore nativa do lavrado que quando pega fogo, mesmo queimando todas suas folhas, não morre. No inverno floresce novamente. E se não pegar fogo novamente permanece todo o verão verdinha, sempre bonita. Uma coisa difícil de se acabar. Isso para mim significa resistência. E me vi nessa árvore. Minha história de vida. Minhas dificuldades e as barreiras vencidas. Então, o símbolo do lote é essa árvore (PAZ, 2019, entrevista).

A fotografia 48, mostra a árvore, popularmente conhecida na região por Paricarana, que deu nome ao sítio de Maria da Conceição.

Fotografia 48 - Paricarana, o símbolo da luta de Conça



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Maria da Conceição informou que no ano de 2006 se casou novamente. Assim, conseguiu dividir as dificuldades e somar mais uma mão de obra. No ano de 2012, aos cinquenta e cinco anos de idade conseguiu ter acesso à aposentadoria rural. Segundo Maria da Conceição, tal benefício lhe propiciou desacelerar seu ritmo de trabalho. Porém, em 2017 perdeu seu companheiro por motivo de doença.

Prá falar a verdade, a aposentadoria me deu um fôlego. Você sabe que o trabalho na roça não te dá descanso. Não tem sábado, não tem domingo. Quando me aposentei passei a ter uma renda fixa mensal, aí pude começar a descansar e sair pelo menos nos finais de semana (PAZ, 2019, entrevista).

Para Celivane, separada, mãe de três filhos, o recomeço foi muito difícil. Segundo ela, quando recebeu a notícia por intermédio de agentes do Incra, em novembro de 2003, que sua parcela rural já havia sido demarcada, pediu demissão imediatamente no hotel em que trabalhou.

Perto de casa havia desmanchado uma igrejinha. Pedi e ganhei os restos das madeiras que iam jogar fora. Fretei um caminhãozinho, com uns trocados que tinha. Meu acerto do hotel ainda não tinha saído. Peguei meus filhos e tudo que tinha em casa. Joguei no caminhão e fui me embora morar no que é meu. Chegando lá, o motorista perguntou onde é a casa? Eu disse: aí mesmo seu moço, pode jogar tudo aí mesmo neste capim (SILVA, entrevista, 2019).

De acordo com a entrevista, quando Celivane optou por mudar de imediato, ainda não tinha o direito de receber o auxílio moradia do Incra, pois ainda estava com alguns documentos pendentes. Porém, ela tinha urgência em mudar de vida²⁰¹.

Chegando aqui, eu e o Paulo pegamos a enxada e começamos a limpar o terreno onde íamos construir nossa casa. Não tinha poço artesiano, nem energia. A água nós buscava a uns trezentos metros num carrinho de mão. Minha filha Paula de onze anos é que cozinhava em fogão feito de lata velha. Enquanto isso, eu e o Paulo cavava os buracos para fincar as estacas da casa. Na primeira noite no assentamento dormimos todos no capim. No segundo dia já havia conseguido cobrir nossa casinha. Sem ajuda de ninguém, só de Deus, do Paulo e da Paula. A energia chegou um ano depois. Mas só consegui a furação dos poços artesanais somente em 2005, com dinheiro emprestado. Toda água para cozinhar, beber, banhar e molhar as plantas vinha do buritizal carregada em baldes no carrinho de mão. Foi dois anos de muita ralação (SILVA, 2019, entrevista).

²⁰¹ Detalhes na página 151.

No meio da entrevista, Celivane solicitou uma pausa. Foi para mostrar a primeira casa construída quando se mudaram para o assentamento, fotografia 49.

Fotografia 49 - Primeira casa construída da Celivane



Fonte: arquivos do autor, 2019.

E as histórias de superação prosseguem. Encontrei Marinalva pela primeira vez em abril de 2017 em sua banca de verduras na Feira Agroecológica do Caranã. Mas, naquele dia trocamos apenas algumas palavras sobre sua produção agroecológica.

Marinalva da Silva Moraes é moradora do Polo I e foi beneficiada com dezoito hectares de terra. Ela nasceu na cidade de Buriti Bravo, estado do Maranhão.

Vim atrás de terra. Lá no Maranhão a gente nunca teve terra e era sete filhos. Minha mãe sempre trabalhava na terra dos outros. Lá nós quebrava coco, plantava arroz, feijão e milho. Trabalha na roça com três a um. Três partes da produção ficava com o dono e só uma com a gente. Mesmo assim, quando a gente ia se levantando, o dono da terra falava: Dona Rita²⁰² vendi esta fazenda e a senhora tem que procurar outro lugar para morar (MORAES, 2019, entrevista).

Marinalva explicou que diante daquele modelo de produção, a família jamais conseguiu prosperar economicamente.

Tinha pai, mas, só vivia bebendo e não ajudava em nada na labuta da roça. E via minha mãe e meus irmãos mais velhos se matarem de trabalhar para poder dá comida para nós. Minha mãe criou os filhos praticamente sozinha. Tive que tomar uma decisão. A única chance de ter terra era sair daqui. Precisava sair de lá, ir para o garimpo e com o dinheiro comprar umas terras. Então fugi de casa. Tinha dezenove anos (MORAES, 2019, entrevista).

²⁰² Mãe da Marinalva.

No entanto, quando Marinalva chegou em Boa Vista no ano de 1990, os garimpos haviam sido interditados por decisão judicial. Para sobreviver trabalhou em diversas funções como empregada doméstica, camareira de hotel, recepcionista de motel e ajudante de serviços gerais em uma empresa da cidade. Lembrou ainda que devido a sua inexperiência, assim que chegou, engravidou e entrou em um relacionamento abusivo que durou em média, três anos. Mas, segundo ela, isso não foi motivo para desistir de seu sonho de sobreviver por intermédio da renda do trabalho na terra.

Em 2002 eu estava trabalhando e escutei pelo rádio que o governo federal iria desapropriar a fazenda Bamerindus. Ouvi a notícia pelo rádio mesmo. Fui até a associação de bairros procurar mais informações. De lá, me levaram para fazer a inscrição no correio. E continuei a trabalhar. Até que já no início do ano de 2003 chegou uma carta do Incra falando que eu havia sido contemplada com um lote no PA Nova Amazônia (MORAES, 2019, entrevista).

Semelhante a outras histórias já narradas, para estruturar o sítio, precisou continuar trabalhando na cidade.

Aí, arranjei emprego em um motel e trabalhava em regime de escala. Uma semana trabalhava a noite e a outra trabalhava de dia. Na semana que trabalhava à noite tinha o dia de folga para descansar. Aí aproveitava para vir para meu lote e já ia fazendo algumas coisinhas. Bem no finzinho de 2004 conheci o Zé Carlos, meu companheiro de agora. Zé Carlos trabalhava de motorista. Ele começou a me ajudar. Foi com o salário que nós dois recebíamos na cidade que estruturamos o sítio. Plantamos primeiro, caju, depois murici. Em 2007 mudamos para cá. Naquela época eu ainda bebia muito. Mas, logo depois adoeci. Fui internada e fiquei quinze dias em coma e depois veio a depressão. Fiquei quase um ano em tratamento (MORAES, 2019, entrevista).

Marinalva complementou que após sua recuperação retornaram ao sítio em 2008. De 2008 a 2013 cultivaram hortaliças, mas tinham muita dificuldade em comercializar a produção. No entanto, em 2013 ingressou no projeto PAIS promovido pelo Sebrae.

No começo foi o mesmo problema. Plantava e colhia, e não tinha para quem vender. E o PAA, a cota é muito pequena. Até que em 2017 juntamente com o Sebrae conseguimos arranjar um local para vender diretamente para as pessoas, a Feira Agroecológica do Caranã. Aí as coisas melhoraram bastante (MORAES, 2019, entrevista).

Enfim, diante dos fatos mencionados, observa-se alterações nos quantitativos e pontos percentuais da titularidade da terra distribuída por disposição familiar, considerando-se os dados apresentados nos quadros 9 e 10.

Não obstante, conforme se detalha a pesquisa, como a comparação de dados do relatório Sipra (2019) com as informações de campo, novas alterações foram surgindo. Assim, de acordo com os elementos disponibilizados no relatório Sipra (2019) comparados com as visitas a cada uma das parcelas rurais da amostra da pesquisa, ressalta-se que as informações emitidas pelo sistema Sipra (2019), apesar de ter sido emitido em 01 de novembro de 2019 (SIPRA, 2019), refletiu um cenário vigente à época do cadastramento dos beneficiários e beneficiárias ocorrida entre os anos de 2002 a 2006. Com isso, torna-se necessário destacar que daquele interstício de

tempo até os meses finais do ano de 2019 diversas eventualidades ocorreram na vida dos moradores e moradoras do assentamento, interferindo diretamente na proporção da titularidade por disposição familiar. Dentre as vicissitudes observadas, destacaram-se viuvez, separações e novas uniões conjugais. Nesse contexto, nas unidades familiares visitadas no PA Nova Amazônia, uma pessoa do gênero masculino e quatro do gênero feminino alteraram suas situações civis de solteiro e solteiras para casado e casadas. No grupo das mulheres chefes de famílias detentoras da titularidade dos lotes, somente duas permaneceram solteiras. Porém, acrescenta-se nesse conjunto, outras duas que se separam de seus cônjuges. Portanto, as modificações de titularidade são resultantes desses acontecimentos, conforme exposto no quadro 11.

Quadro 11 - Reordenamento da titularidade por disposição familiar²⁰³

PA NOVA AMAZÔNIA	OCUPADO PELO CASAL		GÊNERO MASCULINO		GÊNERO FEMININO	
	Quant	Percentual	Quant	Percentual	Quant	Percentual
Murupu e Truaru	24	77,41%	03	9,69%	04	12,90%

Fonte: o autor.

Considerando os resultados apresentados nesse quadro, observou-se um percentual reduzido de parcelas rurais ocupadas somente por um dos gêneros, próximo de dez por cento para o masculino e quase treze para o feminino e ampla maioria habitada pelo casal, representando mais de setenta e sete por cento das moradias visitadas. Penso que a leitura desses pontos percentuais, em relação às ocupações individuais pode indicar uma determinada proporcionalidade na distribuição dos lotes entre os gêneros no PA Nova Amazônia. Já a porcentagem de lotes ocupados por ambos os cônjuges assinalou a eficácia de políticas públicas com o objetivo de efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária traduzida por instruções, portarias e normas (INCRA, 2002, Norma de Execução; INCRA, 2003, Portaria; INCRA, 2007, Instruções Normativas). Não obstante, percebi um ponto comum entre o pequeno percentual de unidades familiares habitadas somente por um dos gêneros individualmente e a preponderância da porcentagem coabitada pelo casal que vai muito além de normas e proporcionalidade entre gêneros. Refiro-me à configuração do trabalho da agricultura familiar de pequeno porte. Conforme visto no decorrer do trabalho de campo e fundamentado por diversas autorias expostas nesta tese, a atividade agropecuária de pequenas proporções depende da disponibilidade da mão de obra de todos os componentes da família.

²⁰³ Ressalto novamente que as informações constantes no quadro 11 são decorrentes do confronto entre a titularidade registrada no relatório Sipra (2019) e a situação real vivenciada em campo.

Assim, apesar da pesquisa ser composta por uma amostra relativamente pequena de unidades familiares, a análise identificou divergências em relação ao relatório Sipra (2019). As principais consequências que envolvem a dissensão estão diretamente relacionadas ao direito patrimonial de assentados e assentadas em caso de separações e a avaliação das políticas públicas direcionadas a melhorar a proporção entre os gêneros para acesso a terra. Por conseguinte, observei que tais diferenças entre o relatório e a realidade de campo apresentam duas realidades. Se por um lado o Incra não consegue ou não obtém meios de atualizar constantemente os cadastros de seus beneficiários e beneficiárias, estes também não se dirigem ao órgão responsável pelo ordenamento fundiário nacional para informar suas novas situações civis. Não desconsidere também as dificuldades de atualização cadastral dos beneficiários e beneficiárias do PNRA diante, principalmente, da dinamicidade das alterações nas relações conjugais. Porém, tal problema, também não justificativa tal distorção.

Por fim, o protagonismo feminino no PA Nova Amazônia representado por Maria da Conceição, Lúcia de Fátima, Elisângela e Claudete está relacionado diretamente ao que Scott; Rodrigues e Saraiva (2010, p. 65) resumiram, em um outro cenário, mas que se vincula a essa resistência: “a mulher enquanto agente política está inserida num contexto considerado masculinizado, o campo, e é neste espaço onde elas lutam por seus direitos”.

Todavia, até o momento, ressaltou-se nesta tese, histórias de vida de pessoas naturais do próprio estado ou oriundos dos mais diversos recantos do Brasil com um objetivo comum: garantir sua sobrevivência por intermédio de seu trabalho em suas próprias terras. No entanto, a partir do ano de 2016 surgiram novos atores e atoras no PA Nova Amazônia à procura de meios de subsistência, os imigrantes venezuelanos e venezuelanas.

4.6 IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO PA NOVA AMAZÔNIA: exploração ou acolhimento

No início do meu trabalho de campo no PA Nova Amazônia ocorrido em 2017, a presença de pessoas oriundas da venezuelana na localidade era quase imperceptível, conforme citado anteriormente. No entanto, a partir de meados de 2018, a quantidade desses imigrantes aumentou consideravelmente. Nesse contexto, observei que em determinados polos de produção, praticamente toda família agricultora tem à disposição o auxílio de mão de obra de venezuelanos ou venezuelanas. A consequência visível e quase imediata decorrente do aproveitamento dessa força de trabalho foi o crescimento da produção de hortifrutigranjeiros. Porém, o resultado de tal incremento, não significa afirmar que há unanimidade de opiniões dos assentados e assentadas em relação ao aproveitamento do labor e estabelecimento desses

imigrantes no assentamento, mas sim uma divergência manifesta entre os que aproveitam tal trabalho e os que preferem não utilizar.

Concernente às pessoas contrárias aos estabelecimentos dos imigrantes no PA Nova Amazônia, conforme relato dos assentados e assentadas, incide dentre outras alegações, o fato que tais pessoas laboram poucos dias e abandonam seus postos de trabalho, sendo que posteriormente denunciam seus contratantes no ministério do trabalho por falta de regularização e pagamentos de direitos trabalhistas integrais. Devido a isso, Paulo, uma das lideranças do assentamento é categórico ao afirmar que não aconselha nenhum membro da associação que preside, a empregar tal mão de obra, visto que tem vários moradores e moradoras enfrentando problemas na justiça do trabalho devido a essa forma de contratação.

Não obstante, Julião faz parte do grupo de assentados e assentadas que não concordam com tal posição e sempre que podem e necessitam empregam a mão de obra de venezuelanos e venezuelanas. Apesar de não cumprirem as leis trabalhistas, alegam que nunca tiveram problemas com a justiça do trabalho. Reconhecem que estão cientes das infrações e riscos. Porém, declaram que se tiverem que arcar com todos os custos financeiros de uma contratação formal, obedecendo todas as normas e obrigações trabalhistas, as despesas se tornam insuficientes para garantir os gastos monetários que envolvem a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros. O conjunto de assentados e assentadas dos polos II, III e V, plantadores de grãos, são radicalmente contrários à presença dos imigrantes no assentamento e não ofertam qualquer tipo de trabalho a essas pessoas.

Joana é uma das assentadas que acolhe e contrata os imigrantes.

[...] muitas pessoas falam mal, mas melhorou muito devido a falta de mão de obra. Praticamente todo mundo tem um venezuelano trabalhando. Vejo que a questão dos venezuelanos no PA é diferente dos que vivem em Boa Vista. Os venezuelanos que vivem no PA são todos muito trabalhadores. Nunca tive problemas com eles aqui. Tem gente aqui que não contrata os venezuelanos com medo de serem roubados. Mas, os roubos que acontecem aqui dentro do assentamento são de brasileiros que vem roubar aqui, não são os venezuelanos não. Eu nunca tive problemas com eles aqui e sempre trato meus ajudantes venezuelanos como se fosse da família (JOANA, 2019, entrevista).

Carlos, outro assentado que participa da conversa, pronuncia que “saio e deixo tudo na responsabilidade do venezuelano que trabalha aqui comigo. Também nunca tive qualquer tipo de problema” (CARLOS, 2019, entrevista).

Inácio e outro grupo de assentados informou que os imigrantes sempre chegam cansados e com fome. Relataram ainda que ofertam somente alimento, porém, não os contratam por medo da justiça do trabalho e também de serem roubados.

O medo que alguns assentados e assentadas relatam é referente a determinados casos de latrocínios ocorridos na zona rural do estado de Roraima envolvendo a contratação de imigrantes venezuelanos e venezuelanas para exercerem a função de caseiros. Um desses episódios, especificamente ocorreu recentemente no PA Nova Amazônia, Truaru.

Na tarde de sábado, uma família inteira viveu momentos de terror dentro da residência do sítio de sua propriedade, na vicinal 4, na região do Truaru, zona Rural de Boa Vista. O caseiro matou o patrão, Bruno Stefano Veras Coelho, de 32 anos, a golpes de punhal e tentou matar o cunhado dele com a mesma arma. [...] Uma prima de Bruno Stefano relatou [...] que ele teria encontrado o casal na rua e ficou sensibilizado com a condição dos dois imigrantes, por isso deu emprego no sítio. ‘Ele ajudou esse casal de venezuelanos. Estavam na rua quando lhe pediram comida, um teto. Meu primo Bruno levou pro seu sítio para serem seus ‘caseiros’. Lá, eles tinham cama, comida em abundância, porque meu primo sempre gostou de comer bem, passar bem. Eles tinham tudo que precisavam, mas não estavam contentes e ontem, no cochilo de depois do almoço, apunhalaram ele pelas costas, enfiaram facadas na cabeça, costas e estômago. Tudo para roubarem seu carro, celulares e todo o estoque de comida que tinha na casa’, declarou (CASEIRO, 2019).

Referente a esse tipo de delito praticado por imigrantes, de acordo com as buscas que realizei em jornais locais, em um intervalo de dois anos, houve outros três casos semelhantes ocorridos nas zonas rurais dos municípios de Rorainópolis, Cantá e Mucajaí.

Todavia, Julião não se impressiona com esse tipo de acontecimento e diz ser insignificante as ocorrências envolvendo venezuelanos ou venezuelanas. Para ele, a presença dos imigrantes no assentamento é benéfica, pois, aumentou a oferta de mão de obra, problema extremamente grave que influenciava diretamente a baixa produção de hortifrutigranjeiros na localidade. Continuando sua defesa em prol da presença de imigrantes no assentamento, informou como conheceu e contratou Hernandez para ajudar em sua labuta diária.

Eu estava trabalhando no trator cedido pela associação e ele chegou com seu amigo pedido trabalho. Perguntei por quanto que ele trabalhava, falou que qualquer coisa que pagasse estava bom para ele. Por qualquer coisa não tem jeito. Falei que pagava oitocentos reais mais comida. Ele aceitou na hora. Trabalhamos um mês juntos. Me ajudou a plantar milho. Mas meu dinheiro acabou e não tinha como continuar pagando ele. Foi quando falei para ele trabalhar por diária na redondeza e dormir e comer aqui em casa. Quando não tivesse diária para fazer, ficava aqui me ajudando. E aí, quando melhorasse as coisas para mim, contratava ele novamente. A única exigência que fiz para ele é que não fizesse compromisso de trabalho mensal com ninguém, somente por diária (JULIÃO, 2019, entrevista).

No início não entendi a objeção imposta por Julião à Hernandez para não aceitar trabalhar mensalmente para algum assentado ou assentada. Porém, Julião explicou que quando esses imigrantes são contratados para receberem mensalmente por algum sitiante, restringe-se essa mão de obra a poucos. Contrariamente, quando trabalham somente por diária, existe a possibilidade de atender mais lotes, pois, trabalham determinados dias para uns e depois para outros e assim, sucessivamente.

A diária que nós pagamos para eles giram em torno de quarenta reais, mais a comida. Aqui na região, os brasileiros não trabalham por menos de oitenta reais. Então quando

os venezuelanos ou venezuelanas são contratados para trabalhar a preço fixo, ou seja, mensal para algum vizinho, eles deixam de trabalhar por diária para nós e aí perdemos a oportunidade de contratar a diária a preço mais barato (JULIÃO, 2019, entrevista).

Julião complementa que as formas de remunerações dependem do tipo de acordo. As combinações são diversas. Pois envolvem moradia, comida e os salários variam de trezentos a oitocentos reais mensais. Diante dessas questões fui ouvir o que os venezuelanos e venezuelanas tinham a pronunciar sobre suas atividades diárias no PA Nova Amazônia. Encontrei Hernandez, um venezuelano de quarenta e dois anos de idade no sítio de Julião.

Tem três meses que saí do meu país e vim direto prá cá. Deixei minha esposa e uma filhinha de três anos para trás. Saí pela necessidade, falta de comida e trabalho. Lá tem uma inflação muito alta. Quando encontro comida para comprar é tudo muito caro por causa da inflação e o dinheiro não dá para comprar quase nada (HERNANDEZ, 2019, entrevista).

E durante o diálogo, Hernandez mencionou como veio parar no assentamento.

Um amigo meu da minha cidade já estava trabalhando aqui na vicinal quatro e me falou que tinha emprego para mim também. Resolvi vir. Mas trabalhei somente um mês e o serviço acabou. Foi quando encontrei Julião e ele me trouxe para trabalhar com ele. E aí trabalhei com ele por uns tempos e agora fico fazendo diária nas proximidades. Estou juntando dinheiro para trazer minha família (HERNANDEZ, 2019, entrevista).

Observei que grande parte dos imigrantes que deixaram os familiares para trás têm um sonho em comum: arranjar um emprego e trazer seus entes para o Brasil. No entanto, vejo que para uns, a decisão de deixar seu país de origem é mais penosa que para outros. E este foi o drama vivenciado por Paloma de apenas vinte e três anos de idade, que nunca tinha ficado longe da mãe por um período mais longo que um final de semana. De acordo com a exposição de Paloma, esse foi o maior desafio a enfrentar quando resolveu imigrar sozinha para o Brasil em dezembro de 2017.

Na Venezuela a situação estava muito difícil. Minha mãe ficou doente e estava precisando de dinheiro para comprar comida e remédio. Para falar a verdade, o problema não era bem dinheiro, mas a falta de comida. Quem tinha dinheiro também não tinha comida para comprar. E quando se acha para comprar o preço é muito alto. Encontrar remédio é o mesmo problema. O salário da Venezuela dá para comprar somente um quilo de frango. Então resolvi vir para o Brasil passar um mês, trabalhar, comprar uma chapinha para cabelo, porque trabalho com salão lá na minha cidade. Queria passar só um mês porque precisava levar os remédios para minha mãe. Também estava estudando e precisava voltar para terminar o equivalente ao ensino médio aqui do Brasil (PALOMA, 2019, entrevista).

No entanto, Paloma não retornou à Venezuela.

Quando cheguei em Pacaraima conheci uma senhora que me deu comida e me chamou para trabalhar com ela no 'cem'²⁰⁴. Fiquei ajudando ela a cuidar do filho dela pequeno. O marido era churrasqueiro em um restaurante e às vezes eu ia lá ajudar também. Fiquei com eles o mês de janeiro todo. Aí apareceu um senhor que me chamou para trabalhar na casa dele no PA Nova Amazônia. Trabalhei ainda para mais outras duas famílias aqui no PA, sempre cuidando de crianças. Até que vim trabalhar aqui neste

²⁰⁴ Refere-se à localidade denominada Quilômetro Cem na BR-174. O nome oficial é Comunidade Indígena Três Corações. Ver mapa 02 - Rota de entrada no Brasil da imigração venezuelana.

bar e faço pizza, sanduíche e agora já está completando um ano que estou aqui (PALOMA, 2019, entrevista).

Paloma informou que envia grande parte do salário recebido para sua mãe e irmãos na Venezuela. No entanto, seis meses após essa entrevista, fiquei sabendo por intermédio de vizinhos ao local onde a imigrante trabalha, que ela recentemente conseguiu trazer sua mãe e irmãos para o assentamento.

Lorenzo, quarenta e três anos de idade, é outra pessoa de nacionalidade venezuelana que encontrei trabalhando no PA Nova Amazônia. Ele é um dos primeiros imigrantes a se estabelecer no assentamento. Está no local desde outubro de 2016. Em seu local de origem exerceu a função de motorista da prefeitura. Como o encontrei trabalhando com hortifrutigranjeiros, questionei sobre sua prática em atividades agrícolas. Respondeu que sua relação com a zona rural provinha de visitas esporádicas a familiares que vivem no campo. Ele sempre acompanhava o tio em seus afazeres rurais em determinados finais de semana. Tinha apenas noções de alguns afazeres. Sobre a razão de sua imigração, assim, como todos os imigrantes que conversei, responsabilizou a conjuntura política e econômica da Venezuela.

Antes eu tinha um bom trabalho e carro. Ia semanalmente ao mercado fazer compras normalmente. Mas quando começou a crise, meu salário diminuiu. Não é que meu salário diminuiu. É que a inflação é tão alta que meu salário não dava para comprar nem comida. E também começou a faltar de tudo. E quando achava algum supermercado que tinha alguma coisa para comprar como frango, tinha que enfrentar uma fila imensa. Eu saí por necessidade. Lá agora não tem emprego, assistência à saúde, não tem nada, nem comida, nada. Essa situação econômica que a Venezuela está passando acabou até com as tradições. Antes, todo o mês de dezembro todas as famílias matavam porco, boi, carneiro, peru para celebrar com sua família as festas de finais de ano. Isso tudo acabou. Acabaram com a tradição, com a cultura, acabaram com tudo. Quando estava lá, observando meus filhos, vi que nem as crianças tem tido infância. Os valores das famílias se acabaram. Não há respeito, nem nada (LORENZO, 2019, entrevista).

Sobre sua jornada em direção ao PA Nova Amazônia, Lorenzo descreveu sua trajetória.

Fiquei em Pacaraima um mês fazendo de tudo. Capinei quintal, cortei árvores, fui ajudante em uma oficina mecânica. Tudo que aparecia eu fazia. Mesmo trabalhando duro o dia inteiro, mal dava para comer. Então, decidi vir para Boa Vista. Mas no meio do caminho parei em um restaurante na beira da estrada, restaurante Pai D'Égua, da dona Lucinha²⁰⁵. Seu marido falou que tinha muito serviço no assentamento. Então comecei a andar a pé, procurando. Encontrei uma família de maranhense e pedi para trabalhar. Perguntaram se eu sabia plantar. Disse que sim. Plantei melancia, fiz roça. Foi melhor que em Pacaraima. Mas também não sobrava dinheiro, porque mesmo o pouco que sobrava enviava para meus familiares lá na Venezuela (LORENZO, 2019, entrevista).

Assim, após mais de dois anos estabelecido no PA Nova Amazônia, trabalhando às vezes somente por comida, por diária, ou combinação das duas formas de remuneração, Lorenzo agora se diz satisfeito.

²⁰⁵ Fotografia 50, página 244.

Estou aqui com o Antônio já tem uns três meses. Como ele vem para cá para o lote só os finais de semana, fico cuidando de tudo aqui e vou plantar horta em parceria com ele. O Antônio irá entrar com a estrutura e insumos, e eu com a mão de obra. Depois de colher e vender tiramos as despesas e dividimos o lucro meio a meio (LORENZO, 2019, entrevista).

Desta forma, diante dos fatos observados e conversas com assentados, assentadas e imigrantes de nacionalidade venezuelana, constatei que todas as formas de relação de trabalho entre esses dois grupos, considerando a legislação trabalhista brasileira, ocorre de maneira informal, ou seja, ilegal. No entanto, preliminarmente é necessário destacar que os imigrantes procedentes da Venezuela são aconselhados pelas autoridades brasileiras²⁰⁶ a ingressarem em território nacional sob a condição de refugiados ou refugiadas. Tal procedimento tem por objetivo facilitar, dentre outras vantagens, a emissão de documentação, inclusive de carteira de trabalho, documento essencial para formalizar as relações de trabalho entre contratante e contratado.

O reconhecimento da condição de indivíduo refugiado é determinado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

[...];

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997, Lei).

Assim, a maioria dos imigrantes que ingressam no Brasil pela fronteira localizada na cidade roraimense de Pacaraima²⁰⁷ se enquadram nas condições concedidas pela legislação. Além disso, acrescenta tal reconhecimento aos membros familiares que se fizerem acompanhados.

Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional (BRASIL, 1997, Lei).

Portanto, é nesse cenário que é consentido seu ingresso no território nacional, assim como o pedido de refúgio conforme a citada lei.

[...]

Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

Art. 8º O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes (BRASIL, 1997, Lei).

²⁰⁶ Operação acolhida ver página 37.

²⁰⁷ Mapa 02.

A partir desse procedimento poderá ser concedida a residência provisória no território brasileiro.

[...]

Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.

§ 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País (BRASIL, 1997, Lei).

Logo em seguida, o principal documento que os imigrantes recorrem é a carteira de trabalho, documento que permitirá trabalhar com direitos de igualdade à qualquer cidadão ou cidadã brasileiro. Ademais, a Constituição Federal de 1988 em seus artigos quinto e sétimo já garantia esse direito.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

[...]

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso [...] (BRASIL, 1988, CF).

Posteriormente, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 que instituiu a Lei de Migração, na Seção Dos Princípios de Garantias regulamentou a equiparação dos direitos de igualdade do imigrante²⁰⁸, seja ele ou ela de qualquer nacionalidade, ou até mesmo apátrida, a indivíduos de nacionalidade brasileira.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

[...]

II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;

[...]

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

[...]

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

[...]

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; (BRASIL, 2017, Lei, grifo nosso).

Ademais, o

²⁰⁸ Excepcionalmente, os direitos dos imigrantes só são restritivos à alguns direitos políticos.

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

[...]

c) acolhida humanitária;

[...]

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2017, Lei).

Diante disso, observa-se que o imigrante possui perante a legislação brasileira todos os direitos civis resguardados, inclusive o direito ao trabalho com todas as garantias. Especificamente, no episódio do imigrante trabalhador rural, a legislação também igualou esses direitos ao do trabalhador urbano.

O empregado rural, conforme descrito no artigo segundo da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973 “é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, 1973, Lei). E o empregador rural, de acordo com a mesma legislação, em seu artigo terceiro: “a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados” (BRASIL, 1973, Lei).

Não obstante, independentemente da distinção classificatória entre trabalhadores urbanos e rurais, as alterações previstas no artigo sétimo da Constituição Federal, conforme citado, “equiparou o trabalho rural ao urbano, ampliando, assim, os direitos deste empregado - o que significa dizer que ambos possuem direitos iguais [...]” (SINDRP, 2017, p. 01).

Portanto, considerando-se os marcos jurídicos referente ao assunto, as relações de trabalho entre imigrantes venezuelanos e venezuelanas e os beneficiários e beneficiárias do PNRA devem ser intermediadas por contrato de trabalho descrito na carteira de trabalho. Neste caso, o trabalhador rural, dentre outras prerrogativas,

[...] tem direito a Carteira de Trabalho assinada. Condições de moradia ou alimentação, horários de trabalho e descanso e proibição de ajuda de familiares, principalmente de menores de 16 anos. Até 16 anos: É proibido qualquer trabalho. De 16 a 18 anos: Proibidos trabalhos noturno, insalubre, perigoso ou penoso²⁰⁹. 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3 e FGTS acrescido de 40%. Piso salarial mínimo, inclusive de diárias. O empregado rural tem direito a vale-transporte em quantidade suficiente para o deslocamento casa/trabalho e vice-versa. Inscrição no INSS com valores a descontar do trabalhador que varia entre 8,9 ou 11%. Deve incluir a cota do empregador, de 20% sobre o salário do empregado, independentemente do valor do salário. O trabalhador rural deve trabalhar no máximo

²⁰⁹ que envolvam contato com poeira, calor, gasolina, produtos químicos, agrotóxicos, ruído, ou a venda de bebidas alcoólicas, dentre outros (TRT-RS, 2016, p. 10).

8 horas por dia e 44 horas por semana²¹⁰. O trabalhador rural tem direito a repouso semanal remunerado, referencialmente aos domingos. Também tem o direito de folgar em feriados civis e religiosos, devendo ser remunerado em dobro caso trabalhe nestes dias de repouso. A empregada rural tem direito à licença à gestante de 120 dias, estabilidade gestante, auxílio-doença, aviso prévio e aposentadoria (TRT-RS, 2016, p. 10).

De acordo com informação de lideranças comunitárias, somente no PA Nova Amazônia, Murupu, em média, no ano de 2018, mais de cem pessoas procedentes da Venezuela viviam nessa parte do assentamento. Entretanto, no PA Nova Amazônia, Truaru, essa quantidade é superior, pois há um maior número de indivíduos que conseguiram seus lotes via o PNRA, porém, não vivem neles e os mantêm somente para lazer. Com isso, recorrem aos serviços de venezuelanos e venezuelanas para exercer a função de caseiros. Tal correlação foi fragrantemente durante o trabalho de campo, principalmente no Truaru. Nessa parte do assentamento, logo no início da pesquisa, observei uma quantidade de lotes muito grande sem moradores. Porém, em 2019, em cada casa que parei para informações, fui atendido por imigrantes venezuelanos ou venezuelanas morando nas casas anteriormente desocupadas.

Apesar de falta de dados estatísticos ou pesquisas específicas se referindo à distribuição dos imigrantes oriundos da Venezuela vivendo na zona rural do estado de Roraima, de acordo com minhas observações e indagações sobre tal presença, percebi existir uma maior concentração desses indivíduos no PA Nova Amazônia. Nessa circunstância, identifiquei duas possíveis causas dessa aglutinação. A primeira é a facilidade de acesso. Visto que o assentamento, além de estar localizado próximo à cidade de Boa Vista, faz divisa territorial com a BR-174, sendo que seus acessos principais também se encontram ao longo dessa rodovia (mapa 02 - Rota de entrada no Brasil da imigração venezuelana). Dessa forma, em sua jornada imigrante, de Pacaraima, cidade fronteiriça entre Brasil e Venezuela, à Boa Vista, capital do estado e cidade de maior afluência desses deslocamentos, obrigatoriamente, passam pelo PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru. A outra razão é a rede de apoio dos imigrantes que já se encontram trabalhando no assentamento, sendo que o acesso à internet²¹¹ propiciou dentre outras facilidades, a rapidez na comunicação e difusão de notícias. Em minhas estadas no assentamento, não vi nenhum imigrante sem celular e percebi que todos se comunicam via WhatsApp entre si, com familiares e demais pessoas que ficaram na Venezuela, facilitando e fortalecendo a rede de apoio, cooperação e atração. Esporadicamente são contratados também nas ruas de Boa Vista pelos assentados e assentadas do PA Nova Amazônia.

²¹⁰ As horas que ultrapassar esse período é considerada hora-extra.

²¹¹ No PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru observei que quase todas as casas têm antena de transmissão de internet e as que visitei para a entrevista, em sua totalidade possuem acesso a esse tipo de serviço.

Por conseguinte, a presença em grande quantidade e disposição de mão de obra farta e barata no assentamento suscitou duas perspectivas antagônicas nesta parte da pesquisa. De um lado, observei que os imigrantes chegam ao assentamento prioritariamente em busca de trabalho, comida e lugar para morar. Com isso, aceitam trabalhar a preços módicos, bem abaixo do valor de mercado local. E como os sítiantes necessitam dessa mão de obra, a exploram de maneira informal com o intuito de aumentar suas produções agropecuárias. Mas, ao mesmo tempo proporcionam moradia, alimentação, diárias ou salários mensais, conforme as combinações das relações de trabalho. Na ótica dos assentados e assentadas tal forma de contratação sugere acolhimento.

Pelo outro ângulo, essa forma de contratação exclui os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes das garantias legais previstas nas relações de trabalhos formais. Inclusive, um destes direitos, dentre outros previstos na legislação, observei na prática de campo que, a aposentadoria rural representa um dos benefícios mais importantes no decorrer da vida laboral do indivíduo que sobrevive da renda de atividades agropecuárias de pequeno porte. Pois, tal tarefa é muito desgastante, sendo que em diversas ocasiões enfrentam longas jornadas de trabalho sob condições meteorológicas adversas. Portanto, nessa perspectiva, considerando o arcabouço jurídico, e até mesmo humano, essa forma de admissão indica a exploração da mão de obra do imigrante venezuelano ou venezuelana pelos assentados e assentadas do PA Nova Amazônia.

Não obstante, há outros pontos a destacar na análise, como o custo financeiro cobrado pelo estado brasileiro para proporcionar as garantias legais a trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse contexto, ambos os envolvidos nas relações de trabalho arcam com determinados percentuais dessas despesas. Assim, referente somente às contribuições que incidem sob a seguridade social, o empregador recolhe aos cofres do INSS²¹² vinte por cento do salário pago e para o empregado ou empregada. Esse percentual por chegar a onze. Portanto, ao mesmo tempo que eleva o preço referentes à contratação formal pelo empregador, diminui o valor real a receber pelo empregado ou empregada. Em suma, é um sistema de contribuição obrigatória e inversamente proporcional, que pune tanto contratantes quanto contratados ou contratadas. Visto que ao mesmo tempo que encarece os custos de contratação do empregador, reduz o salário do empregado ou empregada.

Quanto ao imbróglio envolvendo os grupos contrários e a favor à contratação de imigrantes venezuelanos e venezuelanas no assentamento, penso ser, em grande parte dos casos,

²¹² Instituto Nacional do Seguro Social.

uma questão de conveniência. Pois, os grupos de opiniões opostas se concentram em polos de produção específicos. Os assentados e assentadas dos polos II, III e V são radicalmente contra. No entanto, observei que eles não necessitam da mão de obra imigrante, já que são plantadores de grãos e utilizam áreas mecanizadas. Logo os sítiantes dos polos I, IV e parte do Truaru são a favor porque dependem da atividade hortifrutigranjeira que demanda maior quantidade de trabalhadores e trabalhadoras na execução das tarefas.

Enfim, o que percebo ocorrer no PA Nova Amazônia é o encontro de dois grupos vulneráveis financeiramente em busca de sobrevivência imbuídos em relações de trabalho. É evidente que existem certas diferenças e semelhanças nas fragilidades, considerando-se que os imigrantes venezuelanos e venezuelanas foram alvos de uma auto expulsão de seu país devido a condições político-financeiras e geralmente chegam ao estado de Roraima apenas com poucas malas ou até mesmo somente com uma mochila para um recomeço. Porém, relembro a trajetória, principalmente dos migrantes nordestinos que se tornaram beneficiários e beneficiárias do PNRA, as histórias, em certa medida são equivalentes, dado que chegaram na localidade em condições semelhantes. Só que nesse fato, foram alvos das desigualdades da política agrária brasileira que não lhes proporcionaram condições de permanência em seus locais de origem. Uma das diferenças é que esses são de nacionalidade brasileira e se estabeleceram a mais tempo no assentamento.

Portanto, percebi que grande parte dos assentados e assentadas que optam por utilizar a mão de obra de venezuelanos ou venezuelanas têm dificuldades em arcar com os custos desta contratação, mesmo que oferecendo preços módicos e contratos informais de trabalho. Assim, dependendo da abordagem, o estabelecimento das relações de trabalho entre esses dois grupos, pode-se configurar em acolhimento ou exploração.

5 ACESSO AO MERCADO

Os agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia superaram diversos obstáculos como acesso à terra e de certa forma a algum recurso financeiro para formar uma infraestrutura produtiva. Não obstante, ainda estava por vir outra grande dificuldade, talvez a maior delas, o acesso ao mercado. Ou pronunciar de uma outra forma bem simples: vender sua produção. Portanto é nessa fase que o produtor ou produtora rural permutará os gêneros alimentícios cultivados na terra ou subtraídos da criação de animais por um numerário de determinado valor: o dinheiro. Em vista disso, observou-se que o sucesso ou o fracasso dessas transações comerciais determinará às formas de subsistência, ou até mesmo a permanência das famílias em suas unidades de produção. Logo, o acesso ao mercado está relacionado diretamente à capacidade de subsistir das famílias por meio do seu trabalho na atividade agropecuária.

Porém, à primeira vista, a etapa da comercialização na cadeia terra-produção-comercialização, devido às melindrosidades da produção, poderia ser considerada a mais simples. E confesso que essa foi minha percepção no início da pesquisa. Pois até aquele momento, estava bastante centrado nas narrativas de meus interlocutores e interlocutoras sobre as dificuldades de acesso à terra e posteriormente o estabelecimento de suas infraestruturas agroprodutivas. E esse foco excessivo não permitiu perceber de imediato as questões intrínsecas nos relatos referentes a um dos maiores obstáculos para subsistir por meio da atividade agropecuária, que é ofertar o produto de seu trabalho ao consumidor final.

Não obstante, minha participação na XV Plenária Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional²¹³, realizada na cidade de Boa Vista em 15 de junho de 2018, possibilitou a ampliação das reflexões referentes à relação de dependência entre o acesso a terra, a constituição da infraestrutura produtiva e da construção de mercados.

Na reunião do Consea estavam presentes, além da presidente regional do Conselho, Silvia Silvestre dos Santos; representantes da Associação dos Trabalhadores em Regimento Familiar do PA Nova Amazônia I, da Associação dos Agricultores Familiares do Polo IV, da Associação dos Produtores Rurais da Serra do Tucano, da Associação Agropecuária PA Nova Amazônia do Polo II, da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos do PA Nova Amazônia e da Conab²¹⁴, dentre outros.

O Consea foi instituído pelo Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. É um órgão de caráter consultivo e vinculado à presidência da república. Tem por finalidade propor “ações

²¹³ Consea.

²¹⁴ Companhia Nacional de Abastecimento.

voltadas ao combate à fome e o atingimento de condições plenas de segurança alimentar no Brasil” (BRASIL, 1993, Lei). A lei assegurou também que essas ações seriam propostas por meio da articulação dos governos municipal, estadual e federal e a sociedade civil, representada pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais, dentre outras atribuições.

Desde a sua criação em 1993 até o ano de 2019, o Consea sofreu diversas alterações, sendo as principais em suas competências e composições. Assim, dentre os principais destaques desta história, consta que em 1995 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária que dentre outras competências, assumiu o combate à fome e pobreza naquela ocasião.

Art. 1º O Programa Comunidade Solidária, vinculado à Presidência da República, tem por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza (BRASIL, 1995, Lei).

No ano de 2003 foi recriado pela Lei nº 10.683, sendo que as principais mudanças em relação à Lei originária de 1993 foram na denominação do conselho, na forma de assessoramento e nas competências. Com isso, o órgão passou a se denominar Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. De simples conselho de assessoramento, passou a integrar o assessoramento imediato da presidência da república, com as seguintes competências:

Art. 9º Ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e definição de diretrizes para a garantia do direito humano à alimentação, e especialmente integrar as ações governamentais visando ao atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome (BRASIL, 2003, Lei).

Não obstante, com a urgência de dar agilidade ao combate à fome no Brasil, no ano de 2006 foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar²¹⁵.

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006, Lei).

Com a criação Sisan, o Consea passou a integrar uma das instâncias desse órgão e, além de suas atribuições anteriores, assumiu a elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria (BRASIL, 2006).

É importante realçar que na abertura da XV Plenária Ordinária, ao dar as boas-vindas aos participantes, a presidente do Conselho, Silvia Silvestre destacou a importância da produção de gêneros alimentícios oriundos dos agricultores e agricultoras familiar para a segurança

²¹⁵ Sisan.

alimentar e nutricional do país. Não obstante, os primeiros atos legislativos destacando a importância da agricultura familiar na segurança alimentar, surgiram somente a partir da criação do Sisan.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda; [...] (BRASIL, 2006, Lei).

Devido à necessidade de conceder maior autonomia ao Consea, no ano de 2007, por intermédio do Decreto nº 6.272 redefiniu suas competências.

Art. 2º Compete ao CONSEA:

I - convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a quatro anos;

[...]

VI - instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sisan;

[...]

IX - zelar pela realização do direito humano à alimentação adequada e pela sua efetividade; (BRASIL, 2007, Lei).

Mas, sua composição e funcionamento permaneceu inalterada, conforme constou na lei de criação do Sisan. A diferença foi que essas atribuições passaram a integrar a Lei nº 6.272/2007, conforme constou em seus artigos terceiro e décimo-sexto, respectivamente.

Art. 3º O CONSEA será composto por sessenta membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, [...].

Art. 16. O CONSEA contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação (BRASIL, 2007, Lei).

Diante das diversas alterações sucedidas ao longo do tempo na legislação, sua finalidade foi acrescida de novos valores. Assim, o Consea passou a ser

[...] um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan (CONSEA, 2017, p. 01).

Porém, em 1º de janeiro de 2019, o Consea foi extinto por intermédio da Medida Provisória nº 870 que visou a reorganização das estruturas do governo federal, sendo uma dessas medidas a extinção do Conselho. Essa Medida Provisória foi convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Por fim, retornando à minha participação na Plenária do Consea, o ponto mais importante percebido naquela reunião foi a oportunidade que os porta-vozes das entidades

representativas da agricultura familiar tiveram para relatar suas adversidades. Assim, naquele momento eles expuseram com muita propriedade suas principais dificuldades envolvendo as etapas que envolvem a cadeia produção-consumo. Dentre esses obstáculos, foram unânimes em destacar a comercialização e não a produção, como um dos principais obstáculos das pessoas que subsistem por meio do trabalho familiar no campo. E, em um desses discursos, o presidente da Cooperativa dos Cinco Polos, Sérgio Fernandes Medeiros, em tom de desabafo, narrou de forma simples e precisa sua contrariedade: “não adianta ter terra e morrer de trabalhar para produzir, se não tiver para quem vender”. Logo em seguida, complementando as alegações de Sérgio, João de Castro, representante da Associação dos Produtores Rurais da Serra do Tucano, proferiu que “nossos produtos são perecíveis e se não conseguirmos vender no tempo certo, perdemos tudo”. Seguidamente, descreveu o ocorrido em sua última safra de melancia.

Consegui colher mais ou menos três mil melancias. Contratei um caminhão para levar tudo para Boa Vista. Mas chegando lá encontrei todo mundo querendo vender melancia também. Consegui vender somente umas trezentas. Para não ter que pagar frete de volta, dei toda a melancia (CONSEA, 2018, participação).

A Conab que é gestora de algumas políticas públicas de incentivo à comercialização de gêneros alimentícios, e, por intermédio de seu representante, reconheceu a incapacidade financeira da instituição em absorver a maior parte da produção oriunda da agricultura familiar.

Posteriormente à essa reunião, além de ter que retornar a alguns assentados e assentadas para elucidar algumas questões que restavam em relação às dificuldades de acesso ao mercado, incluí perguntas referentes a esse assunto de forma explícita em meus questionários.

Nesse interim, percebi também que o acesso ao mercado requer conhecimento. E me lembrei da primeira tentativa sem êxito do Milton em vender os frutos *in natura* produzidos em seu pomar. “Voltava com toda as frutas prá casa e ainda tinha que pagar o ônibus de ida e volta. As frutas eram dadas prós porcos e galinhas. Porque se não perdia, apodrecia”, lembrou Milton. Não obstante, ele só obteve sucesso quando entendeu que a demanda era por polpa. Percebeu ainda questões referente à conservação, tempo de vida útil de seu produto.

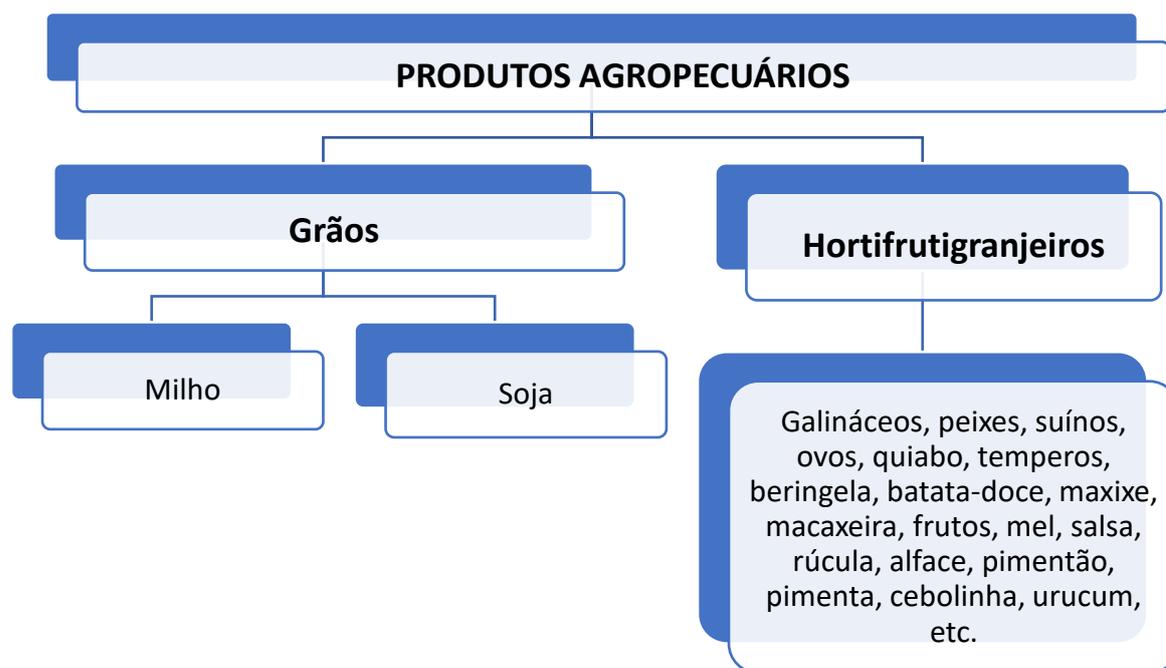
Por conseguinte, ao final de mais de trinta entrevistas realizadas com os agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia, somente um deles, afirmou vislumbrar facilidades no acesso ao mercado. Para ele, o grande problema é a falta de capital e dificuldades no acesso ao crédito para adquirir maquinários para expandir sua produção.

5.1 FORMAS DE ACESSO AO MERCADO

Percorrendo o roteiro da comercialização dos produtos oriundos do trabalho na atividade agropecuária dos agricultores e agricultoras familiares do PA Nova Amazônia, percebi que ele é diversificado e compreende pelo menos quatro variáveis que influenciam direta ou indiretamente essas transações comerciais. Em razão disso, para facilitar a compreensão do processo que envolve a transformação dos produtos agropecuários em dinheiro, organizei estas variáveis, conforme concebido durante o trabalho de campo.

Portanto, estas classificações consideram os grupos de gêneros alimentícios produzidos, as vias de acesso ao mercado, os canais de comercialização e a localização do ponto de venda dos produtos comercializados, conforme representados no diagrama 2.

Diagrama 2 - Grupos de produtos oriundos da atividade agropecuária do PA Nova Amazônia, Murupu e Truaru



Fonte: o autor

Observa-se no diagrama 2 que os grãos são representados pelo milho e pela soja. Os hortifrutigranjeiros correspondem à alface, couve, salsa, rúcula, cebolinha verde, coentro, urucum, pimentas, quiabo, maxixe, beringela, pimentão, tomate, batata-doce, macaxeira, graviola, acerola, limão, manga, murici, buriti, mel, ovos, galináceos, peixes e suínos, dentre outros. De acordo com o levantamento de campo, esses são os principais gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares do PA Nova Amazônia.

Contudo, para ofertar esses produtos ao mercado, as famílias agricultoras têm à disposição, conforme a classificação, três vias de acesso: setor privado, público ou parceria público-privada. A comercialização via setor privado corresponde a todas as vendas realizadas que não envolvem a interferência direta ou indireta de qualquer agente público. A via de acesso por intermédio do poder público envolve as políticas públicas de comercialização de alimentos, como as vendas institucionais do PAA²¹⁶ e PNAE²¹⁷. O setor público-privado compreende as feiras e os mercados municipais e estaduais.

Os canais de comercialização foram divididos em vendas diretas e indiretas. As vendas diretas nesta pesquisa, referem-se às negociações realizadas diretamente entre o produtor ou produtora do PA Nova Amazônia e o consumidor final, sem a presença de qualquer tipo de intermediação, não importando o local em que a transação for realizada. A comercialização via venda indireta é toda aquela que em algum momento da operação comercial entre produtor e consumidor, aparece alguma forma ou agente de intermediação, seja, público ou privado.

Os pontos de vendas ou espaços de comercialização foram segmentados em individuais e coletivos. Os lugares individuais na forma de comercialização venda direta, refere-se às transações comerciais realizadas entre os moradores e moradoras locais. Inclui-se também nesse molde, consumidores finais que moram na cidade de Boa Vista e que se deslocam até o assentamento para a compra de produtos para o consumo familiar. Ou produtores e produtoras que eventualmente enviam seus produtos a consumidores finais em Boa Vista.

5.1.1 Canal de comercialização via setor privado

Neste canal de comercialização, os agricultores e agricultoras conseguem ofertar ao mercado todos os grupos de produtos de duas formas: vendas diretas e indiretas. Porém, somente em espaços individuais.

A venda via setor privado de forma direta é aquela em que o agricultor vende seus produtos diretamente ao consumidor final. Ela pode ser realizada na cidade ou no assentamento. No primeiro caso, o agricultor ou agricultora leva seus produtos diretamente a clientes já contratados ou não na cidade. Essa forma de venda ocorre também quando os clientes se dirigem ao assentamento para realizar suas compras.

Expedito me explica que é muito raro levarem alguma coisa para vender na cidade diretamente ao consumidor, pois a quantidade adquirida é pequena e não cobre os custos de

²¹⁶ Programa de Aquisição de Alimentos.

²¹⁷ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

produção devido à distância. Ele lembrou que antes de se mudar para o lote, quando ainda tinha horta em Boa Vista, vendia seus produtos diretamente a uma clientela previamente contratada.

A única transação que testemunhei de vendas direta foi a do Aníbal. Ele envia grande parte de sua produção de ovos caipiras a clientes bastante antigos em Boa Vista. Esses ovos são enviados aos cuidados do motorista de ônibus que trafega diariamente entre a cidade e o assentamento. No entanto, questionei outras pessoas do assentamento sobre essa forma de comercialização. Informaram que são muito raras.

Aníbal é morador do Truaru, onde possui sessenta e cinco hectares. É aposentado e está morando sozinho em seu sítio, pois sua segunda companheira teve que ir morar em Boa Vista para cuidar de seus pais que já estão em idade avançada. De acordo com as informações de Aníbal durante a entrevista, ele nasceu e morou na região de Presidente Prudente, estado de São Paulo até 1998, quando uma crise conjugal e a insatisfação no trabalho, ocasionaram sua migração para a cidade de Boa Vista.

Tinha que levantar muito cedo todo dia para tirar leite. As quatro horas da manhã tinha que estar em pé. E quando era época das chuvas, aí é que eu ficava contrariado mesmo. O curral era de cimento e quando a vaca cagava, a bosta vinha toda em mim. Aquilo me deixava contrariado. Não gostava daquela vida. Queria mudar de vida. Um dia vi na televisão que no Canadá os agricultores eram muito felizes. Plantavam alface gigante. Fiquei com aquilo na cabeça. Já era casado a vinte e dois anos. Tinha três filhos homens. Minha vida de casado também tava ruim. Minha mulher não queria saber de sair lá de São Paulo. Em uma dessas brigas com a mulher, larguei tudo e vim me embora para Roraima com um amigo que tinha arrumado emprego aqui. Ele me disse que aqui ficava mais fácil para ir para o Canadá (GUIMARÃES, 2019, entrevista).

Aníbal mencionou que depois que se mudou para o estado de Roraima, ficou dezessete anos sem dar notícias para seus familiares. No entanto, no ano de 2015, companheiros de assentamento informaram que ouviram em um programa de rádio que seus filhos o estavam procurando. A partir daí, retornou o contato. E em 2016 voltou a Presidente Prudente para rever seus filhos.

Aníbal relembrou que em 1998, quando chegou ao estado, trabalhou por cerca de cinco anos cultivando hortaliças em regime de agregado para chacareiros nos arredores de Boa Vista. Até quem em meados do ano de 2004,

[...] o Lurenis²¹⁸, que era o chefe do Incra, foi comprar verdura em uma chácara que eu tava trabalhando e viu aquele monte de verdura plantada e falou: larga isso e vai trabalhar no que é seu; lá no Truaru, onde ficava a Fazenda Bamerindus já estamos demarcando os lotes para distribuir. E foi assim que vim parar aqui (QUIMARÃES, 2019, entrevista).

Observei também que existe um mercado interno dentro do assentamento. São as transações comerciais entre moradores. Segundo as informações de Elisoneto, “têm muitos

²¹⁸ Lurenis Cruz do Nascimento foi superintendente regional do Incra entre os anos de 2003 a 2005.

moradores e moradoras do PA Nova Amazônia que trabalham em Boa Vista e não produzem nada. O assentamento serve apenas para morar. Mas, compram muitas coisas produzidas aqui” (MACEDO, 2018, entrevista).

Considerarei como vendas diretas, ainda que de forma diferente, as praticadas por Lucinha, Elisângela e Tânia, esposa do Ênio. Essas três assentadas têm dois detalhes em comum: agregam valor aos produtos antes da venda e possuem seus próprios pontos comerciais no assentamento. Em favor disso, Lucinha dona do restaurante “Pai d’égua”, fotografia 50, cria galinhas caipiras. Elisângela que ainda não deu nome ao seu restaurante, além de galinhas, também cria peixes. De acordo com a entrevista dessas assentadas, depois de preparados, a galinha e o peixe se tornaram as principais refeições servidas em seus restaurantes. Já, Tânia, do milho e da macaxeira produzidos no sítio, faz bolos para vender na lanchonete da família, que fica em um local privilegiado do lote, defronte à BR-174.

Fotografia 50 - Restaurante da Lucinha



Fonte: arquivos do autor, 2018.

Lúcia de Fátima, mais conhecida por Lucinha, moradora do Polo IV foi beneficiada com uma área rural com extensão de treze hectares. Essa assentada do PNRA, devido às dificuldades financeiras para sobreviver da renda de seu lote, aproveitou-se da localização estratégica de seu terreno, defronte à BR-174, e abriu um restaurante, sua principal fonte de renda.

Lucinha e seu ex-marido chegaram ao ex-Território Federal de Roraima em 1988 provenientes da cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Conforme as informações de Lucinha, em Fortaleza, seu marido trabalhou como representante comercial de uma marca de café. Mas,

no início do ano de 1987, ele foi transferido para Manaus e em meados daquele mesmo ano, assumiu a representação daquela marca de café em Roraima. Inicialmente, foram morar na cidade de Pacaraima, onde Lucinha abriu uma lavanderia. Passado um ano, mudaram para Boa Vista, sendo que nesta cidade, Lucinha continuou com a mesma atividade desenvolvida anteriormente. Transcorrido certo período de tempo, enquanto Lucinha persistia ainda no mesmo ramo de lavanderia, seu marido mudou de atividade, passando a trabalhar no ramo da construção civil. Até que no ano de 2002 ficaram sabendo da possibilidade da implantação de um assentamento na localidade até então conhecida como fazenda Bamerindus. Com isso, fizeram sua inscrição via correios. Foram contemplados e no mês de dezembro de 2003 mudaram para seu lote.

Elisângela, proprietária do outro restaurante, foi favorecida com uma área de dezessete hectares no Polo IV. Porém, antes de se tornar uma beneficiária do PNRA, ela trabalhou por cerca de cinco anos em um comércio do ramo da informática na cidade de Boa Vista.

Elisângela Alves da Silva nasceu no estado de Roraima, porém é filha de migrantes maranhenses. Durante nossa conversa, essa entrevistada solicitou uma pausa e ausentou por uns poucos minutos. Em seu retorno trouxe um álbum repleto de fotografias. Foi para mostrar um fato marcante em sua vida. Sua equipe conquistou medalha de ouro no Campeonato Mundial de Vôlei de Praia ocorrido em Portugal no mês de julho de 2005.

De acordo com as informações de Elisângela, essa modalidade de campeonato é disputada pelos funcionários e funcionárias de empresas industriais de várias partes do mundo. É promovida pela Confederação Esportiva Internacional do Trabalho e suas entidades representativas em cada país. No Brasil, o Sesi²¹⁹, é a instituição responsável pela organização do campeonato.

Elisângela relatou que mesmo tendo um trabalho estável na cidade de Boa Vista, sempre quis retornar a viver na zona rural, pois é filha de agricultor. Assim, no momento em que ficou sabendo por intermédio de seu ex-cunhado, que foi funcionário das fazendas Bamerindus, da possibilidade da criação de um assentamento naquela localidade, imediatamente fez sua inscrição no Incra.

Não obstante, assim que o Incra autorizou a mudança para os lotes, no final de 2003, Elisângela enviou seus pais para o assentamento e continuou trabalhando na cidade, pois de acordo com suas narrativas, foi seu emprego que garantiu a sobrevivência da família naquele momento. No ano de 2006, após acordo trabalhista com a empresa para sua demissão, mudou-

²¹⁹ Serviço Social da Indústria.

se para o assentamento, sendo o dinheiro de seu acerto usado para criar sua infraestrutura produtiva: criadouro de galinhas e peixes para o restaurante.

Os canais de vendas indiretas praticadas em locais individuais respondem por boa parte da renda dos assentados e assentadas. Nesse sistema, tanto os atravessadores se dirigem ao assentamento à procura de produtos para revendê-los, como os agricultores e agricultoras levam seus gêneros alimentícios produzidos para entregar aos vários tipos de intermediários localizados na cidade de Boa Vista.

De acordo com Aníbal, tudo que ele produz, com exceção de parte dos ovos caipiras que manda entregar para alguns clientes finais na cidade, é vendido para intermediários que se dirigem até seu sítio. Ele cria, porcos, galinha e ovos caipira, peixes e produz uma variedade de frutos, tudo isso destinados à venda.

Porém, segundo as alegações de Valdir, em uma determinada época do ano, os intermediários são vistos com maior frequência no assentamento. Ele esclareceu que isso ocorre durante o inverno, quando a oferta de produtos diminui devido às dificuldades de cultivo de algumas plantas nessa estação do ano.

Apesar de dar mais trabalho, a época das águas é a que mais gosto de plantar. Quase ninguém tem verdura para vender nesse tempo. Poucas pessoas tem condições de produzir no inverno, porque uma estufa²²⁰ custa caro. Então quem consegue produzir, vende tudo e os preços são bem melhores (SOUZA, 2018, entrevista).

Se por um lado, alguns intermediários se deslocam de Boa Vista até o PA Nova Amazônia em busca de produtos, por outro lado, os agricultores e agricultoras também levam sua produção rural até determinados intermediários. Esses atravessadores que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, como supermercados, frutarias e lanchonetes, dentre outros. Em alguns casos, essa forma de comercialização é um complemento de renda, como por exemplo, as polpas de frutas congeladas que Milton entrega nas lanchonetes da cidade. No entanto, para outros, tornou-se a principal fonte de renda da família, como para Françoendes e Iranilton.

Françoendes comercializa por intermédio de terceiros, cerca de dois mil frangos vivos mensais retirados de sua granja. De acordo com a entrevista, seus intermediários são pessoas físicas que compram esses galináceos para o abate e os revendem a açougues e restaurantes da cidade. Françoendes informou que ele mesmo entrega seus produtos aos seis intermediários com quem mantêm contrato em Boa Vista. Ele consegue entregar em média, cem unidades semanal para cada um deles. Porém, ao longo do ano, essa quantidade poderá variar, complementou Françoendes.

²²⁰ Estufas são estruturas cobertas com plástico transparente que protege as plantações do excesso de água das chuvas.

Iranilton trabalha com o mesmo sistema de vendas indiretas que Françoeldes, porém, comercializa seus produtos somente com pessoas jurídicas. Ele foi um dos pioneiros na plantação de batata-doce no PA Nova Amazônia, Truaru. Produz cerca de setecentos quilos de batata-doce por semana. Tem uma clientela fixa que inclui grandes e médios supermercados e frutarias da cidade de Boa Vista.

Já estou no mercado a mais ou menos três anos e meio. Tenho contrato com diversos supermercados e frutarias da cidade: Supermercado Novo Tempo, Pátio das Frutas, Frutaria Rio Branco, Supermercado Barbosão, Supermercado Leão. Tenho clientes também na Feira do Produtor. Para os clientes mais antigos de contrato, já tenho uma quantidade fixa semanal de batata para entregar. Os mais novos, ainda é preciso ligar para adequar o consumo com a demanda (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Iranilton, foi o único assentado, dentre todos os agricultores e agricultoras entrevistados, a admitir maiores facilidades na comercialização do produto do que na sua produção. Por conseguinte, discorreu sobre o diferencial que permitiu a introdução de seu produto no mercado, “com certa facilidade”, conforme sua exposição.

Aí entra a minha graduação em economia. Aprender a vender. Aprendi que venda, antes de tudo é questão de planejamento. Primeiramente, tenho que calcular meu custo. Só assim, saberei o preço mínimo que poderei vender minha batata-doce. Outra regra principal na venda de alimentos perecíveis é não sair com ele de pronta entrega. Todos vão querer se aproveitar. Sabe que vão perder em pouco tempo e querem pagar qualquer preço. Se você chegar com o produto em cima de seu carro é uma coisa. Agora, somente levando a amostra do produto, é outra coisa. Eu primeiramente saio com a amostra de meu produto e demonstro a qualidade e a disponibilidade de fornecimento. (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Iranilton revela também que para manter os compromissos semanais, o segredo é a escalonagem da produção e estrutura de entrega. “A escalonagem implica em planejar o plantio, considerando o tempo da colheita. Assim, consigo disponibilizar semanalmente para meus clientes, a quantidade de batata contratada. Para a entrega tenho dois veículos” (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Diante disso, compreendo que para Iranilton, realmente, seu principal problema está centrado nas condições de acesso ao capital para aumentar sua produção.

Já tem supermercado querendo comprar dois mil quilos por semana. Trabalhando manual, não tem como atender essa demanda. Estou esperando a regularização do lote para poder financiar os equipamentos e então expandir minha plantação de batatas. Sem isso, não conseguirei aumentar a produção, as vendas e ganhar mais, aumentar minha renda (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Ao discutirmos sobre a necessidade de capital financeiro para adquirir maquinários e tecnologias, e com isso, aumentar a produção, surgiram outros assuntos que também estão relacionados diretamente às adversidades que o homem e a mulher do campo confrontam diariamente: a idade, produção e a produtividade.

Eu já tenho sessenta e um anos, então pegar na enxada e trabalhar o dia todo não é fácil. Aliás, está ficando cada dia mais difícil. Por isso também é que preciso da ajuda da tecnologia. Veja como é minha rotina de trabalho para disponibilizar a batata ao

mercado. Levo um dia todo para arrancar os setecentos quilos. Um dia para lavar e somente no outro procedo às entregas. Mas, se tivesse um trator, o serviço de arrancar a batata do solo, levaria somente meia hora. Então, se tivesse maquinário, arrancaria e lavaria a batata no mesmo dia. E no outro já realizaria as entregas. E tem mais. Trabalho geralmente com duas pessoas me ajudando. Nesse caso, só precisaria de mais um. Olha só a economia de tempo e mão de obra (ALBUQUERQUE, 2019, entrevista).

Fiquei impressionado com o nível de controle que Iranilton mantém sobre a produção e comercialização da batata-doce. Controla todos os detalhes por intermédio de uma planilha Excel instalada em seu notebook. Assim, datas de enterro das ramas e arranque das batatas por canteiro; quantidade por cova e despesas com adubos e defensivos agrícolas; custos referentes à irrigação, mão de obra e logística; nada foge ao domínio de Iranilton.

5.1.2 Canal de comercialização via setor público

A comercialização via setor público é a principal fonte de renda para grande parte dos moradores e moradoras do PA Nova Amazônia que optaram pelo setor hortifrutigranjeiro. Esse canal envolve as políticas públicas de apoio e intermediação à comercialização de alimentos por meio das compras institucionais do governo federal, do PAA e do PNAE. É realizada somente de forma indireta, sendo a configuração que envolve a maior quantidade de intermediários, considerando seu caminho para chegar ao consumidor final, conforme foi explicitado no quadro 03.

5.1.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, apesar de seus limites, é a forma de comercialização mais esperada e disputada pelos agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia. Esse formato de política pública une dois grupos de pessoas resultantes de um sistema socioeconômico desigual, os sujeitos da agricultura familiar e as pessoas vítimas da insegurança alimentar. Portanto, pode ser entendido como um programa de complementos de renda para os primeiros e de alimentação para o outro grupo. Assim, por um lado elimina as principais dificuldades de mercado para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e pelo outro supri uma parte da demanda alimentar de pessoas com vulnerabilidades social e nutricional.

O PAA foi instituído por intermédio do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (MDS, 2012). Em 2011, essa norma foi alterada pela Lei nº

12.512 e posteriormente regulamentada por diversos dispositivos legislativos, sendo o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (MDS, 2012).

Observa-se que as modificações tiveram por intuito adequar e ampliar a abrangência de suas ações, sem, no entanto, modificar suas duas finalidades fundamentais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir esses dois objetivos,

[...] o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (MDS, 2012, p. 02).

Assim, para efetivar essas finalidades, com ênfase na articulação entre a oferta e o consumo de alimentos, a execução do PAA foi segmentada em seis modalidades diferentes, conforme representadas no quadro 12. “Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques, Compra Institucional e Aquisição de Sementes” (BRASIL, 2012, Lei).

Quadro 12 - Síntese das modalidades de execução do PAA em 2017

MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS	LIMITES
Compra com Doação Simultânea ²²¹	Compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA ²²² , diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	R\$ 6.500,00 na forma individual de participação. R\$ 8.000,00 em forma de associação ou cooperativa. Valores referentes por unidade familiar em um período de doze meses ²²³ . Com limite de R\$ 2.000.000,00 por organização fornecedora, respeitando os limites anuais por unidade familiar.
Compra Direta ²²⁴	Compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços.	R\$ 8.000,00 por unidade familiar em um período de doze meses. Limite de R\$ 500.000,00 por organização fornecedora respeitando os limites anuais por unidade familiar.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite ²²⁵	Compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	R\$ 9.500,00 por unidade familiar em um período de doze meses.

²²¹ Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017.

²²² Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

²²³ Período de referência: 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

²²⁴ Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014.

²²⁵ Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017.

Apoio à Formação de Estoques ²²⁶	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público.	R\$ 8.000,00 por unidade familiar em um período de doze meses. Limite de R\$ 1.500.000,00 por organização fornecedora respeitando os limites anuais por unidade familiar. Sendo que a primeira operação não poderá ser maior que R\$ 300.000,00.
Compra Institucional ²²⁷	Compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPAA, para doação aos beneficiários consumidores.	R\$ 20.000,00 por órgão comprador em um período de doze meses. Limite de R\$ 6.000.000,00 por organização fornecedora respeitando os limites anuais por unidade familiar.
Aquisição de Sementes ²²⁸	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.	R\$ 16.000,00 por unidade familiar em um período de doze meses. Limite de R\$ 6.000.000,00. Aquisições com valores acima de R\$ 500.000,00 deverão ser realizadas por meio de chamada pública.

Fonte: o autor²²⁹.

Os valores constantes no quadro 12 referentes aos limites por unidade familiar anual são independentes entre si e os beneficiários fornecedores poderão participar de mais de uma modalidade simultaneamente (BRASIL, 2012, Decreto).

Dentre outras contribuições do PAA, a que está relacionada diretamente a esta pesquisa é o fortalecimento dos “circuitos locais e regionais e redes de comercialização” (BRASIL, 2012, Lei). Ou dito de outra forma, a construção de mercados institucionais.

É importante destacar que o PAA possui dois públicos beneficiários. Os fornecedores dos gêneros alimentícios, representados pelos agricultores e agricultoras familiar e os consumidores e consumidoras de alimentos, constituídos por vários sujeitos expostos a diversas formas de insegurança alimentar, como alunos e alunas da rede pública, frequentadores e frequentadoras de restaurantes populares, crianças especiais, dentre outros.

O diagrama 3 ilustra o caminho percorrido pelos gêneros alimentícios produzidos que se inicia na lavoura, até seu destino final, parcela da população em situação de vulnerabilidade.

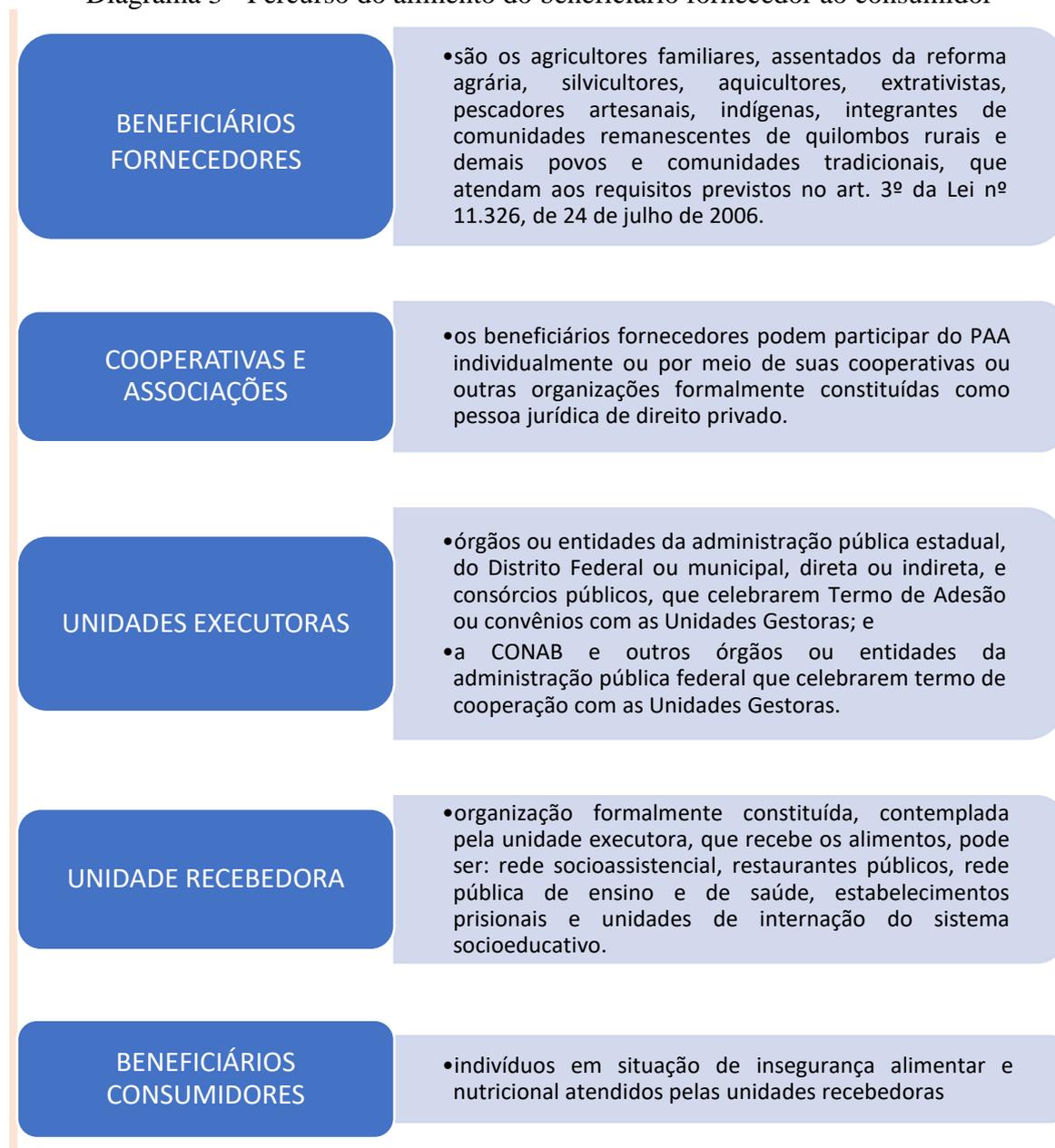
226 Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014.

227 Redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 2017.

228 Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014.

229 Fundamentado pela Lei nº 10.696, de 2003 e demais regulamentos.

Diagrama 3 - Percurso do alimento do beneficiário fornecedor ao consumidor



Fonte: o autor²³⁰.

Não obstante, de acordo com a entrevista de Maria Darcy, os recursos repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome²³¹ e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário²³² para a operacionalização do PAA, a partir de sua criação no ano de 2003 teve um aporte de recursos financeiros crescente até o ano de 2012. Posteriormente, a aquele período, entrou em escala decrescente, quadro 13, tornando-se insuficiente para atender

²³⁰ Fundamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

²³¹ MDS.

²³² MDA.

às demandas das organizações produtivas. Maria Darcy de Almeida Xavier é superintendente regional da Conab e está nessa função desde meados de 2017.

Quadro 13 - Evolução dos recursos em reais do MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA 2003 a 2008 por região geográfica

ANO	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	63.330.078

Fonte: Conab, 2019.

Especificamente em relação à regional da Conab no estado de Roraima, Darcy informou que no ano de 2016 os recursos enviados pelo MDS e MDA para serem executados no ano de 2017 foram em média, dois milhões de reais. E para as edições seguintes, os recursos financeiros enviados no ano de 2018 para ser executado em 2019 e 2019 para ser executado em 2020 foram de quinhentos e setenta e cinco mil e duzentos reais cada período. Isso significou uma queda de setenta e cinco por cento dos recursos para aquisição de alimentos do PAA. No entanto, em vista da demanda, a superintendente regional conseguiu aportes financeiros para aqueles dois períodos, via emenda parlamentar, de mais dois milhões de reais para cada interstício, possibilitando dessa forma a execução do programa. De acordo com a superintendente, todo esse montante foi direcionado à modalidade “Compra com Doação Simultânea”.

O quadro 14 apresenta as cooperativas e associações do PA Nova Amazônia beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2018, as instituições receptoras, o valor recebido, as quantidades de produtores e agricultores familiares participantes do programa, assim como das pessoas atendidas em situação de insegurança alimentar.

Quadro 14 - Distribuição do PAA para o PA Nova Amazônia no período 2018-2019

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE	UNIDADE RECEBEDORA	VALOR RECEBIDO	FORNECEDORES AGRICULTURA FAMILIAR	CONSUMIDORES PESSOAS VULNERABILIDADE NUTRICIONAL
COOPANA ²³³	GRUPO DE MÃES ANJOS DE LUZ	320.000,00	42	9.400
ASTRF ²³⁴	SESC - MESA BRASIL	320.000,00	40	27.992
AAFPPANA ²³⁵	GRUPO DE MÃES ANJOS DE LUZ	320.000,00	40	9.400
AAFP ²³⁶	SESC - MESA BRASIL	304.000,00	38	33.480
COOPERCINCO ²³⁷	SESC - MESA BRASIL	96.282,50	50	27.992
TOTAL		1.360.282,50	210	108.264

Fonte: o autor²³⁸, 2020.

O quadro seguinte, 15, referente ao de 2019 é similar ao anterior. Porém, como ainda está em fase de adesão, não consta as quantidades de produtores e produtores familiares e tampouco do público vulnerável beneficiário participantes do programa.

Quadro 15 - Distribuição do PAA para o PA Nova Amazônia - período 2019-2020²³⁹

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE	UNIDADE RECEBEDORA	VALOR RECEBIDO
COOPANA	GRUPO DE MÃES ANJOS DE LUZ E SESC - MESA BRASIL	216.000,00
COOPNOVA ²⁴⁰	SESC - MESA BRASIL	104.000,00
AAFPPANA	GRUPO DE MÃES ANJOS DE LUZ	248.000,00
AAFP	SESC - MESA BRASIL	280.000,00
COOPERCINCO	SESC - MESA BRASIL	320.000,00
TOTAL		1.168.000,00

Fonte: autor, 2020²⁴¹.

Na comparação entre os dois quadros é possível ver a diminuição do valor total destinado ao PA Nova Amazônia, que de acordo com a entrevista de Maria Darcy, foi necessário realizar uma adequação de valores para atender outros assentamentos do estado.

²³³ Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia.

²³⁴ Associação dos trabalhadores rurais em regime familiar do PA Nova Amazônia I.

²³⁵ Associação dos agricultores familiares do Polo I - Elifas Levi Veloso Filho.

²³⁶ Associação dos agricultores familiares do Polo IV - PA Nova Amazônia.

²³⁷ Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos.

²³⁸ Fundamentado por relatório fornecido pela superintendente regional da Conab.

²³⁹ A ser executado até 31 de dezembro de 2020.

²⁴⁰ Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I.

²⁴¹ Fundamentado por relatório fornecido pela superintendente regional da Conab.

Outra observação é a participação pela primeira vez no PAA da Coopnova a cooperativa fundada no Truaru no ano de 2019.

Em relação à execução prática do PAA no assentamento, Elisoneto detalhou seu funcionamento junto à associação que preside.

Primeiro a Conab lança um edital de chamamento falando dos preços e dos produtos que querem. Geralmente os produtos são abóbora, banana, alface, batata, berinjela, buriti, cheiro verde, couve, feijão de bulhão verde, feijão caupi seco, feijão verde em vagem, goiaba, limão, quiabo, rúcula, mamão, maxixe, pimentão, melancia, pepino, pimenta de cheiro, pimenta ardida, raiz de mandioca. Aí faço um projeto junto à Conab do PAA. O PAA tem parceiros, como por exemplo, no nosso caso é a entidade beneficente Anjos de Luz. Todas as sextas-feiras juntamos de cinco a seis toneladas de alimentos e levamos para a entidade. E eles se encarregam de distribuir para as famílias necessitadas e cadastradas. Então fica assim. Recebo a mercadoria aqui na associação durante as três sextas-feiras e na quarta sexta-feira fecho a folha e envio para a Conab. A Conab confere e deposita o dinheiro na conta da Associação e eu repasso aos agricultores. A mercadoria é transportada em um caminhão de um dos associados. As despesas de frete também são rateadas. Quem leva mais mercadoria, paga mais e assim, vai (MACEDO, 2018).

Elisoneto informou que desde ano de 2016, esse já é o terceiro ano²⁴² que a AAFPPANA participa do PAA e com isso, complementou demais informações referente à implementação do programa.

O primeiro foi de quatrocentos e quarenta e oito mil reais; o segundo de duzentos e quarenta mil reais e este último de trezentos e vinte mil reais anuais. Funciona assim. Os trezentos e vinte mil reais são divididos por quarenta famílias. Oito mil reais é o valor que cada família tem o direito de entregar. Esses oito mil anual, o agricultor entrega da forma que quiser. No caso de melancia ou qualquer outro produto se quiser entregar tudo de um só vez, não tem problema. Pode tanto entregar parcelado, mês a mês ou de uma só vez (MACEDO, 2018).

Em nosso diálogo, Elisoneto em determinado momento forneceu outro rumo a nossa conversa: as dificuldades de comercialização que os agricultores e agricultoras familiares do assentamento enfrentam para colocar seus produtos no mercado.

Temos o PAA, mas o valor é pequeno para o tanto de mercadoria que produzimos. A produção daqui é grande em relação a demanda. E o agricultor quer vender mais. Sua mercadoria é essa. Se ele não consegue vender... E o resto? Veja bem: saímos daqui toda sexta-feira com quatro, cinco ou seis toneladas. O mercado não suporta. E se nós for procurar outros mercados? Vender para um supermercado por exemplo: ele te paga uma micharia e ainda quer que você desconte o que sobrou e estragou. Se o preço compensasse a reposição do que estragar, a gente faria isso com todo gosto. Mas o preço que eles pagam não compensa isso. Estamos procurando outras alternativas, porque não queremos depender somente desses programas (MACEDO, 2018, entrevista).

Além do mais, complementou esse presidente de associação,

Todos querem entrar para vender para o PAA, mas a verba liberada pelo governo é insuficiente. Então pego os associados mais presentes, mais ativos, que mais trabalham de forma associativa para participar e desse jeito acaba ficando muita gente de fora do projeto (MACEDO, 2018, entrevista).

²⁴² Participou do PAA nas edições de 2016, 2017 e 2018.

Posteriormente, Elisoneto disse não entender as limitações das políticas públicas do governo federal em benefício dos trabalhadores e trabalhadoras na atividade agropecuária familiar.

Parece que quanto mais eles atrapalham a agricultura familiar, mais é uma vitória. Penso diferente. Acho que quanto mais ele ajudasse a agricultura familiar, o governo teria mais respaldo. Porque seguraria o agricultor no lote, na fazenda, produzindo e não encheria a cidade. A cidade enche de gente, devido à falta de parceria no campo. Se investisse no campo, nossos filhos não sairia daqui para ser vagabundo na cidade não. Se eles pudesse fazer uma coisa diferente para a agricultura familiar, tudo seria diferente (MACEDO, entrevista, 2018).

Além das garantias de comercialização e recebimento do valor em dinheiro pelos seus produtos, existe outras questões tão importantes quanto essas e que torna o PAA uma política pública atraente: o preço e qualidade do produto. Francisco de Oliveira ao comentar comigo sobre esse programa, relatou, “o alface que a gente não dá nada por ele, pensa que verdurinha pesada. Pagam cinco reais o quilo. Entrego quatrocentos quilos de alface. Faço dinheiro muito ligeiro” (entrevista, 2019). Em relação à qualidade do produto, “eles não olham o tamanho da batata, da macaxeira se é grande ou pequena, se tá feia ou bonita. No supermercado eles querem a mercadoria toda bonitinha. Na feira mesma coisa. No PAA não tem essas exigências” (LIMA, 2019, entrevista).

Pertinente à prefixação do preço pela Conab, Maria Darcy me explicou que a Companhia realiza pesquisas de preços mensais em níveis regionais referentes aos produtos que pretende adquirir, com isso, segundo essa superintendente, os preços praticados se tornam compatíveis com a realidade de cada localidade. Quanto a isso, nenhum dos entrevistados e entrevistadas mencionaram qualquer descontentamento aos preços praticados pela Conab.

5.1.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, é outro importante canal de comercialização que em modelos parecidos com o PAA, adquire produtos da agricultura familiar por meio de associações e cooperativas e repassa a instituições de ensino da rede pública nas esferas federal, estadual e municipal para suplemento alimentos de alunos e alunas matriculados nessas redes escolares.

O PNAE completou em março de 2020, sessenta e cinco anos de existência (BRASIL, 1955, Lei). E, devido a sua história,

[...] pode ser considerado um marco nas políticas públicas alimentares pela sua longa e ininterrupta história, pela abrangência do público atendido, pelos progressos e aperfeiçoamentos e, principalmente, pelas interfaces e pela intersectorialidade de seus objetivos (TRICHES, 2015, p. 181).

O Programa ficou popularmente conhecido por “merenda escolar” e tem por objetivo:

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009, Lei).

Para realizar essa finalidade, o governo federal repassa valores financeiros de caráter suplementar diretamente a estados, municípios e escolas federais (FNDE, 2019). Os valores são depositados em dez parcelas mensais entre os meses de fevereiro a novembro para a cobertura dos duzentos anos letivos, de acordo com as informações do Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. (FNDE, 2019).

Não obstante, apesar de ser considerada uma política pública relevante na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, de acordo com os presidentes, diretores e diretoras de associações e cooperativas do PA Nova Amazônia, em reunião realizada no ano de 2017 com seus associados e associadas, optaram em não participar desse programa devido à inadimplência e problemas para a entrega de seus produtos à rede escolar da região.

5.1.3 Canal de comercialização via setor público-privado

As vias de acesso via setor público-privado compreendem as feiras e os mercados municipais e estaduais que tem como atividade principal a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. Considerei nesta pesquisa estes espaços de comercialização como um canal de circulação de mercadorias pertencente ao setor público-privado fundamentados em dois preceitos básicos. Tanto as feiras como os mercados da cidade de Boa Vista estão localizados em ambientes públicos e são regulamentados e regidos por lei. Os mercados públicos estaduais pela Portaria da Seapa nº 466, de 21 de julho de 2017 e as feiras-livres pelo Decreto da Prefeitura Municipal de Boa Vista nº 46 de 29 de abril de 2015. Não entanto, seus usuários e usuáries são pessoas que exercem suas atividades comerciais privadas nesses locais, como agricultores e agricultoras familiares ou agentes intermediadores destes.

De acordo com o levantamento da pesquisa de campo, parte dos sujeitos da agricultura familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia obtêm parcelas de sua renda financeira por intermédio da comercialização de hortifrutigranjeiros nas feiras e mercados de Boa Vista. A cidade contém duas feiras agroecológicas, quatro feiras-livres e seis mercados. Não obstante, considerei nesta pesquisa somente os ambientes que os agricultores e agricultoras familiares do assentamento em estudo utilizam para a comercialização de seus produtos. Portanto, as feiras municipais do Garimpeiro e da Pintolândia; o mercado estadual denominado Feira do Produtor

Rural e a Feira Agroecológica do Caranã, administrada pelo Sebrae. O mapa 10 indica a localização desses pontos de vendas na cidade de Boa Vista.

Mapa 10 - Pontos de venda da agricultura familiar do PA Nova Amazônia



Fonte: autor, 2019.

5.1.3.1 Feira do Produtor Rural

A Feira do Produtor Rural é a denominação oficial do primeiro estabelecimento público instituído pelo governo estadual na cidade de Boa Vista destinado exclusivamente aos agricultores e agricultoras do estado de Roraima para a comercialização de sua produção agropecuária. Esse ponto de comercialização foi criado no ano de 1993 (RORAIMA, 2017, Portaria). Não obstante, com o transcorrer do tempo, o local se transformou em um entreposto comercial ocupado quase em sua totalidade por intermediários atacadistas e varejistas da atividade hortifrutigranjeira. A partir dessa transformação, a única lembrança do foco de sua finalidade prévia, o produtor rural, ficou apenas em seu nome.

A Feira do Produtor Rural está localizada à avenida Glaycon de Paiva, no bairro São Vicente. De acordo com a entrevista com Alcemir, quatrocentos e trinta feirantes trabalham com a comercialização de produtos oriundos da atividade agropecuária. O mercado funciona de segunda-feira aos sábados, das seis às dezenove horas, e aos domingos das seis horas e trinta minutos às trezes horas e trinta minutos.

Alcemir de Oliveira exerce a função de Diretor de Departamento de Abastecimento e Comercialização da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, órgão que a Feira do Produtor está vinculada administrativamente.

A infraestrutura do mercado é dividida por setores de produção: hortaliças; gomas e farinhas; cereais que incluem o arroz e o feijão. Suas laterais são ocupadas pelos boxes destinados às lanchonetes e restaurantes. A área do fundo é utilizada pelas barracas de frutas, sendo as principais, a banana, o melão, a melancia e o abacaxi. Há também um local específico para vendas de peixe e carnes de bovinos, suínos, ovinos e caprinos. Observei ainda que em uma das laterais, foram construídos dois blocos de dormitórios, um para o sexo feminino e outro para o masculino. Porém, no momento²⁴³, encontram-se desativados.

Em relação à estrutura, questionei com Alcemir o motivo dos dormitórios estarem inativos. Ele respondeu que a Feira do Produtor, quando foi concebida nos inícios dos anos de 1990, foi fundamentada na realidade vivenciada pelo estado naquela época.

Foi idealizada em função das aberturas das vicinais, estava incentivando o produtor a ir para o campo e produzir. Ele ia produzir, mas e aí? Onde e como ele ia comercializar, se ele estava lá na ponta de uma vicinal? Nessa situação o governo do estado inicialmente alugou caminhões e posteriormente comprou para fazer essas rotas nessas vicinais em todos os municípios. Era trazida a banana, a macaxeira, enfim toda a produção (OLIVEIRA, 2020, entrevista).

²⁴³ Início do mês de janeiro do ano de 2020.

E complementou informando que os dormitórios estão fechados porque pouco tempo depois foi extinta essa forma de auxílio aos agricultores. Mas, quando o serviço ainda era disponibilizado, os caminhões

[...] saiam daqui de Boa Vista sempre às quartas-feiras para as vicinais e na quinta-feira, geralmente à tardezinha estavam retornando com os agricultores e seus produtos. Então os produtores rurais ficavam aqui quinta, sexta e sábado. Na parte da tarde de sábado o caminhão ia levar os produtores de volta a seus lotes. Nesses dias os produtores ficavam aqui na feira e dormiam nos dormitórios. Tinha também o restaurante para a alimentação. Pagavam somente uma pequena taxa (OLIVEIRA, 2020, entrevista).

Francisco Teixeira foi um dos usuários desse serviço, e de acordo com suas informações, abandonou o lote que tinha no Apiaú devido à interrupção dessa logística, conforme já citado. De acordo com ele, governo estadual prestou essa assistência aos agricultores e agricultoras de Roraima entre os anos de 1994 a 2002.

Não obstante, segundo as narrativas de Alcemir, após a extinção dessa política de apoio à agricultura familiar, os feirantes do mercado que em sua maioria era constituído por produtores e produtoras rurais, foi paulatinamente sendo substituído pelos intermediários.

Porém, por outro lado, tanto Alcemir quanto a maioria dos sujeitos da agricultura familiar no PA Nova Amazônia reconheceram que mesmo diante da oferta de uma logística regular, produzir e ainda ter que vender sua produção não é tarefa fácil. Nesse contexto, ampliando as discussões com Alcemir, ele admitiu que a substituição dos feirantes-produtores, pelos feirantes-atravesadores é devido principalmente à incompatibilidade do agricultor ou agricultora familiar ter que desempenhar estas duas funções: produtor e vendedor.

Por fim, relatou Alcemir, no ano de 2019, a Feira do Produtor Rural se tornou o maior e mais movimentado entreposto comercial de Roraima. Os comerciantes-feirantes desse local adquirem produtos agropecuários oriundos das comunidades indígenas, de pequenos e médios agricultores do estado e também de praticamente todos as localidades do Brasil, dependendo da oferta do mercado no momento. Assim, recebem uva do Rio Grande do Sul, cebola da Bahia e do Paraná, tomate de São Paulo, banana do Ceará, farinha do Acre, abacaxi do Amazonas, dentre outros. Além disso, comercializa alguns tipos de frutos vindos do exterior, como a romã americana produzida na Califórnia, Estados Unidos da América.

De acordo com os levantamentos de campo, nenhum agricultor ou agricultora do PA Nova Amazônia possui box ou banca para a venda direta de seus produtos nessa feira. No entanto, muitos deles entregam seus produtos aos diversos intermediários que dominam a circulação de mercadoria nessa feira.

5.1.3.2 Feira do Garimpeiro

Organizada todos os domingos na cidade de Boa Vista, a Feira do Garimpeiro é considerada uma das feiras livres mais populares do comércio do estado de Roraima. Essa feira está localizada na avenida general Ataíde Teive, no bairro Asa Branca.

Conforme a entrevista com Luciana, a Feira do Garimpeiro iniciou sua atividade entre os finais da década de 1980 e início de 1990 como um pequeno núcleo comercial denominado Feirão do Garimpeiro. Roraima naquele período, narrou a entrevistada, estava vivenciando o auge da atividade mineral-garimpeira, e aquela localidade foi o ponto de encontro entre garimpeiros para a negociação de diversos tipos de mercadoria. Com a decorrência do tempo, tornou-se também ponto de encontro de agricultores e agricultoras dos arredores do município para a oferta de sua produção (PISA, 2020, entrevista). Com isso, transformou-se na Feira do Garimpeiro. Essa feira é vinculada administrativamente à Superintendência de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal e Luciana Aparecida Cardoso Pisa exerce a função de Coordenadora das Feiras Municipais.

Antigamente era tipo um mercadão, chamado de Feirão do Garimpeiro. Depois, foi desfeito. Aí a turma passou a vender seus produtos na rua mesmo. Virou feira. Depois a prefeitura organizou. Padronizou as barracas, cadastrou o pessoal e começou a fiscalizar. Na feira, o único custo é o pagamento que fazemos pela montagem, desmontagem e armazenamento das barracas (SILVA, 2019, entrevista).

A partir do ano de 2014, segundo informações repassadas pela Luciana, devido ao crescimento desorganizado da feira, a prefeitura municipal padronizou o ambiente, com doação aos feirantes de quinhentas barracas com estrutura de metalon e cobertura de lona. E no ano seguinte, regulamentou seu funcionamento por meio de decreto municipal. Esse espaço é compartilhado por cerca de quinhentos e trinta feirantes e ocupa oito quadras da avenida onde está localizada.

Como está é a maior feira da capital e além disso, doze famílias agricultoras do PA Nova Amazônia, todas as manhãs de domingo se transformam em um de seus feirantes, privilegiei minhas análises nessa localidade. Assim, minha primeira percepção em relação a essas feiras foi a forma como esses espaços se transformam. Em determinado dia da semana restringe veículos motorizados para ceder lugar a uma infinidade de sujeitos que com suas barracas irão compartilhar produtos, sentimentos. Mas no momento, interessa a transformação da avenida em feira livre.

Nessa perspectiva, para quem não conheceu o local previamente ou para um observador desatento, essa transfiguração e suas implicações passaram despercebidas. Visto que, em determinados dias da semana, o centro da avenida é utilizado para a circulação de veículos e as

calçadas para a movimentação de pedestres. Observei também uma rede de comércio, com pontos fixos focados na comercialização de diversos tipos de mercadorias sem a mínima sinalização de uma transformação por vir, conforme demonstra a fotografia 51. Nesse momento, bancos, farmácias e lojas de revenda de eletroeletrônicos são os protagonistas da rua.

Fotografia 51 - A avenida sem a feira



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Não obstante, a partir das dezoito horas de sábado, quando os agentes de trânsito da prefeitura municipal interditam a rua, fotografia 52, tem-se o início da mudança. Com isso, as personalidades também são outras, os montadores de barracas, os produtos agropecuários e os meios de transportes utilizados para tal objetivo.

Em relação às montagens das tendas, os feirantes do PA Nova Amazônia contratam montadores para tal serviço já que esses quiosques ficam armazenados em depósitos nos arredores da feira. De acordo com as narrativas de Exedito, tal procedimento economiza tempo e dinheiro. Pois, não precisam se deslocar para a cidade no sábado também. Quando chegam na madrugada de domingo, o serviço se restringe ao descarregamento dos produtos, conforme retrata a fotografia 52.

Fotografia 52 - O início da transformação



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Por volta das vinte e uma horas, após intensa movimentação, a feira parece descansar, fotografia 53, à espera de seus dois públicos-alvo: os vendedores e vendedoras e os consumidores e consumidoras.

Fotografia 53 - Feira à espera de seus públicos-alvo



Fonte: arquivos do autor, 2019.

No domingo pela manhã, por volta das seis horas, inicia-se a intensa circulação de pessoas e mercadorias, fotografias 54 e 55.

Fotografia 54 - Vista panorâmica



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Fotografia 55 - Movimentação interna



Fonte: arquivos do autor, 2019.

É nesse espaço que se transforma que Expedito e mais doze agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia obtém a maior parte de sua renda para a subsistência de suas famílias. Não obstante, o trabalho deles para produzir as mercadorias que irão vender depende de um minucioso planejamento para que a cada sábado da semana as hortaliças possam ser colhidas e preparadas para que na madrugada de domingo, seus produtos estejam a disposição dos “fregueses e freguesas, em suas bancas na feira”, conforme as palavras de Expedito. “Nosso grupo aqui do assentamento tem doze pessoas. Aí a gente racha o frete. Saímos de casa às três horas da manhã. Não importa se o tempo estiver chuvoso. Não tem como faltar. Tudo que produzo aqui no sítio, vendo lá na feira” (SILVA, 2019, entrevista).

Percebo que essa forma de trabalho é intensa e ocupa todos os membros disponíveis da família em tempo integral. Em vista disso, questiono sobre momentos de lazer em família e coincidentemente, duas semanas antes dessa entrevista²⁴⁴, houve um evento que queriam muito comemorar.

Domingo retrasado foi meu aniversário e minha filha falou: pai não vai prá feira não, é seu aniversário. Mas não tem como. Se falhar tem dois problemas: o que fazer com os produtos que são de curta duração e perdem. O outro problema é a renda que deixo de ganhar e vai fazer falta para as despesas da semana para comprar, sementes, adubos, comida prá gente. Se falhar a renda, complica tudo. Mas, devido a insistência da família, o que fiz: antecipei a colheita e levei meus produtos para vender aos atravessadores na feira do produtor. Não houve lucro, mas festejamos meu aniversário (SILVA, 2019, entrevista).

A forma de trabalho dos sujeitos da agricultura familiar para comercializar seus produtos nas feiras da cidade é relativamente similar. O que muda é praticamente os dias da semana em que essas feiras ocorrem.

²⁴⁴ Entrevista realizada em 03 de julho de 2019.

5.1.3.3 Feira do Pintolândia

A Feira do Pintolândia localizada na rua Pedro Aldemar Bantim, no bairro Dr. Sílvio Botelho funciona aos sábados pela manhã e é compartilhada por trezentos e oitenta feirantes. A expressão “Pintolândia” se refere ao nome da região antes do ordenamento territorial do município que dividiu a área em vários bairros.

Essa região ficou conhecida por Pintolândia devido às frentes de atração de migrantes nordestinos organizada por Ottomar de Souza Pinto, que foi governador nomeado do ex-território e também primeiro governador eleito do estado. Por conseguinte, esse estímulo se estendia à moradia nesse bairro, portanto, assim que esses migrantes iam chegando, foram-se concentrando nessa localidade.

A Feira do Pintolândia, de acordo com as informações de Luciana, foi implementada no início do ano de 2010. Essa feira é menor em relação à Feira do Pintolândia, em extensão e quantidade de feirantes. As fotografias 56 e 57 mostram duas dimensões desse local, uma vista panorâmica e o interior da feira com o detalhe de lonas que são estendidas para proteção do sol.

Fotografia 56 - Vista panorâmica



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Fotografia 57 - O interior da feira



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Nesta feira, só eventualmente aparecem algum produtor ou produtora do PA Nova Amazônia para comercializar seus produtos. Durante o ano de 2019, frequentando constantemente essa feira só consegui encontrar um morador do PA Nova Amazônia, Truaru que traz galináceos e ovos caipiras para vender. Porém, é a feira convencional que encontrei a maior quantidade agricultores familiares em relação aos intermediários. Percentualmente, representam trinta e cinco por cento e são em sua maioria oriundos do bairro Operário, onde mantêm suas hortas.

5.1.3.4 Feira Agroecológica do Caranã

A Feira Agroecológica do Caranã é a única feira do estado de Roraima, onde todos os feirantes são moradores e moradoras do PA Nova Amazônia. Ela é o resultado da demanda dos sujeitos da agricultura familiar que optaram pela transformação em seus modelos produtivos. Caranã é a denominação do bairro em que está localizada.

De acordo com a entrevista de Ricardo Belém, os agricultores e agricultoras participantes da primeira edição do projeto PAIS em 2010, com o desenvolvimento do programa em seus lotes conseguiram aumentar paulatinamente sua produção agroecológica. No entanto, havia dificuldades na comercialização do excedente. E esse obstáculo, segundo as narrativas de Valdir e Francisco Teixeira, estavam deixando os participantes do projeto bastante desanimados, pois, apesar de ter ultrapassado diversas barreiras para a mudança para o manejo agroecológico, finalmente conseguiram cultivar nesse formato, porém, não havia mercado para seus produtos. Dentre as alternativas aventadas para resolver o problema, após várias reuniões entre os produtores e produtoras agroecológicas e os coordenadores do projeto PAIS surgiu a ideia da organização de uma feira agroecológica na cidade de Boa Vista (GONÇALVES, entrevista, 2017).

Naquele contexto, no início do ano de 2013, após a concepção do projeto do ponto de comercialização, vinte partícipes do sistema PAIS inauguraram a Feira Agroecológica do Caranã, fotografia 58. Assim, desde aquela data, a feira funciona todas as manhãs de sábado. Além de ser um sucesso de público, tornou-se a principal fonte de renda agricultores e agricultoras do assentamento.

Fotografia 58 - Vista panorâmica da Feira Agroecológica do Caranã



Fonte: arquivos do autor, 2017.

Segundo as narrativas de Valdir,

[...] a grande vantagem do PAIS foi a feira agroecológica do Caranã. Antes a gente só vendia para o atravessador. Com a feira passamos a vender direto ao consumidor. As vendas na feira é nossa principal fonte de renda. Mas para ir para a feira no sábado, a lida começa na manhã de sexta-feira e vai até às três da madrugada de sábado preparando tudo para levar para a feira (SOUZA, 2018, entrevista).

Para o seu deslocamento e também o transporte dos produtos do assentamento até a feira Valdir e Roselane possuem veículo próprio. No entanto, para a esposa e o filho de Francisco Teixeira, que são os responsáveis pelo trabalho na feira, esse trajeto é realizado via o micro-ônibus que faz linha entre o assentamento e a cidade.

Da mesma forma que Valdir, Francisco Teixeira imprimiu relevância à feira, porém, reclamou da valorização dos produtos cultivados em estilos de manejo agroecológico pelos frequentadores e frequentadoras do local.

A feira contribui muito para nossa renda. Quando passamos uma semana sem ir, aparece o rombo no orçamento. Mas tem um probleminha aí que eu quero falar. O consumidor não valoriza o produto orgânico. Quer saber mesmo é do preço. Olha a carteira de cigarro falando que é veneno e muita gente compra assim mesmo. Lá na feira se você coloca uma placa: vendo o cheiro verde orgânico a dois reais e o com veneno a um real. Você vai vender muito mais do com veneno. A prova tá bem do lado da feira. Muitas pessoas aproveitam da feira e ficam por perto vendendo de tudo bem mais barato que a gente. E vende tudo bem rápido. (LIMA, 2019, entrevista).

A concorrência desleal a que Francisco Teixeira se referiu são as barracas construídas ao lado da feira agroecológica, conforme mostra a fotografia 59. Nessa extensão da feira, conforme narrou Francisco Teixeira, “como lá não é controlado e não fazem parte do PAIS, tudo é vendido com veneno, mas vendem mais do que a gente por causa do preço”.

Fotografia 59 - A extensão da feira agroecológica



Fonte: arquivos do autor, 2019.

Dentre todos os pontos positivos destacados nesta transição para uma produção agroecológica, um merece atenção especial: o esforço conjunto dos produtores e produtoras e o Sebrae-RR na estruturação e implantação da Feira Agroecológica. Esta feira funciona ininterruptamente a quase oito anos. Apesar da concorrência desleal a que Francisco Teixeira se referiu, é importante salientar que os produtos se esgotam nas primeiras horas da manhã.

Referente à perenidade e triunfo do empreendimento fundamentado na satisfação dos feirantes, Emerson de Melo complementou que “a feira já tem um público cativo e a demanda por gêneros produzidos de forma agroecológica atualmente é maior que a produção e esses empreendedores rurais estão ganhando um bom dinheiro aqui” (LIMA, 2018, entrevista). Emerson de Melo Lima é analista técnico do Sebrae-RR e um dos coordenadores do projeto PAIS.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu não consigo entender que a agricultura familiar consegue sustentar setenta por cento do alimento na mesa do brasileiro. Dizem que vem da agricultura familiar. Mas ouvi outra estatística, que quarenta por cento dos miseráveis mora na zona rural (SANTOS, entrevista, 2019).

Fui apresentado ao Walter na condição de pesquisador do assunto e ele muito sagaz, com essas exatas palavras me fez esse questionamento durante nosso primeiro encontro. Não sei se ele fez essa pergunta de propósito para me afrontar, testar meus conhecimentos, desabafo ou se realmente achou que eu na qualidade de pós-graduando teria uma resposta. Sinceramente, naquele momento fiquei paralisado e não soube como respondê-lo. De agente na entrevista, passei a paciente. Diante de minha inércia, ele continuou suas reflexões.

Prá mim a escravidão nunca acabou. Se modernizou. O agricultor é um escravo moderno. Sabe porque eu sou um escravo moderno? Eu não consigo ir numa pizzaria desta com minha família, eu não consigo ter um calçado, uma roupa descente, eu não consigo ter um transporte descente. Como que eu produzo setenta por cento dos alimentos e não consigo sair disso? Eu não consigo ter um relógio bom. Tá entendendo como é? Então se modernizou (WALTER, 2019, entrevista).

Observa-se que os agentes da agricultura familiar brasileira não estão alheios a esses paradoxos. Não só o Walter, mas toda a categoria, se por um lado têm plena consciência de sua importância como produtores de gêneros alimentícios, pelo outro, sabem, porém, não compreendem o porquê do desprezo com que são tratados pelo Estado.

No entanto, penso que ao final desta pesquisa, já tenho uma resposta, não só para o Walter, mas para todos os agricultores e agricultoras familiares brasileiros. Porém, não sei como dizer e muito menos se esses agentes entenderiam minha explicação. A resposta se aproxima muito do “encarceramento” sugerido por Velho (1979) e sua reprodução no interior das sociedades capitalistas como apontou Wanderley (2009), fundamenta-se em um vínculo indireto, “cujos termos são dados pela polarização autonomia-subordinação, isto é a busca incessante de um espaço de autonomia pelos camponeses, face aos mecanismos de subordinação do capital” (p. 14).

Observa-se que Wanderley (2009) nesse contexto mencionou a frase “camponeses”. Porém, no decorrer do trabalho de campo, percebi que parte de meus interlocutores e interlocutoras, em determinados aspectos, ao mesmo tempo que não se acomodam, também não se distanciam dessa categoria. Veja bem. Elisângela, Lucinha, Euripes e Iranilton nunca exerceram a atividade agropecuária antes de se tornarem assentados. No entanto, observei duas situações comum aos quatro. Primeiro, seus únicos elos com a zona rural foi no passado, as

relações de parentesco, são filhos, netos, bisnetos ou sobrinhos de famílias agricultoras. Segundo, optaram pelo ambiente rural devido às dificuldades de viver na cidade: violência urbana, sonho com uma vida bucólica, falta de condições financeiras para manter uma vida digna na cidade. Destarte, independentemente dos debates teóricos referentes à designação da categoria, (Wanderley, 2009; Schneider e Nierdele, 2008 e Chayanov, 2014), percebi que esses sujeitos, assim como as demais pessoas entrevistadas se reconhecem como agricultores e agricultoras familiares. À vista disso, segui essa denominação na pesquisa.

Não obstante, observei que no decorrer da história, a classe dominante sempre foi dependente desses agentes, seja para acumulação material e financeira ou provimento de alimentação. Assim sendo, o resgate histórico dessa questão nos direcionou a outro assunto correlato, a concentração fundiária brasileira. Nesse contexto, Prado Junior (1979; 2006), Silva (1980; 1998), Palmeira (1985; 1989) e Medeiros (2012), além de demonstrar a origem desse problema, evidenciaram a prevalência das formas familiares de produção para o fornecimento de gêneros alimentícios. Para esses pesquisadores, o problema da concentração fundiária principiou com a cessão das sesmarias no início da ocupação portuguesa. Porém, naquela época já era possível verificar a prática da agricultura de subsistência por escravos, agregados e pequenos posseiros. Desta forma, a agricultura foi sendo desenvolvida nas proximidades dos engenhos servindo de suporte alimentar para essas unidades fabris.

Tal situação permaneceu praticamente inalterada até a edição da Lei de Terras de 1850, sendo que resgatar a conjuntura em que este regulamento foi emitido, contribui com os objetivos da pesquisa. De acordo com Silva (1980), essa lei foi editada em um momento que a Inglaterra perdeu o interesse pelo comércio de escravos para focar na comercialização de mercadorias manufaturadas. A ordem daquele país a sua rede de influência mundial foi clara: converter a mão de obra escrava em assalariada. Com isso o Brasil foi pressionado a aderir a nova ordem mundial ocidental. Como resposta sinalizou um primeiro passo neste sentido, a proibição do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queiroz. Por conseguinte, assiste-se a uma preparação para a transformação dos modos de produção e das relações de trabalho.

Mas, analisando as “coincidências de datas”, a Lei Eusébio de Queiroz foi emitida em 04 de setembro de 1850 e a Lei de Terras em 18 de setembro daquele mesmo ano. “Quer dizer que se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios” (SILVA, 1980, p. 11).

No vale do rio Branco, uma área periférica, a edição dessa lei não teve efeito imediato nas mesmas proporções que nas áreas centrais daquela época, o eixo Minas Gerais-São Paulo-

Rio de Janeiro. Segundo Farage e Santilli (1992), o cartório da província do Amazonas registrou apenas dez pedidos de regularização fundiária referente à região do rio Branco.

Os efeitos da Lei de Terras de 1850 na freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco só obtiveram relevância passados mais de quarenta anos após sua edição. Dessa forma, esse regulamento permitiu ao governo do Amazonas a emitir o Decreto nº 4 de 16/3/1892, e de seu respectivo Regulamento, de 21/5/189 [...] possibilitando a regulamentação da venda das terras consideradas devolutas [...] (FARAGE; SANTILLI, 1992, p.274). Com isso, torna-se importante lembrar que mesmo sendo uma região periférica de ocupação tardia, com o decorrer do tempo surgiu uma burguesia local de base econômica fundamentada na pecuarista que passou a exercer coerção sobre o Estado para a regularização de suas posses, já que grande parte delas foram apropriadas das fazendas estatais (FARAGE; SANTILLI, 1992). Portanto foi nesse contexto que grandes extensões de terras pertencentes aos indígenas e à União foram regularizadas. Dentre estas, o espaço apropriado pela empresa J. G. de Araújo nos finais do século XIX, que a partir de 2001 se transformou no Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

“O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir” (PRADO JUNIOR, 2000, p. 03). Foi exatamente essa a sensação sentida em 14 de novembro de 2019 ao participar de uma cerimônia no salão nobre do Palácio Senador Hélio Campos para o sancionamento da denominada “Nova Lei das Terras de Roraima”, a Lei nº 1.351/2019. De repente, transcorrido quase cento e trinta anos me vi dentro daquele episódio. Imagino que a única diferença é que a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco e o território do Rio Branco se transformaram na cidade de Boa Vista e estado de Roraima, respectivamente. Mas, o nexo da apropriação de terras em favor de uma elite dominante continuou praticamente inalterada. Ou dito de outra forma, a associação entre a burguesia e agentes políticos que aparelham o Estado em proveito próprio.

A espoliação de bens pertencentes aos indígenas e à União foram tão fragrantemente naquela época que causou indignação a diversos viajantes e pesquisadores. Dentre estes, destaco as impressões de Koch-Grünberg (2006) em sua passagem pela fazenda São Marcos durante pesquisa com povos indígenas no vale do rio Branco no início do século XX. “O governo brasileiro poderia expropriar legalmente todos esses fazendeiros ativos quando bem entendesse, se tivesse poder para tanto nesses territórios longínquos e não temesse provocar uma revolução” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 41).

Interessante notar como cada detalhe do passado me remete ao presente e como tudo está totalmente interrelacionado. Um dos grandes problemas para o Incra é o índice de evasão

dos assentamentos da reforma agrária. E esse assunto representa um tabu dentro dessa autarquia. Aliás, quase ninguém quer dar entrevista nessa instituição em vista de várias ações do Ministério Público Federal contra principalmente às ocupações irregulares. Nesse âmbito, percebi que os servidores da instituição são muito cautelosos, em vista de serem responsabilizados devido ao conteúdo das entrevistas e isso vir a deflagrar novas investidas do MPF. Em vista disso, apesar da Lei da Transparência, o etnógrafo deve saber impor limites a suas demandas sob o risco de ver suas fontes fecharem a porta para novos dados. Informalmente, os agentes do Incra me informaram que esse índice no PA Nova Amazônia é inferior a dez por cento.

No entanto, nem havia iniciado direito meu trabalho de campo e na primeira visita ao assentamento já fui surpreendido com situações que apontaram que o abandono e comércio de terras no assentamento faz esse índice ser muito superior ao alegado pelo Incra. Assim, diante da quantidade de casas fechadas ou às vezes construções de alto padrão que fugiam ao modelo do assentamento podiam sinalizar o abandono no primeiro caso e comercialização ilegal no segundo. Para elucidar essas questões, as lideranças comunitárias se constituíram em um ponto chave, sendo esse, um dos motivos para conversar com praticamente todos os diretores, diretoras e presidentes de associações e cooperativas do assentamento. Enfim, diante dos cálculos desses agentes fundamentado pela quantidade de DAP's emitidas pelo Incra e utilizadas para acessar o Pronaf comercialização foi possível constatar que em média, quarenta por cento dos moradores e moradoras abandonaram ou venderam seus lotes. Constatei ainda que grande parte dos compradores utilizam esses lotes para lazer. Tanto é que a circulação de pessoas e veículos durante os sábados, domingos e feriados é bem superior à média verificada durante nos dias úteis. Mas, antes de vincular esse episódio ao verificado por Koch-Grünberg nos anos de 1910, destaco outro fato.

Quando estava analisando o processo de criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (INCRA, 2001), deparei-me com o edital de contratação do programa Jovens Profissionais do Campo. O objetivo do programa era “proporcionar condições aos beneficiários de projetos de assentamentos de modo a permitir sua inserção ao Programa de Agricultura Familiar” (BRASIL, 2000, Seção 1, p. 148). Para isso, o programa deveria assegurar a seus favorecidos assistência e extensão rural permanente e de caráter multidisciplinar. Deste modo, continuando a apreciação do processo verifiquei que apesar da morosidade, o concurso foi finalizado e a contratação autorizada. No entanto, apesar da falta de assistência técnica ser uma das principais barreiras para a constituição de uma infraestrutura produtiva, os moradores e moradoras jamais tiveram notícia da atuação desses profissionais no assentamento.

Pois bem, os eventos relatados exprimem duas situações de ilicitude de pleno conhecimento da autarquia responsável e que prejudicam o progresso da distribuição de terras e permanência dos agentes da agricultura familiar em suas parcelas rurais. Logo acima, mencionei que Koch-Grünberg dá a entender que naquela época também o governo federal sabia das apropriações indébitas de terras, porém, não agia legalmente a favor do Estado, receoso dos protestos da elite agrária daquele momento. Não sei se estou conseguindo expressar a similaridade da lógica dessas situações ocorridas em conjunturas diferentes, mas que operam com o mesmo objetivo: manter a concentração de terras em favor da classe dominante.

Nesta mesma direção, demonstrando como opera a lógica da concentração fundiária sob a sombra do Estado, faço um paralelo entre as circunstâncias que dois grupos totalmente opostos vieram para Roraima em busca de terras. O primeiro representado pelo Bamerindus e o outro grupo caracterizado por sem-terras, sendo a maioria deles, migrantes oriundos da região Nordeste. Desta forma, enquanto que a vinda do grupo Bamerindus foi promovida pelo governo federal com a oferta de incentivos fiscais e financeiros por intermédio da Sudam, um grupo de sem-terras, dentre eles, Davi e Milton chegaram naquela mesma época, início da década de 1980. Porém, para esse segundo grupo não houve incentivos de qualquer tipo ou forma. Levaram dias para chegar em Roraima, alternando as etapas da viagem em caminhões “paus de araras” conforme suas palavras e em navios até chegarem ao destino. Assim, ao mesmo tempo que o Bamerindus se instalou no local com os suportes dos governos federal e estadual, Davi e Milton tiveram que trabalhar duro, sem o apoio de quaisquer instituições para a sobrevivência diária. Diante desse cenário, passaram-se em média vinte anos para que o latifúndio ocupado pelo grupo Bamerindus fosse transformado em assentamento da reforma agrária e o grupo aqui representado por Davi e Milton pudessem ter o direito a uma parcela rural e tentar sobreviver da renda da terra.

Não obstante, o acesso a terra é apenas a primeira etapa de parte do processo para a obtenção de renda da terra. A terra para produzir necessita de investimentos financeiros, de capital. Nesse cenário o estudo mostrou que os agentes da agricultura familiar em razão da insuficiência e limitação das políticas de públicas de acesso ao capital para a criação de uma infraestrutura produtiva usaram diversas estratégias. A mais frequente foi a realização de trabalho para terceiros com o objetivo de investir os salários no processo produtivo.

O acesso ao capital é a parte intermediária da tríade estudada, dos acessos a terra, capital e comercialização. De acordo com as entrevistas, é nesta etapa que grande parte dos assentados e assentadas desistem de sobreviver a partir da renda da terra e abandonam ou negociam seus lotes. Verifiquei que apesar do Pronaf representar um avanço em termos de políticas públicas

direcionadas aos agentes da agricultura familiar, esse programa é limitante e seletivo. Pois ele condiciona os valores dos financiamentos aos grupos familiares por faixa de renda. Porém, verifiquei que não existe uma clareza ou regras neste quesito. Libera-se um valor inicial, se o agricultor ou agricultora familiar consegue pagar nas datas pré-fixadas o compromisso financeiro contraído, ele se torna apto a um novo financiamento. Esse é o sistema utilizado pelo Pronaf A, onde o governo federal é o avalista.

No entanto, para valores maiores que podem chegar a cento e sessenta e cinco mil reais, foi lançado no ano de 2007 o Pronaf Mais Alimentos. Nesta circunstância, comparei essa modalidade ao rito de passagem. É a passagem da agricultura familiar de pequeno porte para a de médio porte. Ênio, Renê e Milton tiveram acesso a esse crédito para adquirir um conjunto de maquinários com o objetivo de aumentar a área plantada e também a produtividade em suas lavouras de grãos. Tem um detalhe importante. Essa é uma transação estritamente capitalista, onde a terra será a garantia desse modelo de financiamento. Portanto, representa um grande risco na operação. Ênio e Renê foram os primeiros assentados do PA Nova Amazônia que tiveram acesso a essa linha de crédito. Com isso, além de utilizar toda a área de suas parcelas rurais para o cultivo de grãos, arrendaram as parcelas vizinhas. Porém, segundo as entrevistas, assim que esses lotes forem liberados para a venda, pretendem adquiri-los, aumentando a extensão de suas áreas para a produção de milho e soja.

A liberação para a venda de lotes da reforma agrária segue determinados regulamentos. A primeira regra é ocupação superior a dez anos comprovada pela emissão do título de domínio. A segunda é a quitação do valor da terra junto ao Incra. Porém, esses valores, em vista do preço de mercado, são apenas simbólicos. Variam de dois mil e quinhentos reais a treze mil reais, dependendo da extensão da área do lote, conforme percebido durante os diálogos com os moradores e moradoras do assentamento.

Em relação ao acesso ao capital via políticas públicas observei dois detalhes importantes. Por um lado, há uma além da dificuldade de acesso ao crédito por parte dos agentes da agricultura familiar e por outro lado a procura é baixa. De acordo com as entrevistas, existem dois principais problemas para isso. Primeiro é a falta de informação. Em relação a esta problemática, o diálogo com Euripes foi bastante esclarecedor. Segundo esse assentado, o anúncio da liberação de crédito do Banco do Brasil para a safra 2020 ocorreu no final do ano de 2019. Como ficou sabendo por acaso deste evento, e por insistência do secretário municipal de agricultura resolveu comparecer em tal solenidade. Decepção total. O único representante da agricultura familiar era ele e ademais, não havia sido convidado. Porém, todos os representantes da agricultura de médio e grande porte estavam presentes. A segunda dificuldade

é a burocracia para o acesso a esses recursos. Dependem da apresentação de projetos vinculados a retornos financeiros do investimento e mais uma infinidade de documentos comprobatórios. De acordo com Milton, se não fosse a intervenção de seu filho Mariton, jamais conseguiria acessar os recursos do Pronaf Mais Alimentos. Mariton trabalha com o pai e se formou em técnico agropecuária na Eagro e também participou de eventos promovidos por essa instituição direcionado ao desenvolvimento do agronegócio, o que deu subsídios para ele vencer a burocracia desta modalidade de financiamento. Mesmo assim, a liberação dos recursos financeiros demorou em média, um ano. Portanto, verifiquei que são pouquíssimas as pessoas que conseguem ultrapassar pelas barreiras do “rito de passagem”. Mariton me explicou que para o médio e grande agropecuarista existe toda uma estrutura composta por escritórios de consultoria e preparação de projetos que agilizam a liberação dos recursos financeiros. Porém, isso tem um custo financeiro, que para o agricultor familiar demanda sacrifício devido a sua proporcionalidade de renda.

Outra forma de intervenção de direcionamento ao mercado que observei no assentamento foi o desenvolvimento de projetos direcionados aos agricultores e agricultoras do PA Nova Amazônia com o intuito de ampliar a renda por meio da estruturação de arranjos produtivos. Os projetos analisados foram o Projeto PAIS, do Sebrae; o Projeto Soja Familiar, do Governo do Estado de Roraima, o EDU3S, da Universidade Federal de Roraima e o PMDA, da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Destes quatro projetos o único que resultou em prejuízo financeiro para seus adeptos foi o “Soja Familiar”. Segundo os participantes, houve atraso na disponibilização de insumos, maquinários e assistência para o desenvolvimento deste programa. De acordo com esses agricultores, a soja é uma cultura exigente dependente de conhecimento prévio e também de capital financeiro. Além disso, existe uma janela de plantio que não deve ser ultrapassada.

Cada um dos outros três deixaram sua contribuição. O sucesso do projeto PAIS se deve à criação da Feira Agroecológica do Caranã, principal fonte de renda para grande parte dos participantes. O EDU3S foi primordial para a criação de associações e cooperativas no assentamento e o PMDA na expansão da produção de grãos como milho e soja.

“Não adianta plantar se não tem para quem vender”, essa foi a frase mais comentada pelas lideranças comunitárias na reunião do Consea. E realmente, essa representa uma das maiores dificuldades para se viver da renda da terra. Novamente, grande parte dos agentes da agricultura familiar vão depender das políticas públicas para a comercialização de seus produtos.

Não obstante, observei que existe outras formas de acesso ao mercado. E fundamentado pelas entrevistas organizei estes acessos classificados em três vias: setor privado, público ou parceria público-privada. Assim sendo, cada uma dessas classificações apresentou suas formas de limitações de acesso ao mercado.

Um dos assuntos mais importantes discutidos na tese e penso que vinculado diretamente à concentração fundiária é referente ao vínculo entre educação e sucessão familiar. Neste contexto, cada um destes dois elementos atua de forma diferenciada, considerando principalmente a extensão de área da propriedade rural. Dessa forma, as leituras de campo envolvendo os agentes da agricultura familiar e do agronegócio sinalizaram que um dos grandes obstáculos para os primeiros sujeitos permanecerem por longos períodos em suas parcelas rurais é justamente a falta de sucessores para a continuação do seu trabalho.

Por fim, os episódios relatados nesta pesquisa indicam que as políticas públicas e projetos de desenvolvimento priorizam as demandas de mercados, sendo que isso contribui para a concentração de terras e renda a um número reduzido de sujeitos. As análises integradas das maneiras pelas quais um projeto de assentamento supostamente implantado para produção de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar mostra sua conversão em projeto de expansão de concentração de terras e rendas agropecuárias com plena intervenção de políticas públicas governamentais. Permanecendo esta lógica, o PA Nova Amazônia corre o risco de uma nova transformação: de assentamento à latifúndio.

REFERÊNCIAS

- ADJUTO, Guilherme Carneiro. Guilherme Carneiro Adjuto: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 15 out. 2018. 1 arquivo.mp3 (102 min.).
- ALBUQUERQUE, Iranilton Batista de. Iranilton Batista de Albuquerque: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 01 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (192 min.).
- ALBUQUERQUE, Josiane Valério Oliveira. Josiane Valério Oliveira Albuquerque: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 01 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (82 min.).
- ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território: anno de 1787. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil**. Primeiro trimestre - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, 1861. Alemanha: reimpresso, 1973. p. 617- 684.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**, Rio de Janeiro: Fundação Universitária do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Antônio Olivério Garcia de. Nova Lei de Terras de Roraima: Lei nº 1.351/2019. In: **Evento político de assinatura da Lei nº 1.351/2019**. Palácio Senador Hélio Campos, Boa Vista, 14 de novembro de 2019. Participante: Adnan Assad Youssef Filho.
- ALMEIDA PINTO, Joaquim de. **Diccionario de botanica brasileira**. Rio de Janeiro: Typographia-Perseverança, 1873.
- AMAGGI. Nossa história. **Sítio institucional**. Disponível em: <www.amaggi.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- AMILCAR JÚNIOR. Quase todas as áreas minerais de Roraima já foram requeridas. **Folha Web**, Boa Vista, 24 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Quase-todas-as-areas-minerais-de-Roraima-ja-foram-requeridas-/23737>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- AQUINO, Joacir Rufino de. Evolução, riscos e impasses do Pronaf. **Jornal Sul21**, Porto Alegre, 17 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/04/riscos-e-impasses-na-politica-de-credito-para-a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- ARAÚJO, Sheneville. Começa colheita do programa Soja Familiar. **Secretaria de Comunicação do Estado de Roraima (SECOM)**. Boletim Interno. Boa Vista, 23 de setembro de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Manual de Crédito Rural. Atualização MCR nº 660, de 2 de abril de 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 abr. 2019. Disponível em: <Downloads\Documents\completo_2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Manual de Crédito Rural. Atualização MCR nº 670, de 2 de dezembro de 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2019. Disponível em: <Downloads\Documents\completo_2.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; et. al. **Os “Lavrados” de Roraima: Biodiversidade e Conservação de Savanas Amazônicas Brasileiras**. [Publicado originalmente como: BARBOSA, R.I.; CAMPOS, C.; PINTO, F.; FEARNSTIDE, P.M. 2007. The "Lavrados" of Roraima: Biodiversity and Conservation of Brazil's Amazonian Savannas. *Functional Ecosystems and Communities*, 1(1): 29-41]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327074286_Os_Lavrados_de_Roraima_Biodiversidade_e_Conservacao_de_Savanas_Amazonicas_Brasileiras>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BARBOSA, Vanessa. Estes 10 países têm as maiores reservas de petróleo no mundo. **Revista Exame**, São Paulo, 27 nov. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/estes-10-paises-tem-as-maiores-reservas-de-petroleo-no-mundo/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BARBOSA, Verônica de Fátima Fernandes; LIMA JUNIOR, Francisco do O' de. O crédito instalação e a qualidade de vida dos assentados no semiárido cearense: reflexões sobre políticas públicas de desenvolvimento rural. **Geotemas**. Volume 8, nº 3, ano 2018. Pau dos Ferros, 29 de dezembro de 2018. Disponível em: <Downloads\Documents\3256-9828-1-PB_2.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 2009.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BITTENCOURT, Sidney. **Contratos da Administração Pública**. Leme (SP): J. H. Mizuno, 2016.

BOA VISTA (cidade). Decreto nº 46-E, de 29 de abril de 2015. Regulamenta as Feiras Livres no Município de Boa Vista e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Boa Vista**, Boa Vista, 14 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=284743>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: Sérgio Pereira Leite [et. al]. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre et. al. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A excelência e os valores do sistema de ensino francês. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 231-267.

BRAGA, Ramayana Menezes. **A agricultura e a pecuária na história de Roraima**. Boa Vista – RR: PoloBooks, 2016. 1ª edição, novembro de 2016.

BRAGA, Ramayana Menezes Braga. Ramayana Menezes Braga: depoimento [set. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 18 set. 2019. 1 arquivo.mp3 (225 min.).

BRASIL. Banco Central do Brasil. Ato do Presidente nº 791, de 26 de março de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 mar. 1997. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?numero=791&tipo=Ato%20do%20Presidente&data=26/3/1998>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Regime de Resolução. Brasília, 30 maio de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 mai. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/Regimes-Especiais-de-Resolucao.asp?idpai=FAQCIDADA0#2>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995. Institui o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 ago. 1995. Disponível em: <Downloads\Documents\Res_2191_v1_O.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 3.239, de 29 de setembro de 2004. Dispõe sobre alterações nas linhas de crédito destinadas ao financiamento das despesas [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. 2004. Disponível em: <C:\Users\Adnan\Downloads\Documents\Res_3239_v1_O.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012. Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jun. 2012. Disponível em: <C:\Users\Adnan\Downloads\Documents\RESOLUCAO4107.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 abr. 1955. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/459691/publicacao/15812527>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 312, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena São Marcos, no Estado de Roraima. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 out. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D312.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 abr. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0807.htm>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jan. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1366.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.509, de 14 de junho de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jun. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3509impressao.htm>. Acesso em: 9 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa/INCRA nº 38, de 13 de março de 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 mar. 2007. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa/INCRA nº 43, de 29 de novembro de 2007. Altera a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=107015>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa/INCRA nº 47, de 16 de setembro de 2008. Estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores(as). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2008. Disponível

em:

<http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN47_160908.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa/INCRA nº 71, de 17 de maio de 2012. Normaliza as ações e medidas a serem adotadas pelo Incra nos casos de constatação de irregularidades em projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 mai. 2012. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_71_17_05_2012_dd.pdf>. Acesso em: 25. jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. [retificado em 17 de dezembro de 1964 e retificado em 6 de abril de 1965]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.HTM>. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6383.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 [Estatuto da Terra], e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em 12 de março de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 mai. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm>. Acesso em|: 16 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 25 jan. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 nov. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 nov. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; [...] e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 out. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014. Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica;

altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=23/06/2014&totalArquivos=16>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 set. 2017. [retificado em 6.9.2017 e publicado texto consolidado no DOU de 8.9.2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jun. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jan. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Norma de Execução/INCRA/nº 3 de 02 de abril de 2001. Estabelece procedimentos para a execução do Programa Profissionais do Campo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 abr. 2001. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=62&data=05/04/2001>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Norma de Execução/INCRA nº 29, de 11 de setembro de 2002. Procedimento Administrativo para alienação de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária, e regularização fundiária em terras públicas de domínio do INCRA e da União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de set. de 2002. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/legislacao/norma-execucao/ne_29-2002_alienacao_imoveis_rurais.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Norma de Execução/INCRA nº 69 de 12 de março de 2008. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 mar. 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=73&data=13/03/2008>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Portaria/INCRA/P/Nº 830, de 06 de setembro de 2000. Criação do Programa Jovens Profissionais do Campo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 set. 2000. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=228&data=08/09/2000>>. Acesso em: 14. out. 2018.

BRASIL. Portaria /INCRA/P/Nº 585, de 02 de julho de 2001. Constituir Comissão Técnica Interinstitucional [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 de julho de 2001. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/07/2001&jornal=2&pagina=14&totalArquivos=32>>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Portaria/INCRA/SR-25/nº. 010, de 22 de novembro de 2001. Criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jan. 2002. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=44&data=15/01/2002>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Portaria/INCRA/SR-25/nº. 009, de 04 de setembro de 2006. Criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia I. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 set. 2006. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=14/09/2006>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Portaria/INCRA nº 23, de 08 de outubro de 2009. Retificação de área do PA Nova Amazônia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 nov. 2009. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=97&data=03/11/2009>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

BRASIL. Portaria/MDA nº 21, de 27 de março de 2014. dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mar. 2014. Disponível em:

<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=268489>>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Portaria/SAF nº 234, de 04 de abril de 2017. Dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em especial no que se refere à identificação do agricultor/a familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20144761/do1-2017-04-05-portaria-n-234-de-4-de-abril-de-2017-20144666>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Portaria/SPU nº 61, de 17 de abril de 2001. Autorizar a transferência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA imóvel rural denominado Fazenda Murupu. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 2001. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/04/2001&jornal=1&pagina=252&totalArquivos=256>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Portaria/SPU nº 62, de 17 de abril de 2001. Autorizar a transferência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA imóvel rural denominado Fazenda Cauamé. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 2001. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/04/2001&jornal=1&pagina=252&totalArquivos=256>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Portaria/SPU nº 63, de 17 de abril de 2001. Autorizar a transferência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA imóveis rurais denominados Morrinho, Arame, Carmo e Livramento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 2001. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/04/2001&jornal=1&pagina=252&totalArquivos=256>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Resolução nº 26, de 10 de setembro de 2002. Diversos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2002. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=17/09/2002>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. Resolução Normativa nº 126, de 02 março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 mar. 2017. Disponível em:

<http://portal.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20819083/do1-2017-03-03-resolucao-normativa-n-126-de-2-de-marco-de-2017-20819043>. Acesso em 16 nov. 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. O tripé da política agrícola brasileira Crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN et. al. (Ed.). **O mundo rural no Brasil no século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 828-864.

BUSS, Marlon Cristiano. Marlon Cristiano Buss: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 15 out. 2018. 1 arquivo.mp3 (151 min.).

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andréa Butto (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

CABELUDO. depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho: Boa Vista, 2019. 1 arquivo.mp3 (41 min.). Boa Vista, 06 jun. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAMPOS, Ciro; PINTO, Flavia; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **O lavrado de Roraima**: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do bioma Amazônia. Boa Vista, junho de 2008. [Documento encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente através do Ofício INPA/Roraima s/n de 17/06/2008]. Boa Vista: INPA, 2008.

CANUTO, Jaqueline Zocca. **Filogeografia de *Curatella americana* L. (Dilleniaceae)**: uma espécie arbórea das savanas da Amazônia e Brasil Central. 2011. 285 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva)-Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011. Disponível em:

<[Downloads\Documents\Dissertacao_Jaqueliney_Canuto_2.pdf](#)>. Acesso em: 03 nov. 2019.

CARAFFA, Marina. **Projeto de Assentamento Rural**: um estudo do ambiente construído no Zumbi dos Palmares. 2014. 189 f. Dissertação. (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2006.

CARDOSO, Esther Guimarães; SILVA, José Marques da. Silos, silagem e ensilagem. **Boletim Embrapa**. Gado de Corte nº 02. Campo Grande, MS, 14 fev. 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO, Ruth Vilaça Correia. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth Vilaça Correia. (Org.). **A aventura antropológica, teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARLOS: depoimento [jun. 2019]. [nome fictício]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (88 min.).

CARVALHO, Berto Batalha Machado. Alemanha tem interesse na soja roraimense. **Folha Web**, Boa Vista, 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Alemanha-tem-interesse-na-soja-roraimense/15505>>. Acesso em: 04 set. 2016.

CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Pará e Maranhão**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVAJAL, Gaspar de. **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASEIRO mata dono de sítio e cunhado da vítima fica ferido. **Folha Web**, Boa Vista, 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Caseiro-mata-dono-de-sitio-e-cunhado-da-vitima-fica-ferido/52735>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA - CEPA. **Balbina, a hidrelétrica que não deu certo**. Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, 04 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

CENTRO DE GEOTECNOLOGIA, CARTOGRAFIA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL - CGPTERR. **Extensão da Malha Viária do município de Boa Vista**. Boa Vista: Seplan, 2014.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “boa nova” na linguagem indígena: contornos da evangelização dos Wapischana no século XX**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS - CNTTR, 11, 2013, Brasília. **Anais**. Brasília: Cidade Gráfica, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Massacres no Campo**. Eldorado do Carajás, 17 abr. 1996. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3972-eldorado-dos-carajas-17-04-1996>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2018**. Compêndio de Estudos da Conab. Brasília: Conab, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **O que é o Consea?** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **XV Plenária Ordinária**. Reunião do Consea. Participação na reunião. [reunião realizada no auditório da Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado de Roraima]. Boa Vista, 15 de junho de 2018.

COSTA, Dilma Lindalva Pereira da. Dilma Lindalva Pereira da Costa: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa vista, 24 out. 2018. 1 arquivo.mp3 (197 min.).

DAMATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo**, ou como ter Anthropological blues. Boletim do Museu Nacional, nº 27. Rio de Janeiro - RJ, maio de 1978. p. 01-12.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. p. 175-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci_arttext&tIng=pt>. Acesso em: 20 set. 2019.

DIAS, Manuel Nunes. Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão ((1755-1778). **Revista de História**, v. 3, nº 66. 13 jun. 1966. p. 359-428. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/9292>>. Acesso em: 28 set. 2019.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. **Desigualdades sociais**. Florianópolis: UFSC, 2017.

DUARTE, Otoniel Ribeiro. Otoniel Ribeiro Duarte: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 11 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (97 min.).

ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - EAGRO. **Corpo docente e técnico-administrativo**. Publicado em 09 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://www.eagro.ufr.br/index.php/corpo-tecnico-administrativo>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - EAGRO. **Edital nº 86/2018** de 11 de outubro de 2018. Dispõe sobre o processo seletivo de candidatos ao curso Técnico em Agropecuária, nas Modalidades: Integrado ao Ensino Médio Regular e Subsequente ao Ensino Médio, oferecidos pela Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima. Disponível em: <<http://www.eagro.ufr.br/index.php/downloads/category/73-noticias?download=1180:edital-n-086-2018-eagro>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - EAGRO. **Galeria de fotos**. Boa Vista, 30 de março de 2019. Disponível em: <<http://www.eagro.ufr.br/index.php/galeria/category/1-galeria>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - EAGRO. **Histórico**. Publicado em: 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.eagro.ufr.br/index.php/2014-02-27-20-31-53/historico>>. Acesso em: 29 out. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Dimensão do módulo fiscal**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 31 de outubro de 2018.

EMPREENDEDORES coreanos avaliam Roraima como a terra prometida. **Folha Web**, Boa Vista, 03 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Empreendedores-coreanos-avaliam-Roraima-como-a-terra-prometida/17841>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE. **Bacia Hidrográfica do Rio Branco/RR: estudo de inventário hidrelétrico**. EPE: Brasília, 30 de abril de 2010.

ESTADO DE RORAIMA. **Extensão da malha viária de Boa Vista**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial. [cedido a Adnan Assad Youssef Filho].

EVANS-PRITCHARD, Evans Edward. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo Perspectiva, 2008.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidade no vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 267-278.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (Org). Usos e abusos da história oral. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral. Apresentação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. VII–XXV.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Desafio Migratório em Roraima**: repensando a política e gestão da migração no Brasil. Rio de Janeiro: FGV – DAPP, 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **O PNAE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FURTADO, Bernardino. Modelo em ruínas. **Revista Época**, São Miguel do Iguaçu, 30 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EMI167377-15223,00.html>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIANLUPPI, Daniel; SMIDERLE, Oscar José. O cultivo da soja nos cerrados de Roraima. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; XAUD, Haron Abraham Magalhães; COSTA E SOUZA, Jorge Manuel (Ed.). **Savanas de Roraima**: Etnoecologia, Biodiversidade e Potencialidades Agrossilvipastoris. Boa Vista: Femact, 2005. p. 177-182.

GIANLUPPI, Daniel; GIANLUPPI, Vicente; SMIDERLE, Oscar José. **Recomendações Técnicas para o cultivo da soja nos cerrados de Roraima 1999/2000**. Circular Técnica nº 01. Embrapa, unidade Roraima. Boa Vista, dez. 2000.

GIRARDI, Polyana. Agricultores estimam colheita de 519 mil toneladas. **Folha Web**, Boa Vista, 16 mai. 2019. Disponível em <https://folhabv.com.br/noticia/Agricultores-estimam-colheita-de-519-mil-toneladas-/53350>>. Acesso em 16 de maio de 2019. Acesso em 16 de maio de 2019.

GOLDMAN, Alberto. **CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito**: destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. Relatório Final. Câmara dos Deputados. Brasília, 16 de abril de 2002.

GOMES, Ana Gabriela. Membro do Movimento Puraké diz que usina trará mais prejuízo que vantagem. **Folha Web**, Boa Vista, 23 out. 2017. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/Membro-do-Movimento-Purake-diz-que-usina-trara-mais-prejuizo-que-vantagem/31576>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GOMES, Ana Gabriela. Moradores de vicinal em baliza temem ficar isolados. **Folha Web**, Boa Vista, 09 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Moradores-de-vicinal-em-Baliza-temem-ficar-isolados/37592>>. Acesso em: 30 set. 2018.

GONÇALVES, Ricardo Belém. Ricardo Belém Gonçalves: depoimento abr. 2017]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 07 abr. 2017. 1 arquivo.mp3 (183 min.).

GOVERNO lança Programa Soja Familiar. **Folha Web**, Boa Vista, 05 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Governo-lanca-Programa-Soja-Familiar/5098>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GUIMARÃES, Alberto Passo. Quatro séculos de latifúndio. In: STELIDE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. p. 35-78.

GUIMARÃES, Aníbal Fernandes. Aníbal Fernandes Guimarães: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho: Boa Vista, 2019. 1 arquivo.mp3 (92 min.).

HARA, Jefferson Raphael Yukio. Jefferson Raphael Yukio Hara: depoimento [jun. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 14 jun. 2018. 1 arquivo.mp3 (82 min.).

HERNANDEZ. [nome fictício]: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (98 min.).

HOFBAUER, Andreas. Cultura, diferença e (des)igualdade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 69-102.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INÁCIO. [nome fictício]: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 03 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (62 min.).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar - primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia>. Acesso em: 15 de março de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama**: 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Agrícola Municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sínteses históricas**. Histórico dos censos agropecuários. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-agropecuarios.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabela Sidra 5457**: lavouras temporárias. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE – 1970-. Rio de Janeiro: IBGE, 1974-, v. Quinquenal, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL - IRIB. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária**. São Paulo, 09 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 28 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos**: informações gerais. Superintendência Regional de Roraima - SR 25. INCRA: Brasília, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Crédito de Instalação**. Brasília, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/credito-instalacao>>. Acesso em 10 de abril de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Criação e modalidades de assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Histórico da criação do PA Nova Amazônia**. Publicado em 13 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/agricultores-comemoram-criacao-do-assentamento-nova-amazonia>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O Incra e o Assentamento**. Cartilha. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O que é Cadeia Dominial?** Publicado em: 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/o-queecadeiadominial>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Superintendência Regional do Incra em Roraima. **Criação Oficial de Projeto de Assentamento**: processo nº 54390.000503/2001-57. PA Nova Amazônia. Incra: Boa Vista, 03 ago. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Superintendência Regional do Incra em Roraima. **Editai Profissional do Campo**: imóvel Bamerindus. Processo nº 54390.000352/2001-7. Incra: Boa Vista, 26 jun. 2001b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Superintendência Regional do Incra em Roraima. **Criação Oficial de Projeto de Assentamento**: processo nº 54390.001808/2006-91. PA Nova Amazônia I. Incra: Boa Vista, 30 ago. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Sistema Nacional de Cadastro Rural. [Índices básicos de 2013]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. **Campo de Futebol**: informação ao consumidor. Rio de Janeiro, 13 ago. 2006. Disponível em <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/campo_de_futebol.asp>. Acesso: 01 mai.2018.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Benefício de assistência ao idoso**. Publicado em 17 de junho de 20.19. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/beneficio-assistencial-ao-idoso/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO SIGNATES. **Avaliação do Projeto PAIS II**: mensuração T1. Goiânia: Signates, 2015.

JOANA. [nome fictício]: depoimento [jun.2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (182 min.).

JULIÃO. [nome fictício]: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (142 min.).

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

KROETZ, Vendelino José. Vendelino José Kroetz: depoimento [dez. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 21 dez. 2018. 1 arquivo.mp3 (235 min.).

LIMA, Emerson de Melo. Emerson de Melo Lima: depoimento [jun. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 23 jun. 2018. 1 arquivo.mp3 (122 min.).

LIMA, Francisco Teixeira. Francisco Teixeira Lima: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 18 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (184 min.).

LORENZO. [nome fictício]: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 03 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (138 min.).

LOUVEIRA, Angeliana. Agricultores do PA Nova Amazônia já perderam metade da produção devido a seca em RR. **TV Roraima**, Boa Vista, 11 fev. 2019. [reportagem].

MACEDO, Elisoneto Cardoso de. Elisoneto Cardoso de Macedo: depoimento [nov. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 26 nov. 2018. 1 arquivo.mp3 (164 min.).

MACHADO, Alcides Pereira. Alcides Pereira Machado: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho: Boa Vista, 2019. 1 arquivo.mp3 (55 min.).

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MARINOSKI, Deivis Luis. **Alvenarias: conceitos**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Apostila de Tecnologia da Edificação III. Florianópolis, 05 abr. 2011.

MATHIAS, João. Como criar Matrinxã. **Globo Rural**. Reportagem publicada em 20 de abril de 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/vida-na-fazenda/como-criar/noticia/2018/04/como-criar-matrinxa.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andréa Butto (Org). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 09-18.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salet et. al. (Org). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 706-713.

MEDEIROS, Sérgio Fernandes. Sérgio Fernandes Medeiros: depoimento: [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 17 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (135 min.).

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Império Comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879-1989)**. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/4543993/O_Imp%C3%A9rio_comercial_de_J.G._Ara%C3%BAjo_e_seu_legado_para_amazonia>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MERELES, Carla. **Desigualdades sociais**: entenda como surgem e por que elas se perpetuam. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/desigualdades-sociais-entenda-como-surgem-e-por-que-elas-se-perpetuam/>>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Extrato de Convênio de Cooperação Técnica. Processo nº 08620.001664/2003-45. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=58&data=13/12/2004>>. Acesso em: 22 out. 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MDH. **Mulheres já são 48% dos titulares de terra da reforma agrária**. Brasília, 09 de maio de 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/05/09-05-mulheres-ja-sao-48-dos-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>. Acesso em: 28 set. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**. Cadernos da Agricultura Familiar, Volume 3. Brasília: MDA, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: propostas de políticas públicas para o território Sul de Roraima. Rorainópolis-RR: MDA, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Cartilha. Brasília: MDS, 2012.

MORAES, Marinalva da Silva. Marinalva da Silva Moraes: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 29 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (129 min.).

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MOREIRA, Lemoel Andrade. Lemoel Andrade Moreira: depoimento [jul. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 05 jul. 2018. 1 arquivo.mp3 (122 min.).

MOTTA, Ivo de Sá. **Calda Bordalesa, utilidade e preparo**. **Dourados**: Embrapa Agropecuária Oeste, 2016. 2ª edição. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1048260/calda-bordalesa-utilidades-e-preparo>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MOTTA, Márcia Maria Meneses. **Nas fronteiras do poder**: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

NDIAYE, Aly. **Análise do desenvolvimento do programa PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, enquanto estratégia para geração de renda e segurança alimentar e nutricional de sistemas de produção familiares**: estudo realizado nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NEGREIROS, Francisca das Chagas Teixeira de. Francisca das Chagas Teixeira de Negreiros: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 13 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (128 min.).

NEGREIROS, Mariton Teixeira de. Mariton Teixeira de Negreiros: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 13 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (197 min.).

NEGREIROS, Milton Lima de. Milton Lima de Negreiros: depoimento [mar. 2017]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 mar. 2017. 1 arquivo.mp3 (205 min.).

NEGREIROS, Milton Lima de. Milton Lima de Negreiros: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 13 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (194 min.).

NICOLAU, Ana Carolina Barbosa. **Comunicação & Educação: Amazon Sat – a cara e a voz da Amazônia**. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <C:\Users\Adnan\Downloads\Documents\cp150662.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2019.

O ENTULHO “podre” em poder do BC. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/24/brasil/18.html>>. Acesso em 30 nov. 2018.

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS (Boa Vista - RR). **Cadeia Dominial Vintenária sem ônus reais**. Pedido de Certidão nº 213.357. [Imóveis denominados São Francisco do Murupu e Veado]. Solicitado por Adnan Assad Youssef Filho em 31 de julho de 2019. Boa Vista: Registro de Imóveis, 2019.

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS (Boa Vista - RR). **Cadeia Dominial Vintenária sem ônus reais**. Pedido de Certidão nº 214.340. [Imóveis rurais denominado Carmo e Livramento]. Solicitado por Adnan Assad Youssef Filho em 31 de julho de 2019. Boa Vista: Registro de Imóveis, 2019.

OLIVEIRA, Alcemir de. Alcemir de Oliveira: depoimento [jan. 2020]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho: Boa Vista, 2020. 1 arquivo.mp3 (65 min.).

OLIVEIRA, Francisco de. Francisco de Oliveira: [jul. 2019]. Entrevistador Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (162 min.).

OLIVEIRA, Françoeldes Araújo. Françoeldes Araújo Oliveira: depoimento [. Jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 26 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (98 min.).

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

ONU já compara êxodo venezuelano à crise migratória do mediterrâneo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/2018/08/24/2273-onu-ja-compara-exodo-venezuelano-crise-migratoria-do-mediterraneo>>. Acesso em: 03 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. **Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. Genebra, 01 out. 2018. Disponível em: <<https://www.globaldtm.info>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, Dec. 1989. p. 87-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de julho de 2013.

PALOMA. [nome fictício]: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 03 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (102 min.).

PALUDO, Renê. Renê Paludo: depoimento [nov. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 27 nov. 2018. 1 arquivo.mp3 (197 min.).

PASQUALI, Ênio Carlos. Ênio Carlos Pasquali: depoimento [jun. 2018; jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 23 jun. 2018. 1 arquivo.mp3 (92 min.); 1 arquivo.mp3 (135min.).

PASQUALOTTO, Emanuele. **PMDA**: PA Nova Amazônia se consolida como polo produtivo de grãos. Prefeitura Municipal de Boa Vista [notícias]. Boa Vista, 18 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2018/06/p-a-nova-amazonia-se-consolida-como-polo-produtivo-de-graos>>. Acesso em: 02 out. 2018.

PASQUALOTTO, Emanuele. **PMDA**: com parceria da prefeitura, produtor de Boa Vista colhe mais de 100 toneladas de tomate por hectare. Prefeitura Municipal de Boa Vista [notícias]. Boa Vista, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/02/pmda-com-parceria-da-prefeitura-produtor-de-boavista-colhe-mais-de-100-toneladas-de-tomate-por-hectare>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PAULA, Joziel Silva de. Joziel Silva de Paula: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 28 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (172 min.).

PAULO. [nome fictício]: depoimento [nov. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 26 nov. 2018. 1 arquivo.mp3 (172 min.).

PAZ, Maria da Conceição de Sousa. Maria da Conceição de Sousa Paz: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 09 jul. 2019. 1 arquivo mp3 (176 min.).

PEIRANO, Mariza Gomes e.Souza. **A favor da etnografia**. Série Antropológica nº 130. Brasília: UnB, 1992.

PEREIRA, Meire Joisy Almeida. **Agricultura familiar no Projeto de Assentamento Nova Amazônia**: a vida no Lavrado em Boa Vista – Roraima – Brasil. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. **Banco e banqueiros, sociedade e política**: o Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994). 2006. 721 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PISA, Luciana Aparecida Cardoso. Luciana Aparecida Cardoso Pisa: depoimento [jan. 2020]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 14 jan. 2020. 1 arquivo.mp3 (184 min.).

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POPULARES protestam contra imigração de venezuelanos. **Folha Web**, Boa Vista, 20 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Populares-protestam-contraimigracao-de-venezuelanos--Veja-video-e-fotos/37942>>. Acesso em: 02 out. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRANCUTTI, Antonio. 35 anos em vida com os pés na terra. In: MATTZA, Antonio *et al.* **Memorial Incra 35 anos**. Brasília: MDA, INCRA, 2006. p. 20-33.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. **Vicinas do PA Nova Amazônia são pavimentadas**. Secretaria de comunicação. Boa Vista, 19 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2018/02/infraestrutura-vicinas-do-p-a-nova-amazonia-sao-pavimentadas>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

PRINCIPAIS produtos agrícolas que chegam à mesa do boa-vistense são importados. **Folha Web**, Boa Vista, 27 out. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Principais-produtos-agricolas-que-chegam-a-mesa-do-boa-vistense-sao-importados--/21625>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PRODUÇÃO agroecológica é tema de debates em Roraima. **G1.Globo Roraima**, Boa Vista, 19 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/05/producao-agroecologica-e-tema-de-debates-em-roraima.html>>. Acesso em: 04 out. 2018.

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS. **O que é o PAIS**. Cartilha. Brasília: Sebrae, 2013.

PRODUÇÃO de soja em RR entra para o roteiro de visitas da Expedição Safra. **G1.Globo Roraima**, 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/07/producao-de-soja-de-rr-entra-para-o-roteiro-de-visitas-da-expedicao-safra.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

PRODUTORES esperam colher 72 mil toneladas de soja este ano em RR. **G1.Globo Roraima**, 16 out. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/08/produtores-esperam-colher-72-mil-toneladas-de-soja-este-ano-em-rr.html>>. Acesso: em 04 set. 2016.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária [PROCERA]:** institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1979.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Unesp, 2009. p. 321-338.

ROCHA, Ribamar. RR vai investir em algodão transgênico. **Folha Web**, Boa Vista, 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/RR-vai-investir-em-algodao-transgenico/16389>>. Acesso em: 13 mai. de 2016.

RODRIGUES, Cari. Espólio de banco inclui fazendas, estacionamento e obras de arte. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/24/brasil/17.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Norte do rio Amazonas.** Volume III. Brasília: Editora do Senado Federal, 2019.

RONQUIM, Carlos Cesar. **Conceitos de fertilidade do solo e manejo adequado as regiões tropicais.** Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento nº 8, novembro de 2010. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010.

RORAIMA. Lei nº 1.351, de 14 de novembro de 2019. Altera a Lei nº 976, de 14 de julho de 2014, que dispõe sobre a Política Fundiária Rural e de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**, Boa Vista, 18 de novembro de 2019. Disponível em: <https://diarios.s3.amazonaws.com/DOERR/2019/11/pdf/20191118_2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RORAIMA. Portaria/Seapa nº 466, de 20 de julho de 2017. Aprovar o novo Regimento Interno das Feiras do Produtor Rural e do Passarão. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**, Boa Vista, 21 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SAAB, Bechara. Bechara Saab: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 2018. 1 arquivo.mp3 (192 min.).

SÁ, Xico. Técnico do BC vira 'dublê de tudo' na Bahia. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de agosto de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/24/brasil/19.html>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem no anno de 1774 e 1775**: que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma. Biblioteca do Visconde de Moreira de Rey. Artigo Extrahido das Actas da Academia Real das Sciencias. Das Sessões de 6 de Outubro e 3 de Novembro de 1824. Lisboa: Typografia da Academia, 1825. [Com Licença de S. *MAGESTADE*].

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTILLI, Márcio. **A aberração dos quatro módulos fiscais**. [Publicado em 09 mai. 2011]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-aberracao-dos-quatro-modulos-fiscais>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SANTILLI, Paulo. Os filhos da nação. **Revista de Antropologia**. Vol. 30/32, anos 1987, 1988 e 1989, p. 427-456. Disponível em: <<https://www.jstor.org>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SANTORO, Maurício. Precisamos conversar sobre como a crise na Venezuela traz impactos para o Brasil. **G1.Globo Rio**, Rio de Janeiro, 21, mai. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/2018/05/21/2273-artigo-precisamos-conversar-sobre-como-crise-na-venezuela-traz-impactos-para-brasil>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SANTOS, Gilmara. Basf conclui aquisição da Bayer em negócio de R\$ 33 bilhões. **Jornal Folha de São Paulo**. Notícia publicada em 02 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/basf-conclui-aquisicao-da-bayer-em-negocio-de-r-33-bilhoes.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SANTOS, Haroldo Eurico Amora dos. Haroldo Eurico Amoras dos Santos: depoimento [fev. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 13 fev. 2019. 1 arquivo.mp3 (187 min.).

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia**: o caso de Roraima (1970-2000). Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Sílvia Silvestre dos. Sílvia Silvestre dos Santos: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (192 min.).

SANTOS, Walter Feitosa dos. Walter Feitosa dos Santos: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (292 min.).

SCHIEVENIN, Claudete Regina. Claudete Regina Schievenin: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 13 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (105 min.).

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, nº 5, p. 217-243, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-3522011000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 15-33.

SCOTT, Parry. RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: **Gênero e geração em contextos rurais**. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-93.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Cartilha Passo-a-Passo**. Brasília: Sebrae, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Tecnologia Social Inovadora traz melhoria de vida para agricultores de baixa renda. **Revista Sebrae Agronegócios**, nº 8, abril de 2008, p- 34-35. Brasília: Sebrae, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE (Unidade Roraima). **PAIS II: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável** no Município de Boa Vista, Estado de Roraima. Boa Vista: Sebrae, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **As principais diferenças entre associação e cooperativa**. Publicado em 11 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 14 out. 2019.

SILVA, Andreza Verônica de Souza. Andreza Verônica de Souza Silva: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho: Boa Vista, 2019. 1 arquivo.mp3 (25 min.).

SILVA, Celivane Mendes da. Celivane Mendes da Silva: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (125 min.).

SILVA DE JESUS, Davi. Davi Silva de Jesus: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (192 min.).

SILVA, Elisângela Alves da. Elisângela Alves da Silva: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 25 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (93 min.).

SILVA, Euripes Rosa da. Euripes Rosa da Silva: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 04 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (71 min.).

SILVA, Expedito Carlos. Expedito Carlos Silva: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 03 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (102 min.).

SILVA, Felipe Cirilo. Felipe Cirilo da Silva: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 03 jul. 2019. 1 arquivo.mp3 (132 min.).

SILVA, Jose Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro. **Oficina de Atualização Temática: ocupações rurais não-agrícolas** - 1998. P. 165-172. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SILVA, Lígia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, vo. 02, nov. 1997, p. 15-25. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

SILVA, Roselane Andrade da. Roselane Andrade da Silva: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 20 out. 2018. 1 arquivo.mp3 (228 min.).

SILVA, Roselane Andrade da. Roselane Andrade da Silva: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 28 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (192 min.).

SILVEIRA, Daniel. Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE. **G1.Globo Rio**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE RIBEIRÃO PRETO - SINDRP. **As principais diferenças entre os empregados urbano, doméstico e rural**. Ribeirão Preto, 19 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.sindrp.com.br/2017/06/19/as-diferencas-entre-empregados/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária** - Lista Única, por R/Projeto/Município/Código Beneficiário. Data da emissão: Brasília, 27 de junho de 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/beneficiarios.html>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, Antonio Klinger da Silva. **Comércio, Acumulação e Poder: a empresa J. G. Araújo & Cia Ltda. em Boa Vista do Rio Branco**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)– Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SOUZA, Francenildo de. Francenildo de Souza: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (32 min.).

SOUZA, Francisco Bernardino de [cônego]. **Pará e Amazonas**: pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos. [primeira parte]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Ronaldo Nascimento de. Ronaldo Nascimento de Souza: depoimento [ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 01 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (152 min.).

SOUZA, Valdir Sales de. Valdir Sales de Souza: depoimento [out. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 20 out. 2018. 1 arquivo.mp3 (302 min.).

SOUZA, Valdir Sales de. Valdir Sales de Souza: depoimento ago. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 28 ago. 2019. 1 arquivo.mp3 (136 min.).

STINE SEED COMPANY. **Nossa história**. Disponível em: <<https://www.stinseed.com/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

TEIXEIRA, Lúcia de Fátima Alves. Lúcia de Fátima Alves Teixeira: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 29 jun. 2019. 1 arquivo.mp3 (198 min.).

THOMÉ, Eugênio. Eugênio Thomé: depoimento [jun. 2018]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 19 jun. 2018. 1 arquivo.mp3 (95 min.).

TIBIRIÇÁ, Ariecha Vieira Rodrigues. **Análise temporal do uso do solo na região do assentamento Trairão**: estado de Roraima – Brasil. 2016. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL-TRT-RS. **Cartilha do empregado e empregador rural**. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação Social, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-200.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB. **Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária**. Texto 3 - Pronaf. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/3-cr%C3%A9dito-pronaf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Projeto EDU3S**. Apresentação. Publicado em 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://ufrr.br/edu3s/index.php?option=com_content&view=article&id=61:apresentacao3&catid=2:uncategorised&Itemid=271>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Projeto EDU3S começa a entrega dos subsídios.** Publicado em 09 de maio de 2014. Disponível em: <http://ufrr.br/edu3s/index.php?option=com_content&view=article&id=70:projeto-edu3s-comeca-a-entrega-dos-subsidios&catid=18:noticias&Itemid=102>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Técnicos de campo realizam visitas de acompanhamento aos participantes diretos do projeto EDU3S.** Publicado em 12 de agosto de 2014. Disponível em: <http://ufrr.br/edu3s/index.php?option=com_content&view=article&id=83:tecnicos-de-campo-realizam-visita-de-acompanhamento-aos-participantes-diretos-do-projeto-edu3s&catid=18:noticias&Itemid=102>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Coopana em ação: logomarca aprovada e CNPJ liberado.** Publicado em 14 de agosto de 2015. Disponível em: <http://ufrr.br/edu3s/index.php?option=com_content&view=article&id=96:registro-legal-da-coopana-e-formalizado&catid=18:noticias&Itemid=102>. Acesso em: 13 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnologia em Agroecologia.** Boa Vista, 2017. p. 08 e 09. Disponível em: <<http://www.eagro.ufrr.br/index.php/downloads/category/44-downloads?download=787:ppc-agroecologia>>. Acesso em 29 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **ITCPES: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários.** Publicado em 20 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://ufrr.br/itcpes/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=255>. Acesso em: 22 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. **Periodização das disciplinas obrigatórias do currículo do curso de Agronomia.** Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.agrarias.ufpr.br/portal/agronomia/curriculo-2015/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.
VELHO, Otávio. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** São Paulo: Zahar, 1972.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em História e Antropologia. **História Oral**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 125-139, julho-dezembro, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Silke. Desigualdades sociais e escola: alguns aspectos a considerar. In: SCOTT, Russell Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Org.). **Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações para a formação docente.** Recife: Editora Universitária - UFPE, 2009. p. 23-40.

XAVIER, Maria Darcy de Almeida. Maria Darcy de Almeida Xavier: depoimento [jan. 2020]. Entrevistador: Adnan Assad Youssef Filho. Boa Vista, 06 jan. 2020. 1 arquivo.mp3 (185 min.).

XIMENES, Jedson Machado. **Trajetória do PRONERA em Roraima**: realidade e perspectiva. Curitiba: CRV, 2017.

YOUSSEF FILHO, Adnan Assad. **Comunidades persistentes**: a resistência dos moradores da região de Açaizal do Prata. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

YOUSSEF FILHO, Adnan Assad et.al. De trabalhadores “sem terras” a produtores agroecológicos. Cadernos de Agroecologia. In: **Anais** do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário do DF e Entorno – Vol. 13, nº 1, jul. 2018. Brasília, 2018. p. 159-165. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/1656/1070>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

APÊNDICE A - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DE RORAIMA
PERÍODO 2000 a 2018

Legenda:

A = área plantada em hectares

B = quantidade produzida em toneladas

C = valor da produção em mil reais

ANO →	2000			2001			2002			2003			2004		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
LAVOURA ↓															
Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	16.000	50.850	22.374	12.330	53.195	23.938	16.810	84.354	38.803	21.900	117.720	58.860	26.300	136.630	76.513
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	4.700	58.500	17.550	5.370	47.700	14.310	5.370	63.400	19.020	6.020	74.400	26.040	6.210	77.190	27.788
Milho	15.200	19.500	7.800	10.300	15.550	7.755	14.050	19.220	10.187	16.000	28.440	14.220	12.200	24.000	12.960
Soja	1.850	2.220	11.714	1.000	1.500	8.890	3.370	6.740	49.819	6.980	15.356	113.506	12.200	26.400	17.688
Tomate	110	800	880	360	3.260	3.586	360	3.500	4.200	400	4.680	5.616	449	5.268	6.848

ANO →	2005			2006			2007			2008			2009		
LAVOURA ↓	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	23.435	119.401	53.750	22.200	111.250	55.625	19.000	106.000	59.360	22.200	125.800	75.480	15.500	85.325	55.461
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	6.210	77.190	27.017	6.220	77.160	27.006	6.210	77.190	27.017	6.210	77.190	29.332	6.210	77.192	30.877
Milho	12.200	24.000	12.000	12.200	24.000	12.000	6.500	12.800	6.647	6.500	12.800	7.680	6.500	12.800	7.680
Soja	13.000	36.400	15.288	11.000	30.800	12.936	7.000	20.300	8.526	8.000	22.400	14.560	1.400	3.920	2.548
Tomate	449	5.268	6.585	449	5.268	6.585	449	5.268	6.638	449	5.268	6.848	449	5.268	6.848

ANO →	2010			2011			2012			2013			2014		
LAVOURA ↓	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	15.500	85.325	59.727	20.000	107.075	74.953	20.000	106.681	96.013	15.342	89.069	84.489	12.000	78.612	58.124
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	94	150	39	744	1.730
Mandioca	6.251	77.119	34.703	6.800	77.190	45.542	6.800	77.190	50.174	8.225	140.342	97.984	8.763	129.850	92.501
Milho	6.500	12.800	8.320	6.500	11.800	7.729	6.500	11.800	8.260	6.061	15.438	10.410	6.181	15.350	10.795
Soja	1.400	3.920	2.744	3.600	10.080	7.560	5.000	14.000	11.200	14.900	40.200	36.606	16.000	33.950	30.603
Tomate	449	5.268	7.375	449	5.268	7.902	449	3.684	6.631	434	5.046	10.602	304	3.779	7.123

ANO →	2015			2016			2017			2018			2019		
LAVOURA ↓	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Algodão	900	1.215	6.966	900	1.215	6.966	2.500	10.500	57.635	1.100	4.400	17.000	5.000	20.000	
Arroz	7.964	53.003	64.905	9.878	67.556	60.857	9.918	70.160	52.552	10.062	72.664	54.641			
Batata-doce	41	948	2.815	46	987	3.181	87	1.651	5.631	76	1.486	2.085			
Mandioca	7.851	176.754	150.440	7.201	151.486	137.012	5.632	122.987	136.723	6.070	75.110	47.195			
Milho	5.221	15.228	11.725	5.130	17.013	17.627	6.625	41.374	33.314	9.155	44.648	31.580			
Soja	23.820	55.795	67.288	24.035	67.347	87.476	18.725	45.077	55.979	37.670	105.780	126.480			
Tomate	250	4.067	11.074	246	4.019	11.750	122	1.768	6.003	118	1.837	3.441			

Fonte: o autor²⁴⁵.

OBSERVAÇÕES:

- Dados referentes à soja: 2000/2001/2003 - Embrapa. Gianluppi, (2003), a partir da elaboração pela Embrapa Roraima até o ano de 2000; Embrapa Roraima, CPA e G 5 para 2001/2002; Embrapa Roraima, CPA, G5 e SEAAB-RR para 2003.
- A soja entra nas estatísticas do IBGE somente em 2004.
- Em 2013 a batata-doce é incluída nas estatísticas.
- A partir de 2015 o algodão foi incluído nas estatísticas do IBGE.

²⁴⁵

Tabela 5457 - obtida no site IBGE - SIDRA

APÊNDICE B - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

QUANTIDADE E EXTENSÃO TERRITORIAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORTE - 2017

BRASIL												Total	
												Est.	Área
												5.072.152	350.253.329
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
606.823	277.534	1.935.839	7.711.580	1.585.966	36.854.205	393.949	26.929.140	365.453	74.164.629	103.148	152.492.821	2.400	51.823.420

Fonte: o autor²⁴⁶.

POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - REGIÃO NORTE

RONDÔNIA										Total (%)		Total	
										Est.	Área	Est.	Área
										1,80	2,63	91.437	9.219.932
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1.428	553	17.731	86.966	36.171	969.101	18.411	1.195.344	14.695	2.671.437	2.655	3.668.085	34	628.446

Fonte: o autor²⁴⁷.

²⁴⁶ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

²⁴⁷ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

ACRE										Total (%)		Total	
										Est.	Área	Est.	Área
										0,73	1,20	37.343	4.230.216
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
908	381	8.948	34.278	10.074	252.306	7.722	521.253	8.042	1.401.732	1.352	1.720.846	21	299.420

Fonte: o autor²⁴⁸.

AMAZONAS										Total (%)		Total	
										Est.	Área	Est.	Área
										1,60	1,15	80.914	4.042.318
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
13.985	4.318	28.159	95.589	20.259	452.694	8.138	506.470	6.208	1.094.561	989	1.382.118	12	506.569

Fonte: o autor²⁴⁹.

RORAIMA										Total (%)		Total	
										Est.	Área	Est.	Área
										0,33	0,75	16.850	2.624.880
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1.918	828	3.634	10.636	1.960	53.135	5.209	330.277	2.979	552.364	864	1.409.708	15	267.931

Fonte: o autor²⁵⁰.

²⁴⁸ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

²⁴⁹ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

²⁵⁰ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

PARÁ										Área total (%)		Área total	
										Est.	Área	Est.	Área
										5,55	8,47	281.704	29.677.672
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
38.498	13.627	76.582	275.679	85.385	2.361.596	36.024	2.588.144	33.098	6.149.672	7.727	12.481.004	188	5.807.951

Fonte: o autor²⁵¹.

AMAPÁ										Área total (%)		Área total	
										Est.	Área	Est.	Área
										0,17	0,43	8.507	1.506.294
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1.164	461	1.751	5.768	1.647	41.614	2.070	116.966	1.430	227.660	231	396.550	20	717.276

Fonte: o autor²⁵².

TOCANTINS										Área total (%)		Área total	
										Est.	Área	Est.	Área
										1,25	4,24	63.691	14.857.426
Menos de 1 ha		De 1 a 9		De 10 a 49		De 50 a 99		De 100 a 499		De 500 a 9.999		Acima de 10.000	
Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1.611	424	5.058	27.905	26.584	838.232	10.497	768.297	13.440	3.020.310	5.692	8.809.223	70	1.393.034

Fonte: o autor²⁵³.

²⁵¹ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

²⁵² Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

²⁵³ Considerando os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGRICULTURA FAMILIAR**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS MORADORES E MORADORAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA** PA NOVA AMAZÔNIA - MURUPU PA NOVA AMAZÔNIA I - TRUARU PRODUTOR AGROECOLÓGICO PRODUTOR CONVENCIONAL**01) NOME DO ENTREVISTADO (A):****02) DATA DA ENTREVISTA:****03) LOCAL DA ENTREVISTA:****04) ENDEREÇO DA PROPRIEDADE:****05) MEIOS DE CONTATO:****06) TAMANHO DA PROPRIEDADE:****07) ESTRUTURA FAMILIAR:**

Nome da esposa ou esposo:

Idade de ambos os cônjuges:

Nº filhos:

08) TÊM FILHOS E OU FILHAS ESTUDANDO NAS ESCOLAS DO ASSENTAMENTO? () SIM () NÃO**E QUANTO À QUALIDADE DO ENSINO, VOCÊ ACHA QUE EXISTE DIFERENÇA ENTRE AS ESCOLAS DA ZONA RURAL E AS DA CIDADE DE BOA VISTA?****09) MARCAÇÃO DO GPS:**

10) PROCEDÊNCIA:

11) TRABALHAVA COM OU NA AGRICULTURA NO LOCAL DE ORIGEM?

12) COM QUAL TIPO DE CULTURA?

13) DATA DA CHEGADA AO ESTADO DE RORAIMA:

14) MOTIVAÇÃO DA VINDA PARA O ESTADO:

15) QUESTÕES DE ADAPTAÇÃO DOS FAMILIARES:

16) COMO ERA O ESTADO DE RORAIMA À ÉPOCA DE SUA CHEGADA?

17) DATA DA CHEGADA NO PA NOVA AMAZÔNIA:

18) HISTÓRIA DE SUA CHEGADA NESSE PROJETO DE ASSENTAMENTO:

19) ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PRATICADAS NA PROPRIEDADE:

20) FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DA PROPRIEDADE:

21) DIFERENÇAS ENTRE TRABALHAR COM A TERRA AQUI E NO LOCAL DE ORIGEM?

22) É POSSÍVEL CULTIVAR SEM A UTILIZAÇÃO DE CORRETIVOS DE SOLO AQUI NO PA NOVA AMAZÔNIA?

23) E QUANTO À UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO?

24) QUAL A IMPORTÂNCIA DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA APLICADA À AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE?

25) QUAL A ETAPA MAIS DIFÍCIL DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE, CONSIDERANDO A CADEIA DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO, PARA A GERAÇÃO DE RENDA PARA A SOBREVIVÊNCIA FAMILIAR?

26) COMO VOCÊS AVALIAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E INCENTIVOS DIRECIONADOS À AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DE RORAIMA:

27) DENTRE AS INSTUIÇÕES PÚBLICAS QUE ATUAM NO PA NOVA AMAZÔNIA COMO UFRR, EAGRO, SEBRAE, PREFEITURA MUNICIPAL E ESTADO, QUAL DELAS TÊM CONTRIBUÍDO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES E MORADORAS DO ASSENTAMENTO?

28) O QUE VOCÊ ACHA DO INCENTIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASSUNTOS INDÍGENAS PARA A PLANTAÇÃO DE GRÃOS, COMO A SOJA E O MILHO NESTE ASSENTAMENTO?

29) SE TIVESSE CONDIÇÕES DE OPÇÃO, QUAL A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA VOCÊ ESCOLHERIA EM SEU SÍTIO? (frango, porco, gado, milho, soja, hortifrutí...)

30) A RENDA OBTIDA COM AS ATIVIDADES NO SÍTIO É SUFICIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FAMÍLIA?

31) PRINCIPAIS DIFICULDADES VIVENCIADAS PARA SE VIVER DA RENDA DA AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE:

32) VOCÊ E SUA FAMÍLIA PENSA EM SE MUDAR PARA A CIDADE?

33) VOCÊ GOSTARIA QUE SEU FILHO OU FILHA VIVESSE NO ASSENTAMENTO OU NA CIDADE?

34) O QUE VOCE TEM A DIZER SOBRE OS VENEZUELANOS E VENEZUELAS QUE VIVEM ATUALMENTE AQUI NO PA NOVA AMAZÔNIA? HOUVE ALGUM TIPO DE MUDANÇAS APÓS A CHEGADA DESSAS PESSOAS POR AQUI?

35) REFERENTE A FOTOGRAFIAS NA ÉPOCA DO ACAMPAMENTO OU QUANDO VOCÊS CHEGARAM AQUI NO LOTE, VOCÊS TÊM OU SABEM QUEM TÊM?

36) COMO ESTARÁ O PA NOVA AMAZÔNIA DAQUI A UNS 5, 10 ANOS?

PARTE EXCLUSIVA PARA OS PRODUTORES E PRODUTORAS AGROECOLÓGICOS

37) MOTIVOS DA MUDANÇA PARA A AGROECOLOGIA:

38) VOCÊS JÁ TINHAM OUVIDO FALAR DE AGROECOLOGIA, AGRICULTURA ORGÂNICA OU ALGO PARECIDO?

39) PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADA NESTA MUDANÇA DE ESTILO:

40) VANTAGENS E DESVANTAGENS NA MUDANÇA PARA A AGROECOLOGIA? (mudança positiva ou negativa na vida de vocês durante e depois da mudança para esse novo sistema de plantio)

41) ENFIM, VOCÊS ESTÃO SATISFEITOS COM ESSA MUDANÇA?

42) EXISTE MAIS OPORTUNIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS OU INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS À AGROECOLOGIA DO QUE EM OUTRAS FORMAS DE MANEJO AGROPECUÁRIA?

43) DESEJA ACRESCENTAR MAIS ALGUMA COISA?

**PERGUNTAS EXCLUSIVAS AOS EX-FUNCIÓNÁRIOS DAS FAZENDAS
BAMERINDUS**

44) VOCÊ PODERÁ ME FALAR SOBRE COMO FOI SUA VIDA NA FAZENDA? (Rotina diária de trabalho, festas, e tudo mais que se lembrar)

45) COMPARAÇÃO AOS DOIS ESTILOS DE VIDA: FUNCIONÁRIO E ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA. (percepções sobre essas duas formas de subsistência)

46) POR FIM, É MELHOR SER ASSENTADO OU EMPREGADO?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ASSOCIAÇÕES**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRIGIDA ÀS COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES
DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA**

01) NOME DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

02) NOME E FUNÇÃO DO ENTREVISTADO (A):

03) DATA DA ENTREVISTA:

04) LOCAL DA ENTREVISTA:

05) ENDEREÇO DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

06) MEIOS DE CONTATO:

07) DATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

08) NÚMEROS DE ASSOCIADOS OU COOPERADOS:

09) ESSA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA É ASSOCIADA À ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB?

10) MANUTENÇÃO FINANCEIRA DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

11) QUAL O MOTIVO QUE LEVARAM VOCÊS A FORMAR ESTA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA?

12) VOCÊS TIVERAM APOIO DE ALGUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA PARA A FUNDAÇÃO DESTA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA?

13) PRINCIPAIS DIFICULDADES DE TRABALHAR O ASSOCIATIVISMO NO ESTADO:

14) VANTAGENS DE SE TRABALHAR EM FORMA DE ASSOCIATIVISMO OU COOPERATIVA NO ESTADO:

15) VOCÊ NOTA DIFERENÇA NA PARTICIPAÇÃO MASCULINA E FEMINA NAS REUNIÕES E OU TRABALHOS COMUNITÁRIOS?

16) RELAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA COM O MERCADO

Em relação às empresas públicas:

Em relação à iniciativa privada:

17) ENVOLVIMENTO DOS MEMBROS COM A ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

18) FORMAS DE TRABALHO E PRODUÇÃO NA ÁREA COMUM, CASO EXISTA:

19) QUE TIPO DE ASSISTÊNCIA A ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA OFERECE A SEUS MEMBROS? QUE TIPO?

20) MUDOU ALGUMA COISA AQUI NO ASSENTAMENTO COM A CHEGADA DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS:

21) PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA ESSA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

22) QUAL O PERFIL DE UM LÍDER COMUNITÁRIO (característica que você considera primordial em um líder para agregar as pessoas e alavancar projetos que beneficiem todos os associados ou cooperados):

23) DESEJAR ACRESCENTAR ALGUM COMENTÁRIO?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA - VENEZUELANAS(OS)**IMIGRANTES VENEZUELANOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA
AMAZÔNIA****01) NOME DO ENTREVISTADO (A):****02) DATA DA ENTREVISTA:****03) LOCAL DA ENTREVISTA:****04) DATA DE NASCIMENTO:****05) ESTRUTURA FAMILIAR:**

Nome da esposa ou esposo:

Idade de ambos os cônjuges:

Nº filhos:

Os filhos(as) estão estudando:

06) MEIOS DE CONTATO:**07) DATA DA CHEGADA NO PA NOVA AMAZÔNIA:****08) PROCEDÊNCIA:****09) MOTIVAÇÃO DA VINDA PARA O ESTADO:****10) A PARTIR DE QUE MOMENTO VOCÊ ACHOU QUE DEVERIA SAIR DA
VENEZUELA?****11) HISTÓRIA DA CHEGADA NO PA NOVA AMAZÔNIA? (MEIO DE
TRANSPORTE, INFORMAÇÕES, AJUDAS)****12) COMO ERA SUA VIDA NA VENEZUELA? (FORMA DE SOBREVIVÊNCIA,
HISTÓRIA DE VIDA):****13) TRABALHAVA COM OU NA AGRICULTURA NO LOCAL DE ORIGEM?****14) COM QUAL TIPO DE CULTURA?****15) QUE TIPO DE TRABALHO VOCÊ EXERCE NO PA NOVA AMAZÔNIA:**

16) A RENDA É SUFICIENTE PARA SUA SOBREVIVÊNCIA:

17) VOCÊ ENVIA DINHEIRO PARA A FAMÍLIA NA VENEZUELA?

18) TEM NOTÍCIAS FREQUENTES DOS FAMILIARES QUE FICARAM? POR QUE MEIO?

19) MAIOR DIFICULDADE ENFRENTADA DESDE SUA SAÍDA

20) COMO FOI SUA ADAPTAÇÃO AQUI, SENTIU MUITAS DIFERENÇAS?

21) O QUE VOCÊ MAIS SENTE FALTA DE SUA ANTIGA VIDA NA VENEZUELA?

22) SABEMOS QUE A VENEZUELA TEM UMA EXTENSÃO MUITO GRANDE DE TERRAS APROPRIADAS À AGROPECUÁRIA, NO ENTANTO, TODOS FALAM DA FALTA DE ALIMENTOS BÁSICOS, PORQUE? (COMO É A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA VENEZUELA)

23) PRETENDE RETORNAR PARA A VENEZUELA ALGUM DIA?

24) O QUE VOCÊ ACHA DA RECEPTIVA DOS BRASILEIROS?

25) DESEJA ACRESCENTAR ALGUMA COISA?

APÊNDICE F - GRUPOS E LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF

CATEGORIAS DO PRONAF	PÚBLICO-ALVO	FINALIDADE	LIMITE DE CRÉDITO	JUROS	PRAZO, CARÊNCIAS, ADIMPLÊNCIA E DEMAIS OBSERVAÇÕES
Custeio	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).		Até R\$ 5 mil por operação.	1,5% a ao ano.	Permitido o máximo de até 3 operações por família.
A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Reassentamentos constituídos em função da construção de barragens.	Investimento em Atividades agropecuárias e não-agropecuárias.	Até R\$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.
A/C	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Reassentamentos constituídos em função da construção de barragens.	Custeio de atividades Agropecuárias, não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R\$ 7.500,00 por operação.	1,5% ao ano.	Custeio agrícola: até 2 anos. Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano. Permitido o máximo de até 3 operações por família.
B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.	Investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Custeio pecuário Custeio de atividades não agropecuárias.	R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência. Bônus de adimplência: · 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia. · 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na região do semiárido, quando o financiamento

					for destinado a determinadas atividades. Obs.: O bônus é devido até o limite de valor contratado de R\$ 15.000,00 (Agroamigo) e R\$7.500,00 (demais casos).
MAIS ALIMENTOS	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural	Individual: Até R\$ 165.000,00. Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura o limite será de R\$ 330.000,00.	Taxa Prefixada/Pós-fixada: Pré 3,0% ao ano ou Pós-fixada composta de parte fixa de até - 1,33% a.a. acrescida de FAM. Pré 4,6% ao ano ou Pós-fixada composta de parte fixa de até 0,20% a.a. acrescida do FAM ²⁵⁴ .	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 7 anos, com carência de até 14 meses, para aquisição de tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de cortes, assim como, máquinas agrícolas autopropelidas para adubação e pulverização. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.

Fonte: O autor com informações do BNB²⁵⁵ e BACEN.

²⁵⁴ Fator de Ajuste Monetário.

²⁵⁵ Banco do Nordeste do Brasil.

ANEXO A - PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DO PA NOVA AMAZÔNIA**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA****PORTARIA Nº 10, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29 do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado através da Portaria MDA N.º 164, de 14 de julho de 2000, publicada no D.O.U. no dia 17 do mesmo mês e ano.

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação aos imóveis rurais denominados MURUPU, CAUAME E TRUARU (Morrinho, Arame e Livramento) com área de 77688,3800 ha, localizados no Município de BOA VISTA no Estado de Roraima, Doado para fins de Reforma Agrária, através das Portarias 061, 062 e 063 de 17/04/2001, cuja imissão de posse se deu 21/06/2001 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR-25/Nº 543900005030157 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, **R E S O L V E**:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, dos imóveis rurais denominados MURUPU, CAUAME E TRUARU (Morrinho, Arame e Livramento), com área de 77688,3800 ha, (setenta e sete mil seiscentos oitenta e oito hectares, trinta e oito ares), localizados no Município de BOA VISTA, no Estado de Roraima, que prevê a criação de 800 (oitocentos) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PA NOVA AMAZÔNIA, Código SIPRA RR0037000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário;

III - Autorizar à Divisão de Suporte Operacional a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que encaminhe cópia deste ato, para a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal, Estadual e Municipal, bem como à FUNAI, a criação do presente Projeto; e

VI - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que registre todas as informações de criação, desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

RAMIRO JOSE TEIXEIRA E SILVA

ANEXO B - PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DO PA NOVA AMAZÔNIA I**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA****PORTARIA Nº 9, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006**

A Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado de Roraima, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo nº 28, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 164, de 14 de julho de 2000, publicada no D.O.U., pg. 136 de 17 de julho de 2000.

Considerando a necessidade de dar destinação à área de 35.062,4035 há (trinta e cinco mil e sessenta e dois hectares, quarenta ares e trinta e cinco centiares), conforme planta e memorial descritivo nos autos correspondentes aos Imóveis, Arame, Carmo e Livramento, e Morrinho, localizados no município de Boa Vista - RR, obtidos por doação em pagamento do Banco Bamerindus,

registrado em nome da União, respectivamente sob os nºs R-36-3373, R-3-11779 e R-33-3030 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição judiciária de Roraima;

Considerando a necessidade emergencial de saneamento do PA Nova Amazônia que abrange áreas de terras descontínuas e distantes 15 Km uma da outra o que dificulta a sua administração;

Considerando o teor da proposta apresentada pela SR(25).T desta Superintendência Regional, processo nº 54390.001808/2006-91, resolve:

Art.1º - Aprovar proposta de criação do PA/Nova Amazônia - I, para destinação da área acima referida com capacidade para assentamento de 430 (quatrocentos e trinta) famílias.

Art.2º - Criar o Projeto de Assentamento Nova Amazônia - I, sob o código RR0048000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional.

DILMA LINDALVA PEREIRA DA COSTA

**ANEXO C - PORTARIA DE RETIFICAÇÃO: READEQUAÇÃO DE ÁREA
PORTARIA Nº 23, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Estrutura Regimental do INCRA aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, e pelos artigos 110 e 112 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009;

Considerando o disposto no Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA e a FUNAI, em dezembro de 2004, tendo sido publicado no DOU de 13/12/2004, Pág. 58, Seção 3, bem como o contido na Portaria Conjunta nº 09, de 27 de outubro de 2004, que dispõe sobre a Regulamentação e Implantação do Programa de Reassentamento de Ocupantes Não-Índios em Terras Indígenas;

Considerando que parte do imóvel denominado Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PA Nova Amazônia) fora destinada ao reassentamento de famílias desintrusadas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em função da homologação da Reserva pelo Governo Federal, fato que teve conotação nacional e internacional;

Considerando também o estabelecido na PORTARIA INCRA/SR-25/Nº 09 de 04 de setembro de 2006, publicada no DOU nº 177, Seção 1, Pág. 48, de 14/09/06, que criou o Projeto de Assentamento Nova Amazônia I (PA Nova Amazônia I), através do desmembramento de terras que eram afetadas ao PA Nova Amazônia;

Considerando, por fim, a premente necessidade de ajustar o perímetro atual, a área e a capacidade de assentamento do PA Nova Amazônia; resolve:

I - Retificar a área do PA Nova Amazônia, Gleba Cauamé, para 27.391,2700ha (vinte e sete mil trezentos e noventa e um hectares, e vinte e sete ares), conforme peças técnicas constantes no processo administrativo de nº 54390.000503/2001-57. A capacidade de assentamento permanece 570 (quinhentos e setenta) unidades agrícolas familiares;

II - Afetar à regularização fundiária de famílias desintrusadas de terras indígenas a área de 16.155,9730h (dezesesseis mil cento e cinquenta e cinco hectares, noventa e sete ares e trinta centiares), que já se encontra devidamente demarcada em 37 (trinta e sete) parcelas e georreferenciada no Sistema Geodésico Brasileiro, conforme peça técnica constante no processo administrativa de nº 54390.002392/2008-90.

ANTONIO FRANCISCO BESERRA MARQUES

ANEXO D - PARTE DO EDITAL PROCESSO SELETIVO DA EAGRO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Rodovia BR-174, Km 35, s/n, Campus Murupú, Zona Rural,
 Boa Vista/RR – CEP: 69.300-000
 CONTATO: (68) 84042022/ eagro@ufrr.br

Edital Nº 086/2018 – EAGRO

Boa Vista-RR, 11 de outubro de 2018.

Dispõe sobre o processo seletivo de candidatos ao curso Técnico em Agropecuária, nas Modalidades: Integrado ao Ensino Médio Regular e Subsequente ao Ensino Médio, oferecidos pela Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima.

O Diretor da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Resolução nº 01/2015-Conselho Diretor, bem como, com as disposições da legislação em vigor, faz saber pelo presente Edital que, no período de 22/10 a 16/11/2018, estarão abertas as inscrições do Processo Seletivo 2019.1 para o Curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades: a) integrado ao Ensino Médio Regular, b) Integrado ao Ensino Médio em Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e c) Subsequente ao Ensino Médio a serem oferecidos pela Escola Agrotécnica – EAGRO-UFRR, no Campus Murupú.

1. DO OBJETO

1.1 O processo seletivo de que trata este edital destina-se à seleção de candidatos para ingresso nos cursos: Integrado ao Ensino Médio Regular, Integrado ao Ensino Médio em Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Subsequente ao Ensino Médio da escola Agrotécnica, e só terá validade para o ingresso no ano de 2019.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A realização do Processo Seletivo de que trata o presente Edital está a cargo da Comissão Permanente de Vestibular - CPV, da Universidade Federal de Roraima.

2.2. Cabe à CPV planejar, coordenar, executar e divulgar o Processo Seletivo, bem como todas as informações a ele pertinentes.

2.3. O processo seletivo consistirá de uma Prova Objetiva, com efeitos eliminatório e classificatório, com conteúdo de Língua Portuguesa e Matemática, apresentados no ANEXO II.

2.4. À Prova Objetiva será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerado eliminado o candidato que obtiver nota zero em uma ou mais de uma das áreas de conhecimento especificadas no item anterior.

2.5. Poderá concorrer ao Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Regular o candidato que:

2.5.1. Tenha idade máxima de 17 (dezessete) anos, completados até 31 de dezembro de 2018;

2.5.2. Tenha concluído o ensino fundamental, impreterivelmente, até a data da matrícula.

2.6. Poderá concorrer ao curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio o candidato que:

2.6.1. Tenha concluído o Ensino Médio até a data de matrícula.

2.7. Caso haja comprovação, em qualquer época, de que as informações prestadas quanto à escolaridade são inverídicas, o candidato será excluído do curso e responderá dentro das penalidades da Lei.

3. DOS CURSOS E DAS VAGAS

3.1. Os candidatos serão selecionados, no processo seletivo, segundo o seu desempenho e o número de vagas oferecidas para ingresso em 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Rodovia BR-174, Km 35, s/n, Campus Murupu, Zona Rural,
 Boa Vista/RR – CEP: 69.300-000
 CONTATO: (68) 84042021/ eagro@ufrr.br

3.2. Será oferecido um total de 90 (noventa) vagas, distribuídas para pessoas com deficiência, para ampla concorrência e para reserva legal de vagas para candidatos egressos de escola pública, conforme quadro a seguir:

QUADRO 1: CURSOS/VAGAS

Curso	Turno*	Pessoa com deficiência	Ampla concorrência	CANDIDATOS DE ESCOLAS PÚBLICAS								Total	Campus
				Renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita				Renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo per capita					
				Autodeclarado a pretos, pardos e indígenas		Não autodeclarado a pretos, pardos e indígenas		Autodeclarado a pretos, pardos e indígenas		Não autodeclarado a pretos, pardos e indígenas			
				PC D	Demais Vagas	PC D	Demais Vagas	PCD	Demais Vagas	PCD	Demais Vagas		
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Regular (Para candidatos oriundos de zona urbana)	Diurno	2	13	1	6	0	1	1	5	0	1	30	Murupu
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Regular (Para candidatos oriundos de zona rural)	Diurno	2	13	1	6	0	1	1	5	0	1	30	Murupu
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio PROEJA	Matutino	2	13	1	6	0	1	1	5	0	1	30	Murupu
Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio	Matutino	2	13	1	6	0	1	1	5	0	1	30	Murupu
TOTAL		8	52	4	24	0	4	4	20	0	4	120	

3.2.1. Para fins deste Edital, ficam entendidos os conceitos do quadro acima da seguinte forma:

I - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Regular - Diurno/Duração 03 anos/Estágio Curricular Supervisionado de 150h.

Oferecido SOMENTE a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com idade máxima de 17 anos completada até 31 de dezembro 2018. O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Regular foi planejado de modo a conduzir o aluno à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Rodovia BR-174, Km 26, s/n, Campus Murupú, Zona Rural,
 Boa Vista/RR – CEP: 69.300-000
 CONTATO: (95) 84042002/ esagro@ufrr.br

3.3.3. O candidato que concorrer às vagas reservadas aos estudantes oriundos da zona rural deverá indicar essa opção no ato da inscrição e, no ato da matrícula, apresentar, além dos documentos pessoais, os documentos relacionados no item 12.2.11.

3.4. As vagas reservadas de que trata o item 3.3 serão preenchidas, segundo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelos candidatos, dentro de cada um dos seguintes grupos de inscritos:

I – candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

II – candidatos egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas;
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

3.4.1. As vagas destinadas aos candidatos egressos de escolas públicas que não forem ocupadas pelos candidatos a que se destinam serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados nas vagas de ampla concorrência, na estrita ordem de classificação, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 18/2012.

4. DA VALIDADE

4.1. O Processo Seletivo de que trata o presente edital só terá validade para o ingresso no 1º semestre do ano letivo correspondente a 2019, no limite das vagas do subitem 3.2.

5. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição do **Processo Seletivo E.Agro 2019** possibilita a participação de candidatos que, em função de sua situação socioeconômica, não tenham condições de arcar com o pagamento da respectiva taxa de inscrição.

5.2. O candidato que, na forma do Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, desejar solicitar a isenção da taxa de inscrição, deverá fazê-la no período de 22 a 26/10/18, das 8h00 às 11h30min e das 14h00 às 17h30min, observando as seguintes providências:

- a) solicitar a isenção no ato da inscrição online;
- b) preencher, assinar e imprimir o Requerimento de Solicitação de Isenção disponível exclusivamente no sistema de inscrição online;
- c) entregar na CPV/UFRR – situada na Avenida Capitão Ene Garcez n.º 2413, Aeroporto, Boa Vista-Roraima, Bloco IV – o Requerimento de Solicitação de Isenção, junto com os documentos comprobatórios, no período de 22 a 26/10/18.

5.3. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que, conforme o Decreto nº 6.593/2008, comprovar **cumulativamente**:

- a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007; e
- b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

5.4. Os candidatos que se enquadrarem no critério de concessão de isenção da taxa de inscrição deverão entregar os seguintes documentos comprobatórios:

- a) cópia do documento de identificação oficial do candidato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Rodovia BR-174, Km 35, s/n, Campus Murupu, Zona Rural,
 Boa Vista/RR – CEP: 69.300-000
 CONTATO: (68) 84042000 / eagro@ufrr.br

11. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O gabarito preliminar estará disponível nos endereços da CPVUFRR (www.ufrr.br/cpv) e da Escola Agrotécnica (www.eagro.ufrr.br).

11.2. Os candidatos poderão interpor recursos contra o gabarito preliminar, de acordo com as instruções.

11.3. Os recursos interpostos serão julgados exclusivamente pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, e os resultados serão publicados em edital.

11.3.1. Se da análise de recursos resultar anulação de questão (ões), a pontuação correspondente a essa (s) questão(ões) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido ou não. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial. Em hipótese alguma o quantitativo de questões da Prova Objetiva sofrerá alterações.

11.4. O candidato poderá interpor recurso por meio de formulário disponibilizado no endereço www.ufrr.br/cpv ou de forma presencial, nos prazos especificados no Cronograma - Anexo I:

- a) deste Edital;
- b) da homologação preliminar dos isentos;
- c) da divulgação da homologação preliminar das inscrições;
- d) do gabarito preliminar das provas objetivas;
- e) da pontuação obtida nas provas;
- f) dos resultados e classificações preliminares.

11.5. O resultado do recurso será informado pela CPV na data por esta prevista no cronograma.

11.6. Não serão aceitos recursos via postal, fax ou fora do prazo.

12. DA MATRÍCULA

12.1. Os candidatos classificados no Processo Seletivo farão suas matrículas no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h, junto à Secretaria da EAgrô/UFRR - Campus Murupu, conforme Cronograma do Anexo I.

12.2. No ato da matrícula, os candidatos classificados deverão apresentar **originais e cópias** das seguintes documentações:

12.2.1. Certificado de conclusão e histórico do Ensino Fundamental para os alunos selecionados para o curso de Ensino Médio Regular Integrado e PROEJA; certificado e histórico do Ensino Médio para os alunos selecionados para o curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio.

12.2.2. Certificado de nascimento ou casamento.

12.2.3. Carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores ou pelas Polícias Militares.

12.2.4. Cadastro de Pessoa Física - CPF.

12.2.5. Certificado de alistamento militar, para maiores de 18 anos do sexo masculino.

12.2.6. Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição.

12.2.7. Comprovante de residência.

12.2.8. Três fotos 3x4 recentes (não será aceita foto reproduzida com o uso de "scanner", cópia colorida, nem foto anteriormente utilizada).

12.2.9. Os candidatos aprovados para vaga de pessoa com deficiência deverão apresentar laudo médico, emitido nos últimos doze meses, atestando o tipo e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Rodovia BR-174, Km 35, s/n, Campus Murupú, Zona Rural,
 Boa Vista/RR – CEP: 69.300-000
 CONTATO: (98) 84042021 eagro@ufrr.br

12.2.10. Os candidatos aprovados para as vagas destinadas aos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*, deverão apresentar comprovação de renda familiar.

12.2.11. Os candidatos aprovados para as vagas destinadas a zona rural deverão apresentar, além dos documentos pessoais exigidos em edital, a seguinte documentação:

a) documentação comprobatória de posse da propriedade rural (pais ou responsáveis legais): espelho do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, título definitivo ou declaração comprobatória de residência em área rural reconhecido em cartório ou documentação do Lote, comprovação de vínculo caso não seja no próprio nome.

b) além da documentação comprobatória relativa ao lote, será realizada vistoria, por uma comissão especialmente designada para esse fim, com o objetivo de verificar se o candidato efetivamente reside no lote.

c) termo de responsabilidade de informações prestadas com formulário fornecido pela comissão de processo seletivo da EAgrô.

12.3. O candidato que não se apresentar devidamente munido de todos os documentos citados no subitem 12.2 e no prazo mencionado neste Edital perderá o direito à vaga.

12.4. O candidato aprovado que não efetivar sua matrícula no prazo estabelecido será considerado desistente, sendo substituído até o 15º (décimo quinto) dia útil do início das aulas pelo candidato da lista de espera, de acordo com o Edital de Convocação e ordem de classificação.

12.5. Os documentos escolares redigidos em língua estrangeira deverão estar formalmente traduzidos para a língua portuguesa.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1 O presente Edital poderá ser impugnado por qualquer interessado, antes da deflagração do certame, justificando por meio de formulário (Anexo V), dentro do prazo previsto no Cronograma, Anexo I.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A EAgrô editará o presente ato convocatório, visando ao melhor êxito deste Processo Seletivo. As modificações, se necessárias, serão divulgadas e estarão de acordo com a legislação vigente.

14.2. A EAgrô divulgará a relação dos candidatos selecionados por meio impresso nos murais da EAgrô/UFRR e eletrônico na página institucional da UFRR (www.ufrr.br) e da Escola Agrotécnica (www.eagro.ufrr.br).

14.3. Não será feita revisão de provas ou cartão-resposta diretamente com o candidato.

14.4. Os candidatos selecionados serão regidos pela organização didática da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima.

14.5. A assinatura do candidato deverá constar em local próprio do cartão-resposta.

14.6 O candidato que optar por concorrer a qualquer das vagas reservadas não participará da ampla concorrência.

14.7. O preenchimento de vagas remanescentes se dará mediante publicação de edital.

14.8. Não serão iniciadas turmas com o número inferior a dez alunos devidamente matriculados.

14.9. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO da EAgrô/UFRR e COMISSÃO PERMANENTE DE VESTIBULAR.

Prof. Dr. Jandiê Araújo da Silva
Diretor da EAgrô/UFRR